



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**LIDIANY ALEXANDRE AZEVEDO**

**ABRINDO A CAIXA DE PANDORA: UMA AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS  
DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM  
MARACANAÚ-CE**

**FORTALEZA**

**2018**

LIDIANY ALEXANDRE AZEVEDO

ABRINDO A CAIXA DE PANDORA: UMA AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM MARACANAÚ-CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Celecina de Maria Veras Sales

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A987a Azevedo, Lidiany Alexandre.

Abrindo a Caixa de Pandora : uma avaliação das estratégias do enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú - CE / Lidiany Alexandre Azevedo. – 2018.  
239 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2018.  
Orientação: Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales.

1. Violência. 2. Gênero. 3. Avaliação de Política Pública. 4. Enfrentamento à Violência contra a Mulher. I. Título.

CDD 320.6

---

LIDIANY ALEXANDRE AZEVEDO

ABRINDO A CAIXA DE PANDORA: UMA AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DO  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM MARACANAÚ-CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Dra. Celecina de Maria Veras Sales (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profª Dra. Maria Dolores Brito Mota  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profª Dra. Maria Glaucíria Mota Brasil  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

## AGRADECIMENTOS

“Tudo que move é sagrado...”

Os agradecimentos apresentam o outro lado do processo acadêmico, aquele do cotidiano, dos caminhos traçados, dos desafios enfrentados e dos afetos que permitiram que o fruto do trabalho, como diria Beto Guedes, fosse mais que sagrado.

Esse não foi um percurso fácil, dentre novos saberes e afetos, processos de adoecimento e incompreensões também existiram. Porém, também pude ter a clareza de que “Todo dia é de viver. Para ser o que for e ser tudo”, pois “todo amor é sagrado”. Assim, quero aqui falar do amor nas diversas formas ou atitudes que pude receber nesse período e foram responsáveis por minha chegada aqui.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me fortalecido e me concedido à fé necessária para o enfrentamento dos diversos processos que por tantas vezes me angustiaram e me fizeram questionar a possibilidade de concretizar este trabalho.

Agradeço a minha família; meus pais, Cleonir e Tupinambá; e irmã, Tatianne Azevedo, por compreender todas as ausências e os cansaços, pelo apoio, incentivo, cuidado e amor direcionado não somente nesses dois anos, mas durante toda a minha vida. Foi em casa que eu vi que não existia “homão da porra” e onde comecei a aprender que as relações entre homens e mulheres podem e devem ser igualitárias.

Como tenho uma perspectiva contra hegemônica de família, a minha cresceu bastante durante a vida, agregando tios, madrinhas e amigos. Assim, sou grata as minhas madrinhas Risoleide, pelo carinho e a Elizângela, pela presença constante, pelo apoio e afeto incondicional e por participar dos vários processos de amadurecimento na minha trajetória.

Agradeço também aos amigos casa, “que fiz aos poucos e para durar para sempre”. Aos amigos que chegaram a um estágio e ficaram e se achegaram: Carla Valéria, Sâmia Vieira, Thalyta Sara, Bruna Gadelha, Thayná Neri, Everton Cabral e que depois trouxeram “agregados”. As amigas Valdênia e Joana que me ofereceram o melhor que tinham e o que nem tinham, por tantas vezes, estando junto nas observações, nas críticas, na escuta e nas risadas.

Aos amigos que conquistei “para além dos muros da assistência social”:

Erivaldo, Ana Daniella, Jarine, Sebastiana, Adnele e Daiane.

À primeira turma do Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas com os quais compartilhei momentos alegres, inquietantes e até angustiantes. Contudo, algumas pessoas fizeram-se mais presentes, acolheram-me e me ajudaram, inclusive, a ressignificar várias coisas e me recriar: Marta, Mariana e Cristiane.

À equipe da Gestão do Sistema Único de Assistência Social de Maracanaú, pela compreensão e pelo apoio. Em especial, à Fabiana por sua serenidade e parceria cotidiana e à Kelma que tanto contribuiu com sua acolhida e seu companheirismo em todas as fases da construção desta pesquisa.

Àqueles que fazem parte do Departamento de Estudos Interdisciplinares - graduandos do curso de Gestão de Políticas Públicas; membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF); professores do PPGAPP; Karla, secretária do mestrado - pelos momentos de aprendizado, pelas lutas e pela colaboração.

À minha orientadora, professora Celecina Sales, pela confiança, parceria, acolhida, leveza e pelas construções nesta pesquisa. Às professoras Dolores Mota e Glaucéria Mota Brasil pelas valiosas contribuições.

A todos/as os/as interlocutores (as) da pesquisa, especialmente, as trabalhadoras sociais entrevistadas por sua dedicação e suas inquietações compartilhadas no ato da pesquisa.

A todos os sagrados que me moveram e me movem na busca por um mundo com menos desigualdades sociais e com equidade entre mulheres e homens.

“O que aconteceria se uma mulher despertasse uma manhã transformada em homem? E se a família não fosse o campo de treinamento onde o menino aprende a mandar e a menina a obedecer? E se houvesse creches? E se o marido participasse da limpeza e da cozinha? E se a inocência se fizesse dignidade? E se a razão e a emoção andassem de braços dados? E se os pregadores e os jornais dissessem a verdade? E se ninguém fosse propriedade de ninguém?” (*Eduardo Galeano*, em trecho do livro “Mulheres”).

## RESUMO

Temos como objetivo, neste trabalho, avaliar as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres que são desenvolvidas no município de Maracanaú/CE. As trilhas investigativas que construímos se pautaram em um paradigma experiencial de avaliação de políticas públicas, que toma como base os preceitos da abordagem qualitativa e com uma aproximação da realidade orientada no método etnográfico. Fizemos uso de pesquisa documental, observação, registro em diário de campo e entrevistas compreensivas. Percebemos que a experiência local, apesar de não seguir todas as orientações propostas pelo texto da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, tem conseguido realizar o enfrentamento à violência contra as mulheres na perspectiva de integração dos quatro eixos que o compõe (prevenção, combate, assistência e garantia de direitos). Esse alcance se deve, majoritariamente, ao entendimento dos sujeitos desse tipo de violência como um problema social, decorrente das desigualdades entre os gêneros, bem como ao posicionamento deles de militância na defesa e garantia dos direitos das mulheres. Essa realidade convive com a falta de um investimento direto do governo municipal em políticas de gênero, com a inexistência de uma coordenadoria que unifique a atuação, planeje e avalie a estrutura de oferta dos serviços, com a falta de comunicação constante entre os serviços e a consequente falta de informações dos profissionais e dos usuários, e com a imprecisão dos dados estatísticos. Contudo, identificamos que os atores institucionais, mediante as dificuldades encontradas, desenvolvem estratégias para a execução de atividades nos serviços, nos espaços internos e externos, e nas redes sociais que formam com o intuito de alcançar a concepção e execução do enfrentamento, caminhando com potencial para a formação de redes de atendimento e de enfrentamento à violência contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Violência. Gênero. Avaliação de Política Pública. Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



## ABSTRACT

The objective of this study is to evaluate strategies to combat violence against women that are developed in the municipality of Maracanaú / CE. The investigative trails that we constructed were based on an experiential paradigm of public policy evaluation, based on the precepts of the qualitative approach and with an approximation of reality oriented in the ethnographic method. We made use of documentary research, observation, field journaling and comprehensive interviews. We realize that local experience, despite not following all the guidelines proposed by the text of the National Policy on Combating Violence against Women, has been able to confront violence against women with a view to integrating the four axes that comprise it (prevention, combat, assistance and guarantee of rights). This scope is due mainly to the understanding of the subjects of this type of violence as a social problem, due to the inequalities between the genders, as well as to their position of militancy in the defense and guarantee of women's rights. This reality coexists with the lack of direct municipal government investment in gender policies, the lack of a coordination that unifies the action, planning and evaluating the service delivery structure, the lack of constant communication between the services and the consequent lack of information from professionals and users, and the imprecision of statistical data. However, we identify that the institutional actors, through the difficulties encountered, develop strategies for the execution of activities in the services, in the internal and external spaces, and in the social networks that they form with the intention of reaching the conception and execution of the confrontation, walking with potential for the formation of networks of care and to combat violence against women.

**Keywords:** Violence. Genre. Public Policy Evaluation. Confronting Violence against Women.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Grupo de Acompanhamento Familiar do CRAS Jereissati.....	72
Figura 2 -	Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....	127
Figura 3 -	Disposição territorial dos serviços da rede de atendimento à violência contra a mulher no Ceará.....	131
Figura 4 -	Cronologia de Criação das Organizações que compõe a Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher em Maracanaú....	135
Figura 5 -	Disposição territorial dos serviços da rede de atendimento à violência contra a mulher em Maracanaú.....	147

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Documentos Institucionais Acessados.....	59
Tabela 2 - Mapeamento das Instituições.....	65
Tabela 3 - Participação em Eventos.....	73
Tabela 4 - Ações referentes aos direitos das mulheres presentes nas LOAs dos anos de 2014 a 2018.....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEMAVI	Associação Beneficente Madre Maria Villac
ADL	Áreas de Desenvolvimento Local
ADVOCACI	Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos
AEDI	Associação das Empresas do Distrito Industrial
AGENDE	Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento
AIS	Áreas Integradas de Segurança
ARQNA	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Nazaré
ASMOCI	Associação dos Moradores do Conjunto Industrial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CCDM	Conselho Cearense dos Direitos da Mulher
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CEMARIS	Censo para o Mapa de Riscos Sociais
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPIA	Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIELAC	Centro Integrado de Esporte e Lazer Agacil Camurça
CLADEM	Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher
CMDM	Conselho Municipal de Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CODIM	Conselho de Defesa dos Interesses de Maracanaú
CPM	Centro Popular da Mulher
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DDM	Delegacias de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ESPERE	Escola de Perdão e Reconciliação

FAPEMA	Frente de Apoio e Promoção a Emancipação de Maracanaú
FCFA	Federação Cearense de Futebol Amador
FETAMCE	Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GAPA	Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS
GESUAS	Gestão do Sistema Único de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IML	Instituto Médico Legal
IMP	Instituto Maria da Penha
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
JECRIM	Juizados Especiais Cíveis e Criminais
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LMP	Lei Maria da Penha
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIDEMA	Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBSERVE	Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha
OBSERVEM	Observatório de Violência Contra a Mulher
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PDRAE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PET-SAÚDE	Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNEVCM	Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
PPA	Plano Plurianual
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Pró-Saúde	Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RedeRevi	Rede Nacional de Mulheres na Revisão Constitucional
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SSPDS	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
SUS	Sistema Único de Saúde
THEMIS	Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
UMC	União das Mulheres Cearenses
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUINDO AS TRILHAS DA PESQUISA AVALIATIVA.....	34
2.1	A Construção do campo de Avaliação de Políticas Públicas.....	34
2.2	As Trilhas da Pesquisa: da política pública para o encontro com a transversalidade da violência contra as mulheres e com o município de Maracanaú.....	42
2.2.1	<i>Lócus da Pesquisa: Maracanaú e suas instituições.....</i>	46
2.2.2	<i>Natureza da Pesquisa.....</i>	57
2.2.3	<i>Os Atores Sociais e as Técnicas de Interação.....</i>	59
2.2.4	<i>A Tessitura da sistematização dos dados das diversas fontes....</i>	75
3	RELAÇÕES DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	76
3.1	Desnaturalizando a violência contra a mulher: as relações de gênero e o patriarcado.....	77
3.2	Violência contra as mulheres: velhas e novas formas.....	89
4	A(S) POLÍTICA(S) PÚBLICA(S) DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	104
4.1	Violência contra as mulheres: um problema público.....	105
4.1.1	<i>A criminalização da violência e a assistência às mulheres (1985 a 2002): a absorção e “tradução” pelo Estado das lutas feministas.....</i>	110
4.1.2	<i>A Intersectorialidade e a Transversalidade do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.....</i>	120
4.2	A rede de atendimento à mulher em situação de violência: a(s) realidade(s) nacional e estadual.....	126
5	AS ESPECIFICIDADES E ESTRATÉGIAS DA EXPERIÊNCIA LOCAL.....	133
5.1	Mapeamento das instituições de enfrentamento à violência contra as mulheres.....	133
5.2	As formulações e a organização da PNEVCM no governo	

	municipal.....	148
5.3	<b>Coerência Institucional – a adequação à PNEVCM e a improvisação em Maracanaú.....</b>	156
5.3.1	<i>As Estratégias- suas potencialidades e barreiras.....</i>	172
5.4	<b>Afinal, podemos falar de enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú?.....</b>	190
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	193
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	203
	<b>ANEXO A - INSTRUMENTAL DE LEVANTAMENTO DO PERFIL DAS INSTITUIÇÕES.....</b>	216
	<b>ANEXO B – TABELAS COM DADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM MARACANAÚ RETIRADOS DO SINAN, CEMARIS, DISQUE 180 E SSPDS.....</b>	217
	<b>ANEXO C – DESENHO DOS PROCESSOS.....</b>	224
	<b>ANEXO D – PROGRAMAÇÃO SEMANA DA MULHER 2018.....</b>	230
	<b>ANEXO E – MATERIAL DISTRIBUÍDO DURANTE A SEMANA DA MULHER.....</b>	231
	<b>ANEXO F – QUADRO DESCRITIVO DA ORIGEM E SIGNIFICADO DAS DEUSAS.....</b>	233
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	236
	<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	238



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar e avaliar as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres<sup>1</sup> que vem sendo desenvolvidas no município de Maracanaú/CE, a partir da proposta da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Com este escopo, no percurso trilhado, enfrentei alguns desafios a fim de compreender a realidade investigada: o que de fato os serviços de enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú e suas vivências traziam como problema e mesmo a forma como deveria me aproximar deles. Nessa tentativa de ampliarmos o horizonte analítico, encontramos caminhos “[...] tortuosos, plenos de atalhos e trilhas nos quais, muitas vezes, não levam a lugar nenhum, obrigando-nos a idas e vindas” (DAYRELL, 2005, p. 19). Assim, a complexidade da temática e os vários atores envolvidos na questão, cada um com visões e interesses aparentemente distintos, envoltos em jogos de poderes, fizeram-nos ver a importância de considerar o contexto e a trajetória local para compreensão dessa experiência da política estudada.

Para a realização da pesquisa, tivemos facilidade no acesso a documentos, bem como aos atores institucionais, o que se deu pelo fato da pesquisadora exercer suas atividades laborais na Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) do município. Assim, as dificuldades ativeram-se no exercício do papel de pesquisadora, no desafio que é viver dois espaços de lógicas contrapostas: de um lado, ser profissional e cobrada por uma política pública imersa em lógicas de governos executivos, nas três esferas, gerenciais e; por outro, ser aluna de um curso de pós-graduação que se propõe a novos olhares sobre avaliação, indo de encontro a essa lógica do estado brasileiro e de suas políticas públicas. Essa imersão tornou o caminho mais árduo, ou pelo menos, exigiu mais cuidado nessa caminhada investigativa.

A minha relação com as categorias presentes neste trabalho, principalmente políticas públicas, vem sendo construída desde a graduação, quando direcionei minha formação para a Psicologia Social, participando de programas de extensão (Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde

---

1 O vocábulo será usado no plural com o intuito de considerar as diversidades (raciais, étnicas, de orientação sexual e socioeconômica) existentes entre as mulheres.

- Pró-Saúde, Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-SAÚDE, Liga de Saúde da Família) em que estudava e desenvolvia pesquisas e intervenções relacionadas à política de saúde. Além disso, realizei meu estágio na Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará, quando tive contato com políticas referentes à saúde do trabalhador e desenvolvi minha monografia sobre a Política de Educação Permanente em Saúde<sup>2</sup>.

Depois de concluída a graduação, ingressei no serviço público na esfera municipal, na cidade de Maracanaú, na SASC, no ano de 2012. Inicialmente, atuei como técnica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Jardim Bandeirantes. Lá tínhamos uma equipe formada, predominantemente, por profissionais oriundos do concurso realizado em 2011, dos quais apenas uma tinha experiência com a referida política (a coordenadora da unidade). Todas as outras, assim como eu, vinham de experiências em outras políticas públicas, fator que enriqueceu nosso trabalho. Contudo, tínhamos a nossa frente um público amplo e diversificado. Nesse contexto, vivenciei uma cena a qual começaria a me instigar para a realização desta pesquisa. Uma usuária do serviço que me procurava na unidade, e que vivia uma realidade familiar conflituosa, vestida com algumas peças de roupas tidas socialmente como masculinas, foi falar com uma profissional que, ao se dirigir a mim sobre sua presença, referiu-se a mesma não pelo nome, não pelo termo usuária, não por pessoa ou qualquer outra expressão que normalmente imaginaríamos, mas como “aquele macho-fêmea”. Fiquei imaginando como teria sido o contato dessa profissional com essa usuária e, ao atendê-la, pude perceber o quão desconfortável estava. E ela, por mais que eu tentasse, não conseguia se sentir bem naquele espaço e não mais retornou, por mais que precisasse.

A partir dali, passei a ter um olhar mais atento e a observar algumas situações em que notava a ausência de fundamentação teórica de vários profissionais acerca das relações de gênero e da violência contra as mulheres, levando-me a uma permanente inquietação frente à possibilidade de reprodução de uma cultura discriminatória, preconceituosa, patriarcal e sexista por parte daquele que deveria garantir a proteção de todo e qualquer cidadão, de uma cultura que

---

2 Intitulada “Educação para Transformação do Trabalho: Uma Aproximação da Perspectiva dos Gerentes de Unidades Básicas de Saúde de Fortaleza acerca da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde”.

legítima a violência. Inquietação que se vê, constantemente, renovada devido à visualização da invisibilidade da violência contra as mulheres nos serviços não especializados de atendimento a mulher e, muitas vezes, da revitimização dessas.

Partimos da compreensão de que “[...] nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido em primeira instância, um problema da vida prática” (MINAYO, 1994, p. 17), portanto, pautados na atuação como psicóloga na política de assistência social em Maracanaú, bem como no contato contínuo com os trabalhadores, elegemos, como locus de pesquisa, as instituições que compõe a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú.

Maracanaú é um município de contradições, a quinta melhor cidade para se investir, segundo pesquisa realizada por American Cities of the Future 2017/2018, o segundo maior PIB do estado do Ceará e, ao mesmo tempo, a sexta cidade mais violenta do país, com uma taxa de 92,3/100 mil habitantes (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018). Frequentemente, aparece nos meios de comunicação por questões como essas e pelos casos de violência contra mulheres<sup>3</sup>. Contudo, mesmo apresentando esse problema, o município não possui em sua rede de serviços duas unidades essenciais para o enfrentamento dessa violência: o centro especializado de atendimento a mulher e a casa abrigo, permanecendo na dependência de unidades estatais que, além de poucas, ainda são responsáveis pelo atendimento da população de todo o Estado. Afora isso, essa temática só é amplamente debatida (envolvendo ações maiores, com a presença do executivo, legislativo e judiciário, movimentando pessoas de todo o município e usuários de várias políticas públicas) nos meses de março e novembro, em virtude do 8 de março e do 25 de novembro<sup>4</sup>. Assim, quando intitulamos o trabalho como uma forma de abrir a caixa de Pandora<sup>5</sup>, remetemo-nos ao fato de trazer para a discussão no município a violência contra as

---

3 Algumas notícias veiculadas na mídia local e nacional: Mulher é vítima de espancamento em via pública na grande Fortaleza. Polícia Civil investiga se a vítima também sofreu estupro coletivo. Caso aconteceu em Maracanaú (MULHER, 2017); Jovem é morta a facadas no Ceará durante briga com o marido em Maracanaú. Casal teria iniciado a discussão por ciúmes, segundo a polícia (JOVEM, 2017); Mistério em Maracanaú: corpo de mulher é encontrado em matagal, com sinais de violência sexual (RIBEIRO, 2017).

4 No 8 de março, comemora-se o dia internacional da mulher e o 25 de novembro é o dia internacional da não-violência contra a mulher.

5 Segundo a mitologia, Pandora teria aberto a caixa, levada pela curiosidade, de onde saem todas as desgraças e calamidades para a sociedade, a qual vivia tranquila e feliz até então. Ao fechá-la, conseguiu prender em seu interior a esperança, por séculos, encerrada como uma promessa de retorno aos felizes e ditosos tempos da infância da espécie humana sobre a Terra. A esperança, providencialmente encerrada na caixa de Pandora, residiria na possibilidade da superação das condições humanas, a partir da evolução pessoal de cada indivíduo na construção de um mundo melhor.

mulheres como problema social e abordá-la no interior dos mais diversos serviços, especializados e não especializados, em uma tentativa de retirá-lo da invisibilização, devido à subnotificação de casos e os registros incertos.

Desse modo, a pesquisa buscou compreender as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres a partir desse contexto, lugar e tempo, ou seja, a partir dessa experiência. Assim, algumas questões a nortearam: quais serviços referentes a essa questão existem no município? Qual a concepção de enfrentamento à violência contra a mulher concebida pelos sujeitos que estão envolvidos? Quais ações foram produzidas e como o foram? Quais fatores constituem prováveis dificuldades e avanços para a materialização das ações?

O caminho o qual seguimos se baseia em uma pesquisa avaliativa contra hegemônica, a partir de um paradigma experiencial (LEJANO, 2012), concordando com Sondra Farganis (1997) que a epistemologia feminista tece críticas ao modelo cartesiano de ciência, por compreender que o conhecimento do mundo é socialmente construído. Utilizamos uma abordagem qualitativa, e de orientação etnográfica, para aproximarmos-nos da realidade pesquisada. Para a coleta de dados, fizemos uso de pesquisa documental, observação, registro em diário de campo e entrevistas compreensivas (FERREIRA, 2014).

Considerando a violência contra as mulheres como um problema social, decorrente das desigualdades entre os gêneros, e que representa uma violação aos direitos humanos, tomamos como categorias, neste trabalho, gênero, violência e as políticas públicas direcionadas à violência contra as mulheres.

Os suportes teóricos que sustentaram as reflexões propostas ancoram-se em autores clássicos e contemporâneos. Para me aproximar das políticas públicas relacionadas à violência contra as mulheres, utilizei os trabalhos de Lourdes Maria Bandeira (2000), Analba Brazão (2010) e Cecília MacDowell Santos (2005, 2008). Para discutir as questões relacionadas a gênero, apoiei-me em Gayle Rubin (1993), Joan Scott (1995) e Heleieth Saffiotti (1992, 1995, 2004). E, no que concerne a violência, fiz uso dos estudos de Bourdieu (2005, 2014) e Rosa Cobo (2011).

O termo violência acumula muitos sentidos e várias adjetivações, acompanhando o homem e a mulher desde os primórdios da história (OSTERNE, 2008). A partir de um viés pragmático, a violência é vista como ações de indivíduos, grupos e classes que geram a morte de pessoas ou que atingem sua integridade física, mental e/ou moral. Cavalcanti (2012, p. 25-26) alerta-nos que seja melhor

falar em “[...] violências por tratar-se de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser (re)conhecidas e analisadas”. Dentre as várias teorizações existentes, temos em comum a concepção da violência como um problema social e histórico, a qual acrescentamos a sua relação com o poder, a partir de Bourdieu (2005). Para o referido autor, a violência, inclusive a dirigida às mulheres, está relacionada ao exercício do poder simbólico que, por meio de símbolos e signos culturais, perpetua-se, com o intuito de atuar para que as pessoas em situação de violência naturalizem essas situações, aceitando-as, no que o autor denominou de violência simbólica.

Consideramos, assim, a violência como um fenômeno complexo que envolve relações de poder, dominação e submissão. O presente trabalho, que enfoca a violência contra as mulheres, parte da sua compreensão como uma ofensa à dignidade humana e uma manifestação das relações de poder assimétricas, entre homens e mulheres, não podendo ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero<sup>6</sup>. A sua utilização tem início em 1975, quando a antropóloga norte-americana Gayle Rubin, em sua obra *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, advoga a desnaturalização da opressão sofrida pelas mulheres e alarga a definição de gênero, que passa a ir além dos estudos sobre mulheres, estabelecendo o que ficou conhecido como sistema sexo/gênero, no qual o sexo biológico é algo da natureza, portanto, imutável, mas que funciona como base para as construções sociais as quais, por sua vez, fazem parte do gênero.

A década de 1980 traz novas perspectivas para o uso analítico do termo gênero com o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott, no qual é combatido o seu uso apenas numa perspectiva descritiva, propondo uma ruptura com esse conceito e com a oposição natural e universal entre homem e mulher. A referida autora propõe-se a usar gênero como uma categoria analítica e como uma organização inicial das relações sociais entre os sexos, ajudando-nos a compreender as múltiplas formas de se perceber as diferenças entre homens e mulheres. Assim, gênero é entendido como “[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos; o gênero é uma

---

6 O conceito de gênero nasce da luta do movimento feminista para combater a opressão sofrida pelas mulheres e acabar com a justificativa naturalizante dessa questão por meio da distinção de sexo – abordagem pautada na perspectiva biológica – e gênero, pautado nas dimensões histórica, social e política. No entanto, as correntes pós-estruturalistas vêm contestando essas definições, na busca de desconstruir binarismos, vistos como possibilidades de construção de lugares fixos e naturalizados para os gêneros (MATOS, 2008).

forma primária de relações significantes de poder” (SCOTT, 1995, p. 11).

Saffioti (2004, p. 44-45) dialoga com as autoras já mencionadas, mas nos chama a atenção para outros pontos sobre gênero, defendendo que:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995); etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso; o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

A autora nos interpela a não deixarmos à margem, em detrimento do uso de gênero, o conceito de “patriarcado”, o qual visualiza como a principal questão do movimento feminista, sendo entendido como o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, no qual as mulheres são reprodutoras de trabalho doméstico e de sucessores, além de instrumentos para satisfação sexual dos homens. Assim, não defende a eliminação de uso do conceito de gênero, mas que ele não seja utilizado de forma exclusiva, por considerar o patriarcado o único capaz de relacionar-se especificamente à sujeição da mulher<sup>7</sup>.

Concordamos com a autora na apreensão do patriarcado como um sistema de desigualdade e opressão, porém enfatizamos que ele se constitui como uma das possibilidades dentro das relações de gênero. Portanto, partilhamos da concepção de Santos e Izumino (2005), no qual o fenômeno estudado envolve uma diversidade de questões, sendo necessário progredirmos em nossas reflexões sobre as diferenças conceituais. Para tanto, buscamos dialogar com outros pensamentos a fim de tentar dar conta da complexidade a qual envolve a violência contra as mulheres.

---

7 Para Saffioti, gênero, na perspectiva do sistema sexo/gênero, constitui uma categoria neutra, pois não aborda a relação de dominação entre homens e mulheres. Na concepção de Joan Scott, reconhece a importância de compreensão do conceito como uma forma de organização das relações de poder na sociedade. Todavia, faz uma crítica por considerar a questão do poder por Scott dispersa, entendendo que isso dificulta a atuação do movimento feminista no combate à opressão de gênero.

Fundamentar a pesquisa nos estudos mencionados significa tomar gênero não a partir das distinções sexuais; mas, por meio das relações sociais entre mulheres e homens, entendendo como se constroem enquanto sujeitos sociais. Essa é uma categoria analítica, descritiva, histórica e política, pois também surge a partir das discussões acerca da subordinação da mulher, da sua perpetuação no cotidiano e da variedade de instrumentos e símbolos que mantêm a dominação masculina na sociedade, através da desigualdade de gênero imposta.

Assim, a violência de gênero, comumente usada como sinônimo de violência doméstica e familiar, envolve tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, contudo, sabemos ser a primeira muito mais comum (SAFFIOTTI, 2004). Vale destacar que esse tipo de violência engloba a vivenciada nos espaços domésticos e familiar, mas não se restringe a ela. Segundo Saffiot (2004, p. 71),

Não há maiores dificuldades em se compreender a violência familiar, ou seja, a que envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Compreendida na *violência de gênero*, a *violência familiar* pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio [...]. A *violência doméstica* apresenta pontos de sobreposição com a *familiar*. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas (os) e empregadas (os) domésticas (os).

A violência contra as mulheres, uma das modalidades da violência de gênero, é ocasionada pela discrepância de gênero em nossa sociedade, pautada nas condições materiais da vida social e nas contradições sociais (OSTERNE, 2008). Deve-se ressaltar que mesmo algumas formas dessa violência, tendo aspectos afetivos e subjetivos, quando ocorre em relações conjugais e nos espaços domésticos, não está à margem da violência estrutural, pois não se limita a ações pessoais, ocorrendo em determinadas condições históricas e sociais.

Dentre as inúmeras formas de violência, bem como de violência de gênero ocorridas nas relações sociais contemporâneas, vamos nos deter à discussão e à análise da violência contra as mulheres a partir da definição da Convenção de Belém do Pará (2004)<sup>8</sup>, que entende esse fenômeno, em seu artigo primeiro, como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte,

---

8 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA em 06 de junho de 1994, ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995.

dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (CIPEVM, 1994), englobando assim a violência doméstica; a violência ocorrida na comunidade, que pode ter qualquer pessoa como agressor, e a violência praticada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (violência institucional<sup>9</sup>).

Assim, como os debates acerca do gênero iniciam-se na década de 1970, nesse período também tivemos no Brasil o começo das lutas e discussões sobre a violência contra as mulheres o qual, como afirma Santos (2008), foi impulsionado pelos movimentos de mulheres e feministas, passando por várias etapas com estratégias diferentes assumidas pelo Estado na relação com as demandas da sociedade civil. De uma absorção parcial das propostas feministas, traduzindo-as em uma política pública na área da justiça criminal, por meio das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), na década de 1980; a uma nova absorção e “tradução” da bandeira de luta das mulheres com o Estado atuando a partir das perspectivas criminalista e assistencial, sem diálogo entre si, por meio da construção de abrigos temporários e centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência. Em meio aos debates e lutas, tem-se a promulgação da lei 9.099/1995, que dispunha sobre a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIM), e a (re)transformação de uma questão política num assunto privado<sup>10</sup> (DEBERT, 2006).

Vários anos passaram até que o Estado assumisse a postura de construir políticas públicas específicas para mulheres. A partir daí, temos uma série de ações que buscam garantir e efetivar os direitos das mulheres, merecendo destaque a lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que concebe o enfrentamento à violência contra a mulher para além da questão criminal, mudando-se assim a perspectiva vigente até o momento, e abre outras possibilidades, como a atuação conjunta de diversas políticas setoriais; novas unidades de atendimento e acompanhamento e outras propostas de ação, como a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (PNEVCM) (2007), o Pacto Nacional pelo

---

9 Violência Institucional configura-se pela ação e/ou omissão nas instituições prestadoras de serviços públicos.

10 Debert e Oliveira (2007) apontam que os JECRIM realizavam procedimentos conciliatórios a partir de uma perspectiva de defesa da família, compreendida como espaço de afeto e de hierarquias. Assim, frequentemente havia um incentivo para que a mulher não representasse contra o seu agressor de forma a devolver a resolução do crime para o espaço doméstico.



Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (2007) e o Programa Mulher: Viver sem Violência (2013).

Já tivemos muitos avanços no que se trata de legislação, de construção de políticas públicas e de unidades para a oferta de serviços. Apesar disso, em termos comportamentais e culturais, na perspectiva da prevenção, ainda caminhamos a passos lentos. Como afirma Solnit (2017, p. 118), “[...] a estrada é uma imagem clara, fácil de imaginar, mas engana quando nos diz que a história da mudança e da transformação é um caminho linear”.

Mesmo com toda a luta e discussão trazida, continuamos com índices intoleráveis de violência contra as mulheres. De acordo com dados do Mapa da Violência 2015, no período de 1980 a 2010, foram assassinadas 91 mil mulheres no Brasil, existindo um crescimento de 252% dos registros de mortes de mulheres nesse período (WAISELFIZ, 2016), sendo o ambiente doméstico apontado como o espaço de maior perigo para elas e o assassino alguém da família ou próximo.

Dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017) revelam que o Brasil registrou, no ano de 2016, 135 estupros por dia (totalizando 49497 casos) e 4657 registros de mulheres assassinadas, sendo 533 classificados como feminicídio.

Já a pesquisa “Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil” aponta que 59% dos entrevistados conhecem alguma mulher que já sofreu agressão, 27% das mulheres afirmam terem sofrido agressões graves e 15% dos homens entrevistados dizem as terem cometido contra as mulheres. Quando questionados os motivos os quais podem ter contribuído para a ocorrência da violência, 36% acreditam que os homens se sentem donos das mulheres e 15% compreendem que a mulher é a responsável por provocar as situações de violência (INSTITUTO AVON, 2015).

Vale lembrar ainda que os anos de 2017 e 2018 iniciaram-se com crimes de feminicídio. Em 2017, em Campinas (SP), o ex-marido de Isamara Filier invadiu a casa onde ela estava com a família no réveillon e saiu atirando, matando-a e também outras 11 pessoas. Em 2018, em Fortaleza (CE), Stefhani Brito foi morta pelo ex-companheiro também no primeiro dia do ano, o qual saiu transitando com a jovem morta na garupa de sua moto por horas no bairro Mondubim<sup>11</sup>. Ressalta-se

---

11 2018 começa com mais um brutal caso de feminicídio. **Revista Fórum**, Santos, 01 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2018/01/02/2018-comeca-com-mais-um-brutal-caso->

ainda que no Ceará, em 2017, houve um aumento de 71,5% na taxa de homicídios contra mulheres<sup>12</sup>.

Não devemos deixar de registrar a morte da vereadora Marielle Franco que, devido a toda a sua plataforma política, bem como suas defesas de lutas, não deixa de representar, como defendeu Ela Wiecko, “uma resistência desse patriarcado brasileiro que está na política”<sup>13</sup>. Assim, essa morte tem um triplo significado: o feminicídio, o genocídio negro e o assassinato de ativistas políticos na América Latina.

No que concerne às possibilidades de mudanças de comportamento da sociedade brasileira, pesquisa realizada pela AVON (2015), com jovens de todo o país, mostra que 96% dos jovens aprovam a Lei Maria da Penha e reconhecem a existência de machismo; mas, boa parte ainda, reprova comportamentos não conservadores da mulher: 25% concordam se uma mulher usa decote e saia curta é porque está se oferecendo para os homens; 41% que a mulher deve ficar com poucos homens e 51% que a mulher deve ter a primeira relação sexual com um namorado sério. Aqui, observamos, mais uma vez, uma organização social que privilegia o masculino. Concordamos com Saffioti (2004, p. 50) que

[...] os homens, como categoria social, têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria.

Isso é fruto de construções sociais que acabam justificando manifestações de poder do homem sobre a mulher, culminando na legitimação e naturalização da violência, vistas comumente em manifestações culturais (músicas, novelas, filmes), das quais destacamos o funk de MC Diguinho, “Só surubinha de leve”, lançado em janeiro de 2018 e descrito como sucesso do carnaval, que traz em

---

de-feminicidio/> Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

12 TAXA de homicídios contra mulheres cresce 71,5% no Ceará em 2017. **O Povo**, Fortaleza, 03 jan 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/taxa-de-homicidios-contra-mulheres-cresce-71-5-caucaia-e-sga-lideram.html>> Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

13 Ela Wiecko é subprocuradora-geral da República e coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Ministério Público Federal (MPF). Ver: FERNANDES, Marcella. Ela Wiecko vê crime de feminicídio no assassinato da vereadora Marielle Franco. **Agência Patrícia Galvão**, São Paulo, 21 março de 2018. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/ela-wiecko-ve-crime-de-feminicidio-no-assassinato-da-vereadora-marielle-franco/> Acessado em: 03 de abril de 2018.

sua letra o trecho “Taca bebida, depois taca pica e abandona na rua”<sup>14</sup>, numa clara apologia ao estupro. As questões apontadas pela pesquisa e comumente presentes em manifestações artísticas<sup>15</sup> são enfatizadas por Saffiotti (2004, p. 27), ao falar que

[a] mulher foi socializada para conduzir-se como caça que espera o ‘ataque’ do caçador. À medida, no entanto, que se liberta deste condicionamento, passa a tomar a iniciativa seja no seio do casamento, seja quando deseja namorar um rapaz. Como o homem foi educado para ir à caça, para, na condição de macho, tomar sempre a iniciativa, tende a não ver com bons olhos a atitude de mulheres desinibidas, quer para tomar a dianteira no início do namoro.

Também observamos dificuldades de reconhecer a violência que não seja a física. Pesquisa realizada no ambiente universitário revela que as mulheres sofrem mais violência que as que os homens reconhecem cometer: 10% das mulheres relatam espontaneamente ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas; mas, quando estimuladas com uma lista de situações, esse número cresce para 67%. Entre os homens, 2% admitem espontaneamente, mas 38% reconhecem ter cometido às ações apresentadas na lista. Visualizamos que a violência ainda é de difícil reconhecimento, pois

[...] os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para mulheres são muito tênues, chamando atenção que cada mulher colocará o limite em um ponto distinto entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mesmo se tratando de um mecanismo da ordem do social, cada mulher interpretará uma ruptura da integridade de forma singular (SAFFIOTTI, 2004, p. 24).

Mesmo com leis e unidades de proteção, pesquisa realizada pelo DATASENADO<sup>16</sup>, em 2015, revela que 43% das mulheres não se sentem tratadas com respeito no Brasil<sup>17</sup> e 56% apontam estar protegida, uma queda de 10%

---

14 FUNK com apologia ao estupro causa revolta e mulheres criam música em resposta. **O Povo**, Fortaleza, 17 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/01/funk-com-apologia-ao-estupro-causa-revolta-nas-redes-sociais.html>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

15 Alguns exemplos de músicas: Esse Cara sou eu (Roberto Carlos), Loira Burra (Gabriel O Pensador), Ai que saudades da Amélia (Mário Lago), Trepadeira (Emicida), Me Lambe e esporrei na Manivela (Raimundos), Run for Your Life (The Beatles), O Julgamento (Amado Batista), Faixa Amarela (Zeca Pagodinho), Marina (Dorival Caymmi), Se eu Largar o Freio (Péricles). Temos como exemplo em novelas, o personagem Tião Bezerra de A lei do Amor, e de filme a clássica “cena da manteiga” em o Último Tango em Paris.

16 O tema da violência doméstica e familiar é acompanhado pelo DataSenado em série histórica desde 2005. A cada dois anos, uma nova rodada da pesquisa é realizada.

17 Dentre as muitas expressões desses desrespeitos, tivemos uma, recentemente, que ganhou maior repercussão, um twitter em que Milton Vavassovi, executivo da multinacional Promarc e apoiador do pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro, escreve "Saudades do tempo que mulher dava a buc\*\*\* e não opinião", em resposta a postagem de uma feminista. Ver: POSTAGEM misógina no Twitter leva

referente à mesma pergunta em 2013. Assim, tem crescido o desrespeito (que hoje, graças às lutas feministas têm nomes: violência doméstica, *mansplaining*<sup>18</sup>, *gaslighting*<sup>19</sup>, cultura do estupro) e diminuído a sensação de proteção, o que podemos ver facilmente no mundo *on-line*, resguardado muitas vezes pela anonimidade, onde as mulheres que expressam opiniões acerca de seus direitos são ameaçadas de estupro e morte, xingadas e desqualificadas, sofrem com a prática de *doxing*<sup>20</sup>, afinal, é uma tática antiga e comum o perpetrador atacar a credibilidade da vítima. Nancy Fraser (2009, p. 13) afirma que

As críticas feministas de, por exemplo, assédio sexual, tráfico sexual e desigualdade salarial que pareciam revolucionárias não faz muito tempo, são princípios amplamente apoiados hoje; contudo essa mudança drástica de comportamento no nível de atitudes não tem de forma alguma eliminado essas práticas.

Assim, por mais debatido que seja esse tema, ele é sempre novo, pois a cada novo caso, novas discussões e possibilidades de enfrentamento são postas à mesa. Sendo um fenômeno complexo e de várias faces, presentes em todas as classes, raças e etnias, os estudos não se esgotam. Cada sociedade, em cada tempo histórico, tem apresentado uma forma de expressar e lidar com a violência, porém a violência contra a mulher permanece manifestando a constante opressão do homem sobre a mulher.

Temos visto, na atual conjuntura, uma onda de direita ultraconservadora mundialmente, que tem impactado também nos direitos das mulheres. Observamos, nos últimos anos, por exemplo, em Burundi, uma lei sobre a violência contra mulheres que atribui a culpa à mulher que sofre violência baseada em gênero por se vestir “de forma indecente” ou por “comportamento imoral”; em Bangladesh, uma

---

executivo apoiador de Bolsonaro à demissão. **Revista Fórum**, Santos, 12 março 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/postagem-misogina-leva-executivo-a-demissao/>> Acesso em 03 de abril de 2018.

18 *Mansplaining* designa situações em que um homem explica algo a uma mulher, como se ela não fosse capaz de entender ou não soubesse nada sobre o que está falando.

19 *Gaslighting* é uma forma de abuso psicológico no qual informações são distorcidas, inventadas e/ou omitidas para favorecer o abusador e fazer a vítima duvidar de sua própria memória e sanidade.

20 *Doxing* é um tipo de violência virtual em que são divulgados publicamente endereços e informações privadas de pessoas e organizações a que se quer atingir de forma a dizer que estão sendo monitoradas, estando expostas a alguma ação contra elas. Em janeiro de 2018, a Procuradoria da Mulher do Senado Federal enviou um ofício ao ministério da justiça e Segurança, fazendo Denúncia de “*doxing*” e incitação ao ódio e agressão física a feministas negras de Salvador. Ver: SENADO FEDERAL. **Terrorismo contra Feministas**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/destaques-noticias/terrorismo-contra-feministas>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

nova legislação sobre casamento infantil; na Rússia, uma lei que descriminaliza a violência doméstica e a oposição resistente de grupos em alguns países (El Salvador, República Dominicana, Honduras e Nicarágua) ao acesso a direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. As diversas formas de violência são tão presentes que o papa Francisco, em visita ao Peru, chegou a chamá-las de praga, afirmando que existem muitos “casos de violência que ficam silenciados por trás de tantas paredes” e convidando todos “a lutar contra essa fonte de sofrimento por meio da legislação e de uma cultura que rejeita todo tipo de violência”<sup>21</sup>.

No Brasil, também vivemos um momento de ameaças e retrocessos aos direitos das mulheres, iniciado mais fortemente e sem máscaras durante a campanha eleitoral de 2014, quando visualizamos traços misóginos, buscando desqualificar em aspectos pessoais e técnicos a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da república. Após o golpe jurídico-parlamentar-midiático e a tomada da presidência pelas forças ultraconservadoras da sociedade brasileira (banqueiros, ruralistas, evangélicos, grandes meios de comunicação de massa...), temos observado uma série de ações direcionadas a deixar à margem as mulheres: o governo extremamente masculino de Michel Temer; a nomeação da socióloga e “ex-feminista” Fátima Pelaes (PMDB-AP) para a Secretaria de Políticas para Mulheres; a apresentação da primeira-dama nos meios de comunicação de massa como um modelo de mulher por ter as qualificações de “bela, recatada e do lar”<sup>22</sup> e sua indicação para direção do Programa “Criança Feliz” coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>23</sup> e os discursos vergonhosos do presidente durante o dia internacional da mulher, definindo-as como as pessoas mais competentes para os cuidados do lar e da família<sup>24</sup> e, na entrega de moradias do programa “Minha Casa, Minha Vida”, em Pernambuco, quando as chamou de “senhoras do lar”<sup>25</sup>.

---

21 Em sua fala, o papa disse: “Gostaria de convidar vocês a combater uma praga que atravessa a nossa América Latina: os numerosos casos de crimes violentos contra a mulher, de espancamentos até estupro e assassinato”. Ver: BRASIL 247. **Violência contra a mulher é praga que precisa ser combatida, diz Papa Francisco.** Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/mundo/337971/Viol%C3%Aancia-contra-a-mulher-%C3%A9-praga-que-precisa-ser-combatida-diz-Papa-Francisco.htm>>. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

22 Ver reportagem: LINHARES, Juliana. **Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”.** **Veja**, São Paulo, 18 abril 2016.

23 Segundo o Ministro Osmar Terra, o programa buscará atender cerca de 4 milhões de crianças de zero a quatro anos, beneficiárias do Programa Bolsa Família, que serão atendidas em casa para avaliação médica, psicológica e pedagógica. Segundo um dos assessores presidenciais, Marcela Temer é mãe e tem todas as qualidades necessárias para atuar na área social (IGLESIAS; BARRETO, 2016).

24 Trecho da fala do presidente: “Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao

No âmbito do legislativo, também enfrentamos constantes ameaças, sendo as mais recentes a instituição de uma comissão no Senado analisando sugestão popular para tirar o feminicídio do Código Penal e a PEC 181/2015, conhecida como “Cavalo de Tróia das Mulheres”<sup>26</sup>. O estado do Ceará não fica de fora, tendo, recentemente, a formação de uma Frente Parlamentar contra “ideologia de gênero” na Assembleia Legislativa. Na própria garantia de nossos direitos, algo já posto e estabelecido, vemos casos como o do ex-médico Roger Abdelmassih, condenado por dezenas de estupros, que recebeu um *habeas corpus* permitindo sua prisão domiciliar; o da adolescente que sofreu um estupro coletivo no Rio de Janeiro, em 2016, e que teve que escutar insinuações de sua culpabilização pelo delegado que estava inicialmente a frente do caso; o da professora Estela Pacheco que, há 17 anos, foi assassinada por um fazendeiro com quem teve uma breve relação amorosa, sendo o júri popular adiado por sete vezes<sup>27</sup> e o lançamento de livro intitulado “A discriminação do gênero-homem no Brasil em face à Lei Maria da Penha”, de autoria do juiz de Direito Criminalista Gilvan Macêdo dos Santos, no salão nobre do Tribunal de Justiça de Pernambuco<sup>28</sup>. Assim, concordamos com Saffioti (2004), ao afirmar que as relações patriarcais e suas hierarquias e sistemas de poder não se localizam apenas na sociedade civil, mas também no Estado.

---

lado da Marcela, do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher [...] ela é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados e identificar flutuações econômicas no orçamento doméstico”. Ver reportagem: PRAGMATISMO POLÍTICO. **Discurso de Temer no Dia da Mulher vira Vergonha Internacional.** Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/discurso-de-temer-no-dia-da-mulher-vira-piada-internacional.html>>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

25 No discurso, Temer disse “que a mulher ainda é tratada como figura de segundo grau no Brasil” e que, “se a sociedade vai bem, é porque as pessoas tiveram boa formação em casa, e quem faz isso é a mulher”. Ver reportagem: EM novo ataque machista, Temer refere-se às mulheres como “senhoras do lar”. **Revista Fórum**, Santos, 20 dez 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/2017/12/20/em-novo-ataque-machista-temer-se-refere-as-mulheres-como-senhoras-do-lar/>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2018.

26 Originalmente a proposta de emenda à constituição tinha como objetivo ampliar o período de licença maternidade para as mães de prematuros. Contudo, numa manobra, modificaram o texto, colocando a vida como inviolável desde a concepção e, conseqüentemente, criminalizando totalmente o aborto no Brasil.

27 NOVAES, Marina. Caso Estela Pacheco: os 17 anos de espera de uma família por justiça. **El País**. 23 Março 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/21/politica/1521649986\\_468307.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/21/politica/1521649986_468307.html)>. Acesso em 03 de abril de 2018.

28 LANÇAMENTO de livro com temática anti-Lei Maria da Penha no TJPE causa indignação na internet. **Marco Zero**, Recife, 19 dez 2017. Disponível em: <http://marcozero.org/lancamento-de-livro-com-tematica-anti-lei-maria-da-penha-no-tjpe-causa-indignacao-na-internet/> Acessado em 04 de fevereiro de 2018.

A retração do Estado, em termos de políticas públicas, e sua ampliação para o mercado financeiro, com a adoção de medidas que reduzem as políticas de proteção social e os benefícios de transferência de renda<sup>29</sup>, que ainda hoje se configuram como uma das vias de integração social das mulheres, tanto no mercado de trabalho como no espaço público; a reforma trabalhista e a proposta de reforma da previdência propiciam um crescimento de modalidades de trabalho flexíveis e um retorno ao trabalho doméstico e do cuidar não-remunerados que, historicamente, recaem sobre as mulheres, retomando sua subordinação e vulnerabilização. De acordo com Santos (2013, p. 76-77), “[...] todos os cortes nas despesas sociais do Estado representam sobrecarga para a sociedade-providência e, sobretudo para as mulheres, que são consabidamente as grandes artesãs da sociedade-providência”.

E para fechar toda a série de ações na qual se tenta perpetuar uma ideologia patriarcal, ainda temos a violência contra as mulheres que, por meio da atual omissão do governo federal - que cortou, em maio de 2017, 61% (de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões) das verbas destinadas ao atendimento de mulheres em situação de violência e reduziu em 54% (de R\$ 11,5 milhões para R\$ 5,3 milhões) o orçamento para políticas de incentivo à autonomia das mulheres - continua sendo praticada. Nesse mesmo período, tivemos uma nova organização dos órgãos da presidência e dos ministérios, por meio da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, em que a Secretaria de Políticas para as Mulheres sai do Ministério da Justiça e da Cidadania e volta a ser vinculada à Secretaria de Governo da Presidência. Fato que nos leva a questionar se esse não seria um retrocesso ainda maior, tendo em vista o caráter extremamente misógino do atual governo. Como uma Secretaria vinculada diretamente a ele poderá formular e articular políticas públicas para as mulheres?

Ainda com relação a essa temática, o estado do Ceará também tem se mostrado, nesse caminho, negligente no que se refere à violência contra as mulheres. Fato que foi destaque na conjuntura local no último 08 de março, quando a ativista Maria da Penha endereçou uma carta ao governador do Ceará, Camilo

---

29 Já enquanto governo interino foi alterada toda a estrutura do Estado com extinção de vários ministérios ligados a programas sociais. Tivemos, nos dias seguintes do governo, o enfraquecimento e desmonte do INSS; o fim dos subsídios à baixa renda no Minha Casa, Minha Vida; a ameaça de corte no Programa Bolsa Família; a suspensão do FIES, PROUNI E PRONATEC; a transferência ao PMDB da gestão de recursos contra a seca no Nordeste; a revisão da demarcação de terras indígenas e desapropriações; as propostas de reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio e a PEC 241/55, conhecida como PEC do Teto (atual Emenda Constitucional 95), que impõe um teto aos gastos públicos pelos próximos 20 anos.

Santana; e ao prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, pedindo melhor estrutura de proteção às mulheres vítimas de violência<sup>30</sup>, e manifestantes ocuparam a Casa da Mulher Brasileira<sup>31</sup>, em Fortaleza, reivindicando a entrega desse equipamento, concluído desde 2016<sup>32</sup>.

Os dados apontados revelam o quanto os vários tipos de opressão e violência contra as mulheres vêm tomando proporções significativas e o quanto a sua erradicação ainda se encontra longe de ser alcançada. Além disso, permitem-nos refletir que, apesar de os esforços para enfrentar a violência contra as mulheres, a sociedade e o Estado continuam reproduzindo a cultura patriarcal e sexista, sendo que “[...] este último constitui-se e reconstitui cotidianamente no compasso desritmado entre o discurso construído por meio dos instrumentos [...] e a prática atávica dos agentes e serviços estatais teoricamente garantidores de direitos” (CFEMEA, 2014, p. 7).

Essas velhas e novas formas de violência sofrida pelas mulheres, como nos alerta Cobo (2011), configuram-se como uma resposta do patriarcado à autonomia e à liberdade conquistada. Temos que compreender os novos caminhos percorridos por esse sistema, após todas as mudanças sociais do final do século XX e início do século XXI, e por onde ele se fortalece, pois como já tratamos,

[...] podemos ver muitas formas de ataque às mulheres – não só dos seus parceiros, mas também de conhecidos e desconhecidos, de políticas e do Estado – como controle coercitivo. [...] Às vezes, a violência desempenha um papel, mas a coerção ocorre por muitos outros meios, inclusive pela criação de leis punitivas que tolhem direitos. Não é difícil ver que uma legislação que diz se concentrar nos direitos dos não nascidos, em vez de nos direitos das mulheres que carregam os não nascidos, na verdade, concentra-se nos direitos dos homens e do Estado e não no corpo das mulheres; tampouco é difícil ver no esforço de negar acesso à contracepção e ao aborto um ataque à autonomia, à capacidade de ação e ao direito das mulheres de escolherem o que o sexo significa para elas, de terem controle sobre o próprio corpo, de buscarem prazer e intimidade sem se submeter às enormes exigências da maternidade, ou de escolherem essa maternidade segundo seus próprios termos (SOLNIT, 2017, p. 46 - 47).

Observamos, como afirma COBO (2011), que o patriarcado

---

30 MADEIRO, Carlos. Após 35 anos da violência contra mim, a negligência permanece no país, diz Maria da Penha. **UOL**, 08 março de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/08/apos-35-anos-da-violencia-contra-mim-a-negligencia-permanece-no-pais-diz-maria-da-penha.htm>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

<sup>31</sup> MANIFESTANTES ocupam Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 08 março de 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/03/manifestantes-ocupam-casa-da-mulher-brasileira-em-fortaleza.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

<sup>32</sup> Após intensas manifestações de movimentos sociais, a Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada recentemente, no dia 23 de junho de 2018.



contemporâneo sente-se ferido com os avanços de direitos das mulheres e assim, em conjunto com outros sistemas sociais opressores, como o capitalismo, organiza-se em uma reação patriarcal. Dessa forma, consideramos relevante continuar a discussão sobre essa temática, pois ainda há muito que se construir.

Deve-se mencionar ainda que, ao fazermos uma busca nas principais bases bibliográficas de pesquisa, verificamos que muito se tem estudado sobre o exercício do judiciário, da segurança pública, dos serviços especializados no enfrentamento à violência contra as mulheres e da atuação da rede de atendimento; bem como que há uma vasta discussão sobre a assistência às vítimas e à punição aos agressores. Todavia, pouco se tem estudado na área da gestão pública ou diretamente sobre a política e temos uma lacuna referente às estratégias utilizadas pelos diversos atores institucionais envolvidos no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Por fim, esperamos com este estudo, a partir do conhecimento da realidade, colaborar na construção ou na organização das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú, possibilitar o debate sobre a importância das políticas institucionais na superação das desigualdades de gênero e, por meio da reflexão dos agentes do Estado, proporcionar o início da transformação de suas práticas. Pois, como aborda Solnit (2017), as forças e as ideias que Pandora deixou sair não entram nunca mais para a caixa. Mesmo que haja forças que tentem deter nossos avanços, não se pode convencer a maioria das mulheres, ou aqueles que já entenderam nossa luta, de que nós não deveríamos ter direitos ou de que somos as culpadas pela violência que sofremos. Como afirma a autora: “[...] as mudanças práticas ocorrem depois de mudanças em corações e mentes” (Ibidem, p. 181).

A dissertação, dividida em cinco capítulos, foi construída de forma que abrangesse o processo e os conhecimentos elaborados durante a pesquisa. No segundo capítulo tratamos da avaliação de políticas públicas como uma área de pesquisa dentro do campo de públicas e da apresentação dos percursos metodológicos, com as várias etapas na realização do trabalho. Descrevemos e justificamos as posturas avocadas nos contatos e no convívio com o campo de investigação, bem como as escolhas, o lócus da pesquisa e os mecanismos utilizados para a construção dos dados.

No terceiro capítulo, abordamos as relações de gênero e a violência contra as mulheres, trazendo a discussão da questão de gênero desde sua origem até os dias atuais, destacando a naturalização das desigualdades de gênero e suas consequências, dentre elas, a violência contra as mulheres, em suas velhas e novas formas.

No quarto capítulo, apresentamos as políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, por meio de um resgate do processo de inserção dessa temática na agenda pública e das fases da abordagem e da forma de responder a essa questão pelo Estado até a atual forma adotada: a Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

No quinto capítulo, trazemos as especificidades e as estratégias da experiência da PNEVCM em Maracanaú. Realizamos um mapeamento das instituições de enfrentamento à violência contra as mulheres; discutimos as formulações e a organização da política estudada, por meio de sua adequação e sua improvisação no governo municipal, e apresentamos as estratégias locais, considerando suas potencialidades e barreiras.

Finalizamos com as considerações finais quando apresentamos o enfrentamento na sua relação entre o texto da política e o contexto local.

## 2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUINDO AS TRILHAS DA PESQUISA AVALIATIVA

### 2.1 A construção do campo de Avaliação de Políticas Públicas

A literatura referente à formação da sociedade brasileira (interpretação de intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Florestan Fernandes e Raimundo Faoro) contribui, incontestavelmente, nas inúmeras tentativas de explicação da constituição de nossos aspectos sociais, culturais, políticos e econômico, permitindo a compreensão de traços tão marcantes de nosso comportamento, enquanto indivíduos e sociedade, e sua origem temporal longínqua. Dentre esses traços, destacamos o caráter patrimonialista, estamental e patriarcal da sociedade e do Estado brasileiro, o qual, apesar das “revoluções”<sup>33</sup> e das alterações de perspectivas impostas pelas mudanças globais que rebateram no país, existiu por toda nossa história e mantém heranças ainda hoje.

A gestão pública do Brasil conserva forte relação com a construção de sua sociedade e Estado. Porém, nesse espaço, faz-se incompatível a manutenção concomitantemente de poderes racional-legal e patrimonialista. Entretanto, no Brasil, acostumado a importar modelos e adequá-los aos interesses de suas elites, o que visualizamos, ao longo da história, é a conciliação do patrimonialismo estatal com o modelo jurídico liberal (porque o liberalismo se tornou cada vez mais conservador e distante dos princípios democráticos). Dessa forma, não houve um impasse entre a tradição e a modernidade. Sabemos, ainda, que a distinção entre bens públicos e privados é uma das características indispensáveis à gestão democrática do Estado e de suas instituições. E aqui começa o problema estrutural para que alcancemos uma real implantação da democracia. O Brasil vive um Estado democrático de direito formal e uma democracia inacabada, incapaz de proporcionar instrumentos que gerem uma cidadania ativa e que acaba por reforçar a exclusão social e política. Esses fatores influenciam diretamente na gestão e na execução das políticas públicas, principalmente, as que estão vinculadas aos direitos sociais. Assim, as

---

33 Usamos o termo revoluções a partir da perspectiva de Carlos Nelson Coutinho (2008), para o qual as revoluções no Brasil ocorreram por meio de mudanças societais que conciliaram aspectos modernos e conservaram características da ordem anterior, todas das classes dominantes, excluindo da possibilidade de participação as camadas populares, sendo, por isso, denominadas, de revolução “pelo alto”.

formas como se constituíram e se mantiveram as relações de poder ao longo de nossa história, bem como a configuração de um Estado forte, claramente a serviço dos interesses privados, vão de encontro a uma gestão verdadeiramente democrática do Estado e das políticas públicas.

Contudo, os 13 anos de governos democráticos populares (2003 - 2016) que tivemos no Brasil marcaram a forte retomada da importância de discussões no campo de políticas públicas, bem como das instituições as quais as executam, o que rege suas decisões, sua elaboração, sua implementação e sua avaliação, sendo a última subárea a qual destacaremos aqui.

Para compreender o desenvolvimento da função da avaliação de políticas públicas em determinados países ou em regiões, não podemos restringir nosso olhar a ela, faz-se necessário conhecer o contexto sociopolítico (as formas de desenvolvimento do Estado, os governos, a sociedade civil e suas relações com o Estado e o desenho e a implementação de políticas públicas), pois como aborda Neirotti (2012, p. 5) “[...] la evaluación es función de la toma de decisiones em políticas públicas y éstas son el resultado de las condiciones sociopolíticas”.

O referido autor afirma que na América Latina, a avaliação de políticas e programas caracteriza-se a partir de três momentos: 1) no plano do planejamento normativo do tipo de desenvolvimento, que corresponde ao período do Estado de bem estar-social; 2) nas reformas de Estado orientadas pelo Consenso de Washington, período de emprego das políticas neoliberais e 3) no retorno do Estado e do protagonismo da sociedade civil, espaço de tempo em que a região teve a sua frente governos de cunho progressista.

Cada um desses momentos deu um foco diferente para a avaliação e utilizou de metodologias distintas. No Estado de bem-estar social<sup>34</sup>, as atenções

---

34 Estado de bem-estar social, estado-providência são expressões utilizadas para designar a forma de regulação estatal nas áreas econômica e social em cada nação. Contudo, esse processo inicia-se na Inglaterra sobre a denominação de Welfare State devido a primeira grande crise do capital (1929-1932) e os prejuízos advindos da segunda guerra mundial, quando se chegou ao consenso da necessidade de regulação estatal, que só foi possível devido a alguns elementos: 1) construção de políticas keynesianas, 2) instituição de serviços e políticas sociais, com o objetivo de gerar demanda e aumentar o consumo, 3) um acordo entre capital e trabalho. Os princípios que direcionam o Welfare State são: a responsabilidade do Estado na garantia das condições de vida dos cidadãos, universalidade dos serviços sociais e instauração de serviços de assistência social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). O Brasil, por sua vez, nunca chegou a constituir um Estado de Bem-estar social, pois, apesar da intervenção estatal na economia ter início na Era Vargas, mantendo-se no período da ditadura militar, os mais beneficiados foram os empresários brasileiros e estrangeiros. Além disso, não tivemos intervenção estatal na área social, não havendo a construção de políticas sociais universais.

eram direcionadas ao controle dos processos estabelecidos anteriormente pelos planejadores. A assertiva que guiava os analistas de políticas públicas era que um bom planejamento assegurava o alcance dos resultados esperados, sendo, assim, criadas instituições que produziam informações estatísticas com o único intuito de acompanhar os planos.

No momento seguinte, caracterizado pelo neoliberalismo<sup>35</sup>, o foco caiu sobre os resultados. As metodologias buscavam destacar os impactos e os resultados obtidos com a política/programa, através de abordagens estritamente positivistas e com um grande rechaçamento de abordagens fenomenológicas, construtivistas ou hermenêuticas, tidas como "não-científicas". Tinha-se liberdade nos modos de implementação e nos diversos espaços governamentais. Contudo, deixou-se em aberto a questão sobre os processos, "[...] de modo que no se podía contar con explicaciones causales sobre la incidencia de los múltiples aspectos de la implementación en los resultados de los programas" (NEIROTTI, 2012, p. 12).

Cabe destacar que, nesse momento, tivemos no Brasil um crescente interesse pela avaliação de políticas públicas, por dois motivos: 1) a atenção dada aos gastos públicos, em meio ao adensamento da crise fiscal e a conseqüente escassez de recursos para responder as necessidades da população atingida pelas reformas estruturais, realidade mundial; 2) as transformações que ocorriam na sociedade brasileira, com os novos arranjos em governos locais que "[...] despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre os 'micro' mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo" (ARRETCHE, 2003, p.7-8). Assim, acabamos estabelecendo dois modelos de avaliação, a avaliação gerencialista, focada na questão fiscal e na obtenção de aspectos como eficiência, eficácia e efetividade; e outra, ainda realizada mais nos ambientes acadêmicos, que não se restringe a mensuração da eficiência dos gastos públicos, mas inclui um processo de conscientização da sociedade civil, a avaliação não-gerencialista.

A perspectiva gerencialista foi incorporada pelo Estado contemporâneo numa retradução do universo do capital, inicialmente por meio de uma função

---

35 A crise capitalista de 1969-1973 possibilitou a crise do Welfare State e abriu espaço para que as ideias neoliberais pudessem avançar. Essas se traduzem na não intervenção estatal na regulação do comércio e dos mercados financeiros e na estabilidade monetária, como principal objetivo, o que só ocorreria por meio da contenção dos gastos sociais e de reformas fiscais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

orçamentária e, a partir dos anos 1980, pela prática da avaliação de políticas públicas por intervenção de instituições internacionais de fomento. Todavia, nesse transcurso, existiram contradições, pois o Estado absorveu a lógica de mercado e a política que iam de encontro à lógica social tão demandada durante o processo de democratização brasileiro, na qual não se lutava apenas por políticas públicas, mas também por outro modelo de Estado, não clientelista e menos focado na racionalidade gerencialista.

A década de 1990 veio no sentido de fortalecer a avaliação na gestão governamental, justificando-se na modernização da gestão pública e na reforma do Estado, a qual buscou remodelar e adaptar a administração pública para as expectativas do mercado internacional, visando dotar a máquina pública de eficiência. Assim, teve início, em 1995, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), sob a batuta do então Ministro Bresser Pereira, cujo ponto central era trazer o enfoque gerencialista para a gestão pública, o qual implicou redução de custos, principalmente, na área social; descentralização administrativa, através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias e as organizações sociais, e foco nas atividades exclusivas de Estado. A perspectiva avaliativa que é reforçada é uma versão canônica, ou seja, aquela comumente apontada em manuais, entendida como a etapa final do ciclo de políticas públicas, a qual mensuraria os resultados de uma ação, ofertando informações para o delineamento de novas intervenções ou o aperfeiçoamento de políticas ou programas públicos e como instrumento de *accountability* (FARIA, 2005). De acordo com Vieira (1997, p. 70 - 71),

[...] [no] Brasil, desde o tempo da elaboração da Constituição de 1988, a febre avaliatória ganha dimensão de epidemia e os avaliadores metamorfoseiam-se em festejados demiurgos [...]. Esta nova fase de acumulação capitalista não se importa com direitos. Seus filhos mais queridos, os recentes avaliadores, nutrem-se do relativismo tão a gosto da meritocracia.

Essa *febre avaliatória* utilizou-se de metodologias específicas pautadas nos direcionamentos de instituições multilaterais, como o Banco Mundial, o BID e a ONU<sup>36</sup>. A avaliação de políticas e programas públicos iniciava-se por uma

---

36 Essas instituições têm pautado e influenciado as práticas avaliatórias. O BID, por exemplo, criou em 1994 o Modelo de Marco Lógico, um instrumento que objetivava conceituar, desenhar, executar e avaliar projetos. Outra iniciativa dessa organização foi o Projeto Fortalecimento da Função Avaliativa na América do Sul, que estuda os avanços no campo da avaliação em países da América Latina,

determinação exata do que seria avaliado, seguindo-se critérios de objetividade e neutralidade, ou seja, uma epistemologia positivista e funcional, garantindo a racionalidade técnica formal, compreendida como um modelo único e universal. Deixa-se a margem das discussões os diversos sujeitos envolvidos nas políticas, bem como os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, e suas contradições, nos locais onde se realizam as políticas.

Nessa perspectiva, tem-se a ideia de que “dados e fatos falam por si”, preocupando-se, excessivamente, com a técnica. Como afirma Januzzi (2016, p. 122),

[...] o emprego da técnica pela técnica parece estar tomando o lugar, o tempo e o empenho das equipes, em detrimento de análises multidisciplinares e circunstanciadas com que devem ser tratadas as problemáticas complexas que envolvem a produção dos serviços sociais na educação, saúde pública, qualificação profissional ou desenvolvimento social [...]. Alguns centros de pesquisa parecem investir em saber cada vez mais sobre cada vez menos, apostando na ortodoxia clássica do recorte disciplinar dos objetos de análise, decisão que pode ser plausível no mundo acadêmico, mas uma escolha equivocada no universo complexo e interdisciplinar das Políticas Públicas.

Essas avaliações têm sido consideradas, segundo Januzzi (2016), o padrão-ouro, sendo reforçadas pelos organismos internacionais financiadores de projetos sociais, por meio de uma lógica perversa em que só são disponibilizados recursos para ações nas quais o gestor comprometa-se a seguir, esse modelo de avaliação, independente da intervenção que será realizada, de questões operacionais ou éticas. Nessa perspectiva, tem sido considerado válido as escolas de Políticas Públicas baseadas em evidências<sup>37</sup> e as Políticas Públicas determinadas pelas normas e decisões judiciais<sup>38</sup> e de órgãos de controle, cabendo a eles “[...] a busca de ‘leis universais’ acerca do funcionamento das Políticas Públicas e ‘soluções iluminadas’ de como garantir seu pleno funcionamento” (JANUZZI, 2016, p. 118).

---

destacando-se Brasil, Argentina e Chile, e que tem discutido a avaliação como parte da gestão pública. A ONU também tem feito parte desses debates, definindo as diretrizes que devem ser avaliadas nos programas, costumeiramente por meio de critérios (eficiência, eficácia, impacto ou efetividade, sustentabilidade, análise custo-efetividade, satisfação do beneficiário e efetividade) e de indicadores (SEIBEL; GELINSKI, 2012).

37 Políticas Públicas baseadas em evidências referem-se a práticas e a conhecimentos relacionados com a Gestão por Resultados, advogada pela Nova Administração Pública.

38 Políticas Públicas determinadas pelas normas e decisões judiciais referem-se a práticas e a conhecimentos originados de atividades de auditorias de programas realizadas pelos órgãos de controle e pelas decisões do Sistema de Justiça.

Esses modelos avaliativos, em sua esmagadora maioria, têm se restrito à dimensão econômica, reduzindo-se a demonstração de sucesso ou fracasso das políticas avaliadas, por meio de indicadores estatísticos, focados unicamente em relações custo-benefício. Portanto, não se envidou energias para investigar o porquê do sucesso ou não de políticas e programas, ou melhor, do êxito em determinados locais e em outros não.

Contudo, devemos lembrar, apesar de não ser nenhuma novidade, que não há neutralidade ou infalibilidade quando falamos de produções tecnocientíficas, tampouco há um método ou uma técnica mais científica que outras. A avaliação de políticas públicas, assim, como qualquer outra atividade humana, é guiada por ideologias e paradigmas distintos<sup>39</sup>, tendo, a partir de suas defesas, determinados métodos e técnicas. Assim, concordamos com Januzzi (2016, p. 133) que

[...] no debate sobre impactos ou não das políticas e dos programas, o que está em disputa é muito mais que a validade interna do método e a robustez do teste estatístico produzido no laboratório ou a validade externa e riqueza analítica dos achados empíricos em estratégias multimétodos de investigação. O que está em disputa é muito mais que a objetividade absoluta ou objetividade socialmente construída do conhecimento técnico-científico, contrapondo positivistas e pós-positivistas. Na realidade, o que está em disputa nas avaliações são visões político-ideológicas sobre Estado e natureza das Políticas Públicas, relevadas pelas escolhas de que valores expressam os fins (e os meios) da ação pública: a eficiência do gasto público frente a outros usos que o mercado poderia fazer do mesmo; a eficácia no cumprimento do rito legal dos procedimentos técnico-burocráticos programados frente a escolhas discricionárias socialmente legítimas ou a efetividade social advinda da operação pactuada e legitimada das políticas públicas.

Ou seja, as avaliações de políticas públicas, assim como a ciência, assumem uma posição política e como bem aborda Fourez (1995), a comunidade científica pertence à classe média nas sociedades contemporâneas, identificando-se com a ordem social e concorrendo a recursos com outras fatias da sociedade. Reconhecer essa realidade faz-se necessário, bem como manter a transparência metodológica a fim de fortalecer a construção da avaliação e do conhecimento científico.

Tem sido lugar-comum as falas sobre o crescimento da área de avaliação de políticas públicas no Brasil, em quantidade e qualidade. Entretanto, mesmo com a

---

39 Januzzi (2016) aponta três concepções político-ideológicas das avaliações - eficiência econômica, eficácia procedural e efetividade social -, em disputa em nosso país, e guiadas, respectivamente, pela qualidade do gasto público, a conformidade processual e o aprimoramento em busca de maior impacto social das Políticas e dos Programas Públicos.



ampliação, ainda se mantém algumas questões: a escassa acumulação de conhecimento na área, não no sentido linear, mas no sentido Kuhniano do termo; a abundância de estudos setoriais, principalmente, estudos de caso, sem fortalecer os aspectos analíticos do tema; a influência dos órgãos governamentais que, pela sua proximidade, poderiam pautar as agendas de pesquisa (SEIBEL; GELINSKI, 2012).

Esse crescimento, assim como as características das avaliações as quais predominam no mercado (já descritas) e a emergência da sociedade civil, tem fomentado o questionamento acerca da forma, dos usos e das intencionalidades da avaliação. Concordamos com Gussi (2014, 2016) que o modelo predominante não consegue responder as contradições do Estado, tendo em vista que se pauta numa forma de avaliar que reforça um Estado regulatório, no qual devem estar também as políticas sociais e, conseqüentemente, seguem essa perspectiva de avaliação. Acreditamos, assim como Santos e Avritzer (2003), numa perspectiva de avaliação como instrumento democrático e emancipatório, em busca de uma universalização de direitos e de equidade, movimento impulsionado pela sociedade civil. Dessa forma, para realizar uma avaliação que dê conta das contradições do Estado contemporâneo, e suas manifestações nas políticas públicas, compreendemos que se faz necessário a construção de uma avaliação a qual vá além do modelo técnico-formal, “[...] faz-se necessário ampliar o horizonte político, analítico e metodológico da avaliação de políticas públicas” (GUSSI, 2014, p. 14).

Hoje sabemos não ser possível abraçar modelos de políticas, pois as mesmas são passíveis de inovação e experimentação, sendo relevantes pesquisas sobre os resultados e os processos de implementação, bem como do vínculo entre eles. Além disso, compartilhamos dessa posição e fazemos coro àqueles que vêm problematizando esse mercado de avaliação, seus usos e suas intencionalidades. Propomo-nos, neste trabalho, a romper com a visão avaliativa ortodoxa, considerando os distintos atores sociais envolvidos, seus contextos e interesses, e as contradições do Estado e de suas ações. Então, como propomos outro sentido para a avaliação a qual pretendemos fazer?

Antes de tudo, é preciso termos em mente que o processo de avaliação de políticas públicas tem um caráter sociopolítico e cultural, ou seja, a avaliação deve ser vista de forma multidimensional e interdisciplinar. Nessa perspectiva, tem-se proposto novos modelos e paradigmas de avaliação que tem deslocado o centro e os caminhos da avaliação, bem como incluído novos atores. Nessas discussões

contínuas, temos o paradigma pós-construtivista, conhecido como teoria do texto e do contexto. A proposta é romper com o que Lejano (2012) chama de mitologização da política, ou seja, o distanciamento entre a análise e o seu campo de aplicação, a dicotomia sujeito e objeto, pois “[...] o reconhecimento do universo da prática envolve repensar a separação radical entre sujeito e objeto [...] repensando estas dicotomias, os teóricos são forçados a aceitar a complexidade e a multidimensionalidade da prática” (Ibid., p. 199 - 200). Desmitologizar a política, então, significa fugir de uma análise abstrata e reducionista. Para isso, faz-se necessário construir os caminhos da análise levando em conta o contexto e a complexidade de situações políticas reais. Afinal, “nossas ações são influenciadas e inseridas em um profundo contexto de história, cultura e relações, para que os fenômenos sociais sejam muito mais do que aquilo que podemos trabalhar discursivamente” (LEJANO, 2012, p. 199).

Esse paradigma avaliativo parte de um modelo de política baseado na experiência, na complexidade e na multidimensionalidade. Pensar a política como experiência, significa olhar para ela a partir dos conhecimentos das pessoas ou dos grupos envolvidos, considerando a contextualidade, não havendo, portanto, análise fora do contexto. A política desenvolve-se em um local e, assim, possui especificidades que estão relacionadas a esse contexto, ou seja, a inserção da política em um determinado espaço vai afetá-la, impactando na forma como vai ser posta em ação, com diferenças, sutis ou não, da forma como é desenvolvida em outros ambientes, logo, podemos falar em um polimorfismo das políticas.

Percebemos que a ação do contexto de alguma forma reside no não formal. [...] Sem dúvida, o contexto afeta o funcionamento da política para além das fronteiras do modelo formal. Os atores políticos reais não são agentes autônomos, atomistas, racionais, ao menos não no sentido do modelo racional. As instituições reais não são apenas regras e estruturas organizacionais, mas se encontram entrelaçadas com cultura, histórias, personalidades e outras contingências de contexto. Na realidade, nem mesmo o modelo formal de mercado que está por trás dessas recomendações é condizente aos mercados do mundo real. Mercados são feitos de pessoas reais em lugares reais, com suas próprias contextualidades e, na realidade, imersas no hábitus de lugar (LEJANO, 2012, p. 261).

Ir além do formal significa realizarmos nossas análises não a partir da forma, mas sim do funcionamento da política, o que requer uma aproximação a partir de uma perspectiva quase fenomenológica.

Trabalhando com a experiência, a qual é complexa e multidimensional, nossa análise também deve ser. Independente do traçado metodológico do

avaliador, três pontos devem ser levados sempre em consideração: 1) deve haver uma caça aos distintos aspectos, às perspectivas e às dimensões da questão política; 2) deve ser feita uma integração dos vários dados coletados em uma espécie de descrição densa e 3) deve ser atrelada a essa descrição às indicações para a política e as ações.

Assim, não veremos a avaliação sob uma perspectiva linear, tendo em vista que os objetos são complexos e possuem múltiplas facetas, ondulações e múltiplos lados. Tentaremos dialogar com a complexidade da política e de suas situações, em um processo cíclico, na qual teoria e prática emergem de um contexto.

## **2.2 As Trilhas da Pesquisa: da política pública para o encontro com a transversalidade da violência contra as mulheres e com o município de Maracanaú**

Nesta seção, almejamos realizar uma descrição sobre a experiência de campo, bem como sobre a natureza da pesquisa e as escolhas metodológicas, apontadas por nosso objeto de estudo.

Compreendemos que a metodologia da pesquisa é “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 1994, p. 14), portanto não deve ser vista apenas como procedimentos técnicos. Partindo para um significado mais geral, pesquisar relaciona-se com a ideia de descobrir e, quando afunilamos para a pesquisa científica, temos a ideia de descobrir um percurso.

Ao tomarmos a pesquisa no seu aspecto social, Mairesse (2003) indica a necessidade de novos olhares sobre os terrenos, de forma que se possa estabelecer uma nova relação com aquele espaço e com os indivíduos. Nesse sentido, os espaços devem ser vistos como algo para além de um lócus de verificação de algo já determinado, mas como o início para a problematização e, portanto, um contexto para a criação de novos conhecimentos.

Atualmente, temos várias perspectivas de pesquisa. Porém, tomando a complexidade de nosso objeto de estudo, seguimos uma linha de trabalho que apontou para caminhos não hegemônicos. Distanciamos-nos de uma postura conteana, ainda tão presente na seara da administração pública, e buscamos uma

imersão no cotidiano da política, guiados por uma “etnografia da experiência”, alinhados à perspectiva de Lejano (2012), a qual defende que a análise de políticas deve se pautar na problematização da noção de experiência da política, ou seja, a política pública deve ser compreendida em seu cotidiano, na prática dos atores sociais envolvidos com ela, em seus contextos específicos. Para isso, o pesquisador deve buscar uma descrição densa, aproximando-se da “[...] experiência da pessoa pela abertura da análise a diferentes conhecimentos e representações, sem pretender ter para sempre a completa competência de ser um ‘nativo’” (Ibid., p. 211). Portanto, em vez de um analista externo, o pesquisador deve atuar como um etnógrafo.

Assim, não seguimos receituários do padrão ouro das avaliações, tampouco prescrições de manuais, nossa proposta constituiu-se em uma elaboração metodológica processual, o que nos impeliu a um exercício crítico e reflexivo cotidiano e constante, olhando para nosso lugar social e político, fugindo do que Carvalho e Gussi (2011) apontam como vieses avaliativos, aqui entendidos como as emboscadas dos nossos interesses e, especialmente, de nossa vinculação institucional.

Assumindo as indicações apontadas por Lejano (2012), consideramos relevante falar sobre o exercício antropológico, resgatando para isso Roberto DaMatta (1987, p. 157), quando diz que “[...] vestir a capa do etnólogo é aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) transformar o exótico no familiar e/ou (b) transformar o familiar em exótico”. Em nossa pesquisa, tentamos realizar o segundo movimento, tendo em vista que o universo social pesquisado é o mesmo em que a pesquisadora exerce suas funções laborais desde o ano de 2012, como servidora efetiva municipal, atuando na Política de Assistência Social, já tendo estado em um Centro de Referência de Assistência Social, como técnica do PAIF e como coordenadora; e, atualmente, como técnica da Gestão do Trabalho, vinculada à coordenação de Gestão do SUAS.

Dessa forma, tentamos retirar a fachada de trabalhadora de uma determinada política, que compõe a rede de atendimento à violência contra a mulher, e exercer o papel de etnóloga, estranhando a realidade, seu cotidiano, suas regras e seus valores, buscando “[...] descobrir o exótico no que está dentro de nós pela retificação e pelos mecanismos de legitimação” (DAMATTA, 1987, p. 157-158).

Portanto, a nossa proximidade com o grupo pesquisado nos interpelou a um cuidado com as questões apontadas.

Nesse exercício (antropológico), compreendemos ser indispensável também relatar a trajetória da pesquisa, pois ela costumeiramente “[...] não é tão linear quanto o que nos é dado conhecer” (HEILBORN, 2004, p. 72). Nosso caminho envolveu todo um processo de questionamentos, inquietações, dúvidas, obstáculos, reflexões, quase que numa perspectiva de ensaio e erro, até chegar à proposta ora anunciada.

Iniciamos nossa caminhada no mestrado propondo avaliar a formulação e a implementação da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com foco na prevenção, nas unidades de Proteção Social Básica de Maracanaú, muito movidos pelo conhecimento adquirido acerca dessa realidade, tendo em vista termos cinco anos de trabalho nesse local, com acesso a todos os atores e os documentos dessa realidade, bem como as discussões referentes aos indicadores de vulnerabilidade e risco social encontrados no município e às ações com outras políticas sociais e com os conselhos, dentre eles, o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, ou seja, por mais difícil que pudesse ser realizar uma pesquisa avaliativa, estaria dentro de uma “certa” zona de conforto. Além disso, observávamos uma escassez de estudos nesse eixo (prevenção) da referida política. Assim, sentíamos muito animados em poder realizar uma pesquisa que pudesse oferecer um resultado e subsidiar as práticas da secretaria em que trabalhamos.

No decorrer das disciplinas cursadas e, principalmente, das leituras e (re) leituras dos marcos legislatórios da política, executada com maior disciplina e orientação por meio das oficinas realizadas na disciplina de Avaliação de Políticas Públicas<sup>40</sup>, concomitantemente a pesquisa bibliográfica e ao contato inicial com o campo de estudo, por meio de acesso ao material documental e às visitas à Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres do Estado e à Assessoria de

---

40 Na disciplina de Avaliação de Políticas Pública, ministrada pelo professor Alcides Gussi, foram realizadas três oficinas, sendo o seu conjunto intitulado “Exercícios exploratórios sobre a política/programa em avaliação”. As três objetivavam a coleta de dados acerca da política estudada, devendo a primeira oficina subsidiar a análise de conteúdo e bases conceituais da política em avaliação (levantamento do marco regulatório da política e da situação atual da política); a segunda a análise do contexto de formulação da política (levantamento acerca do momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política e de consensos, embates e conflitos que cercaram a formulação e reformulação da política) e a terceira a análise da trajetória institucional (levantamento das instituições envolvidas na execução da política, das atribuições de cada um desses atores institucionais no processo da política e da articulação porventura existente entre esses atores).

Políticas para as Mulheres do Município, vimos que o contexto nos apontava para uma experiência distinta e que precisaríamos refletir com mais zelo acerca de todos os dados que tínhamos até o momento.

Esse foi o momento de mais difícil travessia. Permanecemos em um impasse entre manter nossa proposta inicial, que também tinha sua relevância, mas a qual envolvia uma necessidade presente em quase todas as localidades do país, ou, em pleno início de um terceiro semestre do curso de mestrado, começar de outra forma, revendo toda a pesquisa exploratória realizada até o momento, e pressionados pelo tempo institucional, o qual não coincide com o tempo da pesquisa, tampouco com o da experiência de uma política pública, a fim de construir um novo problema de pesquisa, que fosse mais coerente com a realidade de Maracanaú. Então, voltamos; retomamos todo o material; refletimos sobre o nosso local enquanto pesquisadora; conversamos com amigos, os quais também trabalham na política de assistência social, sobre o cotidiano de nossas práticas e a necessidade de parar para repensá-las, em uma perspectiva de educação permanente e intersetorialidade, e desse entremeado de elementos, acompanhados dos vários momentos de medos, incertezas, conquistas, chegamos a questão que pulsava naquele território: por mais que não existisse uma instituição que coordenasse ou mesmo dialogasse com todos os serviços de enfrentamento à violência contra as mulheres, nem mesmo destinação de recursos municipais diretos para isso, várias estratégias, por iniciativa dos diversos atores sociais, existiam. Resolvemos estudar a experiência do enfrentamento a violência contra as mulheres em Maracanaú a partir das estratégias dos atores institucionais. Nessa vereda, pudemos confirmar que “O caminho da investigação não se faz sem conflitos, sem dúvidas e sem incertezas, pois as perguntas servem para mobilizar em direção à construção de resposta, sempre parciais e provisórias sobre a realidade que nos é dada a ler” (STECANELA, 2009, p.41).

Concordamos com Carvalho (2009) na compreensão da pesquisa como uma aventura na qual tentamos desnaturalizar o que é tido como natural, necessitando para isso de uma orientação, ou melhor, de uma construção metodológica. Contudo, ressaltamos que a metodologia não é apenas um agregado de técnicas, mas que deve conter “[...] consigo um conjunto de pressupostos sobre a realidade, bem como um instrumental, composto por uma série de conceitos, pelo treinamento do olhar e por técnicas de observação da realidade”. (VITÓRIA, 2000, p.

33). Assim, foi indispensável desenhar a forma como buscamos esse novo conhecimento, ou seja, adotarmos um método científico.

No entanto, no decorrer da pesquisa, com o amadurecimento de nosso olhar de pesquisadora, encontramos outros fatores – tempo de resposta das instituições às solicitações; discursos os quais buscavam majoritariamente defender o trabalho desenvolvido, assim como de críticas a priori e o desconhecimento da realidade de serviços municipais – que influenciaram a forma como tivemos acesso aos dados, porém já tínhamos a compreensão que

[...] mesmo tentando normativizar procedimentos, não há possibilidade de eliminar eventuais 'fatores perturbadores' na situação social [...]. Este entendimento implica renunciar às reivindicações de neutralidade dos dados obtidos [...] e reconhecer que o respectivo processo de validação passa pela contextualização das situações sociais em que são produzidos (FERREIRA, 2014, p. 984).

Assim, concordamos com Chizzotti (1991, p. 85) no entendimento da pesquisa como

[...] uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa, aos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação.

De acordo com o objetivo do trabalho; entendemos, como já colocado, que o paradigma avaliativo mais coerente era o experiencial, uma vez que nos centramos nos mecanismos de desenvolvimento da política e na compreensão de fatores que facilitam ou dificultam a sua implementação. O que queremos dizer é que não nos restringimos em dizer se a política é efetiva ou não, afinal a finalidade de analisar

[...] não é partir para a categorização, o que seria um exercício eminentemente racionalista, mas sim estudar as instituições como fenômenos sociais os quais podem ser compreendidos pela 'experiência' e que precisam ser estudados em sua base (LEJANO, 2012, p. 250).

### **2.2.1 Lócus da Pesquisa: Maracaná e suas instituições**

Maracaná é um município que integra a Região Metropolitana de Fortaleza, fazendo fronteira com cinco municípios: ao norte, limita-se com Fortaleza; ao sul e leste, com Pacatuba e Maranguape e a oeste, com Maranguape e Caucaia. Possui 111,33 quilômetros quadrados de extensão territorial e tem população de

209.748 habitantes (IBGE, 2010), sendo as mulheres representantes de mais da metade dessa população do município (em 2010, elas já eram 51,17% da população total), realidade a qual se observa desde 1991, quando elas representavam 50,60% da população, tendo em 20 anos apresentado um crescimento de 11,38% (MARACANAÚ, 2017).

O nome Maracanaú tem origem no tupi-guarani, significando “lagoa onde as maracanãs bebem”. A ocupação do território iniciou-se pelos índios Pitaguary, por meio do povoamento da lagoa de Maracanaú e depois das lagoas de Jaçanaú e Pajuçara, com a denominação de Vila do Santo Antônio do Pitaguary, mudando a denominação para Maracanaú apenas depois de 1890. Já, nessa época, o lugar fazia parte dos caminhos de quem buscava chegar a Serra de Maranguape e Taquara em busca das minas de prata (PEREIRA, 2011).

Em 1875, é inaugurada uma estação ferroviária elemento que dá novas configurações ao local, tendo em vista que esse, agora, passava a ser parada para quem fazia a viagem Maranguape/Fortaleza no trem metropolitano. Essa movimentação possibilitou a ascensão do espaço à categoria de Vila, por meio do Decreto nº 1.156. Nessa época, a economia local era pautada em pequenas mercearias nas quais se comercializavam gêneros de primeira necessidade, no plantio de hortaliças e na criação de aves (LIMA, 2010; PEREIRA, 2011).

A partir de 1940, novamente, o local passa por inovações em suas configurações, mais uma vez pela intervenção estatal, sendo escolhido pelo governo do Estado para a instalação de um sanatório para doenças respiratórias, atendendo, principalmente, as pessoas acometidas por tuberculose<sup>41</sup>; para a instalação da Colônia Antônio Justa, espaço onde eram isolados os portadores de hanseníase, e o Instituto Carneiro de Mendonça – Centro de Reabilitação de Menores, conhecido como Santo Antônio do Buraco. Foram essas unidades públicas que, segundo Lima (2010), foram responsáveis por povoar o lugarejo, pois vieram os familiares dos enfermos, com o objetivo de permanecerem próximos de seus entes, bem como os trabalhadores do hospital, nascendo daí as vilas operárias.

Apesar de contribuírem com o desenvolvimento da cidade, as referidas instituições trouxeram também estigma e preconceito para seus moradores, fazendo

---

41 Atualmente é o Hospital Municipal que atende todas as áreas médicas.



com que a mesma passasse a ser vista como “[...] um depósito de doentes, excluídos do convívio social” (MOURÃO, 2003, p.55).

Na década de 1970, em meio ao regime militar e a busca do milagre econômico brasileiro, por meio da industrialização do país, alguns estados nordestinos<sup>42</sup>, os mais pobres, são escolhidos para receber a implantação de indústrias (OLIVEIRA, 1981), sendo o Ceará um deles. Foi construído um plano para a implantação do polo industrial do Ceará, denominado I Distrito Industrial. E, mais uma vez, Maracanaú é o alvo do Estado para suas intervenções, sendo selecionado para abrigar esse empreendimento. Apresentava a localização ideal devido à proximidade com a capital, podendo acomodar as indústrias e aliviar o espaço de Fortaleza, já tida como metrópole em 1970. De acordo com Neto (2010, p. 42),

No caso do Ceará, a relocação das indústrias de Fortaleza e de outros estados, acontece primeiramente devido às chamadas *desenconomias de aglomeração*: encarecimento do fator trabalho, elevação dos preços dos terrenos e dos aluguéis, falta de espaço para expansão de empresas, poluição e congestionamentos urbanos. A partir disso, outros fatores como a facilidade de acesso entre Fortaleza e Maracanaú, a disponibilidade de terras na região e os incentivos fiscais favorecem a instalação das indústrias, particularmente, àquelas altamente poluidoras ou que necessitam de muito espaço para movimentar materiais e as que utilizam mão-de-obra menos qualificada e em maiores quantidades.

A chegada da industrialização em Maracanaú foi acompanhada da necessidade de mão de obra e, conseqüentemente, de novas unidades habitacionais, que resultou na construção dos conjuntos habitacionais<sup>43</sup> por meio do Banco Nacional da Habitação (BNH), provocando o que Pereira (2011) denominou de “periferização” da pobreza, bem como o rápido crescimento demográfico do município<sup>44</sup>. Esse processo nos faz concordar com Mourão (2003) quando afirma que, assim como no passado, o município assume novamente o papel de “receptor de populações segregadas”.

---

42 Mencionado autor registrou o fato de que, além desse havia os Centros Industriais de Aratu e Pólo de Camaçari na Bahia, Cabo, Curado e Paulista em Pernambuco. Com tal política, convergindo para essas áreas os investimentos, foi promovido um padrão de urbanização desigual, concentrado nas regiões metropolitanas, e, o que, por sua vez, possibilitou a influência na sua região polarizada.

43 Foram, então, projetados conjuntos habitacionais: Distrito Industrial I e II (1978) compostos de 418 e 858 unidades; Timbó (1979) composto de 2870 unidades residenciais e 30 mistas, comércio e residência; Acaracuzinho (1980) compreendendo 1952 unidades residenciais e 24 comerciais; Jereissati I e II, com 6814 unidades (MARACANAÚ, 1998).

44 A exemplo, nos anos de 1980 a 1991, o Município Maracanaú apresentou a segunda maior taxa de crescimento anual na RMF, com 13,80%, passando de uma população composta por 37.894 pessoas em 1980, ainda distrito, para 157.151, em 1991, já como município (IBGE Censo 1980-1991).

A pequena localidade que vivia basicamente da agricultura familiar e da produção de grandes fazendas assumiu uma nova dinâmica com a chegada de doentes, médicos e funcionários. Além de localidade agrícola, passou a ser, também, local de tratamento de doentes excluídos do convívio social. Esse fato, desde então, parece ter indicado o papel que a cidade assumiria, posteriormente, quando da construção dos conjuntos habitacionais: aquele de cidade receptora de populações segregadas – não mais os tuberculosos ou leprosos, mas os migrantes, os trabalhadores de baixa renda e os favelados de Fortaleza (MOURÃO, 2003, p. 67).

Não podemos deixar de ressaltar que

A ideia da retirada de uma grande parcela da população pobre para fora dos centros urbanos, como estratégia de *limpeza* de espaços nobres, pode ser igualmente associada à estratégia ideológica dos governos militares que tinha como lema promover 'o sonho da casa própria' (MOURÃO, 2006, p. 144).

Apesar de todas as transformações sofridas, com a instalação do Polo Industrial e a chegada de famílias de todas as regiões do Ceará para morar nos conjuntos habitacionais, Maracanaú permanecia como um apêndice do município de Maranguape, pois não tinha autonomia política nem financeira e, assim, todos os recursos econômicos originados pelo Polo Industrial ficavam na gestão da prefeitura de Maranguape, que pouco fazia pela região.

A insatisfação com essa situação fez ressurgir a demanda por emancipação da região, tendo em vista que já havia ocorrido uma primeira tentativa com um movimento tenentista em 1953 e uma segunda, em 1962, quando o padre José Holanda do Vale, vigário da paróquia, institui um município<sup>45</sup>, o qual, como muitos outros, foi dissolvido pelo golpe militar em 1964<sup>46</sup>. Assim, na década de 1980, surgiu uma mobilização de setores políticos (líderes comunitários e outros setores da sociedade) em Maracanaú, criando grupos como o Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú – MIDEMA, a Frente de Apoio e Promoção a Emancipação de Maracanaú – FAPEMA e o Conselho de Defesa dos Interesses de Maracanaú – CODIM, que tinham como objetivo principal a autonomia do distrito. Reivindicação que chega à Assembleia Legislativa em 1982, sendo proposto um plebiscito junto à população, o qual não atinge o número mínimo de votos necessários para a emancipação, mas o suficiente para ter direito a uma nova consulta popular. O segundo plebiscito, realizado em março de 1983, teve um resultado positivo e, em 04 de julho de 1983, é sancionada a Lei estadual nº 10.811,

---

45 Por meio do decreto estadual nº 6.964, de 19 de dezembro de 1963.

46 Por meio da lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

a qual criava definitivamente o município de Maracanaú, sendo instalado em 31 de janeiro de 1985 (NETO, 2010; PEREIRA, 2011).

A emancipação possibilitou investimentos locais em infraestrutura, oferta de serviços, expansão do comércio e instalação de equipamentos públicos básicos. Porém, todos os aspectos já mencionados ajudaram em uma expansão urbana sem nenhum planejamento, ocasionando uma série de problemas. Em cerca de 40 anos, o município tem uma explosão demográfica, altera drasticamente o modo de vida a qual tinha e incorpora novas sociabilidades. A cidade, antes local de encontro e de trocas, transformou-se num espaço de produção.

Nessa breve incursão histórica, podemos observar que Maracanaú foi *lócus* de intervenção de um poder centrado em um espaço externo ao seu, com poucas possibilidades de interferência da sua população. Contudo, faz-se necessário deixar claro que, apesar disso, já existia enquanto cidade com seus traços e sua dinâmica própria, ou seja, ela não foi criada. Sua transformação em cidade industrial acarretou a perda de sua autonomia e afetou sua identidade, sendo hoje, segundo Mourão *apud* Lima (2010), formada por duas populações distintas.

O grupo que a autora chama de moradores originais são as pessoas que habitavam o lugarejo quando distrito de Maranguape, aldeado em torno de dois equipamentos públicos: o Hospital de Dermatologia Sanitária Antônio Justa, inaugurado em 27 de dezembro de 1942, e o Sanatório de Maracanaú, inaugurado em 04 de julho de 1952, com o ingresso de 27 doentes. O segundo grupo, de acordo com Mourão, são as pessoas que “ocuparam” Maracanaú, motivadas pelo sonho da casa própria com a construção dos diversos conjuntos habitacionais implantados no lugar a partir de 1978 (LIMA, 2010, p.95).

De acordo com Mourão (2006, p. 150),

[...] a cidade cresceu muito em pouco tempo e a forma correta de abordá-la é como uma grande cidade. Hoje ela apresenta-se como *uma adolescente em crise*, não sabe se é grande ou pequena. Os discursos dos moradores falam de uma cidade grande, mas a sua vivência contempla aspectos de cidade pequena: as relações de amizade nos bairros, a proximidade dos serviços essenciais como postos de saúde, escolas e mercados, o fato de terem acesso ao prefeito e aos vereadores sem grandes dificuldades [...]. De uma localidade abandonada e estigmatizada, percebida pelos moradores antigos, passando pela colonização de um território sem infraestrutura pelos moradores dos conjuntos e da necessidade de mais espaços públicos reclamado pelos jovens, todos alimentam um *sonho de vida nova*, que é a grande expectativa e a grande motivação dessa nova identidade de lugar ou identidade social urbana em construção na cidade de Maracanaú.

Atualmente, o município, que tem apenas 34 anos de autonomia político-administrativa, apresenta o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado (6,74 bilhões), ficando atrás apenas de Fortaleza, e o terceiro maior em PIB per capita (30,68 mil), com uma participação de 5,35% no PIB cearense<sup>47</sup>. Possui ainda a segunda maior arrecadação de ICMS do estado, com um valor de 605.287 mil no ano de 2015 (IPECE, 2016).

Maracanaú é o quarto em maior população total do Estado, tendo a sua frente Fortaleza, Caucaia e Juazeiro do Norte. Porém, ocupa a segunda maior densidade demográfica do Estado, com uma taxa de 2092,75 habitantes por km<sup>2</sup>. No que concerne ao uso e à organização de seu espaço territorial, hoje, além da área industrial mais antiga, existem mais dois polos industriais, conhecidos como Distrito Industrial 2000 e o Distrito Industrial III<sup>48</sup>. Já os índios da etnia Pitaguary, ao passo que a cidade urbanizava-se, foram sendo afastados para áreas mais distantes da cidade, permanecendo hoje na serra do Pitaguary, próximo ao açude Santo Antônio, demarcada como reserva indígena do Pitaguary<sup>49</sup> por meio da Portaria do Ministério da Justiça, nº 2366, de 15 de dezembro de 2006. Na seara administrativa, a cidade divide-se em Áreas de Desenvolvimento Local (ADL)<sup>50</sup>, que são delimitadas por bairros<sup>51</sup>.

Referente aos aspectos sociais, ocupa a sexta posição no Ceará no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M 2010<sup>52</sup>,

---

47 Dados referentes ao ano de 2014, último levantamento realizado acerca dos PIBs dos municípios do Estado.

48 Este parque industrial ocupa uma área de 1013 hectares, com 95 indústrias em funcionamento, destacando-se as do setor têxtil, alimentício e metal-mecânico. Estima-se que metade das unidades industriais instaladas, em Maracanaú, seja sucursal de empresas oriundas de São Paulo, Rio Grande do Sul e, até mesmo, de fora do país (NETO, 2010).

49 A reserva abrange os municípios de Pacatuba, Maracanaú e Maranguape, na região da serra de Aratanha.

50 De acordo com Pereira (2011), essa divisão foi feita pela prefeitura em virtude do planejamento urbano.

51 São seis ADL compostas pelos seguintes bairros: ADL 1 – Santo Antônio do Pitaguary, Horto, Olho D'Água, Escola de Menores, Bela Vista, Boa Vista, Alto da Mangueira, Picada, Centro, Coqueiral, Piratininga, Conjunto Novo Maracanaú, Jenipapeiro; ADL 2 – Conjunto Jereissati I e II, Conjunto Timbó; ADL 3 – Distrito Industrial, Jardim Bandeirante, Menino Jesus de Praga, Parque Progresso, Alto da Bonanza, Jardim Paraíso, Boa Esperança e Pajuçara; ADL 4 – Distrito Industrial III, Novo Mondubim, Planalto Cidade Nova, Esplanada do Mondubim, Novo Mondubim II, Conjunto Industrial, Alto Alegre II; ADL 5 – Alto Alegre I, Vila Buriti, Novo Oriente, Acaracuzinho, Santo Sátiro e Jardim Maravilha; ADL 6 – Jatobá, Parque São José, Siqueira II, Jarí, Santa Maria, Parque Nazaré, Jaçanaú, Mucunã, Parque Tijuca, Cágado, Parque Luzardo Viana e Pau Serrado.

52 O IDM-M é resultado de estudo econômico e social do País, elaborado pelo Pnud em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e com a Fundação João Pinheiro. É um índice composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). Maracanaú assume a sexta posição no

apresentando uma faixa de desenvolvimento humano médio. Aprofundando um pouco mais no modo de vida dos maracanaenses, encontramos, de acordo com o último Censo Demográfico, 13.240 mil pessoas em situação de extrema pobreza<sup>53</sup>, o que equivale a 6,3% da população municipal. Desse total, 6.841 são mulheres (51,7%) e 6.399 são homens (48,3%). Em uma classificação a partir da raça/etnia, temos do total da população em extrema pobreza: 3.320 (25,1%) que se classificaram como brancos; 9.561 (72,2%) como negros (sendo que 3,0% declararam-se pretos e 69,2% pardos) e 359 pessoas (2,7%) amarelas ou indígenas. (MARACANAÚ, 2017)

Os registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único e a folha de pagamentos de abril de 2016 do Programa Bolsa Família (PBF) revelam que o município tem 38.000 famílias registradas no Cadastro Único, sendo 16.724 famílias beneficiárias do PBF (26,65% da população do município). Mesmo com essa realidade de pobreza da população e com uma política de assistência social sendo tida como referência no Estado e premiada, o investimento do município na política de assistência social alcançou apenas 3,22% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do Estado, de 4,41%.

Em termos de serviços e acesso a políticas públicas também observamos dados não tão animadores. Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 9,0%, sendo de 8,9% na área urbana e 19,2% na zona rural. Ainda referente à educação, o município não se apresenta entre os dez municípios com melhores resultados no ensino fundamental e ensino médio nas áreas de português e matemática, tampouco no que se alude à taxa de escolarização no ensino médio. No tocante à saúde, a taxa de mortalidade infantil foi de 8,43 crianças por 1.000 nascimentos. Apesar da elevada população do Estado e da grande arrecadação financeira, o município encontra-se em nono lugar em termos de número de médicos ligados ao SUS por mil habitantes, com uma taxa de 1,97, no ano de 2015. A situação fica pior quando detemos nosso olhar sobre os leitos hospitalares, quando Maracanaú nem sequer aparece entre os dez primeiros, ficando atrás inclusive de cidades bem menores. Realidade que se repete na

---

Estado, com um índice de 0,686, ficando atrás de Fortaleza, Sobral, Crato, Eusébio e Juazeiro do Norte. Quando olhamos o IDM Renda o município cai para a 14<sup>o</sup> posição, com um índice de 0,617, no IDM longevidade, fica em 15<sup>o</sup>, com um índice de 0,788 e no IDM Educação, ocupa a 4<sup>o</sup> posição, com um índice de 0,665 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2017).

<sup>53</sup> Renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00, valor usado à época do censo. Atualmente, o valor para esse cálculo é R\$ 85,00.

cobertura de abastecimento de água e de esgotamento urbano (IPECE, 2016).

Um município que se orgulha de ser o maior parque industrial do Estado, investindo maciçamente nisso com o argumento de que ele possibilita, dentre outras coisas, uma grande oferta de emprego à população local, deve fazer maiores estudos, pois segundo o IPECE (2016), apesar de ser, no ano de 2014, o segundo maior no número de empregos formais, apresenta a sexta pior evolução (saldo de emprego admitido – desligado) no período de 2010 – 2016. Em 2014, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 680,12<sup>54</sup>, mas apresentando uma diferença de 41,20% entre o salário de homens (cujo rendimento era de R\$ 788,02) e mulheres (que recebiam um valor de R\$ 558,08) (MARACANAÚ, 2017).

Além de todos esses dados apresentados, em recente pesquisa realizada pelo IPEA (2017), intitulada Atlas da Violência, que mapeia os homicídios no Brasil, Maracanaú foi classificado como a sexta cidade mais violenta no país, e a primeira no Estado, entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, segundo a soma das taxas de homicídio e de mortes violentas com causas indeterminadas, no ano de 2015. Já o UNICEF aponta que o município é o sétimo, entre os quais possuem mais de 200 mil habitantes, com maior número de homicídios de adolescentes entre 12 e 18 anos (CEARÁ, 2017).

Essa realidade de violência também atinge as mulheres. Nos nove primeiros meses do ano de 2017, tivemos a instauração de 1800 processos de violência contra as mulheres. Dados do governo do estado apontam que Maracanaú é o quinto município em número de ocorrências envolvendo violência contra mulher e o sexto em número de inquéritos instaurados (CEARÁ, 2017). Comparado à realidade nacional, os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, de 2013, revelam uma taxa de homicídio de mulheres de 4,48 por 100 mil habitantes, um pouco acima da média nacional, que é de 4,45 (ASSASSINATOS, 2017).

Todavia, sabemos que esses dados não revelam a completa realidade da violência contra as mulheres local, tendo em vista que ainda há uma subnotificação ou um baixo número de denúncias, o que podemos verificar pelos dados do disque 180, apresentados pela SPM, referentes ao ano de 2016, em que o Ceará foi o penúltimo estado em número de ligações para denúncia, sendo Maracanaú a quinta

---

54 Em 2014, o governo federal reajustou o salário mínimo, passando de R\$ 678,00 para R\$ 724,00.

cidade cearense com o maior número de ligações (MARACANAÚ, 2017).

A violência contra as mulheres no município também ocorre nos espaços institucionais, tendo esse ano ganhado as redes sociais e os meios de comunicação, pela denúncia de mulheres jovens que participam do movimento social SOS Emergência. Destacaremos aqui duas situações. A primeira em que uma das integrantes do referido movimento, após participação com perguntas em um *Live streaming*<sup>55</sup> de um programa local, protagonizado pelo debate entre o secretário local de saúde e um munícipe, foi chamada de louca pelo representante do executivo, em uma mensagem enviada por um aplicativo associado à rede social *Facebook*, o *Messenger*<sup>56</sup>. Outra participante também recebeu mensagem com o mesmo teor, seguido da afirmação de desocupada. Vale enfatizar que vários homens teceram comentários parecidos com os das mulheres, contudo nenhum recebeu mensagens de desqualificação em sua rede social. Essas acusações nos remetem a compreensão de que “[...] há maneiras específicas de silenciar pessoas específicas, mas há também uma cultura que esvazia o lugar de fala das mulheres, deixando claro que as vozes dos homens contam mais do que as delas” (SOLNIT, 2017, p. 62).

Sabemos que nós mulheres estamos historicamente distantes dos espaços públicos, mas especificamente dos espaços políticos. Em Maracanaú, essa realidade não é diferente, algo que pode ser observado na pequena presença no legislativo local e na ocupação de direção das secretarias<sup>57</sup>. A partir dessa realidade,

---

55 O Streaming é uma tecnologia que envia informações multimídia, por meio da transferência de dados, fazendo uso da Internet. O *Live streaming* possibilita que o usuário de um determinado aplicativo ou site veja um programa que está sendo transmitido ao vivo ou que faça uma transmissão para outros usuários.

56 MELO, Ricardo. **Empoderada, mas louca não, secretário de saúde veterinário de Maracanaú!** Disponível em: <<http://blogdomelo32.blogspot.com/2018/01/empoderada-mas-louca-nao-secretario-de.html#ixzz55c5HHqYD>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2018.

57 Em nove legislaturas, Maracanaú apresentou um total de 28 vereadoras, como podemos ver: 1ª Legislatura (1983/1988): Maria Eucy Rodrigues de Melo - Vice-Presidente; Maria Dulcineide Rocha do Nascimento e Agacil de Almeida Camurça; 2ª Legislatura (1989/1992): Margareth Rose Soares Campos - vice-presidente e Nancy Barbosa Vale Avelar Motta; 3ª Legislatura (1993/1996): Margareth Rose Soares Campos; Maria das Graças Quintino do Amaral e Silvana Maria Alves Maciel; 4ª Legislatura (1997/2000): Maria das Graças Quintino do Amaral; Margareth Rose Soares Campos; Maria Oliveira Alcântara e Francisca Neide Bezerra de Macedo; 5ª Legislatura (2001/2004): Maria das Graças Quintino do Amaral; Silvana Maria Alves Maciel e Rita Helena Fonseca Bessa; 6ª Legislatura (2005/2008): Helenita Souza Oliveira Nunes; Rita Helena Fonseca Bessa e Vanderlene Camurça; 7ª Legislatura (2009/2012): Maria Rocha Abreu, Rita Helena Fonseca Bessa e Rosângela Lima da Cruz (suplente); 8ª Legislatura (2013/2016): Helenita Sousa Oliveira Nunes; Maria Rocha Abreu; Rita Helena Fonseca Bessa e Maria Elisabeth Rosado Lapa (suplente) e Vera Lúcia Rodrigues de Lima (suplente); 9ª Legislatura (2017/atual): Helenita Sousa Oliveira; Maria Rocha Abreu e Maria Ivani Aguiar de Sousa. No que concerne ao executivo, atualmente, das 15 secretarias, apenas duas são

não é incomum presenciarmos ações as quais simbolizam a não aceitação da participação dessas mulheres, por meio de distintos mecanismos, como o mencionado acima. Nesse sentido é que, segundo as participantes do movimento SOS Emergência, em meio a um ato de ocupação da câmara legislativa, em defesa da permanência da emergência do Hospital de Maracanaú, vários vereadores homens tentaram cercear a participação política das mulheres, tanto de vereadoras; que, ao tentarem falar, viram o presidente interino, ao passo que as cortavam e dizia que elas não falariam, conceder fala aos colegas vereadores, quanto das mulheres do movimento por meio do direcionamento de piadas com teor sexual<sup>58</sup>, por parte dos homens “representantes do povo”, com o intuito de desqualificá-las e, conseqüentemente, o movimento. Esse objetivo de silenciar as mulheres nos mostra que

[...] a violência contra as mulheres muitas vezes se dá contra as nossas vozes e as nossas histórias pessoais. É uma recusa das nossas vozes e do que significa uma voz: o direito de autodeterminação, de participação, de concordância ou divergência, de viver e participar, de interpretar e narrar. [...] São afirmações de que a vítima não tem nenhum direito, nenhum valor, não é um igual. Esses silenciamentos ocorrem nas menores coisas: as pessoas assediadas se entocam no silêncio *on-line*, abafadas ou interrompidas na conversa, menosprezadas, humilhadas, desconsideradas. Ter voz é fundamental. Os direitos humanos não se resumem a isso, mas isso é essencial para eles, e assim podemos considerar a história dos direitos e a falta de direitos das mulheres como uma história do silêncio e do rompimento do silêncio (SOLNIT, 2017, p. 30).

Mesmo com o aspecto social não tendo as mesmas colocações e dados positivos referentes à renda do município, ele ainda recebe, frequentemente, muitas premiações<sup>59</sup>, concedidas por organizações e avaliações externas, que não

---

delegadas as mulheres: a Secretaria de Assistência Social e Cidadania e a Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais.

58 Programa de rádio Eduardo Cangaceiro. Maracanaú, 25 de janeiro de 2018.

59 Em 2014, recebeu prêmio em primeiro lugar na categoria Secretarias de Educação na Construção da Educação em Direitos Humanos do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos; o hospital da mulher foi homenageado com a entrega do Prêmio Dr. Pinotti; venceu a 5ª edição do Prêmio ODM Brasil; foi premiado na 1ª. Edição do Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; foi homenageado, pela Revista Ceará e Municípios, com patrocínio da Caixa Econômica e do Governo Federal, por possuir um dos 35 Melhores Programas de Assistência Social do Ceará. Em 2016, recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Destaque no Esporte Amador. A premiação será concedida pela Federação Cearense de Futebol Amador – FCFA; o prefeito Firmo Camurça recebeu, pelo quarto ano consecutivo, o Prêmio Destaques da Administração Municipal do Ceará, realizada pela PPE – Promoções e Eventos; 2ª Edição do Prêmio Víctor Valla de Educação Popular em Saúde, com o trabalho “A inserção da Educação Popular no cotidiano de trabalho dos profissionais de saúde no município de Maracanaú/Ce”; recebeu o Selo Unicef e foi premiado por ações de combate ao Aedes aegypti. Em 2017, foi premiado com certificado de Excelência em Banco de Leite Humano pelo



condizem com olhar de quem presta os serviços e de quem os acessa, fato expressado nas mais diversas instâncias e de distintas formas<sup>60</sup>. Aqui trazemos para exemplificar um poema elaborado por usuários do CRAS Alto Alegre lido durante a última Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 2017:

Senhor prefeito Camurça  
dê um pouco de atenção  
ao Alto Alegre sofrido  
pois o povo desse chão  
aguarda com ansiedade  
promessas de eleição.

Não venho aqui criticar  
sua “festa de São João”  
pois entendo que o povo  
precisa de diversão  
mas nem só de pão e circo  
vive a população  
Prefeito Firmo Camurça  
digo a vossa autoridade,  
não sei se o senhor já sabe  
não me tenha por maldade,  
hoje dengue e chikungunya  
assusta nossa cidade.

Sei de sua competência  
mas preciso ser formal  
o seu segundo mandato  
desculpe vai muito mal,  
o senhor já por acaso  
andou lá no hospital?

Não me venha com a história  
de nos pedir paciência,  
pois quem já andou por lá  
no setor da emergência  
viu e pode comprovar  
a mais total negligência.

A desculpa esfarrapada  
que é da quadra invernosa  
não cola mais é pirela  
é historia mentirosa  
na verdade sua gestão  
pra nossa população  
está muito vergonhosa.

---

Governo do Estado do Ceará. Em 2018, conquistou selo bronze de qualidade do QualificaAPSUS Ceará e foi premiado na II Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial.

60 Algumas notícias acerca da oferta de políticas públicas em Maracanaú exemplificam o que falamos: Família denuncia morte de idoso após 45 minutos esperando atendimento médico em hospital de Maracanaú (FAMÍLIA, 2017); Conselho Tutelar é invadido e tem móveis destruídos em Maracanaú (CONSELHO, 2017); Falta de remédios e médicos em posto de saúde em Maracanaú gera críticas de moradores (FALTA, 2017); Carro da Polícia Militar cai em buraco durante fortes chuvas no Ceará - Asfalto de uma avenida no Maracanaú cedeu e 'engoliu' o veículo. Ninguém ficou ferido (CARRO, 2017); Maracanaú: as promessas não cumpridas do secretário de Saúde (MARACANAÚ, 2017).

tudo bem adoro Wesley  
 quem não curte o Safadão?  
 mas tem sim prioridade  
 isso não é invenção  
 milhões vão para os artistas  
 e zero pra população  
 mesmo porque safadões  
 metido a espertalhões  
 já levaram da cidade  
 quarenta e sete milhões  
 e nunca foram punidos  
 nós somos os bobalhões.

Veja só como que tá o Alto Alegre doutor  
 onde tem ruas com o nome  
 da família do senhor  
 a buraqueira e a lama  
 pra nós foi o que restou.

Prefeito, o nosso povo  
 esquecido que dá dó,  
 no período eleitoral  
 é o patrimônio maior  
 mas depois de todo pleito  
 sempre fica na pior.

Aqui não sou partidário,  
 não sou dá oposição,  
 não é nada pessoal  
 nem sou da situação,  
 mas fica aqui meu protesto  
 por nossa população (AUTOR DESCONHECIDO, 2017).

Mediante essa realidade contraditória, em que organismos externos qualificam bem os serviços, enquanto a população reclama deles, perguntamo-nos, então, a serviço de quem está a riqueza e todo o desenvolvimento econômico do município reconhecido como cidade americana do futuro<sup>61</sup>? E, como temos a proposta de realizar a avaliação da política de enfrentamento à violência contra a mulher no município, o que envolve várias políticas setoriais, compreendemos, nesse contexto, ser necessário dar voz a outros atores sociais, nesse caso os trabalhadores vinculados aos serviços, e realizar uma avaliação fora dos modelos hegemônicos.

### **2.2.2 Natureza da Pesquisa**

Na tentativa de responder aos fins da pesquisa, estabelecemos como

---

61 Maracanaú foi classificada no Ranking “*Cost Effectiveness*” entre as *Small Cities*, que inclui cidades com população entre 100.000 e 250.000 moradores, como quinta melhor cidade para se investir (MARACANAÚ, 2017).

delineamento um trabalho de campo, com tipologia descritiva e abordagem qualitativa. Essa adoção deu-se por nossa intenção de buscar expor aspectos até o momento não tratados, desvelando

[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 21 – 22).

Sabemos que o uso dessa abordagem para além de conceitos, métodos e técnicas implica, como afirma Sales (2005), no exercício da criatividade da pesquisadora no uso dos instrumentos, na forma de olhar, na relação que estabelece com os sujeitos da pesquisa e na forma de traduzir em ideias o que observa e escuta, possibilitando, a partir daí, a revelação de nexos antes imperceptíveis.

No trabalho de campo é dada relevância a experiência do pesquisador com a situação em estudo. Assim realizamos a pesquisa no município de Maracanaú, aplicando os instrumentos de coleta de dados pessoalmente, aproveitando para observar o cotidiano dos espaços visitados.

Sabemos que estar envolvido em um objeto de análise das ciências sociais implica concebê-lo como permeado por uma consciência histórica, o que segundo Minayo (1994, p. 14), resulta em compreender que

[...] não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas.

A pesquisa avaliativa, como uma modalidade de pesquisa social aplicada, envolve vários atores sociais, bem como suas ações e intencionalidades. Conforme já abordado, realizamos uma avaliação experiencial focada nos processos (desenho, características organizacionais e desenvolvimento da política), objetivando as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres desenvolvidas no município de Maracanaú/CE a partir da proposta da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

### 2.2.3 Os Atores Sociais e as Técnicas de Interação

No que concerne à escolha dos procedimentos e técnicas para a coleta de dados, realizamos pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Na pesquisa documental, utilizamos de dados secundários, referentes aos sistemas de notificação de violência das secretarias municipais de saúde (Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN) e de assistência social (Censo para o Mapa de Riscos Sociais - CEMARIS), da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social a fim de termos uma fotografia da incidência de violência no território e dos serviços que são acessados. Para a coleta desses dados, estabelecemos um recorte temporal, 2016 e 2017, o qual se justifica por ser o período em que a pesquisa começou a ser executada, bem como pela compreensão da realidade de forma processual, assim, o presente também contém elementos do passado.

Consideramos relevante mencionar que, como já abordado, trabalharmos com algumas políticas setoriais em Maracanaú nos apresentou dificuldades e facilidades, tendo em vista que pertencemos a essa classe de trabalhadores. Tivemos mais facilidade de acesso aos interlocutores em virtude da identificação social e da interação da pesquisadora com os sujeitos, os quais foram recomendados por profissionais do nosso espaço laboral, e na obtenção dos documentos, listados na tabela abaixo, além dos elementos já mencionados, pelo acesso deles fazer parte da rotina de trabalho.

Tabela 1 - Documentos Institucionais Acessados

Tipo do Documento	Documento	Origem	Ano
Regimento Interno	Regimento Interno do Conselho de Direitos da Mulher de Maracanaú	Conselho de Direitos da Mulher de Maracanaú	2009
Leis referentes a políticas para as mulheres	Lei nº 1630 – Dispõe sobre a instituição do Dia Municipal de Comemoração da Lei Maria da Penha	Câmara Municipal de Maracanaú	18/01/20011
	Lei 705 – Cria o Conselho dos Direitos da Mulher de Maracanaú	Câmara Municipal de Maracanaú	16/03/2000
	Lei 1081 – Altera a lei 705	Câmara Municipal de Maracanaú	10/03/2006
	Lei 903 – Modifica a Resolução nº 003/1996 (referente à Medalha 8 de Março)	Câmara Municipal de Maracanaú	20/03/2003

	Lei 949 - Dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e emergência públicos e privados, bem como na rede básica de atendimento e nos PSFS, e o sistema de monitoramento da violência contra a mulher no município de Maracanaú	Câmara Municipal de Maracanaú	01/12/2003
	Lei 2319 – Institui a semana da Mulher no município de Maracanaú	Câmara Municipal de Maracanaú	09/03/2015
Projetos de Leis referentes a políticas para as mulheres	Projeto de Indicação de Lei 013 – Propõe a implantação de um Centro de Referência da Mulher	Câmara Municipal de Maracanaú	2017
	Projeto de Indicação de Lei 038 – Determina a criação e implantação da secretaria municipal da mulher, cidadania e direitos humanos no município de Maracanaú	Câmara Municipal de Maracanaú	2014
Leis referentes à administração executiva local	Lei nº 2575 – Altera a estrutura administrativa do poder executivo municipal de Maracanaú	Câmara Municipal de Maracanaú	24/01/2017
	PPA (2014 - 2017)	Portal da Transparência	2014
	PPA (2018 - 2021)	Portal da Transparência	2018
	LDO 2014, 2015, 2016, 2017, 2018	Portal da Transparência	2014, 2015, 2016, 2017, 2018
	LOA 2014, 2015, 2016, 2017, 2018	Portal da Transparência	2014, 2015, 2016, 2017, 2018
Diagnósticos sociais	Diagnóstico da Realidade Habitacional	Secretaria de Infraestrutura e Controle Urbano	2013
	Diagnóstico Socioterritorial de Maracanaú	Secretaria de Assistência Social e Cidadania	2017

Fonte: Sistematização própria, 2018.

Contudo, também esbarramos com fatores de perturbação, devido à proximidade, município como espaço de trabalho, entre quem coletava e quem fornecia os dados. Em vários momentos, nossa presença foi entendida como uma avaliação, no sentido de julgamento, do modo como os profissionais realizavam suas atividades. Portanto, destinamos um tempo dos momentos de interação para realizar uma sensibilização para a pesquisa, de modo a diminuirmos a possibilidade de confusão, evitando que resquícios de mal entendidos se estendessem ao

desenvolvimento de trabalhos intersetoriais futuros e propiciar que o contato fluísse sem barreiras ou receios de ambas as partes.

Embora os atores sociais contactados em nenhum momento tenham se recusado a participar ou a responder as perguntas que fizemos durante os vários momentos da pesquisa, sempre existiu, inicialmente, mesmo com colegas da SASC, um olhar de certa desconfiança. Todavia, estar vinculada ao município, saber que poderíamos ser encontrados não só por telefone ou e-mail contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mas ali pertinho deles e que poderiam ter acesso a informações sobre nós por meio de outras pessoas, dava-nos crédito diante delas. Comecei a perceber que era aceita e com confiança quando começaram a pedir nossa colaboração para o desenvolvimento de atividades referentes à violência contra as mulheres.

O acesso aos dados de notificação de violência contra as mulheres das políticas de assistência social, saúde e da estrutura de segurança pública (delegacias de polícia e da mulher) deram-se sem problemas, apenas com um tempo mais ou menos demorado, por meio de solicitação desses ao sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão<sup>62</sup>, ao sistema de ouvidoria geral do estado do Ceará<sup>63</sup> e à assessoria biopsicossocial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, que conta, entre outros profissionais, com duas psicólogas, sendo, uma delas, uma amiga, a qual nos informou sobre os procedimentos necessários à submissão do projeto de pesquisa para avaliação dos secretários para que nós pudéssemos conseguir os dados de violência contra as mulheres apenas do município de Maracanaú<sup>64</sup>, pois, pelo sistema de ouvidoria, são enviados os dados das Áreas Integradas de Segurança (AIS)<sup>65</sup>.

---

62 O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) é fruto da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal. Esse sistema possibilita que qualquer pessoa realize pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações. Endereço eletrônico: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>.

63 A Ouvidoria recebe manifestações referentes ao Poder Executivo Estadual, podendo ser registrados sugestões, elogios, reclamações, críticas, denúncias e solicitações de serviços e informações. Endereço eletrônico: <<http://sou.cge.ce.gov.br/inicialPublico.seam>>.

64 A divulgação de números de violência dos municípios para pesquisas é algo novo na SSPDS, elemento que justifica o período de 4 meses que levamos para obter resposta das informações solicitadas. Contudo, segundo funcionárias da secretaria, está sendo discutido esse trâmite de forma que as Instituições de Ensino parceiras possam ter esse acesso de forma mais rápida, seguindo aos trâmites estabelecidos.

65 O estado do Ceará conta 22 AIS, divididas da seguinte forma: AIS 1 a 10 em Fortaleza, AIS 11 a 13 na região metropolitana, AIS 14 a 17 em municípios do interior norte, AIS 18 a 22 em municípios do interior sul. Maracanaú pertence a AIS 12, que conta ainda com os municípios de Maranguape,

Para estabelecermos uma aproximação teórica com a temática violência contra a mulher e a política pública em estudo, compreendemos que era necessária, a priori, a realização de uma pesquisa exploratória<sup>66</sup> sobre a produção já existente, como um primeiro passo de reflexão e discussão. Nessa pesquisa<sup>67</sup>, identificamos 788 teses e dissertações e 78 artigos que versavam sobre violência e mulheres, as quais enfatizavam a legislação referente ao enfrentamento à violência; as rotas críticas e as ações intersetoriais de atenção; as redes de apoio à mulher em situação de violência; algum dos eixos da rede de enfrentamento (atenção, combate, assistência, prevenção), seus serviços e a experiência das usuárias; os movimentos feministas; as percepções dos trabalhadores acerca da violência contra a mulher; as interfaces da violência contra a mulher com as questões de saúde; a atuação de categoriais profissionais diante da situação de violência contra a mulher; a violência a partir da ótica do autor da violência; prevalência e fatores de risco para violência doméstica; o perfil de mulheres vitimizadas e de seus agressores.

Realizamos, então, uma leitura dos textos que abordavam a política de enfrentamento à violência contra as mulheres por estar mais direcionado aos objetivos da pesquisa. As discussões encontradas focavam-se no trabalho em rede e nas práticas profissionais dentro da rede; nos serviços ofertados; no aspecto transversal da política; na intersetorialidade dentro da rede e dos avanços e dos desafios para a implementação dessa política em diversos locais, sempre enfocando a rede.

Concomitante a esse processo, realizamos pesquisa bibliográfica visando à compreensão teórica sobre a Violência, o Gênero e a Política de Enfrentamento a Violência contra a Mulher no Brasil. No que concerne a política, buscamos observar desde sua concepção, incluindo os movimentos que colaboraram em sua gestação. Com isso, pretendíamos entender o processo de formulação e organização institucional da política, bem como seu momento atual, considerando os distintos contextos sócio-históricos e suas implicações para a construção, avanços e

---

Pacatuba, Guaiuba e Itaitinga.

66 A pesquisa exploratória foi feita na base de dados da *Scientific Electronic Library On Line – Scielo* e na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, no período de 2006 a 2016. Os descritores foram enfrentamento, violência e mulher. Utilizei esse período pelo mesmo motivo apontado quanto ao recorte temporal da pesquisa.

67 Os filtros utilizados na pesquisa foram 1) período: 2006 – 2016; 2) idioma: português; 3) tipo de periódicos: Ciências Humanas. Pretendemos com essa pesquisa conhecer como essa temática tem sido abordada. Assim, em nenhum momento, tivemos a pretensão de realizar um estado da arte sobre a temática.

impasses de sua trajetória.

Nessas pesquisas, nos aproximamos de outros trabalhos e dos autores envolvidos com a temática de nosso interesse (MINAYO, 1994), possibilitando o aprofundamento teórico e o olhar crítico acerca da política estudada.

Na aproximação e no diálogo entre a bibliografia pesquisada, os documentos oficiais e os dados documentais coletados em campo inicialmente, bem como as observações pontuais já realizadas, construímos nossa proposta de investigação empírica. Destarte nossa (re)imersão em campo se deu em dois momentos: o primeiro, em que realizamos um mapeamento das instituições que compõem a Rede de Atendimento à Violência contra a Mulher no município de Maracanaú, com o objetivo de conhecer quais serviços se encontravam em funcionamento, sua localização, tempo em que atuam no município e o público-alvo, dados os quais foram levantados por meio de um instrumental intitulado Ficha de Perfil Institucional<sup>68</sup> (ver anexo); e um posterior, em que efetuamos entrevistas com alguns atores institucionais.

Fomos a vários serviços das políticas de saúde, da assistência social, da segurança pública e justiça, além de tentar mapear movimentos sociais (ver tabela abaixo). Todas as visitas foram agendadas. Ficamos sabendo de alguns trabalhos referentes à violência contra as mulheres por meio do diálogo estabelecido nesses momentos. Chegávamos um pouco antes e, enquanto aguardávamos ser recebida pelos trabalhadores, procurávamos observar os espaços, a estrutura dos prédios, a localização, o fluxo de usuários. De início, sempre nos apresentávamos, bem como a pesquisa, explicitando que se tratava de um trabalho de mestrado, e pedíamos para conversar sobre o serviço/movimento social e suas atividades. Por fim, explicávamos que pretendíamos fazer entrevistas e que poderíamos retornar ali depois da realização de todo o mapeamento.

Nessa fase da pesquisa, pudemos perceber o quão desafiadora ela seria, compreender os trabalhos desenvolvidos nos serviços e as concepções de violência contra as mulheres presentes ali, as questões institucionais, os entraves e as potencialidades, tudo isso era muito instigante. Durante essas visitas, as

---

68 Instrumental desenvolvido por Anna Renato Cordeiro para sua dissertação. Ver: CORDEIRO, A. R. P. L. **Entre Punição, Prevenção e Assistência: repertórios e jogos de posicionamento de profissionais sobre homens na rede de atenção à violência contra a mulher em Recife-PE.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 2008.



observações realizadas e toda a reflexão elaborada durante a pesquisa exploratória pudemos confirmar nossa ideia de realizar os momentos de interação para coleta de dados apenas com os atores institucionais (trabalhadores e conselheiros), pois esses seriam interlocutores privilegiados para as respostas às questões da pesquisa.

Tabela 2 – Mapeamento das Instituições

Serviço	Política a que está vinculado	Ano de criação	Localização	Número de unidades desse serviço no município	Missão do serviço	Atividades Desenvolvidas referentes à violência contra a mulher	Público-alvo	Interlocutor	Data da visita
CRAS	Assistência Social	2005	Jereissati I	11	Organização e oferta dos serviços da Proteção social Básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco do município. Principal porta de entrada do SUAS.	Ações de prevenção com mulheres e homens	Mulheres e homens geral	Técnica de Supervisão do PAIF	16/10/2017
CREAS	Assistência Social	2007	Jereissati I	1	Constituir-se em locus de referência, no território, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.	- Serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência; - Serviço de atendimento a agressores; - Ações de prevenção com mulheres; - Registro de dados estatísticos	Mulheres vítimas de violência	Assistente de Social técnica do PAEFI	18/10/2017
Centro Pop	Assistência Social	2012	Piratininga	1	Atendimento especializado à população em situação de rua.	- Ações de prevenção com mulheres e homens - Registro de dados estatísticos	Mulheres e homens geral	Psicóloga em coordenadora da unidade	18/10/2017
DEAM	Segurança Pública	2006	Cágado	1	Realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal nos casos de violência doméstica contra a mulher.	- Serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência; - Registro de dados estatísticos	Mulheres e vítimas de violência	Delegada de	06/11/2017

Projeto Paz no Lar	Justiça	2014	Antônio Justa	1	Fortalecer o combate à violência contra a mulher e aproximar a justiça do cidadão.	- Serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência; - Serviço de atendimento a agressores; - Ações de prevenção com mulheres e homens	Mulheres em geral e vítimas de violência, homens em geral, agressores	Pedagoga – Coordenadora do Projeto	07/11/2017
Conselho da mulher	Controle Social	2000	Jereissati I	1	Promover medidas e ações que possibilitem o exercício dos direitos da mulher e a sua participação no desenvolvimento social, político, econômico e cultural no município de Maracanaú.	- Definição e implementação de políticas públicas; - Controle social do Estado e mobilização políticas	Mulheres em geral	Conselheira representante do governo	07/11/2017
UBASF Almir Dutra	Saúde	Interlocutor não soube dizer	Timbó	30	Promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde da coletividade. Principal porta de entrada do SUS.	- Ações de prevenção com mulheres e homens; - Registro de dados estatísticos	Mulheres e homens em geral	Enfermeira em	07/11/2017
Coletivo mulhere	Movimento Feminista	2015	Atividades realizadas	-	Lutar contra toda forma de opressão	- Panfletagem sobre os tipos e de violência contra a mulher;	Mulheres em geral	Uma das fundadoras do	16/10/2017

---

s na Praça	nas praças de Maracanaú	violência contra as mulheres em seus frases diversos tipos por meio da construção de trânsito; espaços de diálogos, atos, entre outras ações.	- Exposição de faixas com frases de repúdio ao machismo nos sinais de trânsito; - Palestras em articulação com unidades de políticas sociais; - Sarau coletivo nas praças	coletivo
---------------	-------------------------------	---	---	----------

---

Fonte: Sistematização própria, 2018.

Após esse mapeamento, construímos critérios para eleger as instituições e os sujeitos que foram entrevistados. Como critério geral, selecionamos uma instituição vinculada a cada uma das políticas que compõe a rede de atendimento às mulheres em situação de violência (saúde, assistência social, segurança pública e justiça), privilegiando os serviços especializados de atendimento à violência contra as mulheres, e uma instituição que tenha vinculação com a sociedade civil, elegendo o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, devido a sua ligação institucional e por ser um órgão de controle social. Para a seleção dos sujeitos, optamos por aqueles que tinham disponibilidade em participar da pesquisa, possuísem uma trajetória profissional e/ou de militância nas políticas de direitos para as mulheres e mantivessem um vínculo direto com o serviço ofertado pela instituição selecionada. Para a identificação desses sujeitos no texto, utilizaremos o nome de deusas de diversas crenças (Sechat – deusa egípcia, Lilith – deusa judaica, Yemanjá – deusa africana, Senhora das Águas do Marajó - deusa indígena, Géia e Ártemis – deusas gregas), como uma forma de representar a diversidade existente entre as mulheres, bem como os traços de personalidade e os papéis desempenhados por cada uma dentro do contexto estudado<sup>69</sup>.

Assim, foram efetuadas entrevistas com profissionais do CREAS, que denominamos de Sechat; da UBASF Juarez Isaías Araújo, Lilith; do Projeto Paz no Lar, Yemanjá; da DEAM, Géia; e com conselheiras representantes da sociedade civil do CMDM, Senhora das Águas do Marajó. Mesmo não sendo nosso foco mulheres que tenham sofrido violência e sejam usuárias desses serviços, durante o diálogo com três conselheiras, uma delas nos relatou ter sido vítima de violência doméstica, elemento que enriqueceu nossa pesquisa, por termos acesso ao olhar de uma usuária.

Concomitante a esses momentos de coleta de dados, além de todas as opções metodológicas já relatadas, utilizamos também o *Facebook*, através das postagens, das fotos e dos comentários nas páginas da prefeitura e do Maracanaú 360<sup>70</sup>, para acompanhar os movimentos políticos e de políticas públicas no município. Todas as inquietações da população e as decisões e as ações da prefeitura eram publicadas e discutidas ali, onde ficávamos sabendo dos detalhes

---

<sup>69</sup> Para conhecer o significado de cada deusa, ver Anexo F.

<sup>70</sup> A página Maracanaú 360 é descrita como um espaço para a troca de ideias, experiências e opiniões sobre a cidade de Maracanaú, nos mais diversos aspectos, cultura, esporte, cotidiano, oportunidades, negócios e política.

pelas descrições. A rede social também foi uma estratégia para nos mantermos mais próximas do dia a dia do município. Foi assim que ficamos sabendo do movimento SOS Emergência, o qual surgiu em resposta ao fechamento da emergência do Hospital Municipal, e da forte inserção feminina nele, inclusive de mulheres que participavam de outros movimentos sociais e eram militantes feministas. A partir daí resolvemos realizar também uma entrevista com uma dessas mulheres, a qual chamamos de Ártemis, como uma forma de ouvir e perceber o movimento da sociedade civil, que estava tão efervescente naquele momento.

Com a seleção feita, realizamos entrevistas compreensivas<sup>71</sup>, técnica que abdica do status de neutralidade e de impessoalidade da coleta de informações, para a construção de uma formação social e discursiva por meio do diálogo recíproco, sendo possível e desejável um espaço de improvisação, tanto para as questões levantadas como para as respostas (FERREIRA, 2014).

Optamos pela entrevista por considerar, assim como Blanchet e Gotman (1992), que mais do que uma resposta, ela produz um discurso, sendo a narração gerada por ela “[...] uma rememoração reflexiva que implica a interpretação subjetiva sobre os episódios narrados” (FERREIRA, 2014, p. 984), possibilitando assim o acesso a uma fala que interpreta, contrasta e concede valores aos fatos.

Além disso, consideramos que o discurso, (co)construído, talvez nunca fosse pensado, caso o entrevistado não fosse mobilizado para isso, tendo em vista que o cotidiano muitas vezes não permite uma reflexão sobre a prática ou, quando o possibilita, temos sempre aspectos sobre os quais refletimos mais que outros. Assim, na entrevista “[...] os elementos que antes pareciam dispersos e as racionalidades que, no momento emergiam como espontâneas, estruturam-se num todo coerente que amarra o fio condutor de múltiplas decisões e ações” (GUERRA, 2006, p. 19). Seguindo esse modelo, possibilitamos aos entrevistados uma reflexão acerca de sua prática cotidiana e a expressão de suas crenças e seus juízos de valor, como foi expresso em uma das entrevistas.

Não, é boa essas perguntas, porque esclarece e faz a gente correr atrás. Essas perguntas, assim, é bem importante para a gente de aprendizado. Você faz a pergunta que a gente não conhece e não sabia; mas, quando

---

71 De acordo com Ferreira (2014, p. 981), “A entrevista compreensiva trata-se de uma técnica qualitativa de recolha de dados que articula formas tradicionais de entrevista semidiretiva com técnicas de entrevista de natureza mais etnográfica, na tentativa de evitar quer o dirigismo do modelo de questionário aberto, quer o *laissez-faire* da entrevista não diretiva”.

terminar, a gente vai atrás, é importante mesmo (Senhora das Águas do Marajó).

Apesar de falarmos em construção metodológica processual e em uma improvisação necessária à entrevista, não descartamos a sua preparação, tendo em vista ser essa uma das etapas mais importantes da pesquisa, pois a improvisação falada é preparada, informada e controlada. Com essa intencionalidade, fizemos tópicos os quais orientaram a entrevista (ver apêndice A), que funcionou como um guia para desencadear a fala dos sujeitos, porém, com o cuidado de flexibilizar e possibilitar um diálogo e não apenas respostas as questões. Com o intuito de criar um *rapport* entre os entrevistados e a pesquisadora, inicialmente abordamos a história profissional e/ou de militância dos participantes. Por ter participado de vários eventos referentes a políticas de direitos para as mulheres no município e já ter realizado o mapeamento das instituições, quando parti para a realização das entrevistas, de alguma forma, já havia estabelecido uma relação com algumas interlocutoras.

As entrevistas foram agendadas de acordo com o horário e o local em que os sujeitos se sentiam mais à vontade para a sua realização, sendo todas feitas nas instituições em que executavam suas atividades. Embora soubesse que poderiam ocorrer várias interrupções, como assim aconteceu, decidimos acatar a sugestão delas por receio de resistência ou de adiar muito a entrevista devido à dificuldade de se ausentar desses espaços. Antes de iniciar, explicamos, numa linguagem compreensível, quais eram os propósitos da atividade, bem como os objetivos da pesquisa. Após a manifestação de anuência na participação da pesquisa, era assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi garantido o anonimato do entrevistado e a confidencialidade das falas de forma a criar um clima de confiança.

As pessoas, costumeiramente, consideram a entrevista, e por isso a escolhem, uma técnica de fácil uso, rápida, sem a necessidade de muitos recursos ou preparo. Para nós, entretanto, essa foi a etapa mais demorada e que exigiu mais cuidado na sua realização. Pudemos observar que, durante as conversas um pouco mais informais tidas durante o mapeamento, as falas fluíam, assuntos, por vezes mais delicados (como as dificuldades locais para a realização das atividades e dos serviços), eram abordados. Já nas entrevistas, inicialmente o diálogo era mais travado e objetivo, eram apenas respondidas as perguntas, acreditamos que por

conta do gravador que claramente inibia as pessoas, algumas solicitando que fosse interrompida a gravação para que fizessem determinadas falas. Assim, foi necessário todo um trabalho de sensibilização e confiança, inclusive com falas sobre as nossas dificuldades enquanto trabalhadora e pesquisadora, para que as interlocutoras se soltassem, o que de fato conseguimos.

Procuramos, durante as entrevistas, fazer perguntas que utilizassem o “como” a fim de que as respostas fossem mais descritivas e, na maioria delas, alcançamos sucesso.

Avaliamos que as últimas entrevistas foram melhores que as primeiras. Mesmo já tendo utilizado essa técnica de coleta de dados em pesquisas durante a graduação e realizado diversas leituras sobre ela, essa é uma aprendizagem que só ocorre com a prática e com os vários elementos perturbadores que podem surgir. Ouvíamos sempre cada entrevista para não cometer os mesmos erros na seguinte.

A cada entrevista que não ocorria como planejado, por uma pergunta mal elaborada ou por perder a chance de obter maiores descrições sobre alguma fala, fomos percebendo que cada encontro para entrevista era único e, portanto, era necessário que nós facilitássemos aquele momento a partir das características e singularidades dos sujeitos, pois elas são capazes de nos direcionar para o melhor caminho. E, assim, fomos construindo a melhor forma de realizar as entrevistas. Nesse caminho de coleta de dados, percebemos que seria relevante dar ênfase para o acesso das mulheres aos serviços e aos fluxos entre eles. Portanto, além de buscarmos isso por meio das entrevistas, passamos a solicitar, no final de cada encontro, que o interlocutor desenhasse o fluxo de atendimento as mulheres em situação de violência a fim de compreender como essa mulher chegava ao local, o que era ofertado, quais encaminhamentos recebia e a partir de que eram feitos, caso ocorresse. Esse instrumento também foi importante por colocar o interlocutor de frente com a sua atuação e as potencialidades e as limitações dela.

Em meio às entrevistas, sentimos um desejo de dialogar com os usuários das políticas sociais do município a fim de saber se eles tinham conhecimento dos serviços direcionados à violência contra as mulheres e se reconheciam ser esse um dos grandes problemas ali existentes. Recebemos, então, o convite de uma amiga, técnica do PAIF no CRAS Jereissati para facilitar um encontro do grupo de acompanhamento familiar que teria como tema a violência contra a mulher.



Saímos de casa com uma proposta de trabalho, mas aberta ao que o grupo pudesse me trazer como demanda, portanto, cientes de que poderíamos mudar completamente o que pensávamos em fazer. Levamos o material o qual havíamos preparado para esse momento, dados da violência contra a mulher no município, propagandas e músicas que apresentavam traços de misoginia ou qualquer outra violência direcionada às mulheres, pois acreditávamos que assim despertaria o interesse dos participantes e conseguiria incluir na discussão as categorias da pesquisa: gênero, violência e políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Após a apresentação, nossa e a dos participantes, bem como o levantamento da expectativa deles quanto ao encontro, discutimos sobre a data do 8 de março, dia em que foi realizado o grupo. Em seguida, dividimos o grupo em subgrupos e distribuimos as imagens das propagandas e os trechos de músicas, todas conhecidas por eles. Pedimos que vissem aquele material e dissessem se ali havia algum tipo de violência contra a mulher. A partir da fala deles, fizemos alguns questionamentos e orientamos a discussão de forma a tratar o que é violência contra a mulher e quais seus tipos.

Figura 1 – Grupo de acompanhamento familiar CRAS Jereissati



Fonte: Diário de campo

Dessa forma, trilhamos o percurso investigativo, buscando compreender todo o universo e a relação entre os atores institucionais das políticas públicas e da

sociedade civil de Maracanaú que fazem parte do enfrentamento à violência contra as mulheres. Tentamos nos aproximar dessa realidade por várias vias: nosso cotidiano de trabalho, o acompanhamento de discussões por meio do *Facebook*<sup>72</sup>, participação em eventos e reuniões, mapeamento dos serviços e da realização de entrevistas. Com essa inserção no cotidiano dos atores, conseguimos a confiança deles e foi possível conduzir a pesquisa sem tantos entraves.

Durante todos esses momentos de contato com o campo (fora os já mencionados, detalhamos os outros na tabela abaixo), fizemos uso da observação e do diário de campo, tendo em vista que a observação nos possibilitou “[...] investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas” (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 02), proporcionando-nos a percepção de contrastes sociais, culturais e históricos. O diário de campo, por sua vez, permitiu a descrição de nossas reflexões, bem como situações interessantes vivenciadas e percebidas a cada contato com o lócus e os sujeitos da pesquisa, auxiliando na compreensão e análise da realidade estudada (NOGUEIRA, 1975).

Tabela 3 – Participação em eventos

<b>Evento</b>	<b>Local</b>	<b>Propositor da atividade</b>	<b>Participantes</b>	<b>Período</b>
Visita à Coordenadoria Estadual da Mulher	Coordenadoria Estadual da Mulher	---	Coordenadora	2017
Visita à Assessoria da Mulher de Maracanaú	Assessoria de Políticas para as Mulheres de Maracanaú	---	Assessora nas gestões municipais anteriores	2017
Debate pela Não violência contra a Mulher	CREAS Maracanaú	SASC	CREAS, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal de Assistência Social, SASC, DEAM, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Deputado federal Chico Lopes.	11/12/2017
Programa de rádio Eduardo Cangaceiro – entrevista com as mulheres do movimento SOS Emergência de Maracanaú	Vídeo na página do Facebook de Eduardo Cangaceiro	Eduardo Cangaceiro	Eduardo Cangaceiro e Movimento SOS Emergência de Maracanaú, Vereadores	21/01/2018

<sup>72</sup> Facebook é uma mídia social e rede social virtual.

Reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Casa dos Conselhos	CMDM	Conselheiras do CMDM, comissão dos direitos da mulher da OAB da região metropolitana, assistente social e atriz participante do espetáculo Crias da Terra, secretária executiva do conselho.	13/02/2018
Participação na audiência para discutir o fechamento da emergência do hospital de Maracanaú	Câmara dos Vereadores de Maracanaú	Associação dos Moradores do Conjunto Industrial – ASMOCI	ASMOCI, Comissão de Saúde da OAB, Ministério Público, Secretaria de Saúde, Movimento SOS Emergência de Maracanaú, Vereadores	02/03/2018
Entrega do Prêmio Empresa Parceira da Mulher e Apresentação do Grupo Crias da Terra (atividade da semana da mulher)	Teatro do Centro Cultural Dorian Sampaio	Prefeitura	SASC, Prefeito, Vereadores, Deputados Estaduais, CMDM, empresas premiadas	07/03/2018
Palestra com a Delegada titular da Delegacia da Mulher de Maracanaú, sobre abusos dentro de relacionamentos e a importância de denunciar, e apresentação do Cordelista Tião Simpatia (atividade da semana da mulher)	Teatro do Centro Cultural Dorian Sampaio	Prefeitura	SASC, CMDM, CREAS, empresas premiadas	08/03/2018
Grupo de acompanhamento familiar com a temática violência contra a mulher	CRAS Jereissati	CRAS Jereissati	CRAS Jereissati e GESUAS	08/03/2018
Estação Mulher - Homenagem às Mulheres Maracanaenses, Eleição da Beleza Feminina 2018, entrega do Prêmio Mulheres de Destaque na Área Social, Cultura e show da Eliane, “a Rainha do Forró” (atividade semana da mulher)	Nova Praça da Estação	Prefeitura	SASC, Prefeito, Vereadores, CMDM	08/03/2018
Comemoração do dia da Mulher	CRAS Timbó	CRAS Timbó e CMDM	CRAS Timbó, CMDM, UBS Timbó, comissão dos direitos da mulher da OAB região metropolitana, DEAM	09/03/2018
Live promovida por Lucena Torres advocacia e consultoria com o tema "Violência Doméstica contra a Mulher" debatida com a delegada da DEAM de Maracanaú	Perfil do <i>Instagram</i> de Lucena Torres Advocacia e Consultoria	Lucena Torres Advocacia e Consultoria	Lucena Torres e delegada da DEAM de Maracanaú	24/03/2018

Fonte: Sistematização própria, 2018.

#### **2.2.4 A tessitura da sistematização dos dados das diversas fontes**

Após finalizarmos o trabalho de campo, organizamos todo o material construído e o dispomos em categorias. A análise de dados por categorias é proposta por Minayo (1994), consistindo em organizar os dados e, em seguida, classificá-los e analisá-los. A classificação deve ser feita considerando as categorias definidas no início da pesquisa e as que podem emergir no transcurso da investigação.

Então, os passos que seguimos se iniciaram pela ordenação de todo o material. Foram transcritas todas as entrevistas e realizamos uma leitura exaustiva, atividade que também desenvolvemos com os outros instrumentos (documentos, diário de campo e observações), identificando as categorias de análise e, em seguida, realizando a classificação dos dados e sua análise. A partir da releitura de todo o material já categorizado, tentamos construir vínculos entre nossos dados e os referenciais teóricos da pesquisa.

Acreditamos que nossa imersão no campo, tentando descobrir o exótico ali presente, ajudou-nos a identificar e compreender prováveis contradições e semelhanças, facilitando o processo de análise dos dados.

### 3 RELAÇÕES DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

“O silêncio e a vergonha são contagiosos; a coragem e a fala, também. Mesmo agora, quando as mulheres começam a falar de suas experiências, vêm outras em apoio e partilham as suas próprias. Derruba-se um tijolo, depois outro; a represa rompe, as águas se precipitam. Nos anos 1970 e 1980, foi enorme o impacto prático causado pelas mulheres contando os abusos sofridos na infância e os assédios e ataques vividos quando adultas. As leis e suas respectivas aplicações mudaram. Mas essas histórias também constituíram um ataque à impunidade da autoridade, muitas vezes indissociável do patriarcado. Essas histórias diziam que a autoridade não era necessariamente confiável, que o poder estava sujeito a abusos” (SOLNIT, 2017, p. 80).

Neste capítulo, abordamos a questão de gênero, fornecendo elementos os quais nos ajudarão na compreensão da inserção, e as suas condições, da mulher na sociedade. Como veremos, o gênero tem relação com questões sociais, econômicas e políticas dentro de cada sociedade e em cada tempo histórico, possibilitando o entendimento acerca dos papéis de homens e mulheres em sociedades marcadas por tantas desigualdades.

A desigualdade de gênero, especificamente, tem uma existência longa com atitudes ora proibidas, ora permitidas para determinados sujeitos. A mulher, por seu histórico de opressão e submissão, ainda hoje, tem que conviver com a naturalização de questões sociais discriminatórias, bem como a restrição de sua liberdade, na busca da manutenção dos contratos firmados na modernidade, ou seja, o contrato social e o contrato sexual. Isso lhe acarreta algumas consequências, desde as tentativas de cerceamento da ocupação da esfera pública até as ações de agressividade e violências. Assim, seguiremos em uma discussão que tenta tirar da invisibilidade essa violência, tão comum, e desnaturalizar esse ato.

### 3.1 Desnaturalizando a violência contra a mulher: as relações de gênero e o patriarcado

O conceito de gênero vem sendo discutido por teóricos (as) de diversas áreas, destacando-se entre as feministas. Seu surgimento, na década de 1970, ocorreu pela considerável produção acadêmica referente ao sexo feminino, destacando-se no estudo da dinâmica das relações sociais. Segundo Moraes (2000), nesse momento em variados locais, ocorriam estudos sobre as mulheres, que objetivavam protestar politicamente acerca da condição feminina. Esses estudos iam ao encontro da luta política do movimento feminista. Todos procuravam discutir e compreender a subordinação e a opressão das mulheres na sociedade.

A partir da década de 1980, os estudos da mulher foram cedendo espaços para os de gênero, que passam a estar em um número superior, inclusive, dentro do campo feminista. Nesse contexto, foram muitas as críticas que o conceito de gênero ou relações de gênero recebeu por dar destaque ao aspecto de homens-mulheres, deixando a margem a opressão e a hierarquia. Como infere Moraes (2000, p. 95-96),

[...] a área temática que hoje chamamos de “estudos de gênero” foi antecedida historicamente pelos “estudos sobre a mulher”, comprovando a passagem gradativa do movimento social para a esfera acadêmica. Os “estudos sobre a mulher” dominaram os anos em que a militância feminista estava nas ruas ao passo que os “estudos de gênero” denotam a entrada na academia de uma certa “perspectiva de análise”. Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher, mas de entender, teoricamente, a dimensão “sexista” de nosso conhecimento e os riscos das generalizações. Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens – ou ao “gênero masculino” – como bem revelam os trabalhos sobre “masculinidades” e “paternidades”.

Assim, saímos dos estudos sobre as mulheres para os de gênero por esse ser mais amplo, “diminuindo” a desigualdade entre homens e mulheres, originadas do sistema patriarcal. Saffioti (2004) fala-nos que a categoria gênero, dessa forma, alheia às contradições, devido ao seu foco na perspectiva relacional, impossibilita a discussão acerca de um processo opressor. Mesmo concebendo gênero como um conceito de ordem política o qual se contrapõe às concepções tradicionais conservadoras, a autora analisa que ele permite um uso neutro, ou seja, o mesmo pode ser usado a serviço tanto da opressão quanto das relações igualitárias, tendo em vista que estar em uma ou outra posição não dependeria da categoria, mas das relações sociais. Assim, traz o conceito de patriarcado, que trata

da desigualdade e da opressão, sendo uma possibilidade dentro das relações de gênero, mas não a única.

Alinhamo-nos com a posição de Saffiotti na compreensão de que se faz relevante, ao tratar das relações de gênero, atentar para os sistemas (sendo o patriarcado um deles), e seus elementos, os quais contribuem para a produção de relações desiguais e opressoras. Apesar de vermos críticas referentes ao patriarcado, originado de autoras pós-estruturalistas, precisamos nos recordar que a sociedade brasileira ainda apresenta fortes traços de sua formação social, econômica e política, dentre eles o patriarcalismo, que impactam em seu comportamento, individual e socialmente, como, por exemplo, as estruturas hierarquizantes e opressoras que vivenciamos. Por isso, os pensamentos de Heleieth Saffiotti e de Rosa Cobo serão utilizados neste estudo com o objetivo de compreender o processo de dominação-exploração feminina presente nas relações de gênero.

A dominação feminina está presente nas relações de gênero, sendo facilmente percebida nas representações sociais, bem como na divisão sexual e nos respectivos papéis destinados às mulheres, os quais, muitas vezes, elas absorvem e reproduzem. Portanto, devemos estar atentos que as desigualdades de gênero são apresentadas tanto por homens, quanto por mulheres.

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e no uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem (SAFFIOTTI, 2004, p. 34-35).

Essa condição histórica de inferiorização e opressão feminina são atribuídas por Saffiotti (2004, p. 136), ao patriarcado, o qual existe desde

[...] milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta

realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das (os) teóricas (os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta que o conceito de patriarcado diz respeito. Desta sorte, trata-se de conceito crescentemente preciso que prescinde das numerosas confusões de que tem sido alvo.

O patriarcado tradicional, que tem como base o poder dos homens mais velhos sobre os jovens, bem como a superioridade masculina presente em todas as instituições sociais, perde espaço com a conquista de direitos pelas mulheres e as consequentes mudanças na família e sociais (THERBORN, 2006), como discutiremos na sessão seguinte. Contudo, partimos da compreensão de que esse sistema social de dominação masculina não só não se extingue, como se reinventa e, contemporaneamente, a fim de se manter, associa-se a outros sistemas sociais - capitalistas, raciais e culturais (COBO, 2011). Assim, busca promover novamente a ideia de que a inferioridade faz parte da natureza feminina, pautados no suposto déficit de força feminino e usando, como veremos mais a frente, a violência como instrumento.

O machismo da modernidade, o sexismo e a heteronormatividade estão contidos nas relações de gênero, fazendo-se presentes nos mais diversos atos e nos momentos da socialização de homens e mulheres, bem como nas suas falas e nas normas que os atingem. Dessa forma, temos heranças desse antigo patriarcado e traços da reinvenção desse sistema contidos também nas atividades das pessoas, sendo inclusive, como afirma Saffiotti (2004), utilizado pelas mulheres no disciplinamento dos filhos, por exemplo. Apesar disso, devemos enfatizar que são as mulheres as mais alvejadas por esse sistema, o qual determina papéis sexuais, cria preconceitos e as mais variadas expressões de desigualdade a fim de subjugar-las, e o qual não se restringe ao espaço privado, mostrando-se também nos espaços públicos e no Estado que ratificou os preceitos do patriarcado privado, possibilitando a criação de um patriarcado público.

[...] os Estados modernos inscreveram no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos cidadãos, todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica. E a ambiguidade essencial do Estado consiste, por um lado, determinante, no fato de que ele reproduz em sua estrutura mesma, com a oposição entre os ministérios financeiros e os



ministérios de administração, entre sua mão direita, paternalista, familiarista e protetora, e sua mão esquerda, voltada para o social, a divisão arquetípica entre o masculino e o feminino, ficando as mulheres com a parte ligada ao Estado social, não só como responsáveis por, como enquanto destinatárias privilegiadas de seus cuidados e de seus serviços (BOURDIEU, 2014, p. 105 - 106).

Tomemos como exemplo o Estado brasileiro que apesar de apresentar avanços na construção de políticas específicas para as mulheres, não superou a cultura política patriarcal e neoliberal. Assim, visualizamos na gestão pública distintas formas de relação do Estado com as mulheres, perpetuando atuações contraditórias. Na ordem jurídica, por exemplo, até 2002, quando temos a aprovação do Novo Código Civil (Lei 10.406/2002), tínhamos de um lado os parâmetros igualitários da Constituição de 1988, bem como os tratados internacionais dos quais o Brasil era signatário, e de outro um Código de 1916, que privilegiava o ramo paterno; aceitava a anulação do casamento no caso de não virgindade da mulher; não reconhecia os filhos nascidos fora do casamento e autorizava o lugar de subalternidade da mulher dentro do casamento civil, já que muitos atos só poderiam realizar a partir da autorização do marido, ou seja, não havia uma cidadania plena. O Código Penal vigente, no referido período, que foi modificado apenas pela Lei 11.106/2005, extinguiu a punição do estupro caso esse se casasse com a vítima ou essa se casasse com outra pessoa e não afirmasse o desejo de prosseguir com um processo penal, além de usar o conceito de mulher honesta e criminalizar o adultério, que culturalmente foi usado para argumentar contra as mulheres na justificativa dos mais diversos crimes direcionados a elas. E não podemos deixar de mencionar a ainda vigente Lei de Planejamento Familiar (9263/96) que estabelece a esterilização voluntária restrita a homens e mulheres acima dos 25 anos com pelo menos 2 filhos vivos e com autorização de ambos os cônjuges. Isso impõe à mulher, ainda comumente vista como a responsável pelos métodos contraceptivos, a um controle extremo sobre o seu corpo. Além disso, vai de forma antagônica à Lei Maria da Penha (2006) que considera violência doméstica impedir uso de método contraceptivo.

Esses anacronismos e essas contradições do Estado brasileiro também estão presentes nas políticas públicas. Vejamos, por exemplo, a Política de Assistência Social. A PNAS/2004 reconhece os diferentes arranjos familiares, não existindo a legitimação de nenhum modelo familiar, no entanto, constrói suas

políticas com atenuada preocupação com “[...] a produção e a reprodução das relações familiares”. De acordo com Soares (2012, p. 101), “[...] o cuidado é a tônica ao se discutir a família e um conceito de família”. Visualiza-se o reforço a determinadas funções de família associadas predominantemente às mulheres, que são inclusive sugeridas como ocupantes prioritárias da função de Responsável Familiar para o Cadastro Único<sup>73</sup>. Dessa forma, permanece fortemente a ideia da divisão sexual do trabalho, em que a família é o espaço de ação da mulher e o mercado de trabalho, o do homem. Mesmo com todos os avanços e a presença cada vez maior das mulheres nos mais diversos espaços, essa é a ideia ainda presente, mesmo que de forma sutil e camuflada, nas intervenções estatais, sendo, por isso, as políticas de família enfocadas, preferencialmente, nas mulheres. Porém, essa posição não é exclusiva da política de assistência social, fazendo parte de várias outras políticas sociais brasileiras, como a saúde e a educação. Portanto,

[...] não se trata apenas de uma relação “material”, mas também produzida por e produtora de ideias, normas, valores e concepções de mundo. Isso implica o caráter dinâmico das relações sociais, que devem ser historicizadas, haja vista que possuem uma “estrutura” que permite sua permanência, mas também passam por transformações que correspondem a determinados períodos históricos. Para isso, deve-se desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem com isso perder de vista a dimensão concreta das relações sociais (KERGOAT, 2010, p. 100).

Contudo, apesar de defendermos a importância da discussão de um sistema de dominação, não devemos perder de vista a importância da perspectiva de início do uso da palavra gênero, que tentava explicar a organização social da relação entre os sexos, tendo como foco uma rejeição ao determinismo biológico, presente em terminologias como “sexo” e “diferença sexual”, com a intenção de compreender mulheres e homens sem essencialismos.

Em certo sentido, a história política foi encenada no terreno do gênero. É um terreno que parece fixado, mas cujo sentido é contestado e flutuante. Se tratarmos da oposição entre masculino e feminino como sendo mais problemática do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que é que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para justificar ou explicar suas posições, mas também como percepções implícitas de gênero são invocadas ou

---

73 O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza que são utilizadas pelos governos para a implementação de políticas públicas que busquem a melhoria da vida dessas famílias. Podem estar inscritos no Cadastro único as famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total.

reativadas (SCOTT, 1995, p. 28).

O vocábulo foi tratado no campo dos estudos feministas, pioneiramente, por Rubin (1993), com o sistema de sexo/gênero, o qual consistia em arranjos sociais que transformam a sexualidade biológica em produtos socioculturais.

Uma mulher é uma mulher. Ela só se transforma em mulher do lar, em esposa, em escrava, em coelhinha da Playboy, em prostituta, em um ditafone humano, dentro de determinadas relações. Fora dessas relações, ela já é mais a auxiliar do homem, assim como o ouro em si não é dinheiro etc. Quais são, então, essas relações por meio das quais uma mulher se torna uma mulher oprimida? (Ibid. p. 10).

O conceito de gênero foi então passando por reformulações conceituais a fim de abordar as várias dimensões envolvidas (construção histórica, social, política estabelecidos entre homens e mulheres e sobre suas diferenças sexuais), trazendo uma análise política e relacional. Assim, a princípio, o gênero é tratado a partir de dois elementos: a) a necessidade de um contexto cultural e as respectivas construções de papéis sociais diferenciados com base no sexo; b) o aspecto relacional, aqui sendo consideradas as relações interpessoais assinaladas por poder e hierarquia.

No final da década de 1980, Joan Scott conceituou gênero como uma construção cultural pautada na divisão binária dos sexos, sendo construído a partir das relações de parentesco, bem como de outras interações sociais da esfera pública, como economia e organização política e jurídica. Para a autora, o gênero se pauta em uma construção hierarquizada por meio de elementos simbólicos, os quais possibilitam a produção de conceitos normativos que os dão sentido.

Esse conceito, formado por essas interligações, especialmente, o contexto cultural e a perspectiva relacional, remete-nos a algumas questões. No que se refere ao primeiro elemento da definição, observamos quatro elementos: 1) os símbolos culturais que estão a nossa disposição e despertam representações simbólicas, frequentemente, contraditórias; 2) os conceitos normativos, como os contidos nas doutrinas religiosas e educativas, por exemplo, que estabelecem o binarismo masculino-feminino como arranjo dominante; 3) as organizações sociais as quais se firmam em uma “imutável” representação binária do gênero e 4) a identidade subjetiva, ou seja, a forma de construção das identidades de gênero. Na segunda proposição, gênero é entendido como um meio que dá sentido às relações de poder, apesar de não ter sido o único campo, foi um dos que mais colaborou na

produção dos significados de poder (CONCEIÇÃO, 2009).

Ao tomar o gênero como uma categoria de análise histórica, passa-se a tratá-lo como algo constantemente construído na sociedade, influenciando os jogos de poder econômicos, políticos e jurídicos, nas esferas pública e privada, e influenciado por esses poderes.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1995, p. 27).

Louro (1995), com base no texto de Scott (1995), evidencia que o conceito de gênero, para as ciências sociais, vai significar mais do que uma categoria de análise. Sua conceituação densa vai inscrever o social, o biológico, a cultura e a natureza. Portanto, além da compreensão de que as pessoas constituem-se homem e mulher num processo continuado e dinâmico, a autora nos faz refletir que “[...] gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais [...] generificadas, ou seja, expressam as relações sociais de gênero” (p. 103). Assim, como categoria de análise, o gênero nos ajuda a compreender porque, apesar de um século de lutas do Movimento Feminista por equidade, ainda temos um número alarmante de registros de violência contra as mulheres, tanto no espaço público como no privado. A construção social do masculino e feminino reafirma reações de poder que tentam naturalizar a dominação masculina.

A imersão do gênero nas instituições sociais faz com que essa construção social do gênero se dê cotidianamente nas normas sugeridas e impostas, de forma relacional, em um constructo simultâneo na teoria e prática.

Tendo apenas uma existência relacional, cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é, como habitus viril, e, portanto não feminino, ou feminino, e, portanto não masculino. A ação de formação, de Bildung, no sentido amplo do termo, que opera esta construção social do corpo não assume senão muito parcialmente a forma de uma ação pedagógica explícita e expressa. Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de

divisão androcêntrica (o que explica a enorme pressão que ela exerce) (BOURDIEU, 2014, p. 41).

Existe, assim, uma construção social do feminino e do masculino, sendo os traços anatômicos interpretados no contexto histórico e cultural. Simone de Beauvoir (1970) afirma que, durante a infância, as crianças são apenas crianças. A ideia de superioridade do macho tem sua construção iniciada com a noção de independência que é ditada aos meninos por meio da exaltação da virilidade, como adjetivo deles. Em contraposição, as meninas é atribuída a passividade feminina, como “[...] um destino que lhes foi imposto por seus educadores e pela sociedade”. (BEAUVOIR, 1970, p. 21). Assim, os costumes e, conseqüentemente, a sociabilidade estabelecem atividades e qualificações diferentes para meninas e meninos.

Bourdieu (2014, p. 63) caminha na mesma direção e defende que a socialização, compreendida aqui como um processo de “[...] diferenciação ativa em relação ao sexo oposto”, tende a diminuir as mulheres, por meio de uma aprendizagem, essencialmente tácita, da resignação e do silêncio, que se dá por meio de um disciplinamento constante. Aos homens cabe a virilidade - reprodutiva, social e sexual - e o dever de afirmá-la em qualquer circunstância, também vista como a capacidade para o combate e, conseqüentemente, a concretude de ações violentas, sendo investida por meio dos jogos de violência masculinos presentes nas sociedades e nos esportes. Contudo, esse privilégio masculino apresenta ônus para ambos, mulheres e homens.

Em oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem "verdadeiramente homem" é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. A exaltação dos valores masculinos tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias que a feminilidade suscita (Ibid, p. 64) .

Assim, segundo o autor, esses elementos antagônicos da construção da identidade masculina e da identidade feminina partem da concepção das formas permanentes “de se servir do corpo”, que são a “naturalização de uma ética” (p. 38).

Margareth Mead (2003, p. 274) afirma que a padronização e a proibição de comportamentos passam por uma seleção social, podendo ser “[...] padronizadas ou proibidas a todos, ignoradas pela sociedade, ou convertidas no comportamento aprovado e exclusivo de um único sexo”. Assim, a violência contra as mulheres é

justificada como resposta ao comportamento dito “desviante”. No Brasil, por exemplo, até as primeiras décadas do século XX as mulheres que cometiam adultério ou havia suspeita de adultério eram mortas em nome da legítima defesa da honra. E, hoje, são comuns os crimes e assassinatos de mulheres que tentaram sair de relações abusivas e iniciar outros relacionamentos, como no recente caso Carla Carrillo, morta junto com seu namorado pelo seu ex-marido<sup>74</sup>.

A educação e a definição do comportamento socialmente determinam a feminilidade ou a masculinidade. Devemos ressaltar que essa relação envolve jogos de poder e dominação, pautadas pela dominação masculina, ou seja, as qualificações de gênero são culturais, portanto, as relações de poder vão determinar as funções e as hierarquias do feminino e masculino tão presentes em nosso cotidiano, como podemos ver pela fala de Lilith, ao abordar a forma como o filho de uma de suas pacientes, com apenas 7 anos de idade, já se comporta:

Educá-los, porque, a questão do machismo também é uma questão de educação. O menino só é machista porque ele acha que a mulher é um ser inferior, porque ele foi criado a vida inteira desse jeito. Eu tenho uma paciente aqui que eu chamo o filho dela de machista porque ele é, e porque também o pai é. Eu disse assim, você tem que ir conversando com seu filho. O menino fala mesmo que a mulher é inferior, e é uma criança de 7 anos. [...] Dinheiro, não sonha ser de mulher e tudo mais. Tudo. Ele fala desse jeito, porque ele escuta do pai, e eu digo assim: você tem que trabalhar isso em seu marido e em teu filho. Ele não pode ser criado dessa forma. Então é uma questão de educação também. O homem entender. Acho que depois que já é adulto, é mais complicado.

Dessa forma, a dominação masculina é possível devido a sua presença nas estruturas sociais e nas atividades produtivas e reprodutivas, por meio de uma divisão sexual do trabalho, visualizada nas “[...] matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais” (BOURDIEU, 2014, p. 45). A Senhora das Águas do Marajó aborda isso defendendo a importância de romper com esse paradigma:

Por mais que a cultura não ajude a mulher, o que você aprendeu e hoje você sendo mãe, você vai passar por seus filhos. É preciso que a gente dê uma quebrada nisso e mostre que não é mais assim.

---

74 Carla Carrilho e seu namorado foram mortos a tiros pelo seu ex-marido quando o carro no qual trafegavam estava parado em um semáforo da Alberto Craveiro. Ver: FEITOSA, Angélica. Homem mata ex-esposa a caminho do Castelão. **O Povo**, Fortaleza, 09 abril 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/04/homem-mata-ex-esposa-a-caminho-do-castelao.html>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

As mulheres, envolvidas nessas relações de poder, também se veem envoltas nos seus produtos, apontados acima, e que funcionam como elementos da ordem simbólica, utilizando-nos em sua realidade como uma crença inquestionável, seguindo o ciclo da violência simbólica sofrida por elas (BOURDIEU, 2014).

Ao abordar a complexidade da posição das mulheres Maria Filomena Gregori (1989), a partir da definição do que é feminino e de sua ligação com aquilo que é natural, aponta a defesa da sociedade da manutenção feminina na esfera privada:

Em boa medida, a “naturalização” deste enlace nas sociedades ocidentais torna complexa a posição da mulher, principalmente no que diz respeito à sua cumplicidade junto ao universo de referências que toma o masculino, não apenas como complementar, mas como definidor do feminino. Neste contexto, cabem à mulher determinados atributos associados à natureza (seus instintos, a feminilidade construída a partir do corpo feminino etc.). Isto explica, em parte, a sua clausura no doméstico, no universo da reprodução. Universo privado no qual é tecida a trama que aprisiona a mulher e, simultaneamente, torna-a singular e indispensável. E ela vive essa situação de forma ambígua: gosta de ser indispensável, mas se ressentida com a limitação de sua liberdade (GREGORI, 1989, p. 173).

A clausura da mulher na esfera privada e os padrões estabelecidos nos remetem ao modelo da família ocidental, em que as mulheres nos papéis de mãe e de esposa, são responsáveis pelo cuidado da família e o homem, pai, deve ser o provedor financeiro.

A gente já cresce com isso, que a gente tem que estar em casa para fazer o almoço, tem que estar pronto. É uma cultura que como esposa é obrigação sua. Então é uma repressão que a gente vem de muito tempo (Senhora das Águas do Marajó).

Aqui temos a lógica da divisão sexual do trabalho, em que a mulher, relacionada com a esfera privada, é responsável pelo trabalho não remunerado e ao homem cabe a esfera pública e do trabalho remunerado, demarcando mais uma vez a submissão da mulher à autoridade do provedor. Rubin (1993) chama atenção para o “elemento histórico e moral”, que torna a esposa uma das necessidades do trabalhador:

[...] é, precisamente, esse “elemento histórico e moral” que determina que uma “esposa” encontre-se entre as necessidades de um trabalhador, que destina as mulheres e não os homens a realizar as tarefas domésticas e define o capitalismo como herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdaram, não lideraram e não falam com deus. É esse “elemento histórico e moral” que dotou o capitalismo de uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidade. Nesse “elemento histórico e moral” está resumido o inteiro domínio do sexo, da sexualidade e da opressão

sexual. [...] Apenas sujeitando esse “elemento histórico e moral” à análise que a estrutura da opressão sexual pode ser delineada (Ibid., p. 05).

Essa opressão sexual tem, até nossos dias, impulsionado a violência de diversas formas, violência sexual, assédio sexista e injúrias sexuais que funcionam como a expressão simbólica para “(re)colocar as mulheres em seu devido lugar”, em um esforço para manter a posição masculina. Os atos de poder mencionados são tradicionais e, ao mesmo tempo, renovam-se no cotidiano das relações entre mulheres e homens nas sociedades contemporâneas. Eles têm uma função: reagir aos avanços na busca de igualdade, reafirmando hierarquias e posições. Esse sistema sexista ainda impulsiona à violência por meio do reforço às desigualdades de gênero em outras esferas, garantindo-lhe coerência e dificultando mudanças: a desigualdade dos salários, a sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres, a fraca presença na política e o difícil acesso aos espaços públicos, entre outros.

Bourdieu (2014) nos fala que de forma mais ampla essa divisão sexual está associada também a manutenção do capital social e do capital simbólico, direcionando ao homem o domínio das atividades públicas e das trocas, inclusive de mulheres, pois elas, dentro da economia de bens simbólicos, são tidas como objetos de troca. Assim, as relações dentro do casamento também são desiguais. O trabalho feminino realizado no âmbito doméstico, naturalizado como uma função da mulher, da essência feminina, é invisível, pois não gera capital, pelo menos não de forma imediata. Aqui, retomamos as reflexões de Saffioti (1987) sobre os diferentes papéis femininos e masculinos impostos e exigidos pela sociedade.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos que pode atuar o homem (Ibid, 1987, p. 8).

Assim, a forma e o local de atuação de mulheres e homens já estão previamente delimitados dentro do contexto sociocultural, parecendo corriqueira e natural, como afirma Bourdieu (2014, p. 17), por aparecer com frequência socialmente.

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando



como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Tais esquemas sociais são transmitidos ao longo do tempo, mantendo-se por toda a vida dos sujeitos, e por várias instituições socializadoras, como a família, primeiro espaço na vida dos sujeitos onde aparece a experiência de uma divisão sexual do trabalho e a reprodução da dominação e da visão masculina; as religiões cristãs, que defende, por meio de suas simbologias, os preceitos da família patriarcal e a “inata” inferioridade das mulheres; e a escola, que ainda hoje restringe a autonomia das mulheres, principalmente no que concerne as atividades laborais. Reproduzidas e transmitidas cotidianamente, assumem, por vezes, o patamar de questões “imutáveis”, concretizando essa construção histórica. Mediante essa realidade, concorda-se com Bourdieu (2014, p. 18) que “[...] a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça”. Assim, tem-se um contínuo trabalho nos corpos e nas mentes de socialização do biológico e de biologização do social, produzindo uma construção social naturalizada, os "gêneros", como *habitus* sexuais.

Saffiotti (1987), contudo, alerta que isso se trata de uma inversão, na qual o que foi construído socialmente é visto como natural, sendo utilizado em processos de discriminação e como argumento para legitimar uma superioridade masculina.

[...] não basta, entretanto, conhecer a capacidade humana de transformar o reino natural. É preciso atentar para o processo inverso, que consiste em naturalizar processos socioculturais. Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história (Ibid., 1987, p. 11).

Percebemos que apesar da existência de algumas diferenças de conceituação de gênero nos autores tratados aqui, suas reflexões direcionam-se para a necessidade de desnaturalizá-lo e de compreender as relações de poder construídas socialmente a partir dessa categoria (que não é binária nem estável). As diferenças estabelecidas entre homens e mulheres e as relações de poder envolvidas produziram o domínio masculino e a submissão e a opressão femininas. Assim, mesmo a mulher hoje tendo acesso aos diversos espaços acadêmico e profissional, observa-se uma manutenção da cultura dominante patriarcal, que reforça a estrutura de relações entre desiguais e autoriza o poder hierárquico do homem. Entende-se assim que a violência é a materialização mais cruel do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres.

### 3.2 Violência contra as mulheres: velhas e novas formas

As diferenças existentes entre homens e mulheres, como já abordamos, são construídas pela cultura e pela sociedade, materializando-se em desigualdades entre os gêneros. Como afirma Cobo (2011, p. 146), “La tesis de las diferencias irreductibles e insalvables entre los sexos no es empíricamente demostrable. Sin embargo, la desigualdad se puede mostrar y verificar empíricamente”.

A violência está relacionada à construção hierarquizada dos gêneros e ao sistema societário que produz e impõe relações assimétricas e pautadas na dominação. Assim, “[...] el problema a resolver no es la diferencia, sino la desigualdad. De esta posición se deriva que la violencia es inherente a las relaciones de dominación y subordinación” (COBO, 2011, p. 146).

Ao falar de uma construção cultural da supremacia masculina, Heleieth Saffioti (1987) aborda o apelo à naturalização da opressão na tentativa de justificá-la. Esse é um processo que, apesar de todos os avanços os quais já tivemos em termos de legislação e de discussão científica, ainda se faz presente nos mais comuns episódios da vida cotidiana e sem causar o incômodo que esperaríamos, tanto em homens quanto em mulheres, como podemos ver no exemplo trazido por Yemanjá.

Eu entendo o seguinte, existe uma questão histórica de violência contra a mulher que já tá enraizada, que é uma cultura que se torna até normal para as pessoas: a violência, bater em mulher é normal, estuprar a mulher é normal, tudo é normal. Por exemplo, eu vi essa semana um depoimento de uma pessoa, o homem estava botando as partes dele para fora e dizendo coisas absurdas e ela olhava, ela ficou em pânico, ficou petrificada, ela olhava para o trocador e para o motorista, isso era dentro de uma van, porque ela achava que eles estariam percebendo e eles iriam tomar alguma atitude em defesa dela, e ninguém fez nada e algumas pessoas até riram. Para você ver como a coisa é normal, entre aspas. Então, eles têm essa cultura que isso é besteira, não é nada.

A ideologia da submissão e da inferioridade feminina produz a admissão pelas mulheres dessas características, mesmo com a realidade mostrando o contrário.

Assim, torna-se claro o processo de construção social da inferioridade. O processo correlato é o da construção social da superioridade. Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a construção da supremacia masculina exige a construção social da

subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida do homem macho. Mulher frágil é a contraparte do macho forte. Mulher emotiva é a outra metade do homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior (SAFFIOTI, 1987, p. 12).

Segue nessa mesma direção Marilena Chauí (1985) ao afirmar que para que ocorra violência é preciso uma assimetria e consequente hierarquia na relação, com três objetivos: dominação, exploração e opressão. A partir disso temos uma transformação da diferença em desigualdade. Assim,

[...] entendemos a violência como uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 35).

No Brasil, os estudos sobre violência contra a mulher, a partir do conceito de gênero de Joan Scott, iniciaram a utilização da expressão violência de gênero. Partimos da ideia de Machado e Magalhães (1998) para definir violência de gênero, como “[...] qualquer violência transversal à questão de gênero” (p. 37). Concordamos ainda com a abordagem de Saffioti (2004) de que a violência de gênero, inclusive nas formas familiar e doméstica, é fruto de uma organização social que privilegia o masculino. Ou seja, mesmo que o homem seja atingido, ele o é em um número menor que as mulheres, elemento percebido por Lilith no cotidiano do atendimento às famílias:

Interessante que na questão de abuso à criança e maus tratos e tal, interessante como é a vulnerabilidade da menina, mais do que do menino.

Aqui, reiteramos que estudamos a violência contra a mulher, que se refere a qualquer conduta que viole os direitos humanos das mulheres, sob uma perspectiva de violência de gênero, sendo vista a partir da compreensão de que as construções sociais de gênero têm estabelecido um predomínio da visão androcêntrica, possibilitando uma naturalização da violência contra a mulher, a qual nossas entrevistadas, devido ao uso das normatizações textuais, fruto de lutas feministas, nomeiam de acordo com uma tipologia.

Tem os tipos de violência aqui, além de violência doméstica. Quais são? Violência física, qualquer área por parte do agressor que ofenda a integridade física ou saúde da mulher. Violência psicológica compreende danos emocionais, autoestima, ameaças, constrangimento, humilhação, perseguição, insultos, a ridicularização, a chantagem, a exploração. Violência sexual, qualquer ato que obrigue a mulher a presenciar, a manter ou participar de relação sexual não desejada, que impeça de usar algum método anticoncepcional, camisinha, comprimidos, tabelas e outros. Patrimonial, detenção, subtração e destruição de quaisquer objetos da mulher, de trabalho, bens, valores e recursos econômicos. Violência moral compreende na calúnia acusar falsamente da prática de um crime, difamação, afirmar que alguém praticou um ato e injúria. Ai essa mulher sofreu qualquer tipo de constrangimento, se ela já tem consciência, ela comparece a delegacia (Géia).

Ressaltamos que a violência contra a mulher é um fenômeno que está presente nas diferentes classes sociais e etnias, manifestando-se de diversas formas. Portanto, é complexa e exige várias reflexões de ordem social, econômica e política.

A violência predominante contra a mulher não escolhe lugar e se manifesta das mais variadas formas, por meio de relações de poder, apresentando-se em qualquer ato ou conduta baseada no gênero, provocando morte, dano, constrangimentos ou sofrimentos físicos, sexual, moral ou psicológico/emocional, tanto na esfera pública como na privada. Portanto, as "cantadas", os constrangimentos no trabalho, o abandono material, as discriminações, as ameaças, as intimidações, as calúnias, as difamações, os espancamentos, os molestamentos sexuais, os incestos, os estupros, "as quebradeiras" e os assassinatos (muitos bárbaros) são algumas das formas de relações violentas entre os gêneros (GUERRA, 1998, p. 45).

E essas variadas formas de violência que se repetem, independente da classe social ou do espaço em que as mulheres se encontram, chegam aos serviços públicos de Maracanaú.

E isso acontece em todas as classes sociais, não é só a classe pobre não. O que chega pra gente mais são as pobres, as pessoas bem assim que fazem parte da pobreza mesmo, mas existem pessoas que têm uma renda boa, que têm um emprego, que são economicamente bem estabelecidas, mas que vivem sim violência doméstica e para sair as dificuldades são as mesmas daquela pobre porque existe a questão do vínculo afetivo, elas não conseguem superar, elas não conseguem se libertar (Sechat).

Comprendemos que a legitimação da assimetria das relações de poder envolvendo gênero é fruto do sistema patriarcal, tendo, a partir daí a sementeira de concepções naturalizantes das funções sociais dos homens e das mulheres nas mais diversas instituições, inclusive, dentro da família.

Y no sólo las mujeres, pues también las familias han sido socializadas en los mismos valores y por ello exigen a madres y esposas que cumplan

escrupulosamente su papel. Más aún, la asigna deficiones y roles de género a unos y outras (COBO, 2011, p. 118).

Portanto, há uma “[...] construção hierárquica dos gêneros nas relações conjugais [...]” que são pautadas em uma espécie de “[...] código cultural familiar hierárquico” (MACHADO; MAGALHÃES, 1998, p. 31). Isso centraliza o masculino, atribuindo-lhe inclusive o papel de disciplinador, legitimando a violência, uma vez que o contra-ataque não é permitido a quem é disciplinado.

Esse tipo de violência por muito tempo apresentou-se como uma fotografia, ou seja, com faces e cenários definidos, com características específicas: ocorriam predominantemente em um espaço privado, envolvendo aspectos de violência e agressão, mas também afetividade, intimidade, dependências material e emocional, ou seja, elementos das relações familiares e conjugais, o que era usado, inclusive, como argumento para sua manutenção apenas naquele espaço e pelos sujeitos envolvidos, a fim de evitar um constrangimento social e manter a instituição familiar.

De acordo com Machado e Magalhães (1998), nas relações familiares, há uma simbologia disciplinadora que, muitas vezes, materializa-se por meio da violência física, como um signo de autoafirmação e de virilidade ou com a finalidade de disciplinar e impor os papéis sociais atribuídos nessa relação.

O poder, presente nas relações entre homens e mulheres, apresenta dois lados: o da potência e o da impotência, sendo as mulheres socializadas para a impotência e os homens para deter o poder, não sabendo lidar com situações contrárias, momentos nos quais costumam fazer uso da violência. No caso da violência ocorrida dentro do espaço doméstico, ainda é frequente na realidade estudada, quando o homem fica na situação de desemprego e ver alterada a ordem hierárquica doméstica, a perpetração de atos violentos, como nos alerta Géia:

Por exemplo, você ver nesses homens muitas vezes uma autoestima muito baixa, passando por dificuldades financeiras. Atualmente, o próprio desemprego e a maneira de se sobrepor é se colocar como macho agressivo.

Outra possibilidade referente a essa realidade é a de um homem que ao receber uma negativa de uma mulher quanto a ter relações sexuais, dentro ou fora de relações conjugais, sentir-se impotente e lhe direcionar atos violentos, inclusive, sexual. De acordo com Bourdieu (2014), a relação sexual também se constitui como

uma relação de dominação, pois se funda a partir da divisão entre masculino, ativo; e feminino, passivo, sobre o qual se estabelece o desejo. Saffiotii (2004, p. 28) ainda nos chama a atenção para o fato de que “[...] os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrollabilidade da sexualidade masculina”, incidindo diretamente na naturalização da violência e, conseqüentemente, em sua invisibilidade.

Além disso, ainda temos os casos em que as mulheres tentam por fim a um relacionamento afetivo, muitas vezes abusivo, e o homem não aceita, respondendo a isso com agressões, realidade registrada frequentemente no país.

Eu tinha uma menina que foi assassinada pelo tráfico. Mas, olha o contexto da história: era uma menina que namorava um cara que estava preso. Ai o cara soube que ela estava com outro cara, que ela ficou com outro cara, ai ele ligou e marcou para ela ir buscar o dinheiro, supostamente, a pensão do menino que ela ia buscar em outro lugar. Com outra pessoa do tráfico. Porque, ela foi buscar, ele mandou assassinar ela. Femicídio. [...] Ela aparece só como uma vítima do tráfico. Femicídio, ela foi assassinada pelo fato dela não está e está com outra pessoa, e ele está preso. Então não entra na estatística como femicídio. Ninguém vai se preocupar que uma menina preta, nova, da periferia, entre nas estatísticas do femicídio (Lilith).

Essa naturalização das atitudes de dominação dos homens sobre as mulheres e o “direito masculino de acesso sexual regular a elas” tem relação com a formulação do pacto original, que se configura tanto em um contrato social, já que determina uma espécie de direito político masculino sobre as mulheres, quanto sexual, no que concerne ao acesso ao corpo feminino, ao ponto de ignorarem inclusive determinações expressas juridicamente, como expressa Sechat:

Porque, às vezes, os homens sabem da lei, mas eles não atribuem nenhum significado aquela lei e, às vezes, eles até, tipo assim, ignoram, é como se a lei não fosse nada. Tantas vezes a gente ouviu frases assim pejorativas sobre a Lei Maria da Penha como se a Lei Maria da Penha fosse algo que não tivesse importância. Não, isso aí não existe não, eu posso agredir, a mulher é minha, quem faz o que quer sou eu.

Assim, segundo Pateman (1993, p. 16 - 17), “[...] o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição”.

A violência é entendida popularmente como um atentado contra a integridade de outra pessoa, algumas de forma mais palpável, como a integridade física e sexual e outras um pouco mais sutis, como a psíquica e a moral. Entretanto, não é difícil de observar casos em que essas violências mais “sutis” causam um

adocimento mental, muitas vezes acompanhada de um isolamento social, tornando-se, assim, mensuráveis.

A violência física ela vem junto com a violência psicológica e outras violências. Mas, inicialmente, ele tenta e, muitas vezes, consegue afastá-la da família ou das pessoas que poderiam ser apoio. Ela, com vergonha, têm pessoas que têm vergonha, para ela é um segredo. Ela fala tudo, mas não fala. Ou às vezes fala, mas fala minimizando a situação. As pessoas nunca sabem realmente o que acontece no dia a dia daquela pessoa, de uma forma mais agravada. Então, qual é a visão do agressor? Ele olha aquela mulher como uma pessoa sozinha. Que ele pode fazer o que fizer, mas não tem ninguém por ela, que a família já está distante, ela não visita, ela não vai lá, os parentes, ela não tem amizade com os vizinhos; que, geralmente, é proibida. Já para que ninguém saiba o que acontece, para que não se toquem naquele assunto (Yemanjá).

Bourdieu (2014) traz-nos a definição da violência simbólica e descortina essa realidade em que o disciplinamento, muitas vezes, é absorvido com sutileza, pois o

[...] modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2014, p. 11-12).

Dentre as particularidades e dificuldades da violência doméstica temos o impacto sobre a subjetividade da pessoa que a sofre, derrotando-a de forma a impossibilitar uma contraposição ou, muitas vezes, sua saída. Beauvoir (1970, p. 179), chama a atenção para que

[...] a história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgam útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro.

Nessa composição como *Outro*, tem-se a perda da subjetividade e uma existência na reprodução dos valores postos, sem possibilidade de poder, frequentemente, visto na inversão de papéis entre vítima e agressor, como nos fala Lilith:

É bem difícil. Não existe, as pessoas também culpabilizam a vítima: ah, porque ela quis, ah porque ela já voltou, ai ela gosta, sempre, sempre.

Saffiotti (2004) fala da codependência de mulheres que convivem com a violência de seus companheiros durante um longo período. “Neste sentido, é a

própria violência, inseparável da relação, que é necessária” (Ibid., p. 84). Assim, a rotinização é umas das características da relação violenta, favorecendo a codependência.

Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu "destino" assim determina (SAFFIOTTI, 2004, p. 85).

Assim, frequentemente, a ruptura da violência doméstica requer intervenção externa e até que alcance isso se observa ciclos de tentativas de saída e retorno à relação. Entretanto, mesmo quando se mantém nessa relação, as mulheres utilizam-se de várias estratégias na tentativa de contrapor-se a essa violência.

Muitas vezes, quando é aquela violência bem séria mesma, a mulher acaba se separando, se afastando. Mas, na grande maioria, é séria, mas é algo que já está assim num processo tão longo, que a mulher não sai mais daquilo. Ela não quer que ele saia, ela quer que ele mude. E assim é complicado porque ele não muda. Ela que muda e aí vai superando assim com essa mudança dela porque assim, até o momento, ela mudou porque ela aguentava. E aí, com esses processos de participação no grupo, ela tá mudando no sentido de não aceitar mais e vivendo naquela relação, mas não aceitando aquela violência e é isso que acho massa. Porque as mulheres continuam na família, mas aquele homem não agride mais, porque ela não deixa (Sechat).

Todavia, Saffiotti (2004) também trata de outra realidade, a de mulheres resilientes, “[...] que não se deixam abater por condições adversas”. Essa variedade e, por vezes, ambiguidades das ações femininas apresentam alguns motivos: a) estamos diante de uma relação afetiva, portanto com uma diversidade de dependências tanto de mulheres quanto de homens, b) ainda hoje, algumas mulheres não possuem autonomia (que difere de independência) e existem lares em que o homem é o único provedor, além disso, elas não estão entre os grupos dominantes; c) existe uma pressão familiar, dos amigos, da Igreja, enfim, dos grupos de convivência a fim de preservar a família, pois “Importa menos o que se passa em seu seio do que sua preservação enquanto instituição” (SAFFIOTTI, 2004, p. 88). Todos esses elementos são percebidos nos diversos atendimentos realizados pelas entrevistadas, que, a partir disso, tentam acolher essas mulheres e suas diversas demandas.

Porque, elas, que para você para denunciar, houve uma energia, um envolvimento muito grande, nadar contra mesmo, você pensa em uma



correnteza bem forte. Pensa em uma mais forte. Aí, pensa em uma pior. Foi o que essa mulher enfrentou para ir de contra mão a isso e chegar até a delegacia para denunciar. Então ela precisa de um suporte psicológico para manter-se firme nessa decisão. Porque, senão a correnteza arrasta ela, porque depois que ela denuncia, a pressão é pior do que antes. Ele passa a ser uma vítima para a família dele, que diz você? Fez isso? Faz a cabeça dos filhos contra a mãe. A família dela olha para ela, você quer ser uma separada. Mulher separada não tem valor. Ai vem aquelas, você quer se socar aqui dentro para a família sustentar, tendo um marido que trabalha e lhe dar tudo e vai, tipo essas coisas. Que as pessoas acham que é normal (Yemanjá).

Olhe, procurar a justiça, ela é mais complicado, ela não tem, ela vem mais por apoio mesmo de ter alguém para contar; por que, às vezes, a própria família disse que é isso mesmo, temos que aguentar. Tenho grávida aqui que ela tem transtorno mental, a irmã tem e o pai tem. Ela, na gravidez, sofreu abuso terrível com o companheiro e a mãe dizia assim: você tem que aguentar, é seu marido. Tem que ter. Até a gente conversar, para contar a história, para se abrir. [...] Outra história, outra paciente que diz assim: ah, não sei o que, o marido trai, viveu a vida inteira com violência. Mas, doutora, ele é meu marido, é a cruz que tenho que carregar. Você colocar isso na cabeça de uma pessoa religiosa, ninguém tenta mostrar para ela, que não é. Que ela não é obrigada a passar por isso. Não é. “A cruz que tenho que carregar, é meu marido. Tenho meus filhos, não posso deixar meus filhos. É a cruz que tenho que carregar” (Lilith).

Dessa forma, concordamos com COBO (2011, p. 118) em que

[...] escapar a ese entramado patriarcal entraña muchas dificultades: distanciarse críticamente de la normatividad asignada requiere reajustes cognitivos, ideológicos y sociales muy profundos que, de hecho, están parcialmente en la base de ciertos cambios sociales que han hecho entrar en crisis a la familia patriarcal y al ideal de mujer que se gestó y desarrolló en la Modernidad.

Um elemento que aparece na realidade estudada é a presença ainda forte de traços do patriarcado tradicional. Mesmo com todos os avanços das mulheres em termos sociais e econômicos, em Maracanaú, é frequente o homem deter o poder familiar. E assim, as mulheres se verem obrigadas a se manter em uma relação familiar com traços de violência devido à dependência financeira, como podemos verificar nas falas seguintes:

Foi feita uma pesquisa do que elas diziam, porque voltavam. Fomos tabelando e vimos que a maior parte era a questão econômica (Yemanjá).

Tem muitas mulheres agredidas que elas acabam voltando para o agressor, porque não trabalha e como vai manter a casa e os filhos? Aí acaba voltando (Senhora das Águas do Marajó).

É um caminho ciclista. Igual à mulher. A mulher que está vivendo a violência ali, que ela não estudou, não tem nada, o cara que sustenta ela, e os filhos. Ela vai se divorciar, deixar os filhos. Ela pode até deixar o marido dela, mas meus filhos vão viver de quê? (Lilith).

Portanto, ainda se faz necessário um apoio para que essa mulher consiga sair também dessa dependência, pois “[...] el trabajo remunerado presumiblemente reforzará la autonomía de las mujeres frente a quienes eran los tradicionales proveedores económicos de la familia” (COBO, 2011, p. 134). Algo que tem sido feito no município por meio de parceria com empresas a fim de conseguir vagas de emprego e com a oferta de cursos profissionalizantes.

Depois ela ampliou para essa parceria com as empresas, para conseguir logística para ampará-las, porque talvez agora ela trabalhando, ela consiga, se acontecer alguma coisa, e também ela vai ficar independente. Ela não vai está tão a mercê do agressor (Yemanjá).

E vai ter um de barbearia, tem umas que querem fazer porque vão aprender cortar cabelo, vão aprender um monte de coisa que vai dar possibilidade de elas terem uma renda. Então, assim, a gente encaminha para o que for possível (Sechat).

A esfera doméstica foi o lócus de manifestações materiais e simbólicas indiscutíveis da dominação masculina, e ainda apresenta traços disso. Contudo, como já tratamos a perpetuação dessa dominação também se dá por meio de outras instituições, como a Igreja, a Escola ou o Estado e “[...] em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas” (BOURDIEU, 2014, p. 138). Assim, também devemos atentar que nas relações de dominação, a violência pode ocorrer numa perspectiva material, como em uma perspectiva simbólica.

Ao tomar “simbólico” em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender “simbólico” como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente “espiritual” e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação (BOURDIEU, 2014, p. 55).

A violência é simbólica por ter um significado e não por ser antagônica do real. A violência, independente de seu tipo, apresenta-se de um modo, com um significado no imaginário de mulheres e homens. No espaço doméstico, costumeiramente se mostra como uma ação de um poder disciplinar socialmente concedido ao homem (MACHADO; MAGALHÃES, 1998) e na esfera privada com o cerceamento da liberdade e com as variadas ações violentas.

Muitas vezes você vê a maneira naturalizada de como ele fala da violência, alguns têm a fala “ah, eu ameacei realmente, mas eu jamais teria coragem de matá-la”. Então para ele aquela ameaça é natural, é uma maneira de colocá-la “no lugar”. Outro dia a gente conversando aqui e um dos agressores disse “eu não bati nela, eu bati no desaforo dela”. Então você vê como expressões como essa é a naturalização (Géia).

Na contemporaneidade, a revolução sexual, proveniente da formulação de contraceptivos, potencializou uma maior regulação e autonomia da mulher sobre seu corpo, corroborando para sua entrada no mercado de trabalho, retirando-a da ação de exclusividade ao trabalho doméstico. Tal movimentação histórica reconfigurou as dinâmicas familiares, reduzindo, consideravelmente, o número de filhos, modificando, inclusive, os cuidados que se tornam agora partilhados com outros familiares, preferencialmente, do sexo feminino (avós, tias, e/ou outros parentes).

O Brasil também vem passando por transformações socioeconômicas e culturais, acarretando algumas mudanças nas relações de gênero. Observamos nos padrões e nos arranjos familiares, que funcionam de maneira central para as demais dinâmicas sociais, uma maior autonomia e um maior empoderamento das mulheres. Temos alcançado conquistas em diversas áreas: uma maior esperança de vida que a dos homens (7,5 anos a mais), maiores níveis educacionais<sup>75</sup>, e um crescimento das taxas de participação no mercado de trabalho<sup>76</sup> (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

As novas configurações do mercado de trabalho chamam, cada vez mais, essas mulheres para desenvolverem atividades importantes. O direito a educação qualifica mulheres que ocupam gradativamente cargos antes essencialmente masculinos, embora com salários inferiores aos dos homens. A mulher ganha visibilidade, encontrando-se como sujeito de direito e de alguma autonomia, porém a relativa igualdade advinda do acesso ao emprego cria o fenômeno da dupla jornada de trabalho. A liberdade individual e a responsabilidade para com os filhos e os afazeres domésticos geram uma nova desigualdade, frequentemente tida como

---

75 As mulheres ainda são a maioria entre a população analfabeta, o que ocorre devido à exclusão das mulheres ser mais forte nas décadas anteriores. Nas faixas etárias mais jovens, as mulheres estão à frente dos homens no ensino fundamental e, especialmente, no ensino médio e superior. Além de já atingirem números maiores de conclusão de cursos de doutorado (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

76 Entre os anos 1950 e 2009, observou-se uma redução das taxas de atividades masculinas (de 80,8% em 1950 para 72,3% em 2009) e um aumento das taxas femininas (de 13,6% para 52,7%). Contudo, as desigualdades de gênero permanecem e são facilmente visíveis por meio do elevado número de informalidade e desemprego das mulheres (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

natural, pois a ordem masculina coloca-se como neutra e sem necessidade de algo que a legitime.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço (BOURDIEU, 2014, p. 18).

Apesar disso, ainda falta muito para alcançarmos uma equidade de gênero. Temos uma baixa representação política<sup>77</sup>, nos últimos 16 anos, por exemplo, o Congresso teve, em média, apenas 10% de mulheres ocupando suas cadeiras, com cerca de 8% na Câmara e 12% no Senado; inserimo-nos no mercado de trabalho, mas ainda sofremos com a segregação ocupacional, a discriminação salarial, além da dupla jornada de trabalho<sup>78</sup>; tivemos muitas vitórias com a criação de legislações nacionais para a garantia de nossos direitos, contudo, ainda passamos por várias discriminações e preconceitos que têm se transformado em novas formas de violência, agora frequentemente presente não só na esfera privada, mas também na pública.

As estruturas da divisão sexual ainda se fazem presentes e influenciam as mudanças sociais, pois, segundo Bourdieu (2014), estão objetivadas e agem por três elementos que têm influência sobre a escolha das mulheres e os ambientes em que vivem: 1) as funções femininas estão vinculadas aos fundamentos da esfera domésticas (ensino, cuidados e serviço, por exemplo); 2) a autoridade cabe aos homens e, assim, eles ocupam essas posições, devendo as mulheres permanecer em funções auxiliares e de subordinação; 3) o domínio de tecnologias é condição exclusiva dos homens.

Além das transformações sociais já apontadas (a crise da família patriarcal e o surgimento de novos modelos familiares, a flexibilização do mercado de trabalho), outras também têm contribuído para a atual condição social das mulheres: a perda de direitos sociais, o enfraquecimento da política diante dos poderes econômicos, o reforço dos sujeitos como consumidores e a centralidade

---

77 Para mais dados e maiores detalhes sobre a inserção da mulher nos espaços de trabalho e de representação política, ver: AZEVEDO, L. A., ÁVILA, M. D. G. SALES, C. M. S. Desigualdades de Gênero em la Formación Social de Brasil. **GIGAPP Estudios Working Papers**, Madrid, 2018. No prelo.

78 Alves e Cavenaghi (2012) mostram-nos, por meio de suas pesquisas, que as mulheres estão inseridas em um percentual menor nas atividades produtivas remuneradas, realidade que se mostra contrária às atividades não remuneradas e aos afazeres domésticos.

das novas tecnologias (COBO, 2011), pois, essas mudanças têm propiciado crises em estruturas basilares da Modernidade, dentre elas o estado-nação, o contrato social, que está sendo quebrado diante da globalização capitalista, e o contrato sexual, que

[...] también está experimentando una crisis profunda, pues las instituciones fundamentales que regulan la sexualidad y que forman parte primordial de los pactos entre varones – una mujer para cada varón y unas pocas para todos – están siendo socavadas. En efecto, la familia patriarcal y la prostitución están transformándose a pasados agigantados, pues mientras que la familia patriarcal se está debilitando en muchas partes del mundo, la prostitución como institución de regulación de la sexualidad se está ampliando hasta niveles insólitos. [...] También se ha quebrado uno de los pilares de la familia patriarcal, la del varón proveedor universal por el que éste se consagraba como proveedor único del salario familiar y se asignaba a las mujeres el papel de amas de casa sin salario. En efecto, sectores cuantitativamente significativos de mujeres han accedido al mercado laboral y han adquirido un protagonismo social que nunca habían tenido. Y también han conquistado reducidos espacios de decisión en el poder político. Todos estos hechos han puesto en crisis el contrato sexual (COBO, 2011, p 91).

O contrato sexual está em crise e mudando em várias partes do mundo, mas não por completo. Observamos um enfraquecimento da hierarquia entre homens e mulheres dentro das relações conjugais e familiares, bem como do consenso que havia sobre a dominação masculina. Porém, em resposta a isso, os “bárbaros do patriarcado”, expressão usada por Rosa Cobo, tem respondido com coerção e violência. Assim, temos visto nos últimos anos, nas mais diversas regiões geográficas, novas formas de violência extremas contra as mulheres, caracterizadas por homens que as violentam sem nem mesmo conhecê-las, simplesmente por serem mulheres, a fim de gerar coerção e medo, o que não significa que as ações de violência mais comuns e conhecidas tenham ou estejam desaparecendo.

En efecto, el asesinato o el acto de violencia que ejerce un varón concreto sobre una mujer concreta con la que ha tenido o tiene una relación sentimental o aspira a tenerla ha sido, y sigue siendo, el prototipo de agresión patriarcal. Los malos tratos físicos y psicológicos, la violación conyugal o el abuso sexual a las hijas o a niñas del entorno son fenómenos mucho más usuales y frecuentes de lo que se cree. Al agresor le resulta inaceptable la pérdida de control de las mujeres que él considera de su exclusiva propiedad. La primera parte del contrato sexual, aquella en la que los varones pactan la propiedad de una mujer para cada varón, está experimentando una crisis de legitimación profunda y empíricamente contrastable. [...] Los fundamentalismos religiosos – el cristianismo, el hinduista o el islámico – parecen responder reactivamente a este debilitamiento jerárquico (COBO, 2011, p. 141/142).

Ainda que as causas que contribuiram para essa reação patriarcal sejam diversas, algumas já apontadas aqui, podemos traçar como central o feminismo

radical dos anos 70 e as conquistas que esse movimento obteve.

Las feministas radicales colocan las demandas de las mujeres, y sus aspiraciones de libertad, igualdad y justicia, en el centro del debate político. Otra cosa distinta es que las élites patriarcales respondan con enormes resistencias. La vindicación feminista radical es tan contundente que moviliza conciencias, rearma ideológicamente a muchas mujeres (COBO, 2011, p. 14).

Todavía, a violência contra as mulheres, que sempre existiu, e suas novas formas, que surgem nesse momento de tantas mudanças sociais, não podem ser explicadas apenas por um sistema, o patriarcal. Temos variáveis de desigualdade e opressão que tem sua influência, pois “[...] ciertas formas de violencia adquieren rasgos específicos en función de los contextos culturales, raciales o de clases en que tienen lugar” (COBO, 2011, p. 147). Concordamos com Cobo (2011), que essas novas formas de violência têm uma relação intrínseca com:

a) a exploração capitalista e as práticas neoliberais, pois ao privatizar os serviços públicos ocasiona um aumento do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, que historicamente estiveram sob a responsabilidade das mulheres. Além disso, a flexibilização do mercado de trabalho tem permitido a entrada das mulheres; porém, em condições de exploração por meio de empregos informais, e, conseqüentemente, sem acesso a direitos trabalhistas, como afirma Cobo (2011, p. 19), “La globalización económica se está abatiendo como una losa pesada sobre las mujeres”<sup>79</sup>.

b) as tradições culturais patriarcais nas quais as mulheres não são vistas como cidadãos e onde há um desrespeito aos direitos humanos das mulheres. Cabe enfatizar que além de serem as depositárias das tradições, as mulheres têm vivenciado uma reação patriarcal a qual tem proposto tradições ainda mais opressivas a elas, numa tentativa de fazer com que retornem ao local que lhes foi historicamente designado pelas elites masculinas.

c) o enfraquecimento do Estado, que tem deixado de exercer suas funções essenciais, dentre elas a proteção de seus cidadãos.

Como podemos ver, a reação patriarcal tem se associado à exploração

---

79 Para um maior aprofundamento nessa discussão ver: AZEVEDO, L. A. Desigualdades, Pobreza e Gênero: o terreno de tensões do Programa Bolsa Família. e AZEVEDO, L. A.; SOUSA, V. L.; PINTO, E. C. B.; CRUZ, D. P. Desigualdade Social e Família: Reflexões sobre o Cadastro Único para Programas Sociais em Maracanaú e a Construção Sócio Histórica de Gênero. In: 6º Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento e 2º Simpósio do Observatório das Migrações do Estado do Ceará, 2017, Crato. **Anais do 6º CEURCA e II SOMECC**. Crato: URCA, 2017.

econômica, aos costumes culturais e a não realização das ações do Estado a fim de tentar conter a autonomia das mulheres e sua desvinculação do poder masculino, em uma proposta de reconstituição do contrato sexual. Se a luta por igualdade entre os gêneros e a legitimidade dos direitos humanos tem crescido, possibilitando uma emancipação feminina, “[...] la propuesta del patriarcado es funcional a su propia reproducción social” (COBO, 2011, p. 24), que se dá por meio do investimento em um controle coletivo sobre as mulheres, fazendo uso das mais diversas formas de violência, propagando a mensagem de que

[...] se podrán negar algunos privilegios masculinos a varones individuales, pero las mujeres no podrán sustraerse al dominio sistémico masculino. Si se alteran las relaciones de poder entre hombres y mujeres que se derivan del contrato sexual, si se quiebran algunas de sus cláusulas, habrá que responder con distintas ‘leyes de excepción’: asesinatos, violaciones individuales y colectivas, agresiones físicas... (COBO, 2011, p. 24).

Vivenciamos, assim, uma tentativa de renaturalização das mulheres e a misoginia - associada ao imaginário coletivo, ainda presente, de uma inferioridade feminina - faz com que sejam aceitas, às vezes em atitudes mais sutis, outras de formas mais abertas, violências extremas de gênero, fazendo uso de inúmeras justificativas, muitas delas que buscam culpabilizar a própria vítima, que muitas vezes cai nessa armadilha, como aborda Lilith:

Se culpam muito e acham muito que a culpa é dela, ela está falhando em algum lugar, para que isso esteja acontecendo. Não é, simplesmente, o cara que é o agressor. Não, eu fiz alguma coisa errada, não estou fazendo as coisas direito.

Em síntese,

Estamos viviendo un proceso de renaturalización de las mujeres, en el que la ontología femenina aparece como instancia de legitimación en la creación de un discurso misógino y antifeminista y en la producción de prácticas violentas contra las mujeres (COBO, 2011, p. 143).

Entretanto, devemos nos atentar que a resposta patriarcal não vem apenas por meio da misoginia dos “novos bárbaros do patriarcado”, podemos observá-la também na resistência técnica de políticos, e mesmo intelectuais, que não desejam mudanças as quais proporcionem a emancipação das mulheres, mas que não o expressam abertamente devido a sua ligação com os ideais de igualdade. “Resistencias intencionadas y resistencias inconscientes de los varones que se ‘encuentran espontáneamente’ y multiplican sus efectos reactivos a la hora de

obstaculizar el avance y protagonismo de las mujeres” (COBO, 2011, p. 151).

Assim, devemos atentar que as políticas as quais têm um caráter feminista, tanto as da sociedade civil como as institucionais, devem buscar reforçar as mulheres coletivamente e também sua autonomia individual a fim de possibilitar a construção delas como sujeitos autônomos e livres.

Por tudo que discutimos aqui, podemos concluir que estamos em meio a uma arremetida do sistema patriarcal aos direitos conquistados pelas mulheres nas últimas cinco décadas que, de acordo com Cobo (2011), “[...] está repleto de datos, a veces contradictorios: desde la violencia más extrema hasta la resistencia de los sistemas jurídicos contra las mujeres” (p. 152), incluindo aí a venda de mulheres, a produção de “novas tradições”, o controle dos corpos. Assim, “Las élites económicas, políticas e intelectuales patriarcales parecen haberse puesto en pie frente a los procesos de emancipación de las mujeres” (COBO, 2011, p. 152). Compreensão presente no discurso dos sujeitos que se questionam como com tantos avanços em termos de legislação e de políticas públicas ainda vivenciamos um número elevado de situações de violência.

Tem muita coisa. Por que as coisas não acontecem hein? Tem muita coisa que se fosse efetivado do jeito que tá ali, não ia ter mais violência doméstica. Mas, infelizmente, muitas questões aí que acabam tornando essas leis não efetivadas. E as mudanças que querem fazer na Lei Maria da Penha? É muito complicado. É todo dia tentando matar um leão. Superar aquelas ações, aquelas intenções de reverter. Todas as conquistas que as mulheres já tiveram até hoje para que volte ao que era antes, quando a mulher não tinha nada que garantisse a sua proteção, segurança, é como se fosse uma tentativa de reverter tudo isso e voltar ao que era: nada. O que precisa ser feito para que acabe com isso? Eu acho que também é uma questão muito cultural. A superação desse patriarcalismo, patriarcado, sei lá, desse conceito de homem que pode, homem que manda. Então, essa é uma questão mesmo de valor. Então, enquanto não tiver uma mudança de valores na sociedade que pensa que o homem pode tudo e a mulher não pode nada, não vai ter muita mudança não. Se você não acredita nela [lei] porque é que você vai querer que ela aconteça? Não tem como. E quando acredita não tem coragem por conta de uma série de situações que acha que não vai ter apoio, que acha que vai se expor, correr risco. Ser humano é muita autodefesa. Então, se você ver que uma coisa pode lhe trazer prejuízo, então, você acaba se retraindo e não fazendo valer o seu direito, às vezes (Sechat).

Todas as discussões, no campo da teoria de gênero e dos estudos da mulher, influenciarão a construção e as mudanças nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, questões que abordaremos no capítulo seguinte.



#### **4 A(S) POLÍTICA(S) PÚBLICA(S) DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

“O que é uma revolução? Antes, nós pensávamos que sabíamos. Uma revolução era uma tomada de poder pelas forças populares visando transformar a própria natureza do sistema político, social e econômico do país, onde a revolução ocorria, geralmente, seguindo algum sonho visionário de uma sociedade justa.

Hoje, vivemos em uma época em que, se os exércitos rebeldes realmente invadirem uma cidade, ou se uma revolta de massa derrubar um ditador, provavelmente não haverá essas implicações; quando ocorre uma profunda transformação social – como, digamos a ascensão do feminismo -, ela provavelmente assumirá uma forma inteiramente diferente. Não é que os sonhos revolucionários não estejam vivos por aí. Mas os revolucionários contemporâneos raramente pensam que podem realizá-los mediante algum equivalente moderno da Tomada da Bastilha. Em momentos como este, em geral, vale a pena fazer um retrospecto da história que já conhecemos e perguntar: será que as revoluções foram, de fato, aquilo que acreditávamos que elas foram?” (David Graeber).

Desde o início do movimento feminista, há uma luta por mudanças sociais, políticas e culturais na sociedade. Alcançamos grandes conquistas, sendo um dos movimentos sociais de maior impacto. Contudo, como afirma Graeber, a transformação social não virá por uma revolução na forma como apontam os livros de história, principalmente, os da historiografia clássica. O que almejamos veio/virá por meio de conquistas de grande dimensão, bem como pela inserção delas no nosso cotidiano, com o entendimento da cidadania feminina, ou seja, será algo mais fluido, mesmo mantendo toda a postura crítica necessária.

Essas mudanças tomam mais força e chances de materializar-se nos gestos mais sutis de nossas vidas quando institucionalizadas, o que ocorre por meio

da promoção de políticas públicas, processo que significa, segundo Soares (2004, p. 107) “[...] transformar as normas e as práticas do próprio Estado”. Todavia, isso não é linear ou com um ponto de chegada determinado, é um processo político contínuo, de caminhos complexos, com atalhos que por vezes aceleram a caminhada, mas por outras a tornam mais distante.

Conhecer o quanto e como alcançamos, faz-se importante sempre; mas, principalmente, em momentos de ameaças, como os que vivemos. Sabemos que o enfrentamento à violência contra a mulher tem sido eixo presente, durante a história, em todas as lutas travadas pelos movimentos mundiais e nacionais de mulheres e feministas<sup>80</sup>. Hoje temos uma lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007), porém, até chegarmos a elas, existiram várias ações e políticas públicas que também buscavam atingir esse objetivo.

Assim, propomo-nos, neste capítulo, a discutir a trajetória das políticas direcionadas às mulheres em situação de violência no Brasil, a participação da sociedade civil nesse processo e as ações em nível nacional e estadual.

#### **4.1 Violência contra as Mulheres: um problema público**

Políticas públicas são diretrizes construídas para responder a um problema público, podendo ser orientadas à passividade ou à atividade de alguém. Assim, temos dois elementos fundamentais para essa definição: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público, tido como socialmente importante (SECCHI, 2016). Partindo dessa concepção, entendemos que o Estado não é o único responsável pela elaboração de políticas públicas, ou seja, as políticas públicas vão além de políticas governamentais e estatais<sup>81</sup>.

Sabemos que o Estado moderno tem tido mais centralidade na construção de políticas públicas e, por isso, muitas vezes as confusões conceituais. Esse destaque ocorre por alguns elementos

---

80 De acordo com TELES (1999, p. 12), “A expressão movimento de mulheres significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao movimento feminista” refere-se as ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história”.

81 A abordagem estatista compreende que atores não estatais podem ter influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas não lhes permite decidir e liderar um processo de política pública. Já a vertente multicêntrica admite essa possibilidade (SECCHI, 2016).

[...] 1) a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais do nascimento e da existência do Estado moderno; 2) o Estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas públicas robustas temporal e espacialmente (SECCHI, 2016, p. 4-5).

Apesar da exclusividade do Estado nesses elementos, os atores sociais têm acesso a outros instrumentos de política pública. Além disso, o Estado moderno também passa por mudanças e os limites entre as esferas estatais e não estatais para a solução de problemas sociais têm se tornado cada vez mais sutis (SECCHI, 2016).

Assim, compartilhamos da abordagem multicêntrica de políticas públicas que parte de uma perspectiva mais interpretativa, compreendendo, que organizações privadas, não governamentais; instituições multilaterais e atores estatais são responsáveis pelo estabelecimento de políticas públicas, ou seja, a “[...] interpretação do que seja um problema público e do que seja a intenção de enfrentar um problema público aflora nos atores políticos envolvidos com o tema” (SECCHI, 2016, p. 04), que podem ser analistas de políticas públicas, os meios de comunicação, os políticos e os cidadãos de uma forma geral. O instrumental de uma política pública passa a ser visto de forma mais ampla, não restrito ao arcabouço administrativo e legal do Estado.

Compreendemos que Estado e sociedade se associam para a solução de problemas públicos. Contudo, considerando a diversidade de atores envolvidos, é importante pensarmos como se dão essas relações? Há disputas? Existem conflitos? Quais? Considerando a complexidade dessas relações, procuraremos nesta seção compreender as relações e as dinâmicas em que esses distintos segmentos se fazem presentes, elaboram demandas, engendram conflitos e manifestam-se, buscando a formulação e a implementação de políticas públicas relacionadas à violência contra as mulheres.

Sabemos que as políticas formuladas pelo Estado - entendido aqui como um Estado capitalista e com ações inseridas em um contexto de dinâmicas de classes, ou seja, com interesses distintos, alianças e contradições - terão seu grau de democracia de acordo com a habilidade de governança da sociedade, das formas de controle do poder, das relações entre os atores sociais e sua competência de formular uma agenda com as demandas de resposta a um problema público.

Antes de prosseguirmos com a discussão proposta, faz-se relevante

apontarmos que partimos de um conceito de Estado Ampliado, pautados no pensamento de Gramsci, citado por Coutinho (1994) em seu livro *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, em que trata a história dos principais conceitos marxistas de Estado e revolução.

Gramsci (2000) mantém aspectos teóricos dos clássicos marxistas, segundo os quais o Estado seria essencialmente formado de aparelhos repressivos, o qual denomina de “Estado em sentido restrito”, “sociedade política” ou “Estado-coerção”. Porém, a partir do final do século XIX temos o fenômeno da “socialização da política”, em decorrência dos avanços do proletariado e da complexificação do capitalismo, entre outras coisas, que obrigaram a burguesia a pensar em outros meios de dominação que não somente a coerção. A produção do consenso passa a ganhar importância, destacando-se as sociedades “ocidentais”, levando a socialização da política que origina uma nova esfera, a qual constrói o consenso por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”, compreendidos como esfera da sociedade civil<sup>82</sup>.

Nesse sentido, o Estado passa a ser formado, em um sentido amplo, por aparelhos repressivos e de consenso, ou seja, na “hegemonia escudada pela coerção”. A partir daí, tem-se que o consenso seria parte indispensável no progresso das massas populares.

Com o conceito de Estado ampliado, Gramsci (2000) defende que o Estado é formado por dois segmentos: a sociedade política, que corresponde ao conjunto dos mecanismos de controle legal constitucional, através dos quais as classes dominantes detêm o monopólio legítimo da repressão e da violência, e a sociedade civil, que se trata de um conjunto de relações ideológicas e culturais responsáveis pela criação e pela disseminação das ideologias.

Vale frisar que essa divisão em dois elementos é apenas conceitual, havendo, segundo o autor, uma relação dialética entre eles.

Trata-se, pois, de conseguir um encontro dialético entre Estado e Sociedade: uma interpenetração dinâmica que sirva tanto para colocar a sociedade no Estado – democratizando-o e controlando-o – quanto para colocar o Estado na sociedade, de modo a fazer com que prevaleçam interesses mais coletivos, mais compartilhados (NOGUEIRA, 2001, p. 30).

---

82 A sociedade civil refere-se a aparelhos privados, sendo sua adesão voluntária, o que os possibilita serem mais autônomos com relação ao Estado em seu sentido estrito. Deve-se enfatizar que também possuem uma dimensão pública, já que fazem parte das relações de poder nas sociedades.

Essa relação dialética entre sociedade civil e Estado possibilita experiências democráticas e emancipatórias, em um verdadeiro exercício da “Grande Política” e da ampliação de um Estado. Partindo dessas formulações, abordaremos as lutas da sociedade brasileira em busca dos direitos das mulheres, especificamente da não violência, por um lado, e as conquistas jurídico-institucionais, por outro, deflagradas num espaço de tensão entre interesses contraditórios (movimento social x Estado) ao longo dos anos, que tomaremos a partir da década de 1970, quando a sociedade civil começou a configurar-se, caracterizada como um campo de diversas formas de mobilização, associação e organização das forças sociais, na busca por direitos, a qual se deu a partir da noção de cidadania.

Faz-se necessário entender que o debate em torno da cidadania moderna inicia-se com Marshall, em seu texto “Cidadania, classe social e status”, que a entende como um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade, ou seja, todos aqueles que possuem o status são iguais em direitos e obrigações. Tem-se então a substituição do “status” diferencial pelo “status” uniforme de cidadania que ofereceu o fundamento da “igualdade” e que possibilitou a formação e o fortalecimento da desigualdade<sup>83</sup>. De acordo com Sturza e Maciel (2015), os direitos da cidadania, nos Estados Modernos, ficaram restritos aos membros daquela nação, não sendo algo universal nem mesmo para esses, tampouco possibilitando que seja algo possível para quaisquer seres humanos.

Os acontecimentos sociais do final do século XIX e início do século XX, destacando-se as duas grandes guerras mundiais, são responsáveis pela alteração do significado de proteção da cidadania. Nessa perspectiva, temos a Declaração de Direitos Humanos da ONU, adotada em 1948, que transforma os direitos do cidadão em direitos do homem e afirma os direitos humanos como universal e positiva-os<sup>84</sup>.

Essa igualdade trazida pela Declaração dos Direitos Humanos, sem dúvidas, tem sua relevância e sua contribuição em um sentido político, pois possibilita o combate a determinadas discriminações e coloca limites ao poder.

---

83 Esse status uniforme era garantido pelos direitos civis que concediam a liberdade de cada indivíduo, em condições iguais, de lutar por seus bens, porém não garantia nenhum deles. Ou seja: o direito do cidadão nesse processo é representado pelo direito à igualdade de oportunidades.

84 Universal, no sentido de que os destinatários dos direitos são todos os homens, não especificamente de um ou de outro Estado [...]; positiva, no sentido de que os direitos que se busca a proteção deverão ser não apenas proclamados; mas, efetivamente, protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado (STURZA; MACIEL, 2015. p. 261).

Contudo, esse instrumento parte de uma concepção individualista e universal, com uma identificação com os valores ocidentais, liberais<sup>85</sup>, deixando à margem a questão da realidade social. O feminismo faz coro à perspectiva crítica dos direitos humanos e problematiza esse paradigma dominante em que os homens ocidentais são o parâmetro para o universal, tornando invisíveis as mulheres e outros sujeitos.

A evolução acerca da discussão dos direitos do homem e dos direitos do cidadão, na contemporaneidade, possibilitou que a concepção de cidadania se estendesse, sendo entendida como condição de acesso aos direitos sociais e econômicos, permitindo que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente da construção da vida coletiva no Estado democrático (BONAVIDES, 2009). É nesse contexto, de concepção contemporânea da cidadania e do estabelecimento de uma sociedade civil no Brasil, que emerge o movimento feminista, o qual

[...] foi capaz de transformar sua agenda e também sua reflexão sobre o mundo social. Cada vez mais, em vez da incorporação das mulheres à ordem existente, tornava-se clara a necessidade de uma transformação profunda dessa ordem (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8).

A busca pela cidadania feminina tem implicado ir além do sentido comum de igualdade<sup>86</sup>, ou seja, recusamos a filosofia da universalidade e assumimos a “política da diferença”, pois temos a compreensão de que o apelo “[...] a valores universais [...] serve, com frequência, para neutralizar a compreensão do impacto que as desigualdades concretas têm sobre a possibilidade de agência autônoma dos diferentes indivíduos” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 64). Um dos pontos questionados pelo movimento feminista foi a dualidade entre as esferas pública e privada, que parte de uma compreensão limitada da política, distanciando-a das relações de poder na vida cotidiana. Portanto, essa configuração da esfera pública, que a mantém distante da esfera privada, e como único espaço político, faz-nos perceber que ela não é abstrata tampouco universal, mas que é uma constituição histórica, a partir de um aspecto, o masculino, impossibilitando relações igualitárias. A luta para romper com essa dicotomia foi a base para que as mulheres, ao adentrarem nos espaços públicos, politizassem as relações privadas, levando para a discussão na

---

85 Para mais detalhes acerca das críticas a declaração dos Direitos Humanos ver: SANTOS, B. de S. Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 48, 1997.

86 A crítica ao indivíduo “abstrato” do pensamento liberal é comum na produção teórica relacionada à emancipação dos grupos dominados, sendo também o caso do feminismo.

sociedade a violência que sofriam, principalmente, nos espaços domésticos.

Sabemos que as políticas públicas apresentam conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, bem como do seu processo de construção e de atuação. Seguiremos, então, nesta seção abordando esses aspectos da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, buscando abordar a relação entre as demandas dos movimentos feministas e as formas de atuação do Estado, bem como da relação entre eles para que possamos compreender a referida política, o seu marco regulatório e os conceitos e os instrumentos adotados por ela.

#### **4.1.1 A criminalização da violência e a assistência às mulheres (1985 a 2002): a absorção e “tradução” pelo Estado das Lutas Feministas**

Sabe-se que a década de 1960 foi marcante no cenário internacional pela evidência de ideias as quais se dirigiam a mudanças na situação objetiva das mulheres na sociedade. O movimento feminista difundia-se tendo como expoentes Simone de Beauvoir e Betty Friedman. Em 1963, o Papa João XXIII escreveu a encíclica *Pacem in Terris*, que abordava as mudanças socioeconômicas da sociedade, incluindo a inserção da mulher na vida pública (BANDEIRA, 2000). Todo esse caldo cultural, as manifestações políticas e as transformações em processo propiciaram o surgimento de uma nova versão do movimento feminista que

[...] é completamente diverso daquele que nasceu no final do século XIX; se lá a luta foi pelo projeto emancipatório e igualitarista das mulheres, centrado, sobretudo no direito ao voto, os anos sessenta contemplaram a participação social mais ativa, com a criação e a projeção de uma identidade própria às mulheres, promovendo seus direitos jurídicos, sociais e políticos mais legítimos (BANDEIRA, 2000, p. 27).

Esse movimento internacional de transformação com relação às mulheres tem influência em nosso país. Vivíamos, nas décadas de 1970 e 1980, uma ditadura iniciada pelo golpe militar de 1964, que rompe com o pacto populista, põe fim a nossa embrionária democracia e exclui progressivamente as camadas populares de qualquer tipo de participação ou representação política. Contudo, toda essa conjuntura acaba por ter um efeito contrário e gerar a composição e o fortalecimento de diversos movimentos sociais, os quais se uniam na luta pela democracia, pelos direitos políticos e por políticas sociais mais igualitárias. Dentre esses, temos o movimento de mulheres e feministas. Com a definição de que o pessoal é político

[...] as feministas procuraram desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social e isto as levou a tentar agir nas mais diversas esferas. Em termos teóricos, elas trabalharam com a ideia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva em que cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política (PISCITELLI, 2004, p. 47).

Parte dos grupos feministas brasileiros tinha origem nos movimentos de esquerda e de resistência à ditadura militar, assim, lutavam pelo fim da ditadura, bem como do patriarcado (COSTA, 2005). Entre esses diversos grupos havia distinções de interesses e necessidades, todavia, a violência contra mulheres era uma questão comum, atravessando as fronteiras de classe, raça, cor, etnia e ideologia. Essa discussão destacava-se à época, fruto desses movimentos, e ocupava espaço inclusive nos grandes meios de comunicação<sup>87</sup>.

Em outubro de 1980, é criado em São Paulo, por um grupo de 30 feministas, o SOS Mulher, uma entidade feminista “[...] de prestação de serviços e de solidariedade a todas as mulheres vítimas de violência” (PONTES, 1986, p. 18). Essa experiência, de denúncia e acolhimento, nos casos de violência contra a mulher expandiu-se e atingiu outros estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (PONTES, 1986). As mulheres foram às ruas sob o lema “Quem Ama não Mata”<sup>88</sup>. Formaram-se grupos e realizaram-se muitas manifestações<sup>89</sup> em que se pedia a punição dos assassinos de mulheres. Em meio a essa organização, o SOS Mulher lançou a campanha “O silêncio é cúmplice da violência”, tirando do

---

87 As manifestações de rua tiveram tanto impacto na sociedade que suas temáticas pautaram nos meios de comunicação, destacando-se aqui os programas: 1) TV Mulher, programa produzido entre os anos de 1980 a 1986, que tratavam de temáticas relevantes para mulher e que sofreu vários protestos por falar de sexualidade feminina e por ter em sua abertura a música Cor de Rosa Choque de Rita Lee; 2) Malu Mulher, seriado exibido em 1979 que sofreu forte censura por tratar de temas polêmicos à época, como aborto, pílula anticoncepcional e virgindade, além da quebra do paradigma do lar como um ambiente harmônico; 3) Delegacia da Mulher, seriado transmitido em 1990, inspirado no cotidiano de uma delegacia de mulher e 4) Quem ama, não mata. Programas assim contribuíram com as lutas dos movimentos de mulheres e feministas porque levavam o debate para boa parte da sociedade brasileira. Em contraponto, a realidade mencionada, hoje, o que visualizamos na maioria das vezes é a exposição de uma mulher-objeto, como o quadro “Sushi Erótico” do Domingão do Faustão e as “pegadinhas” do Programa Tarde Quente da Record, ambos autuados pelo Ministério Público, o primeiro com pagamento de multa e o segundo retirado do ar (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010).

88 Este slogan apareceu, pela primeira vez, em 1980, nos muros de Belo Horizonte, em resposta ao assassinato de duas mulheres por seus maridos. Ver *Mulherio*, 1, nº 1, maio/junho de 1981, p. 3.

89 Em São Paulo, as manifestações protestavam contra a absolvição de Doca Street. No Rio de Janeiro, os movimentos denunciavam o assassinato de Christel Arvid, feminista que na época era ativista da comissão constituída para o debate do tema da violência contra mulheres. Em Minas Gerais, as mobilizações giravam em torno do assassinato de Maria Regina Rocha e Eloísa Balestero. No Rio Grande do Norte, os movimentos denunciaram o assassinato de Avanir Araújo de Lima, que foi ameaçada de morte pelo seu ex-marido, chegando a registrar esse fato em uma carta no cartório, sendo morta seis meses depois, no ano de 1979, e o assassino absolvido (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010).



tabu o pátrio poder, tão naturalizado na nossa população; expresso, inclusive, em ditado popular, “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Essas manifestações deram fôlego e impulsionaram as mulheres a apontarem as violências sofridas, principalmente, no âmbito doméstico, e a pôr um fim em relações afetivas violentas. De acordo com Brazão e Oliveira (2010, p. 21),

[...] muitos grupos feministas surgiram nessa época e praticamente todos adotaram essa palavra de ordem para protestar contra os assassinos de mulheres e fazer suas campanhas, vigílias nas portas dos tribunais e caminhadas nas ruas.

Essas lutas fizeram com que a temática adentrasse na agenda pública do Estado, propiciando o desenvolvimento de ações para combater à violência contra as mulheres.

Devemos ressaltar que essas discussões e ações no contexto nacional têm influência de fatores internacionais. O período de 1976 a 1985 foi declarado pela ONU a Década da Mulher, sendo realizadas várias ações, dentre elas, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), em 1979, que foi ratificada pelo Brasil apenas em 1984, porém ainda com reservas<sup>90</sup>.

Todas essas manifestações locais e a conjuntura internacional deram fôlego e impulsionaram o desenvolvimento de ações estatais direcionadas à violência contra as mulheres na década de 1980. O estado de São Paulo, pioneiro, instituiu o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) para pensar as políticas públicas relacionadas com os direitos das mulheres.

O CECF continha representantes dos movimentos feministas e do movimento de mulheres, bem como das secretarias do governo. Apesar disso, não havia consenso das feministas quanto ao apoio ao conselho, pois tinham receio de um aliciamento por parte do Estado (ARDAILLON, 1989). No que se refere à violência, o CECF defendia uma abordagem para além da questão criminal.

Propunha a criação de “serviços integrados” e medidas que incluíam: 1) maior politização da violência contra mulheres, coordenação de campanhas educacionais e conscientização das mulheres sobre o problema; 2) criação de casas abrigo e de novas instituições para fornecer atendimento jurídico e psicológico às vítimas da violência doméstica e sexual; 3) mudanças nas instituições jurídicas e policiais, como a capacitação dos policiais numa

---

90 Apesar de só ter sido ratificada plenamente em 1994, a CEDAW além de ter tido grande influência nas lutas de mulheres, teve contribuição para a defesa expressa de direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988.

perspectiva anti-machista, bem como a contratação de assistentes sociais em cada delegacia de polícia; 4) reformulação da legislação machista; 5) fomento de pesquisas sobre violência contra mulheres; e 6) incorporação das preocupações dos movimentos de mulheres na agenda das políticas públicas (SANTOS, 2008, p. 7 - 8).

Concomitante a proposição de ações que compreendiam a violência contra a mulher de uma forma complexa, necessitando assim, de vários serviços integrados (abordagem que nunca foi abandonada pelas feministas que continuaram lutando por meio de organizações não governamentais), temos o investimento do Estado em uma perspectiva criminalística da violência, por meio da criação e do investimento maciço nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM).

A primeira DDM foi criada em 1985<sup>91</sup>, como uma resposta às denúncias dos movimentos feministas e de mulheres do descaso do Poder Judiciário e dos distritos policiais com casos de violência doméstica e sexual contra a mulher. A proposta pautava-se no sucesso de outras delegacias especializadas<sup>92</sup> e no funcionamento de uma delegacia de polícia inteiramente feminina que teria como atribuições investigar delitos contra a pessoa do sexo feminino: lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaças, estupro e atentado violento ao pudor. Não era de competência dessas unidades, em oposição às aspirações feministas, averiguações de homicídios e danos, até 1996.

Apesar do apoio a proposta, as feministas teciam críticas “[...] a sua premissa essencialista de que as mulheres policiais seriam necessariamente solidárias com as mulheres queixosas” (SANTOS, 2008, p. 10), insistindo na necessidade de capacitação de todos os policiais e no acompanhamento de sua implantação pelo CECF, reivindicação também feita pelo CNDM. Concorde-se, assim, com Santos (2008, p. 10) que

O processo de negociação mostra que o Estado de fato *absorveu parcialmente* as propostas feministas e *traduziu-as* em uma política pública na área da justiça criminal. Mas esta tradução também significou uma *traição*, na medida em que restringiu a abordagem feminista à criminalização e não permitiu a institucionalização da capacitação das funcionárias das DDM a partir de uma perspectiva feminista ou de gênero.

Podemos perceber que o Estado responde às demandas feministas de propor instrumentos para combater à violência contra as mulheres devido a toda pressão realizada pelos movimentos, contudo o faz de forma restrita, com um

91 O governador Montoro assinou o Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, instituindo a Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher.

92 Também durante o governo de Montoro foram criadas, em 1984, outras delegacias especializadas.

diálogo ainda limitado, focalizando apenas a criminalização, sem propor mecanismo nenhum de prevenção ou que possa intervir nos aspectos culturais de nossa sociedade, mudanças nas legislações, tampouco de atender e acompanhar as mulheres que se encontram nessa situação. Não se pode negar que, mesmo nessas condições, tivemos um grande avanço com as DDM, porém, as mulheres continuariam lutando por uma intervenção que se pautasse numa perspectiva integral. A compreensão de que

As DDMs constituem apenas uma medida isolada, sendo de pequena eficácia sem o apoio de uma rede de serviços. Embora a figura da retirada da queixa não existisse, de que outra maneira poderia se conduzir uma delegada, quando a mulher voltava à DDM com esta demanda por estar sendo ameaçada de morte por seu companheiro, senão "esquecendo" a notícia criminis, em virtude da ausência de albergues apropriados para acolher esta mulher? [...] Uma verdadeira política de combate à violência doméstica exige que se opere em rede, englobando a colaboração de diferentes áreas (polícia, magistratura, ministério público, defensoria pública, hospitais) e profissionais da saúde, inclusive da área psi, da educação, do serviço social etc. e grande número de abrigos muito bem geridos. Cabe ressaltar, uma vez mais, a necessidade urgente de qualificação destes profissionais em relações de gênero com realce especial da violência doméstica. Exatamente em razão do esvaziamento, em termos de funções, das DDMs, cabe operacionalizar uma rede de serviços, com os seus profissionais qualificados no assunto relações de gênero (SAFFIOTI, 2004, p. 90 - 91).

Ainda nessa arena que se constituiu entre o Estado e esses movimentos, temos uma conquista, que se configura como um divisor de águas nas lutas feministas: a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985. O Conselho foi criado junto ao Ministério da Justiça, com caráter deliberativo e orçamento próprio, advindo da criação de um Fundo Especial de Direitos das Mulheres<sup>93</sup>, a fim de suscitar políticas que buscassem eliminar as discriminações contra as mulheres, proporcionando sua participação nas mais diversas atividades do país, configurando-se assim na primeira experiência nacional de institucionalização das demandas dos movimentos de mulheres e feministas.

Concomitante ao início da experiência do conselho e a luta pela redemocratização do país, discutia-se sobre uma nova constituição. Os movimentos de mulheres e feministas já alcançavam todo o país e se organizaram no campo e

---

93 O CNDM era composto por uma secretaria executiva, uma assessoria técnica e um conselho deliberativo. Tinha 17 conselheiras, nomeadas pelo Ministro da Justiça, das quais 1/3 era advindo de movimentos de mulheres. Sua criação foi uma resposta às reivindicações do Seminário Mulher e Política, realizado em São Paulo em 1984, liderado por feministas, entre elas, Ruth Escobar (MIRANDA, 2009).

nas cidades, acompanhados do CNDM, sob o tema “Viva a diferença dos direitos iguais”, na busca de que suas reivindicações por direitos chegassem até a Assembleia Constituinte<sup>94</sup>. Esse movimento conseguiu aprovar em torno de 80% de suas solicitações, sendo a esfera organizada da sociedade civil que conseguiu mais conquistas. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”<sup>95</sup>.

No que concerne às demandas referentes à temática de violência, era solicitado mudanças na legislação, sendo apontadas doze sugestões para o combate à violência contra a mulher:

1. Criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar.
2. Consideração do crime sexual como “crime contra a pessoa” e não como “crime contra os costumes”, independentemente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação, condição física ou mental ou convicção política.
3. Considerar como estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento do agressor com a vítima, de ser essa última virgem ou não, ou do local em que ocorra.
4. A lei não dará tratamento nem preverá penalidade diferenciada aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor.
5. Será eliminada da lei a expressão “mulher honesta”.
6. Será garantida pelo Estado a assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as vítimas de violência.
7. Será punido o explorador ou a exploradora sexual da mulher e todo aquele que a induzir à prostituição.
8. Será retirado da lei o crime de adultério.
9. Será responsabilidade do Estado a criação e a manutenção de albergues para mulheres ameaçadas de morte, bem como o auxílio à sua subsistência e a de seus filhos.
10. A comprovação de conjunção carnal em caso de estupro poderá se realizar mediante laudo emitido por qualquer médico da rede pública ou privado.
11. A mulher terá plena autonomia para registrar queixas, independentemente da autorização do marido.
12. Criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país, mesmo naqueles nos quais não se disponha de uma delegada mulher. (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 63 - 64).

Essas propostas nos mostram que o movimento de mulheres e feminista continuava buscando manter a questão da violência na agenda pública, propor

---

94 Foi realizada uma campanha nacional, denominada Mulher e Constituinte, que tinha como lema “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, reunindo várias organizações de mulheres e construída a Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte. Durante todo o processo da Constituinte, esse movimento atuou diretamente no convencimento dos parlamentares acerca de suas demandas, contando com o apoio da bancada feminina, ação que ficou conhecida como “lobby do batom”.

95 Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento.

mudanças nas legislações e pressionando o Estado pela oferta de políticas públicas que respondessem a complexidade do problema. Essas demandas não foram alcançadas, mas tivemos outras conquistas com a Constituição Federal de 1988, destacando-se a garantia de igualdade a todos os brasileiros perante a lei, sem nenhum tipo de distinção e o artigo 226, parágrafo 8º que assegura “a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”. Assim, o Estado passa a assumir o combate à discriminação de gênero e a responsabilidade do enfrentamento a qualquer tipo de violência, seja ela praticada contra homens ou mulheres, adultos ou crianças.

Promulgada a constituição, reinstalada a democracia, as mulheres mantinham os debates e as mobilizações no país. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que tinham movimentos feministas e de mulheres fortes, colocaram nas suas Leis Orgânicas Municipais, em 1990, a determinação de construir abrigos temporários para mulheres ameaçadas de morte por seus maridos, companheiros ou ex-maridos, algo que vinha sendo pleiteado há tempos por esses movimentos. Alguns municípios também criaram centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência, porém, essa ação era fragmentada e pontual, ou seja, não era uma realidade em todo o país. Contudo, apesar do baixo número dessas unidades, elas inauguram uma nova abordagem à violência contra a mulher: a assistencial. As DDM, apesar da precariedade em que funcionavam, continuaram se multiplicando em todo o país, mantendo-se em um número bastante superior ao de casas abrigo e de outros serviços e, conseqüentemente, configurando-se como principal política pública estatal direcionada à violência contra mulheres. Assim, o Estado passa, a partir de uma absorção e uma “tradução” da bandeira de luta das mulheres, a atuar sobre a temática mencionada a partir das perspectivas criminalista e assistencial, as quais, ainda assim, ocorreriam sem diálogo entre si.

Apesar dessas novas iniciativas pontuais, os anos 1990 vêm na contramão do Estado democrático e na construção ampliada de cidadania. O Estado brasileiro passa a adotar os princípios neoliberais, assumindo a perspectiva de um Estado Mínimo (mas máximo para o mercado). Assim, essa década é marcada pela inserção tardia, mas extremamente intensiva do Brasil no ciclo de ajuste da América Latina, adentrando de forma ativa e dependente no capitalismo financeirizado e seguindo à risca os ditames do Consenso de Washington (CARVALHO; GUERRA,

2016). Para os direitos sociais, os quais iniciavam um processo de ganho de espaço na agenda política, o modelo de Estado adotado foi ainda mais devastador. Isso impacta diretamente na política estudada, dificultando os avanços nos direitos das mulheres. Exemplo disso é o enfraquecimento do CNDM. No governo Collor, foram nomeadas para o conselho mulheres que não tinham nenhuma representatividade feminista, além de ter tido fim a sua autonomia administrativa e financeira (seus 159 funcionários foram reduzidos a uma direção executiva de uma funcionária e uma assistente). Essa atitude provocou a cisão dos conselhos estaduais dos direitos das mulheres com o CNDM. Os governos seguintes não manifestaram nenhum apoio ao conselho, tampouco agenciaram políticas públicas expressivas para a promoção dos direitos das mulheres (SANTOS, 2008).

Contudo, a adoção desse modelo econômico, de Estado e de desenvolvimento de políticas públicas não se dá sem oposição. Observamos diversos movimentos sociais e formas de luta<sup>96</sup>. A sociedade civil, no que se refere às políticas para as mulheres, sempre foi a grande catalisadora das ações. E mesmo em um contexto nacional desfavorável para seus avanços, continuou suas ações, apoiando-se na propícia conjuntura internacional, em que se iniciava o Ciclo Social de Conferências das Nações Unidas, pautado na ética e na política dos Direitos Humanos, tendo a Declaração da Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993) apontado que os direitos das mulheres são direitos humanos<sup>97</sup>.

Em 1994, foi realizada pelo CLADEM – Comitê Latino-americano de Defesa dos Direitos da Mulher – a Convenção Interamericana de Belém do Pará, para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres. Essa convenção foi assinada pelo Brasil em 1994 e ratificada em 1995, instituindo-se como um marco conceitual e paradigmático sobre a violência contra as mulheres, pois, pela primeira vez na história, passa-se a compreender que a violência contra a mulher, ainda que no âmbito doméstico, é de interesse da sociedade e do poder público. Outro ponto

---

96 De acordo com Carvalho e Guerra (2016, p. 16), “Neste ciclo neoliberal, privatista e desregulamentador, em um jogo contraditório de forças, a sociedade civil movimenta-se, no sentido de afirmar interesses dos trabalhadores, dando concretude e materialidade a direitos reconhecidos no texto constitucional e em legislações específicas. E, assim, pela via da política, a sociedade civil organizada, como oposição, confronta e/ou tensiona o Estado Ajustador Ampliado”.

97 Nessa Conferência, a ONU assumiu o compromisso de aprovar uma Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, que se concretizou em dezembro de 1993, por meio da Resolução 48/104. Esse documento foi determinante para a produção e a aprovação, em 1994, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”.

inovador é o reconhecimento que a violência contra a mulher independe de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra condição, bandeiras defendidas pelos movimentos de mulheres desde sua concepção. Merece destaque ainda, principalmente quando comparada com a CEDAW, a definição de que aos Estados-Partes são conferidas responsabilidades, dentre as quais a missão de proteger as mulheres da violência perpetrada nos âmbitos público e/ou privado.

Em 1995, organiza-se a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que se destaca por consensuar a necessidade de tornar concretas as ações propostas nas declarações das conferências anteriores sobre os direitos das mulheres. Outro importante debate realizado, e superado, com a Conferência de Beijing foi a questão de optar entre estabelecer instituições específicas para a promoção da mulher e/ou desenvolver ações transversais entre as políticas nacionais, sendo entendido a necessidade de manter as duas linhas de ações.

No âmbito nacional, a conjuntura estatal desfavorável apresentava uma nova ameaça com a Revisão da Constituição, a qual colocava em risco a manutenção do artigo 226, § 8º da constituição. Mais uma vez, o movimento feminista, com o apoio de alguns parlamentares, organizou-se, criando a RedeRevi – Rede Nacional de Mulheres na Revisão Constitucional, alcançando êxito na conservação desse e dos demais direitos referentes à cidadania feminina.

Em 1998, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) lança a campanha “Os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos” com o intuito de propagar os direitos humanos da mulher<sup>98</sup>. Durante esses anos, observamos uma globalização da luta, sendo essencial para isso os Encontros Feministas Brasileiros e Latino-americanos e os Fóruns de Mulheres nas Conferências das Nações Unidas. Tivemos o I Fórum Social Mundial (2001), em Porto Alegre; a Campanha internacional “Contra os fundamentalismos, o fundamental é a gente” (2002), organizada pela Articulacion Feminista MarcoSur; a Marcha Mundial das Mulheres (2002), com o tema “2.000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, em uma forte crítica feminista ao sistema capitalista; e a Conferência de Mulheres Brasileiras, que tinha como propósito a criação da Plataforma Política Feminista.

---

98 Divulgada nacionalmente nas principais emissoras de televisão e nas revistas de grande circulação do país, a Campanha contou com o apoio das Nações Unidas e com a colaboração de artistas, escritoras, modelos, feministas e profissionais liberais.

Apesar das ameaças, as lutas das mulheres contribuem para algumas novidades na legislação<sup>99</sup>, destacando-se: a lei 8.930/94 que inclui o estupro entre os crimes hediondos os quais são considerados inafiançáveis; a Norma Técnica, lançada pelo Ministério da Saúde em 1998, que orienta ações para a prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual; o Decreto Legislativo nº 107/1995, que aprova a Convenção de Belém do Pará; a lei 10.224/01 que altera o Código Penal, passando a dispor sobre o crime de assédio sexual e a lei 10.455/02, que estabelece que, em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

No entanto, uma lei merece destaque, a 9.099/1995, que dispunha sobre a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIM). A finalidade era informalizar a justiça e torná-la mais célere e eficiente, por meio da comutação de penas repressivas por alternativas<sup>100</sup>, quando os crimes fossem considerados de menor potencial ofensivo<sup>101</sup>, e de ações de mediação e conciliação.

Inicialmente, os JECRIM não foram pensados para trabalhar com o problema da violência contra mulheres, porém, mexeram com a estrutura vigente até então, pois retiraram das DDM a função de investigar e mediar os conflitos (entendidos aqui como dolo de lesão corporal de natureza leve e ameaça), os quais perfaziam grande fatia das denúncias realizadas nas delegacias. De tal modo que acabaram sendo uma política elaborada sem a reflexão necessária sobre os diferentes sujeitos os quais a acessariam, tampouco sobre a questão de gênero. Terminaram por funcionar como um retrocesso, pois “[...] (re)transformam uma questão política num assunto privado” (DEBERT, 2006, p. 18), pois a “[...] a adoção do modelo de justiça conciliatória do JECRIM, pelas DDM e pelo JECRIM da Família, restringe à justiça criminal ao tratamento apenas da violência na família e privatiza a violência intrafamiliar” (SANTOS, 2008, p. 19).

---

99 Decreto Legislativo nº 26/1994 - suspensão de reservas à CEDAW; Lei nº 9.281/1996 - revogação de parágrafos do Código Penal (art. 213 e 214) que diminuía a pena para crime cometido contra pessoa menor de 14 anos; Lei nº 9.318/1996 - inclusão da mulher grávida entre as circunstâncias que agravam a pena; Lei nº 9.520/1997 - exercício do direito de queixa pela mulher casada; Lei nº 10.224/2001 - tipificação do assédio sexual; Decreto Legislativo nº 4.316/2002 - aprovação do Protocolo Facultativo à CEDAW.

100 Eram indicadas compensações pecuniárias, serviços comunitários e conciliações.

101 Eram considerados crimes de menor potencial ofensivo os que tivessem penalidade inferior a um ano de detenção. Nesses casos, no lugar do Inquérito Policial era realizado um “Termo Circunstanciado”, documento que continha um resumo da ocorrência com um laudo pericial, se fosse necessário.



Em combate a trivialização da violência conjugal que ocorria nos JECRIM, em 2001, algumas organizações feministas, em parceria com entidades jurídicas ligadas aos cursos de Promotoras Legais Populares, organizados pela União de Mulheres de São Paulo, lançaram uma campanha pela instituição de um Juizado Especial para Crimes de Violência de Gênero, alcançando, mais uma vez, êxito, tendo, em 2003, o Tribunal de Justiça de São Paulo criado um Juizado Especial Criminal da Família (SANTOS, 2008).

#### **4.1.2 A Intersetorialidade e a Transversalidade do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**

Em meio às contradições do modelo neoliberal decorrentes do ajuste ao capitalismo financeiro, ocorre a instituição de uma nova ordem política na América Latina. Começam a ocupar os espaços de poder governos democráticos populares que, apesar de formas distintas, pautavam-se nas lutas de movimentos sociais e na busca de emancipação de vários segmentos da sociedade. No Brasil, esse movimento tem início em 2003 com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, que se caracterizou pela tentativa de uma aliança nacional por meio de uma “divisão” do fundo público, em que uma grande parte era destinada à manutenção dos ganhos de capital e, uma pequena parcela, custeava as políticas sociais.

Todavia, não se pode negar que mesmo essa fatia reduzida do fundo público direcionada para as políticas sociais, junto com a inclusão no governo de grandes parcelas dos movimentos sociais, possibilitando a participação ativa desses, inclusive, na formulação e na construção de políticas públicas, conseguiu mudar o viés que se vinha dando para as políticas sociais, aproximando-se das concepções daqueles que as ajudaram a estabelecer e definir conceitualmente na Constituição Federal de 1988. Para as mulheres, esse é um momento de grande avanço, nas normatizações e nas legislações, na criação de unidades para execução das ações referentes à cidadania feminina e para o alcance da população.

Assim, já no primeiro dia do governo do presidente Lula, é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) <sup>102</sup>, subordinada ao

---

102 Por meio da Medida Provisória nº 103/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, o presidente Lula transformou a antiga Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à presidência da República.

gabinete da presidência, tendo o status de Ministério e as funções de assessorar o presidente na formulação, na organização e na articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar o planejamento de gênero de forma a contribuir na ação do governo federal e demais esferas de governo. Destaca-se aqui o uso da categoria gênero, entendida, apesar de suas distintas vertentes teóricas, como: “[...] a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p.45). As relações de gênero, a priori, como já vimos, não são desiguais, mas como se dão no terreno material, formam-se a partir do modo como os homens e as mulheres desenvolveram sua interação social durante a história, tendo vinculação com as formas produtivas de épocas determinadas (SAFFIOTI, 2004).

No Brasil, temos historicamente relações desiguais e discriminatórias contra as mulheres, entendidas como naturais. A criação da SPM demonstra o reconhecimento e intervenção do Estado nas relações de poder entre os sexos e, pela segunda vez na história do país, o governo assume a postura de construir políticas públicas específicas para mulheres, dando igual relevância a transversalidade de gênero por meio do incentivo de ações e de planejamento para mulheres nos distintos órgãos governamentais. Assim, a secretaria representa um avanço, dentre vários aspectos, por funcionar como uma impulsionadora e articuladora dessa nova institucionalização.

A partir daí temos uma série de ações que buscam garantir e efetivar os direitos das mulheres. São promulgadas leis e portarias referentes ao combate à violência contra a mulher: lei 10.714/03 autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher; lei 10.778/03 estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privada; lei 10.886/04 acrescenta parágrafos ao art. 129 do Código Penal, criando o tipo especial denominado “Violência Doméstica”; Portaria 2.406/04 institui serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação.

Em 2004, considerado pelo Governo Federal o Ano da Mulher, foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres<sup>103</sup> que

---

103 I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi convocada pelo Presidente da República e realizada de 15 a 17 de julho de 2004 em Brasília.

construiu as diretrizes do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>104</sup>, o qual tinha o objetivo de “servir de instrumento de trabalho para o Governo Federal, Estadual e Municipal, e pelos movimentos sociais”, sendo organizado em quatro áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres. Vale enfatizar que, como ocorre com os movimentos feministas e de mulheres, a violência também é um eixo central das discussões e das proposições de políticas públicas, tendo seu destaque também no plano. Contudo, nesse intervalo de tempo, entre 1970 e 2004, tramitaram vários processos no Congresso, todos com proposições que faziam intervenções pontuais e fragmentadas no problema, seguindo a perspectiva estatal até o momento. Assim, a partir dessa realidade e da compreensão de que existiam vários anacronismos em nossa legislação, bem como da necessidade de uma lei como um mecanismo que promovesse a igualdade de gênero, seis organizações não governamentais feministas<sup>105</sup> montaram um consórcio de ONGs, em parceria com juristas e feministas com a finalidade de elaborar uma lei integral de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, começando suas atividades em julho de 2002, atuando até o primeiro ano da promulgação da lei<sup>106</sup> (CALANZAS; CORTES, 2011).

Mais uma vez a atuação dos movimentos de mulheres e feministas foi essencial para a inclusão do combate a violência contra a mulher na agenda do governo, bem como para a construção da lei, a sua aprovação e a sanção. Deve-se destacar ainda que outro impulsionador dessa legislação foi a condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos devido à impunidade do caso de Maria da Penha Maia Fernandes, denúncia realizada pelos movimentos feministas, tendo sido indicado a indenização da vítima, monetária e simbolicamente, e a elaboração

---

104 Este Plano é considerado um marco nas políticas para as mulheres em nosso país devido às inovações trazidas, destacando-se a pactuação do Plano nos estados e municípios, possibilitando que prefeitos e governadores trabalhem junto com a esfera nacional, contando com a atuação e acompanhamento dos movimentos sociais.

105 CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria; ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos; AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento; CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação; CLADEM/BR – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher; e THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero.

106 Para conhecimento mais detalhado sobre o processo de formulação e promulgação da Lei Maria da Penha, ver: CALAZANS, Myllena; CORTES, Íáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. de. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Yuris, 2011, p. 39 - 63.

de medidas que buscassem combater à violência contra a mulher. Desse modo, decidiu-se que a Lei 11.340 seria denominada lei Maria da Penha, como reparação simbólica.

A referida lei destaca-se, internacionalmente, por conceber a intervenção à violência contra a mulher para além da questão criminal, mudando-se assim a perspectiva vigente até o momento no Estado brasileiro. De acordo com Santos (2008, p. 21 - 22),

Já no início dos anos 1990, os movimentos feministas e de mulheres de vários países da América Latina, incluindo o Brasil, lutavam pela adoção de leis específicas e abrangentes sobre a violência doméstica contra mulheres. A maior parte dos países adotaram uma lei sobre esta temática em meados dos anos 1990. No entanto, tais legislações têm recebido várias críticas por parte de intelectuais e militantes feministas. Uma das principais críticas é que estas legislações enquadram a questão da violência como um problema da esfera cível e não criminal, criando tribunais da família ou determinando a competência da justiça civil para processar os litígios em torno desta questão. Quando ocorre a criminalização, as penas são brandas, passando ao público uma mensagem de que a violência não é grave e inaceitável. No caso brasileiro, a Lei 11.340/2007, a chamada Lei “Maria da Penha”, embora chegando com um atraso de doze anos em comparação com países vizinhos como Chile e Argentina, procura corrigir estes problemas, reforçando a abordagem feminista da criminalização.

Ao romper com o modelo estabelecido, a legislação inovadora determina a retirada da competência dos Juizados Especiais Criminais para o julgamento dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, os quais agora seriam de competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que seriam implantados em cada Estado<sup>107</sup>. Além das medidas punitivas, a lei também estabelece medidas preventivas e de proteção e o trabalho conjunto dos diversos setores envolvidos, resgatando assim a bandeira defendida pelo movimento feminista desde a década de 1970<sup>108</sup>.

Ainda em 2007, foi realizada a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que, dentre outras coisas, trazia como pauta reivindicatória a garantia

---

107 Mediante a portaria 479/2006, o Presidente Lula criou uma Comissão de Instalação das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, previstas na Lei 11.340/2006.

108 Em decorrência da Lei Maria da Penha, em 2007, foi criado o Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha – O Observe, formado por um consórcio que congrega 12 organizações da sociedade civil, com o intuito de acompanhar a implementação e a aplicação da Lei Maria da Penha, reconhecendo avanços e dificuldades, além de construir e publicizar informações que auxiliem ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Por outro lado, o acompanhamento da implementação e a avaliação da atuação governamental nas proposições da lei 11.340/2006, assim como todas as ações de combate a violência contra a mulher, também ocorrem por meio do movimento de mulheres e feministas, destacando-se a atuação da Articulação de Mulheres Brasileiras (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010).

da efetiva implementação da Lei Maria da Penha. Assim, com o objetivo de responder a essas demandas, o governo elaborou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher que estabelece os conceitos, os princípios, as diretrizes e as ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres; e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, que apresenta uma estratégia de gestão e monitoramento da execução da política. Ambos objetivam enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres por meio de uma abordagem integral do fenômeno e pautados em um conceito de violência contra a mulher que parte da ideia de desigualdades de gênero, englobando 1) a violência doméstica; 2) a violência ocorrida na comunidade e 3) a violência praticada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes.

Considerando a complexidade da temática, bem como suas causas estruturais e históricas, os documentos citados vêm afirmar que a responsabilidade por esse problema deve ser assumida por diferentes áreas e níveis de governo<sup>109</sup>. Além disso, estabelece a articulação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, com a finalidade de garantir o atendimento integral as mulheres em situação de violência. Assim, mais uma vez assegura-se a nova perspectiva do tratamento à violência contra a mulher, que agora passa a se dar por meio do seu enfrentamento, conceito que é entendido como

[...] implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer **a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros)**, no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. **Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres** que compõem os Eixos Estruturantes da Política. (BRASIL, 2011a, p. 25, grifo nosso).

O Pacto ainda nos traz outro aspecto de extrema relevância que são as premissas do enfrentamento à violência contra a mulher: a) transversalidade de gênero; b) intersetorialidade, que envolve ações em dimensões horizontal, por meio

---

109 O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher funciona como um acordo federativo entre o governo federal e os governos dos estados e dos municípios a fim de planejar ações que propiciem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher com base no desenvolvimento de políticas públicas integradas.

de parcerias entre os organismos setoriais e atores em cada esfera de governo, e vertical, com uma maior articulação entre as políticas nacionais e as locais em diferentes espaços; c) capilaridade, a qual busca que a proposta de execução da política chegue até os governos locais, por meio de parceira com os municípios. O mesmo documento ainda define a rede de atendimento à mulher em situação de violência e classifica em dois tipos de serviços: a) Serviços não-especializados de atendimento à mulher - que, em geral, constituem a porta de entrada da mulher na rede e b) Serviços especializados de atendimento à mulher - aqueles que atendem exclusivamente as mulheres em situação de violência. Assim, a política far-se-á presente cotidianamente em diversos serviços das políticas setoriais, sendo executada, portanto, pelas suas respectivas secretarias, mas tendo sua atuação intersetorial gerida pela SPM.

Nos anos seguintes, em uma perspectiva de manter e aperfeiçoar essa abordagem de enfrentamento à violência de forma integral e a partir da perspectiva de gênero, ainda tivemos as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2007, 2011) e os Planos Nacionais de Política para as Mulheres (2008, 2013), os quais reafirmam a prioridade dessa questão, e buscam a garantia da implementação da Lei Maria da Penha e das ações do Pacto.

Em 2011, o Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é atualizado e é realizada uma repactuação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres nos Estados. Nos anos de 2013 e 2014, os Estados reafirmaram o compromisso com o Pacto e assinaram o termo de adesão ao “Programa Mulher: Viver sem Violência”, o qual se estrutura nos seguintes eixos: a) Implementação da Casa da Mulher Brasileira; b) Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; c) Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; d) Implantação e Manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca; e) Campanhas continuadas de conscientização; f) Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta. Esse programa<sup>110</sup> vem no sentido de reforçar a concepção de enfrentamento à violência contra as mulheres, com novas estratégias de articulação dos serviços e de acesso pelas diversas mulheres.

A mais recente ação pública para integrar o enfrentamento à violência

---

110 Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013.

contra as mulheres foi a sanção da lei 13.104/2015, que altera o art. 121 do Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o incluir no rol dos crimes hediondos. Entretanto, devemos nos atentar para os seus aspectos sociológico e histórico. O feminicídio é a expressão máxima e fatal das inúmeras violências às quais as mulheres são submetidas, não sendo, portanto, um evento isolado ou brusco, mas sim resultado das desigualdades de poder entre os gêneros, geradas por construções históricas, culturais, econômicas e políticas. Assim, na relação existente entre violência e poder, os homens, detentores do poder, subjagam as mulheres, e na menor possibilidade de perderem esse domínio perpetram ações violentas. A definição e a nomeação desse problema são passos importantes para enfrentar a violência contra as mulheres.

#### **4.2 A rede de atendimento à mulher em situação de violência: a(s) realidade(s) nacional e estadual**

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher define como instrumento de atuação a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, a qual parte da concepção de uma atuação articulada entre as instituições governamentais, não-governamentais e a comunidade<sup>111</sup>, a fim de ampliar e qualificar o atendimento; de realizar uma melhor identificação e encaminhamento das mulheres em situação de violência e de efetivar ações de prevenção. Ressalta-se que a concepção de uma rede de enfrentamento é traçada a partir da compreensão da complexidade e da multidimensionalidade da violência contra as mulheres, tentando romper com as Rotas Críticas<sup>112</sup> enfrentadas pela mulher em

---

111 A Rede de Enfrentamento é formada por: agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (*que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência*) (BRASIL, 2011c, pp. 13-14).

112 De acordo com o Dossiê Violência contra as Mulheres (2015), dentre as rotas críticas que a mulher pode enfrentar, inicia-se pelo processo de desnaturalizar a violência e a vergonha e o medo. Ademais, existem as dificuldades encontradas nos serviços, como: a falta de estrutura das unidades das distintas políticas, as dificuldades dos profissionais em identificarem e atuarem mediante a queixa, a demora do judiciário, a culpabilização da vítima e a série de encaminhamentos que obrigam a mulher a relatar inúmeras vezes a situação da violência.

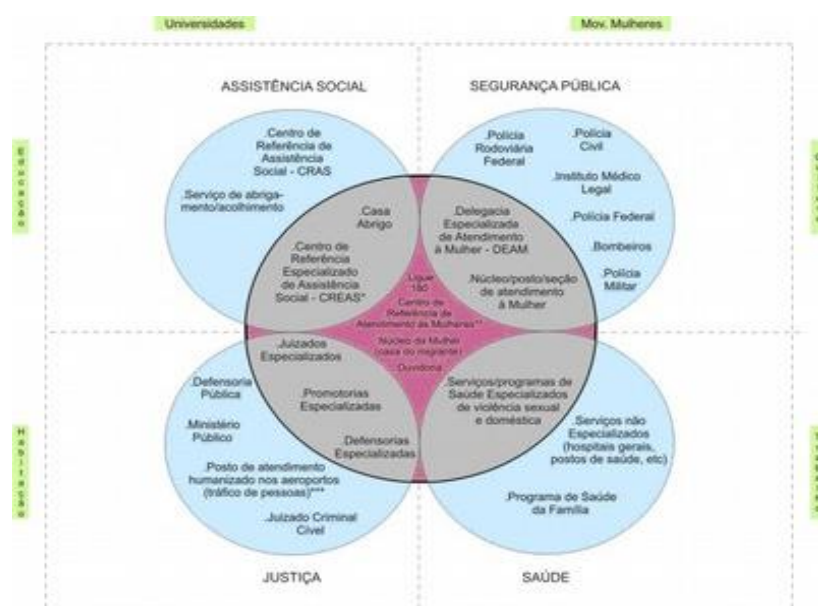
situação de violência. Portanto, a atuação da rede deve se dar de forma articulada, integral e com uma atuação pautada na não-revitimização da mulher.

Visualizamos aqui que o desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência contra a mulher muda de perspectiva, deixando a fragmentação e descontinuidade, presente desde o seu início na década de 1980, para alcançar uma atuação mais ampla, em rede, e que além dos serviços envolve ações de

[...] capacitação de agentes públicos para prevenção e atendimento; a criação de normas e padrões de atendimento; o aperfeiçoamento da legislação; o incentivo à constituição de redes de serviços; o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública (BRASIL, 2011c, p. 10).

A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, como podemos ver na figura abaixo, contém a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, a qual é composta por ações e serviços de diferentes áreas que atendem as mulheres, dividindo-se em quatro principais setores - saúde, justiça, segurança pública e assistência social - e organizando-se em duas principais categorias de serviços: a) Serviços não-especializados de atendimento à mulher e b) Serviços especializados de atendimento à mulher.

Figura 2 – Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres



Fonte: SPM, 2014



No Brasil, segundo a SPM<sup>113</sup>, temos um total de 1076 unidades de serviços especializados, sendo: 241 centros de referência de atendimento à mulher, 497 delegacias especializadas de atendimento à mulher, 129 Juizados/ Varas especializadas, 39 núcleos de atendimento especializado da Defensoria Pública, 92 promotorias especializadas e apenas 4 Casas da Mulher Brasileira. Um número baixo de serviços, considerando a extensão territorial do país. Além disso, esses serviços estão localizados prioritariamente nas capitais e nas áreas urbanas, deixando uma grande população feminina residente nas áreas rurais, nas reservas indígenas e em territórios de fronteira ou mais afastados sem a possibilidade de acesso aos seus direitos.

A realidade do estado do Ceará não é distinta da nacional, tendo as ações direcionadas às mulheres em situação de violência seguido a mesma perspectiva. Assim, em 02 de março de 1986, é criado, na estrutura organizacional da Secretaria de Governo, o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM)<sup>114</sup>. Todavia, apesar de ter entre suas funções o incentivo à criação de Conselhos Municipais em Defesa dos Direitos da Mulher, apenas em 1993, teríamos o primeiro conselho municipal de mulheres, nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato<sup>115</sup>.

Ainda em 1986, foi criada a Delegacia de Defesa da Mulher do Ceará, por meio do Decreto 18.267. Devemos destacar que essa ação foi resultado de intensa mobilização de mulheres, destacando-se o Centro Popular da Mulher (CPM) e a União das Mulheres Cearenses (UMC), que realizaram forte campanha, por toda a década de 1980, defendendo a institucionalização do combate à violência contra as mulheres (AMARAL *et al*, 2001). Por muitos anos, o Estado permaneceu com apenas uma delegacia. Apenas em 2002, por meio do decreto nº 26.534, foram

---

113 Esses dados foram obtidos por meio da solicitação de informação à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no dia 17 de abril de 2017, realizada no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC). A referida secretaria afirmou não poder responder devido o pedido “conter questões, que infelizmente dependem de confecção de Trabalho adicional”. Entramos, então, com um recurso em 1ª instância a essa resposta e em 21 de março de 2018, obtivemos um retorno positivo.

114 Lei nº 11.170, de 02.04.86 (publicada no Diário Oficial do Estado em 09/05/86).

115 Hoje, existem conselhos municipais de mulheres em: Maracanaú (criado em 2000); Sobral (2001); Pedra Branca (2002); Croata e Horizonte (2003); Maranguape (2004); Limoeiro do Norte e Quixadá (2005); Acaraú, Quixeramobim, Independência, São Luiz do Curu e Barbalha (2006); Aracati, Aquiraz, Barreira, Tianguá, Crateús, Fortim, Ipu, Bela Cruz, Morada Nova, Itaipaba, Redenção, Mauriti, Assaré, Ubajara e Carnaubal (2007); São Gonçalo do Amarante, Tauá, Solonópole, Brejo Santo e Massapê (2008); Santa Quitéria, Pacatuba, Cedro, Ipaporanga, Jaguaruana, Itapipoca, Irapuam Pinheiro, Iguatu, Viçosa do Ceará, Eusébio, Russas, Beberibe, Ibiapina, Quixelô, Cariré, Ipaumirim e Caucaia (2009); Quixeré, Paracuru, Itaitinga, Boa Viagem, Acopiara, Jaguaribara, Jucás, Miraima e Santana do Cariri (2010); Piquet Carneiro, Cascavel, Hidrolândia, Farias Brito, Graça, Orós, Salitre, Ocara e Canindé (2011); Guaiúba e Monsenhor Tabosa (2012).

criadas DDM nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu e Sobral.

Em 2008, o Governo Cid Gomes assina o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Em decorrência da adesão, bem como da luta do CCDM, iniciada na conferência estadual de 2004 e retomada na conferência de 2007, é criada em 2010, a Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres (CEPAM), vinculada ao gabinete do governador, a qual seria responsável pela articulação de todas as ações com foco na valorização, na defesa de direitos e na promoção de igualdade feminina no âmbito do poder estadual. Ainda nesse ano, houve o remanejamento do conselho que, saiu da Secretaria de Justiça e Cidadania e, passou a integrar o organograma funcional do Gabinete do Governador.

A CEPAM, assim como a SPM, não tem a característica de órgão executor. A implementação de políticas para as mulheres é responsabilidade do Estado, cabendo à coordenadoria desenvolver ações intersetoriais com as secretarias e os órgãos do Estado e com a sociedade civil, ou seja, articular e fortalecer a rede. Então, dentro dessa perspectiva tem desempenhado um trabalho de fortalecimento dos conselhos municipais de direitos das mulheres, por meio da formação das conselheiras, das discussões e de fóruns regionais; da realização das conferências estaduais; da elaboração do plano estadual de políticas para as mulheres e da participação na comissão gestora da implementação da Casa da Mulher Brasileira<sup>116</sup> (localizada em Fortaleza).

Atualmente, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Ceará é composta por:

a) Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres: coordenadorias, secretarias e assessorias municipais de Políticas para as Mulheres<sup>117</sup>; Observatório de Violência Contra a Mulher (OBSERVEM) e Conselhos Estadual e Municipais de Direitos das Mulheres;

---

116 A Casa da Mulher Brasileira busca facilitar o acesso aos serviços especializados por meio da integração em um único espaço dos serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

117 Existem Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres nos municípios de Irauçuba, Barbalha, Fortaleza, Barreira, Quixadá; Secretaria de Políticas para as Mulheres em Novo Oriente; Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher em Maracanaú; Secretaria da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos em Pacatuba e Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres em Limoeiro do Norte.

b) Grupos e Organizações da Sociedade Civil: Associação Beneficente Madre Maria Villac (ABEMAVI), Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará, Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS do Ceará (GAPA-CE), Instituto Maria da Penha (IMP), Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE), Federação das Associações Comunitárias de Quixeramobim (FACQ), Associação dos Remanescentes de Quilombo de Nazaré (ARQNA), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Ceará (FETRAECE)<sup>118</sup>;

c) Serviços de Atendimento as Mulheres: 1 Casa da Mulher Brasileira, 15 Centros de Referência da Mulher, 2 Casas Abrigo, 2 Juizados da Mulher, 3 núcleos do Ministério Público, 1 núcleo da Defensoria Pública, 10 Delegacias de Defesa da Mulher, 3 Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher, Postos de Atendimento Humanizado, CRAS, CREAS e Unidades de Saúde;

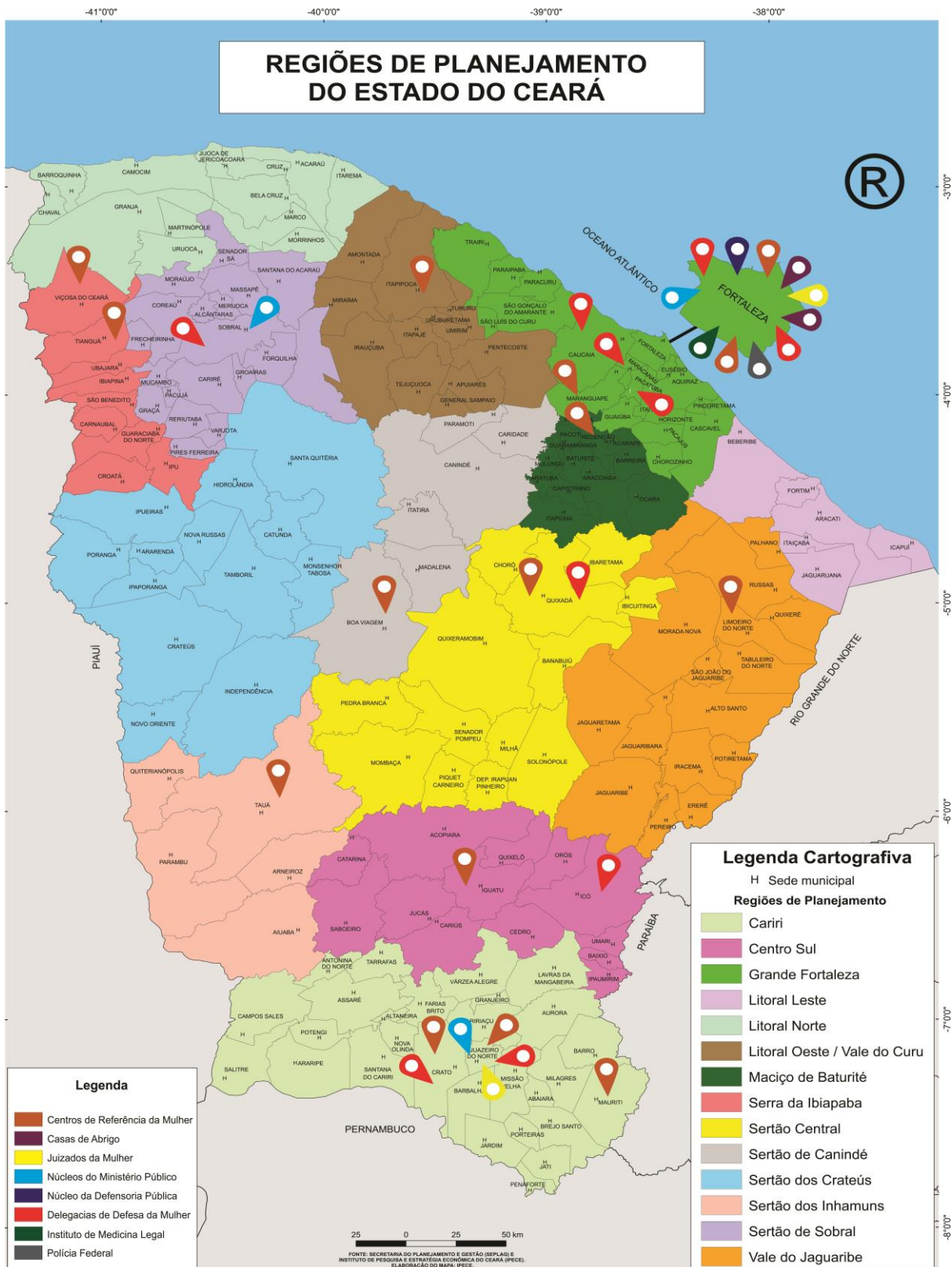
d) Serviços de segurança, justiça e defesa social: Instituto de Medicina Legal, Ministério Público, Polícia Federal<sup>119</sup>.

---

118 Não temos como enumerar todos os movimentos de mulheres e feministas do Ceará, devido à inexistência de algum documento com essa informação. Porém, colocamos os que atualmente fazem parte do CCDM.

119 Para mais informações sobre a rede e as dificuldades dela, ver: COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. **Relatório Final**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da-comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 17 de jul. de 2017.

Figura 3 - Disposição territorial dos serviços da rede de atendimento à violência contra a mulher no Ceará



Fonte: Mapa cartográfico elaborado pelo IPECE, com a disposição territorial dos serviços construída pela pesquisadora a partir dos diários de pesquisa de campo.

A rede de atendimento às mulheres em situação de violência no Estado ainda é precária e pouco abrangente, pois os serviços concentram-se na capital e na região metropolitana, como mostrado no mapa acima, permanecendo uma grande parte da população feminina descoberta. Mesmo na capital, os serviços não conseguem responder a toda a demanda e, atualmente, ainda convivem com a carência de pessoal e a baixa oferta de capacitação sobre questões de gênero e enfrentamento à violência contra a mulher.

## 5 AS ESPECIFICIDADES E ESTRATÉGIAS DA EXPERIÊNCIA LOCAL

Alguns teóricos compreendem as políticas públicas apenas como macrodiretrizes estratégicas. Contudo, assim como SECCHI (2016), temos a compreensão de que as políticas públicas são o conjunto do nível estratégico e dos níveis intermediário e operacional, possibilitando-nos olhar para políticas municipais e intraorganizacionais (a política pública pode ser composta de mais políticas públicas que a operacionalizam), que funcionam também como uma resposta a um problema público.

Essa noção concebe que pode haver uma compreensão distinta dos problemas e das soluções em cada nível de execução da política que, com atores e interesses diferentes, pode ter desenhos institucionais e instrumentos diversos. Por isso, neste capítulo, abordaremos as configurações locais da política estudada.

### 5.1 Mapeamento das instituições de enfrentamento à violência contra as mulheres

No capítulo 4, apontamos os instrumentais indicados pela política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Trouxemos, brevemente, a realidade do estado do Ceará, buscando dar uma visão de conjunto com a realidade nacional. Agora seguiremos trazendo alguns aspectos da rede de serviços de gestão pública do município de Maracanaú para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Cabe destacar que nossa finalidade aqui é apontar as ações identificadas, suas principais atribuições e seus desdobramentos.

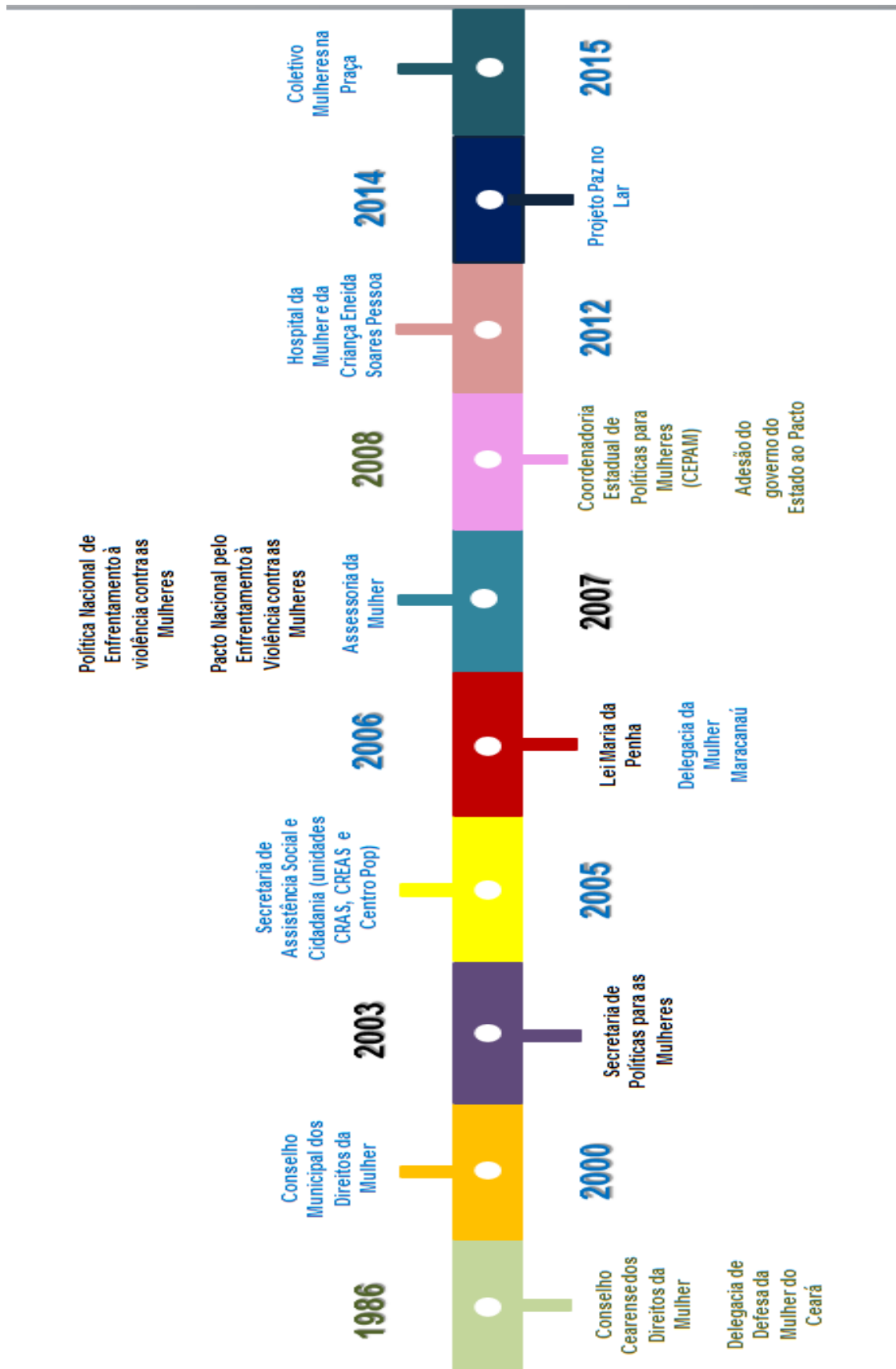
Maracanaú, como já abordado, é um município novo e, por isso, dentre outros fatores, não acompanhou todo o histórico de lutas e avanços nacionais dos movimentos de mulheres e feministas, como visualizamos por meio da linha do tempo proposta abaixo. Dentre a história do município, os movimentos sociais que aparecem estão ligados, exclusivamente, a busca pela emancipação da cidade e, na pouca historiografia encontrada, não são registrados nomes de mulheres - talvez, por seguirem a tradicional “cegueira” de gênero brasileira<sup>120</sup> ou por serem heroínas anônimas, como nos diz Certeau (1994) - nem mesmo a luta por direitos sociais.

---

120 Para maior detalhamento acerca dessa discussão ver: AZEVEDO, Lidiany Alexandre. A Formação Social do Brasil e suas “cegueiras” de Gênero. **Anais...VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, 2017.

Assim, um município que não apresenta uma sociedade civil forte terá a construção de políticas públicas, como veremos, sendo guiada pelo poder estatal, realidade distinta da perspectiva nacional.

Figura 4 - Cronologia de Criação das Organizações que compõe a Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher em Maracanaú



Fonte: Diários de Pesquisa de Campo



A primeira instituição ligada aos direitos da mulher surge apenas no ano 2000, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), fundado por meio da lei municipal nº 705/2000, 17 anos depois da criação do município e 15 anos depois da criação do CNDM. O relato de uma conselheira aponta que o Conselho foi criado por um grupo de mulheres, dentre elas uma vereadora, que se reunia na sede da Secretaria de Educação aos finais de semana com o intuito de discutir temáticas relacionadas às mulheres, mas sem nenhuma intervenção social ou bandeira de luta, e que foram até o prefeito com a ideia de criar o Conselho. Contudo, não podemos deixar de considerar que o CCDM tinha como um de seus objetivos o incentivo à criação de Conselhos Municipais em Defesa dos Direitos da Mulher, portanto, o estabelecimento do Conselho não se deu apenas pela iniciativa dessas mulheres, tendo, provavelmente, forte influência do contexto estadual, nacional e internacional.

A lei de sua criação coloca como finalidade a promoção de “[...] medidas e ações que possibilitem o exercício dos direitos da mulher e a sua participação no desenvolvimento social, político, econômico e cultural no município” (MARACANAÚ, 2000). Todavia, não estabelece a qual instância do executivo municipal o Conselho estaria vinculado, elemento que, em nossa compreensão, pode ter enfraquecido suas ações iniciais, tendo em vista que não estar ligado a algum órgão dificulta o seu estabelecimento em um espaço institucional e o apoio (recursos humanos e financeiros) necessário para o seu funcionamento. Além disso, estabelece que compusessem o Conselho seis conselheiras, com mandato de quatro anos, indicadas apenas pela sociedade civil. A ausência de representantes do governo no Conselho é outro fator o qual dificultou uma ação articulada no município, restringindo-lhe a si mesmo.

A lei de criação do Conselho é alterada por meio da lei nº 1081/2006, com o objetivo de vincular o Conselho à Secretaria de Assistência Social e Cidadania e ampliar o número de conselheiras para doze, originadas de órgãos governamentais (Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Câmara Municipal de Maracanaú, Delegacia da Mulher de Maracanaú e Defensoria Pública de Maracanaú) e da sociedade civil, de forma paritária. Vale destacar que a sociedade civil elegeria suas representantes por meio de um fórum próprio, as quais deveriam estar engajadas em ações de interesse da mulher no município. O regimento interno do Conselho, elaborado após a lei 1081/2006, coloca

que o mesmo tem a finalidade de

[...] elaborar e implementar, em todas as esferas da Administração pública no âmbito municipal, políticas públicas sob a ótica de gênero, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania (MARACANAÚ, 2009).

Consideramos que essa definição confunde-se com as atribuições de uma assessoria, coordenadoria ou secretaria de políticas para as mulheres, dificultando a compreensão acerca das reais funções do Conselho e possibilitando um conflito de atribuições com as da Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher, criada em 2007. O referido documento apresenta ainda algumas inconsistências das quais destacamos o § 1º do art. 4, que fala que a lei de criação do Conselho estabelece os moldes para a realização do Fórum de Mulheres, critérios os quais não se encontram definidos em documento algum e atrelado ao desconhecimento dos movimentos de mulheres e feministas existentes no município, bem como com a pouca articulação com as unidades de serviço público, tem gerado um esvaziamento desse espaço, o que nos faz questionar a real representatividade da sociedade civil nessa instituição.

A eleição para o conselho das mulheres é (...) o município é dividido em ADL, ai atualmente como (...) na verdade o conselho ainda não tem o levantamento das entidades de mulheres. Tinha um pouco de expectativa de quando eu entrei no conselho, de conhecer as outras entidades de mulheres, mas não conseguimos na gestão passada fazer esse levantamento. E é uma das propostas que eu tenho agora é fazer esse levantamento, porque, na verdade, acaba não representando muito a sociedade civil. Ai fica assim, representante de ADL e nesse fórum de ADL (...) então aquelas mulheres não são representantes de entidades, embora tenham algumas que sejam; mas, em outros locais, não são. Tem pessoas ali que o CRAS chamou para reunião, ai foi lá. Aquelas pessoas não estão representando uma organização de mulheres, ta representando a sociedade, mas não vinha de uma associação ou organização, entendeu? De um movimento organizado (Senhora das Águas do Marajó).

O segundo instrumento local referente à violência contra a mulher é estabelecido em 2003, a notificação compulsória da violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e emergência públicos e privados, bem como na rede básica de atendimento e nos Programas de Saúde da Família, e a criação do sistema de monitoramento da violência contra a mulher no município de Maracanaú, por meio da lei nº 949/2003. Esse procedimento é estabelecido, provavelmente em decorrência da lei federal nº 10778, estabelecida no mesmo ano. Naquele momento, o município já contava com Unidades Básicas de Saúde e com o Hospital Municipal

João Elísio de Holanda.

Após a LMP e a PNEVCM, a participação dessas unidades no que concerne a mulher em situação de violência vai além do atendimento à saúde, pois essas também funcionam como “porta de entrada” para essas mulheres, assim, além de realizar a notificação compulsória de casos de violência<sup>121</sup>, abordam a temática da violência contra a mulher nos grupos realizados nas Unidades Básicas de Saúde, durante as atividades do outubro rosa e as consultas de prevenção ginecológica, planejamento reprodutivo e pré-natal. No caso de identificação de violência é estabelecido contato com o agente comunitário de saúde do território, realizada uma visita domiciliar e consulta compartilhada com outros profissionais, inclusive da equipe do NASF.

Os dados do SINAN (anexo B) nos permitem ver que há um perfil das mulheres em situação de violência que chegam até as unidades de saúde local: há um predomínio da violência física, sendo a ocorrência maior em mulheres jovens e adultas com até o Ensino Fundamental completo e o agressor comumente não é identificado, elemento que pode ocorrer pela não expressão da mulher, mas que também pode se dar pela pouca importância dada ao instrumental de registro e, conseqüentemente, a falta de cuidado no seu preenchimento. As mulheres com deficiência praticamente não aparecem, o que nos faz pensar se realmente não acontecem atos de violência contra elas ou se não têm acesso a essa política, realidade comum às pessoas com deficiência. Dois outros elementos nos chamam a atenção. O primeiro é o baixo número de notificações no período de dez anos, 151 casos, em contrapartida a realidade encontrada no judiciário, de 1800 processos de violência contra a mulher durante os nove primeiros meses do ano de 2017, que nos faz refletir sobre a possibilidade de subnotificação ou do não acesso a esses serviços pelas mulheres, bem como a existência de uma violência institucional e/ou da naturalização da violência nos procedimentos médicos, pois, apesar de todas as conquistas dos movimentos feministas ao longo dos anos, as mulheres continuam a ser tratadas pelos médicos apenas como corpos. Bandeira e Almeida (2008, p. 126) ao tratarem dessa discussão ressaltam que

---

121 A notificação compulsória das violências foi implementada pelo Ministério da Saúde em 2011, a partir da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências em 2006, com prioridade para as ações de prevenção de violências e acidentes e de promoção da saúde e cultura de paz através da Política Nacional de Promoção da Saúde, que culminou no sistema de registro obrigatório de casos de violência contra as mulheres.

[...] mesmo na especificidade da Medicina voltada à mulher – a Ginecologia –, há uma grande lacuna em relação às problematizações das condições históricas e políticas. O conservadorismo com que a saúde da mulher vem sendo abordado está em consonância com as construções sociais do patriarcalismo, ainda muito presente.

O segundo ponto trata-se do maior número de encaminhamentos dos casos (36,46%) pelos serviços de saúde para as delegacias, o que nos leva a questionar se esses profissionais permanecem com uma perspectiva unicamente criminal da violência contra a mulher, esquecendo-se o apoio necessário à mulher ofertado por essa política e pelas outras políticas setoriais. Isso nos faz cair na problemática do conhecimento das relações de gênero que, de acordo com Saffioti (2004, p. 90), não “é detido por nenhuma categoria ocupacional. Profissionais da saúde, da educação, da magistratura, do ministério público, etc. necessitam igualmente, e com urgência, desta qualificação”.

Até 2005, o município ainda apresentava poucas e precárias políticas sociais. A partir desse ano, com o início do mandato de um novo representante no executivo municipal, que promove uma reestruturação administrativa, em consonância com a perspectiva nacional de investimento nos direitos sociais advinda com o primeiro mandato de Lula, os rumos locais mudam. A estrutura administrativa do município passa a contar com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, ocorrendo a implantação das seguintes unidades: CRAS Alto Alegre (2004), CRAS Indígena (2006), CRAS Jereissati (2006), CRAS Antônio Justa (2006), CREAS (2006), CRAS Pajuçara (2008), CRAS Mucunã (2008), CRAS Parque São João (2010), CRAS Acaracuzinho (2011), CRAS Jardim Bandeirantes (2012), CRAS Piratininga (2012), Centro POP (2012) e CRAS Timbó (2015).

Assim como a saúde, a assistência social também passa a participar do atendimento às mulheres em situação de violência por meio do CREAS, unidade de atendimento responsável pelo atendimento a casos de violação de direitos, que realiza acompanhamento individual e coletivo às mulheres em situação de violência, atendimentos pontuais aos agressores e atividades de prevenção à violência, e dos CRAS que funcionam também como uma das portas de entrada dessas mulheres, tendo em vista serem unidades mais capilarizadas e responsáveis pela articulação dos serviços socioassistenciais nos municípios, trabalhando com a temática da violência contra as mulheres nos grupos de acompanhamento familiar e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, principalmente, no período do 8 de

março e 25 de novembro.

Ressaltamos a importância do trabalho com as famílias já que a incorporação de traços patriarcais nas relações sociais inicia-se na infância, em especial, no ambiente doméstico, tendo em vista ser esse o espaço no qual ocorre as primeiras interações sociais de gênero. Destacamos ainda que essa educação pode se dar por homens ou mulheres (pai/ mãe, avó/avô, irmão/irmã, tio/tia, dentre outros), pois ambos podem acessar a máquina patriarcal (SAFFIOTI, 2004), violentando meninos e meninas, de formas e em aspectos distintos.

O Sistema Único de Assistência Social trabalha com pessoas em situação de risco e vulnerabilidades e no intuito de elaborar um diagnóstico acerca da realidade da população em riscos pessoal e social, foi criado, em 2009, o Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social – Cemarís<sup>122</sup>, o qual nos possibilita ver os casos de violência contra a mulher atendidos nessa política, no qual observamos um predomínio da violência doméstica psicológica, por negligência e física, incidindo, principalmente, na mulher idosa. Convém lembrar, como afirma Osterne (2008) que as modalidades de violência nem sempre ocorrem de forma isolada, podendo aparecer entrelaçadas.

Esses dados (ver anexo B) divergem dos encontrados na saúde, o que pode acontecer em decorrência do olhar de quem faz a notificação, devido à capacitação ou à sensibilização dos profissionais que atendem a esses casos. Além disso, a assistência social no período de 4 anos, e com um número menor de unidades, conseguiu notificar mais casos (351) que a saúde (151 casos em 10 anos).

Visualizamos pelos dados do Cemarís (2013; 2015) que, como em pesquisas nacionais já apontadas, o espaço doméstico configura-se como extremamente violento para as mulheres. Assim, a estrutura familiar tem assegurado a manutenção dos privilégios para os homens.

Se os homens cometem e sofrem violências no espaço público, reinam soberanos no espaço privado, como detentores do monopólio do uso 'legítimo' da força física. [...] Desta sorte as quatro paredes de uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p.33).

---

122 A Comissão Intergestora Bipartite (CIB), por meio da Resolução nº 17, de 18/12/2009, pactuou a elaboração do Censo para construção do Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará – CEMARIS.

Nesse movimento que o município, assim como o país, vinha de um maior investimento nas políticas sociais, em 2006, é inaugurada a Delegacia da Mulher de Maracanaú, ligada à Secretaria de Segurança Pública do governo do Estado, tendo como principais atribuições: o atendimento primário, a escuta da vítima, o registro das ocorrências, a investigação e apuração dos crimes de violência contra a mulher, o encaminhamento jurídico, para casa abrigo e para exames no Instituto Médico Legal (IML), e o registro de dados estatísticos.

Destacamos aqui que os dados de violência contra as mulheres os quais a SSPDS apresenta (anexo B) também divergem dos apontados pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania, além de possuírem uma qualidade de registro inferior às outras instituições, sendo a opção “não informada” predominante em todas as informações solicitadas, como podemos ver a seguir: vítimas de violência do gênero feminino por raça (71,51% em 2016 e 71,92% em 2017); relacionamento dos indiciados com a vítima do gênero feminino (84,8% em 2016 e 91,6% em 2017); gênero dos indiciados na Lei Maria da Penha (78,1% em 2016 e 80,5% em 2017). O único quesito em que o campo “não informado” não aparece é na tipicidade da violência, na qual há um predomínio de ameaças (55,9% em 2016 e 45,5% em 2017)<sup>123</sup>.

Em 2007, é instituída a Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher, vinculada ao gabinete do prefeito. O ano de sua criação coincide com o ano em que foi criada a PNEVCM e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, porém não podemos afirmar que há alguma ligação entre esses fatos, pois, mesmo contactando a SPM e a Assessoria não foi possível saber se o município aderiu ao pacto<sup>124</sup>. Em visita realizada a referida instituição, a ex-assessora nos falou das atividades realizadas, o que nos possibilitou perceber que no início havia a concepção de que seria sua responsabilidade realizar ações direcionadas às mulheres, quando na realidade seu papel deveria ser o de gerenciar e articular essas ações dentro do município, o que provavelmente a despotencializou, bem

---

123 Para maiores detalhes dos dados apresentados pela SSPDS, ver Anexo B.

124 Foi realizado o pedido de informação à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no dia 27 de janeiro de 2017, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC), perguntando se o município de Maracanaú teria aderido a algum dos Planos/Pactos de Políticas para as Mulheres. A referida secretaria afirmou não poder responder com segurança, devido a não ter encontrado registros referentes a um programa de adesão dos municípios, e sugeriu que encaminhasse o requerimento à Prefeitura, “que possui em sua estrutura administrativa um órgão específico que trata de políticas para as mulheres”.

como enfraqueceu o diálogo com os serviços, além de não ter levado a discussão de gênero para as outras secretarias. Atualmente, a Assessoria está mais voltada para a gestão, porém, ainda sem uma grande articulação com os serviços, tendo como atividades mais frequentes a participação em eventos de ação social desenvolvidos pelo gabinete do prefeito, por meio de orientações sobre a violência contra a mulher.

Após esse período de ampliação de políticas públicas e unidades de atendimento no município, tivemos um período de implementação e organização. Assim, apenas a partir de 2012, vamos ter novas ações, com a inauguração do Hospital da Mulher e da Criança Eneida Soares Pessoa.

No âmbito do judiciário, Maracanaú possui o Projeto Paz no Lar, vinculado à terceira vara criminal do município, que iniciou suas atividades em 2014, funcionando no fórum<sup>125</sup>. O projeto é a instituição ligada ao serviço público que oferece o maior número de atividades relacionadas ao enfrentamento à violência contra a mulher, ofertando serviços de:

- a) atendimento às mulheres vítimas de violência, por meio de visitas constantes<sup>126</sup> aos casos compreendidos como mais graves e que estão sob medida protetiva realizadas por uma equipe formada por funcionários do fórum, guarda municipal, Ronda da Família e o Juiz da Terceira Vara Criminal da comarca de Maracanaú<sup>127</sup>, a fim de acompanhar a mulher em situação de violência.
- b) serviço de atendimento a agressores, por meio da oferta de um curso<sup>128</sup>, que é estabelecido como uma pena aos homens, baseado no método ESPERE<sup>129</sup>, em que se busca trabalhar no agressor uma mudança significativa, fazendo com que ele analise sua história, seus valores referentes às questões de gênero e proporcionar uma aprendizagem acerca de uma comunicação não violenta.

Essa atividade faz-se relevante, pois, não é possível atuar na violência

---

125 Contudo, em dezembro de 2017, passou a funcionar em um prédio cedido pela prefeitura na Avenida VI, 80. Mas mantém algumas atividades no Fórum.

126 As visitas acontecem semanalmente as quartas e as sextas-feiras. Contudo, o juiz acompanha as visitas somente na segunda quarta-feira e na última sexta-feira do mês.

127 O projeto e todo o acompanhamento de ações referentes à violência contra as mulheres ocorrem nessa vara devido ao município não possui um Juizado de Violência contra a Mulher.

128 O curso é composto por dez encontros que acontecem semanalmente.

129 O método ESPERE (Escola de Perdão e Reconciliação) tem como objetivo restaurar danos e reparar relações, bem como oferecer uma base de reflexão e vivência sobre como se dão os processos de desenvolvimento humanos.

contra a mulher, e em suas implicações, sem envolver os homens.

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seus *habitus*, a relação pode inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta (SAFFIOTI, 2004, p. 53).

Acreditamos que o curso funcione também como uma ação de prevenção, de forma a evitar a reincidência de casos de violência, tendo tanto, ou mais força, que a punição, funcionando como um ato “[...] crítico e ético de construção de masculinidades e feminilidades menos rígidos” (SAFFIOTI, 2004, p.83).

- c) ações de prevenção com homens e mulheres, por meio de palestras sobre violência doméstica nas escolas municipais e nas UBS.

Observamos aqui uma busca pelo rompimento da transgeracionalidade da violência contra a mulher que, segundo Maria Amélia Teles e Mônica Melo (2002), é a primeira forma de violência a qual o ser humano é exposto, devido a estar imerso em uma sociedade machista que desqualifica a mulher, pautada em valores como a inferioridade feminina, delimitando, inclusive, os espaços nos quais podemos estar. Pierre Bourdieu (2014) destaca que essa divisão binária é vista como natural por ser frequente e comum nos espaços sociais, configurando-se, assim, em uma violência simbólica.

- d) o registro de dados estatísticos, como o número de medidas protetivas expedidas e de inquéritos policiais instaurados.

Além disso, agora com o funcionamento em um prédio cedido pela prefeitura, com uma estrutura mínima, tem ofertado: atendimento psicoterápico individual e em grupo às mulheres; massoterapia, reiki e florais; grupo de biodança; terapia comunitária; atendimento para as pessoas que têm alguma dependência química em parceria com os Alcoólicos Anônimos; curso de marketing pessoal a fim de trabalhar a auto-estima das mulheres. Todas essas atividades desempenhadas por profissionais voluntários. Além disso, realizaram uma parceria com a Associação das Empresas do Distrito Industrial (AEDI) para encaminharem as mulheres para o mercado de trabalho. Essas ações ganham bastante relevância, tendo em vista que a questão financeira e a pressão feita por família, amigos e igreja, etc - no sentido da preservação da sagrada família, já que “importa menos o que se passa em seu seio



do que sua preservação como instituição” (SAFFIOTI, 2004, p. 88) - fazem com que a mulher fique em uma posição de ambiguidade ou mesmo desista do processo contra o agressor.

Por fim, vale destacar o quão importante se faz a existência de um serviço que trabalha com os autores de violência, algo ainda tão escasso nas cidades e nas metrópoles brasileiras e que se faz necessário no sentido de contribuir para a prevenção e para o combate à violência contra as mulheres, bem como a sua reincidência.

Além dessas unidades, o município também pode contar, como todos os outros municípios brasileiros, com a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, criada em 2005, pela SPM, que tem como finalidade orientar as mulheres em situação de violência acerca de seus direitos, bem como dos serviços a sua disposição, funcionando, assim, como um elo entre os serviços da rede.

Além de proporcionar uma maior visibilidade dos serviços da rede de atendimento para a população em geral e para as mulheres em situação de violência e de funcionar como uma porta-de-entrada para outros serviços da Rede, a Central também funciona como um instrumento de monitoramento da atuação de cada uma destas instituições do Estado, constituindo-se em uma importante fonte de informações sobre a qualidade do atendimento oferecido nos serviços especializados e não-especializados e favorecendo a avaliação das políticas públicas de enfrentamento (BRASIL, 2011c, p. 11-12).

As ligações oriundas de Maracanaú têm tido, em sua maioria, a finalidade de solicitar informações (60,71%), o que nos mostra o quanto ainda há um desconhecimento local acerca dessa política, possibilitando um baixo acesso aos serviços, além dos que enfocam a criminalização.

Quando há a denúncia (tabelas no anexo B) por meio desse instrumento, podemos ver que, predominantemente, é a vítima que a realiza (76,53%), sendo, em sua maioria por violência física (58,82) e psicológica (38,65%). Essa realidade nos anima, por perceber que as mulheres reconhecem a violência e estão buscando sair dessa situação, mas, por outro lado, faz-nos pensar se elas têm uma rede social de apoio, ou se as pessoas mais próximas continuam seguindo a máxima de “que em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Devemos atentar que a violência tem repercussões na construção da subjetividade das pessoas, podendo gerar agressividade e passividade, por exemplo. Saffioti e Almeida (1995, p. 43) lembram que “[...] as mulheres recebem [...], desde o nascimento, um treino específico para conviver com a impotência”. Então, romper com esse aspecto social imposto muitas

vezes só é possível para algumas mulheres quando estão no seu limite físico ou psicológico, fazendo com que denunciem a violência que sofrem, mas, muitas vezes, não conseguem fazer o mesmo quando visualizam outras mulheres na mesma situação.

Direcionando nosso olhar para a sociedade civil no município, temos relatos, das conselheiras do CMDM, de que as iniciativas são escassas, tendo, portanto, poucos movimentos de mulheres e uma baixa adesão dessas nas ações de controle social.

No mapeamento que realizamos, conseguimos encontrar um coletivo chamado Mulheres na Praça, que foi criado em dezembro de 2015. A ideia surgiu de duas mulheres, e aos poucos o coletivo foi se formando, primeiramente no grupo de *WhatsApp*<sup>130</sup> para que houvesse uma comunicação entre as participantes, as quais almejavam fomentar o movimento feminista em Maracanaú, tendo em vista que esse movimento é pouco manifestado na cidade. O nome do coletivo foi escolhido com o sentido de que todos os encontros acontecessem nas praças da cidade a fim de conseguir uma maior adesão ao coletivo, que buscava lutar contra toda forma de opressão e violência em seus diversos tipos por meio da construção de espaços de diálogos, atos, entre outras ações.

A configuração de um espaço aberto e com reuniões aos finais das tardes de sábado também tinha uma finalidade, possibilitar que mulheres trabalhadoras e donas de casa, que não têm tempo durante a semana, pudessem participar. Dentre as ações realizadas: uma panfletagem sobre os tipos de violência contra a mulher; faixas com frases de repúdio ao machismo expostas em sinais da cidade; uma palestra em articulação com equipamento da Política da Assistência Social e outra em parceria com a Delegacia da Mulher; um sarau coletivo na Praça do Timbó, com lambe-lambe, microfone aberto com músicas e poesias, vendas de livros e comidas (que tinham o objetivo de arrecadar dinheiro para subsidiar as ações do coletivo). Hoje, uma das integrantes ocupa uma vaga de conselheira no Conselho Municipal de Direitos da Mulher. Apesar disso, devido à alta rotatividade das participantes durante os encontros, o coletivo paralisou suas ações durante um período.

Essa expressão ainda pequena do movimento de mulheres no município

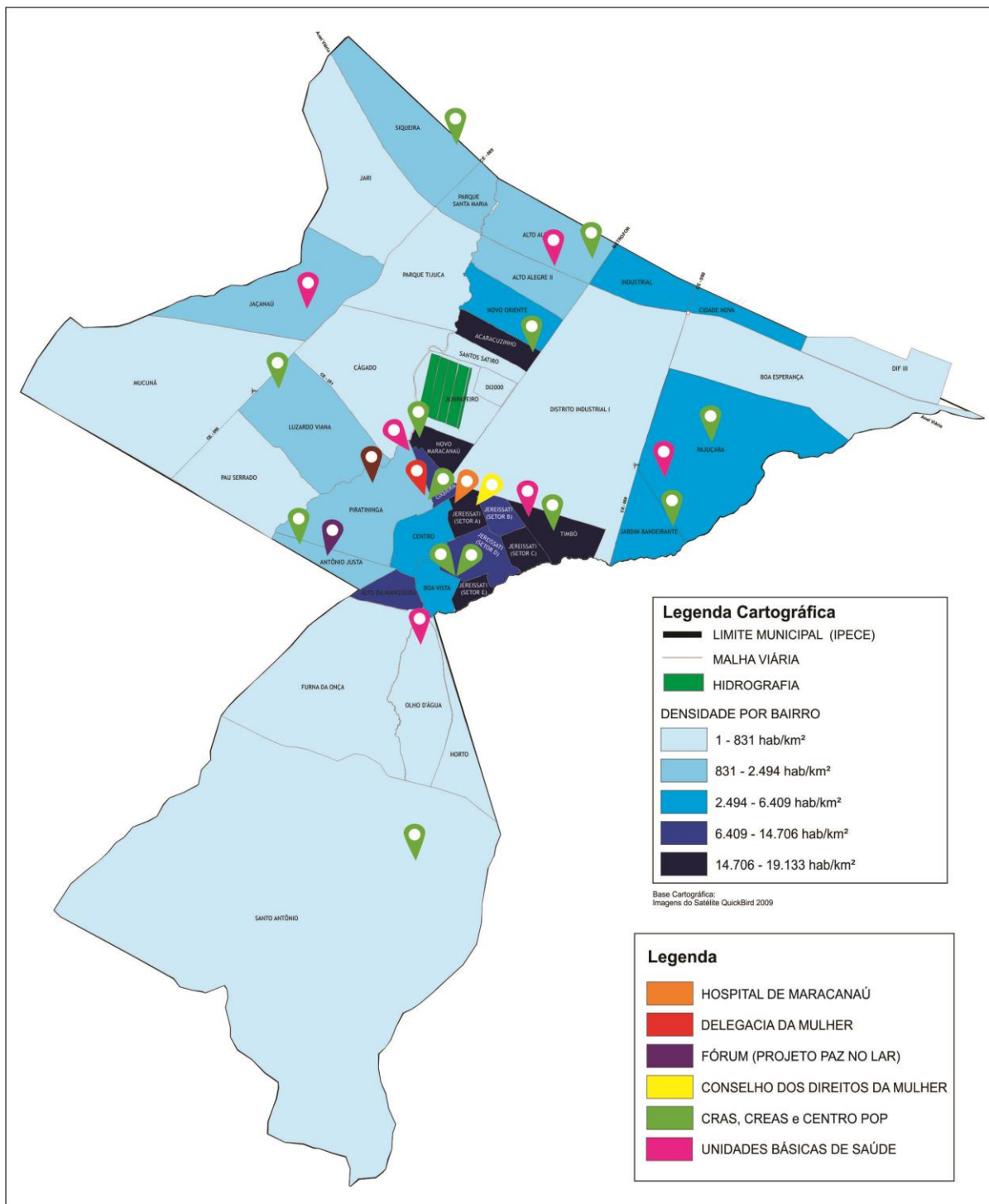
---

<sup>130</sup> WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

faz perguntarmo-nos se esse também não seria um dificultador de maiores avanços nas ações de uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município, tendo em vista que, como pudemos perceber, a sociedade civil, no contexto nacional, tem sido a grande impulsionadora da criação, da implementação e do monitoramento das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O mapa a seguir, com a disposição geográfica dos serviços e das organizações da sociedade civil, possibilita-nos identificar como ainda é baixa a cobertura da cidade em termos geográficos e populacionais. Além disso, mesmo com o alto número de casos de violência contra as mulheres registrados, Maracanaú não dispõe de um Centro de Referência da Mulher e de um Juizado da Mulher, unidades necessárias a um atendimento integral, ficando, assim como todos os outros municípios cearenses, na dependência de instituições estaduais, localizadas na capital, que são em um número bastante reduzido, impactando no acesso dessas mulheres ao conjunto das ações de enfrentamento à violência.

Figura 5 – Disposição territorial dos serviços da rede de atendimento à violência contra a mulher em Maracanaú



Fonte: Mapa cartográfico elaborado pela Secretaria de Infraestrutura de Maracanaú, com a disposição territorial dos serviços construída pela pesquisadora a partir dos diários de pesquisa de campo.

## 5.2 As formulações e a organização da PNEVCM no governo municipal

O município de Maracanaú, como pudemos ver na sessão anterior, tem uma organização de serviços especializados e não especializados no atendimento as mulheres em situação de violência que dispõe de um CREAS, um Centro POP, 11 CRAS e um CMDM sob a gestão da SASC; 30 UBS, um hospital geral e um hospital da mulher sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde; uma delegacia da mulher na gerência da SSPDS; Projeto Paz no Lar (2014) sob o comando do judiciário; e uma Assessoria de Políticas Públicas para a mulher vinculada ao gabinete do prefeito (2007).

Na linha do tempo apresentada, é possível visualizar que as políticas públicas de atenção às mulheres em situação de violência desenvolveram-se em Maracanaú a partir de um contexto político favorável nacionalmente, sua grande maioria após a Lei Maria da Penha a qual possibilitou o crescimento da oferta de serviços e inaugura essa nova concepção de abordagem da violência contra a mulher. Assim, mesmo o governo local a essa época tendo um alinhamento à direita, sem contar com a presença de movimentos sociais, apoiava e tinha o apoio, por meio das alianças partidárias, dos partidos de esquerda, o que, na mesma perspectiva do governo nacional, possibilitou o desenvolvimento de várias políticas públicas, especialmente, as políticas sociais. Nesse bojo, inclusive, houve a criação da Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher, ocupada por uma ex-vereadora conhecida no município como a pessoa que defendia os direitos da mulher.

A cobertura dos serviços ainda é pequena e majoritariamente formada por serviços não especializados, além de não possuir uma gerência única, capaz de articulá-los. A assessoria, cujos objetivos e funções não temos conhecimento devido à ausência da lei que a cria<sup>131</sup>, está vinculada ao gabinete do prefeito, que tem como competência a

Assistência imediata e o assessoramento direto do Chefe do Poder Executivo, notadamente quanto ao trato de questões, providências e iniciativas atinentes ao desempenho de suas atribuições e prerrogativas; Gestão da documentação recebida e expedida, transmissão e controle da execução das ordens e determinações dele emanadas; Transmissão de

---

131 Foi realizada a solicitação de acesso à lei que instituía a assessoria de políticas para as mulheres de Maracanaú, no dia 10 de novembro de 2017, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC) da Câmara Municipal de Maracanaú, cuja resposta foi “Não visualizamos nenhuma lei específica sobre instituição de políticas para mulheres. O que mais se aproxima da solicitação seria o Conselho dos Direitos da Mulher”.

informações à Assessoria de Comunicação Social; Recepção para autoridades e pessoas em visita oficial e eventos análogos; Promoção de reuniões do Prefeito com Secretários, Assessores e Dirigentes; Agendamento e a coordenação de audiências e quaisquer outras missões ou atividades determinadas pelo Chefe do Poder Executivo; Organização de viagens, deslocamentos e da participação do Prefeito em eventos; Apoio logístico, de segurança e precursão ao Prefeito; Direção geral do Gabinete do Prefeito, formação e definição de sua agenda (MARACANAÚ, 2018).

Observamos que o gabinete do prefeito possui funções administrativas de apoio as suas atividades. Na ausência da lei que institui a assessoria, permanecemos sem saber sua finalidade, tampouco qual o direcionamento da gestão municipal ao criá-la e mantê-la durante todo esse tempo. Além disso, mesmo possuindo secretarias de políticas sociais que poderiam ter em sua estrutura uma coordenação da mulher, como a SASC, que abriga o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, tem optado por permanecer com essa estrutura centralizadora, em que todos os direcionamentos são definidos pelo gabinete do prefeito com a participação dos órgãos e das pessoas que lhe convém. Temos o exemplo do planejamento da semana da mulher de 2018, cuja programação foi definida em duas reuniões, realizadas cerca de quinze dias antes à semana, que não contou com a participação de representantes de vários serviços de atendimento às mulheres, bem como de movimentos sociais, fazendo com que existisse na programação (ver anexo D) ações fortemente criticadas pelas mulheres, como um concurso de beleza, como uma das atividades centrais do dia 08 de março, em detrimento de peças teatrais e palestras que teriam uma função educativa e fortaleceriam a ideia de defender os direitos das mulheres, que deve ser propagada nessa data. Ártemis nos fala dessa situação:

O que esses órgãos tão planejando para a semana da mulher? O que eles planejaram? Um concurso de beleza. É uma oportunidade para falar sobre um monte de coisa, para conversar com as mulheres e explicar a importância do dia e dos direitos e tudo mais.

Ressaltamos que essas atividades de cunho educativo existiram na semana. Contudo, não ocorreram durante o evento maior do dia 08 de março, momento no qual houve um maior número de pessoas participando, em que se escolheu realizar um concurso de beleza, uma premiação das mulheres destaques (não houve votação, mas indicação de quem estava na organização da semana da mulher, sendo, assim, todas de forma direta ou indireta vinculadas a gestão municipal) e um show de forró com Eliane. Além disso, não houve uma divulgação

nos serviços públicos com um mínimo de antecedência de forma que esses pudessem levar seus usuários ou, pelo menos, divulgar e incentivar a participação.

Mesmo vinculada ao gabinete do prefeito, a assessoria funciona, desde 2013, no Centro Integrado de Esporte e Lazer Agacil Camurça (CIELAC), equipamento vinculado à Secretaria de Esportes, sendo composta apenas pela assessora e uma funcionária que desempenha a função de agente administrativo, realizando também atividades do CIELAC, e sem orçamento próprio. Assim, esse órgão vivencia a mesma realidade que muitas coordenadorias da mulher no Brasil, em que mesmo estando

[...] situadas nos gabinetes dos prefeitos ou das governadoras, algumas vezes ainda não dispõem de recursos próprios para suas ações. São recursos do próprio gabinete que são utilizados. Dispõem de uma pequena infraestrutura humana. E se não são unidades orçamentárias suas ações também, ficam limitadas (SOARES, 2004, p. 125).

Mediante esses dados, questionamo-nos qual de fato é o papel dessa instituição no município? É mantida apenas para que haja a afirmação de sua existência em outros espaços governamentais? Como pode haver uma rede de enfrentamento à violência contra a mulher no município se a instituição que deveria fazer essa articulação é enfraquecida no governo local?

Concordamos com Soares (2004) sobre os desafios de ordem político-cultural que esses espaços vivenciam. Compreendemos também que o Estado mesmo não abordando diretamente a questão de gênero está falando dele e, assim, o espaço destinado às coordenadorias e às assessorias é capaz de nos dizer sobre o significado e a importância das mulheres nas políticas de um governo. Além dessa questão, sabemos que essas instituições vivenciam “[...] o problema da profunda institucionalização das diferenças de gênero e dos privilégios masculinistas na esfera pública” (Ibidem, p. 70), elemento que explica a tão comum resistência às gestoras dessas pastas, que vivenciam dificuldades desde a negociação de recursos, políticas, projetos, até ao quadro de funcionários.

O município não possuir uma secretaria voltada para os interesses das mulheres pode nos levar a pensar, a priori, ser essa uma questão restrita a organização do governo, mas percebemos que o município possui 15 secretarias, cada qual com seu orçamento próprio (Secretaria de Governo; Recursos Humanos e Patrimoniais; Gestão, Orçamento e Finanças; Meio Ambiente e Controle Urbano; Educação; Infraestrutura; Ciência, Tecnologia, Inovação e Formação Tecnológica;

Desenvolvimento Econômico; Saúde; Assistência Social e Cidadania; Trabalho, Emprego e Empreendedorismo; Juventude e Lazer; Esporte; Cultura e Turismo; Defesa Social), além de outros três órgãos com orçamento próprio (Câmara Municipal de Maracanaú, Gabinete do Prefeito e Procuradoria Geral do Município), ou seja, tem um total de 18 órgãos orçamentários (LOA, 2018). Podemos, então, problematizar essa questão e questionar sobre a falta de reconhecimento da importância das questões de gênero e o impacto que isso tem no trabalho que deveria ser desenvolvido pela assessoria, assim como no seu reconhecimento pelas unidades que ofertam serviços referentes aos direitos das mulheres, já que a grande maioria dos sujeitos a desconhece.

A assessoria da mulher eu já ouvi falar que existe, mas eu não conheço não. Eu nunca tive contato. Pode ter vindo, ter feito contato com a coordenação, mas eu não lembro de ter tido contato com essa assessoria da mulher não. Eu sei que tem. Quem é a pessoa representante da assessoria? [...] Talvez ela tenha tido com a coordenação na época de fazer, de organizar os eventos do 8 de março. Mas, assim, algo para sistematizar dados essas coisas, eu desconheço (Sechat).

Além disso, a forma como essa assessoria se mantém e sua organização inicial sem uma comunicação horizontalizada com a SASC, secretaria a quem está vinculado o CMDM, numa perspectiva de disputa de interesses e poderes, vem demonstrando impacto na organização dos serviços no município que permanecem sem um diálogo sistemático e contínuo, tendo, inclusive, um desconhecimento de todos os serviços existentes, como podemos ver na fala do Sechat:

Parece que tá assim, cada política cuida do seu. Então, eu não conheço se existe uma política para juntar todos os dados, eu não conheço.

Essa fala evidencia o distanciamento entre as proposições gestadas no âmbito federal (que apregoam a transversalidade e a integralidade da violência contra as mulheres, bem como um trabalho horizontalizado com diversos atores sociais) e o que chega e é realizado a nível municipal, que demonstra pouca implicação ou corresponsabilidade pela execução dessa política pública. Ainda podemos visualizar na gestão local uma compreensão restrita e fragmentada das políticas sociais, especialmente da política aqui estudada, orientando os serviços a priorizar determinadas ações que, muitas vezes, resumem-se a seguir protocolos técnicos e alcançar metas, ocasionando a repetição e a destituição das peculiaridades e dos elementos potencializadores de cada território.



As dificuldades trazidas com essa fragmentação são apontadas nas falas dos diversos sujeitos por meio da argumentação e, mesmo da demanda, da necessidade de um órgão que possa estar a frente da defesa dos direitos da mulher.

Porque tem uma assessoria, mas uma assessoria de uma pessoa não é um órgão. Precisa de um órgão do município para poder fazer com que trabalhem com essas políticas públicas. É uma pessoa só. [...] Ela assessora o gabinete do prefeito com as políticas das mulheres. [...] Mas a gente não quer depender só de uma pessoa para fazer o trabalho, precisamos de um órgão ou uma secretaria (Senhora das Águas do Marajó).

Partindo da compreensão de que as políticas públicas se operacionalizam majoritariamente por meio da gestão pública, que se rege por princípios, normas e legislações, consideramos relevante abordar alguns instrumentos de planejamento e operacionalização das finanças públicas em Maracanaú – o Plano Plurianual (PPA)<sup>132</sup>, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)<sup>133</sup> e a Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>134</sup> – de forma a tentar entender, pelo lado das possibilidades que estão colocadas pelos instrumentos legais, a execução de ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. Cabe salientar que o poder executivo é responsável por elaborar e executar o PPA, a LDO e a LOA, contudo o Poder Legislativo pode alterar, por meio de emendas, a proposta original ou apenas mantê-la, elemento que pode nos dizer sobre uma diversidade de interesses entre esses órgãos e a presença de uma defesa dos direitos das mulheres por alguma das partes.

O PPA 2018-2021 de Maracanaú foi elaborado no primeiro semestre de 2017, contando com a “participação da população”<sup>135</sup>. Apresenta cinco diretrizes (I – Mobilidade urbana e transporte; II – Saúde integral com equidade e resolutividade; III – Educação básica de qualidade; IV – Assistência Social como política de governo, direito do cidadão e dever do Estado; V – Desenvolvimento urbano e ambiental com sustentabilidade) e organiza a atuação governamental por meio de a) Programas Temáticos e b) Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Para a realização da sua

---

132 Segundo Castro (2012), o PPA é um instrumento que traz as ações planejadas, as diretrizes, os objetivos e as metas do governo, bem como as despesas de investimento e o custeio dos serviços para quatro anos. Tem início no governo vigente e se estende por mais um ano no governo seguinte.

133 A LDO é formada por metas e prioridades para o exercício financeiro e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (CASTRO, 2012).

134 A LOA determina, anualmente, as receitas e as despesas de natureza fiscal e de seguridade social levando em consideração as ações apontadas no PPA (CASTRO, 2012).

135 A prefeitura intitula a construção do PPA como “participativa” devido à realização de plenárias setoriais, no auditório da SASC, com a presença de representantes de setores da gestão municipal e da sociedade civil. Contudo, vale ressaltar que essas plenárias tiveram uma divulgação bastante escassa, algumas esvaziadas, contando com a participação de pessoas vinculadas aos órgãos responsáveis pelas políticas que seriam discutidas e que eram chamadas no momento da execução.

gestão, o plano prevê mecanismos de implementação e integração das políticas públicas, bem como de monitoramento, avaliação e revisão, os quais não são especificados no documento, o que nos impossibilitou a investigação quanto à execução deles.

Além disso, nesse documento, é apresentada a orientação estratégica de governo<sup>136</sup>, que se divide em três eixos: I – Maracanaú sustentável; II – Maracanaú social e seguro; III – Maracanaú com gestão moderna, competente e transparente. Contudo, apesar dos termos social e segurança fazerem-se presentes durante todo o documento, a questão de gênero, ou, mais especificamente, as ações direcionadas aos direitos da mulher e ao enfrentamento à violência contra elas não aparecem nas diretrizes dos eixos estratégicos, tampouco nos programas temáticos e nos de Gestão, manutenção e serviços ao Estado. Chegam-se a mencionar ações para alguns públicos específicos, como idosos, jovens, crianças e adolescentes, deficientes, e fala-se de alguns conselhos, mas nada relativo às mulheres. Vale ressaltar que essa é uma questão que já se apresentava no PPA anterior (2014 – 2017) e manteve-se no atual.

Mediante isso, já esperávamos que as leis orçamentárias também não trouxessem ações direcionadas as mulheres. Ao acessar as LOAs dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, verificamos que essa “cegueira” para as questões de gênero também se faz presente no orçamento.

Tabela 4 - Ações referentes aos direitos das mulheres presentes nas LOAs dos anos de 2014 a 2018

<b>Ano da LOA</b>	<b>Ações referentes aos direitos das mulheres</b>
2014	Descrição de despesas para o funcionamento do Hospital da Mulher
2015	Descrição de despesas para o funcionamento do Hospital da Mulher e para o Projeto Reciclando Vidas
2016	Nenhuma descrição de despesas com ações para o direito das mulheres
2017	Nenhuma descrição de despesas com ações para o direito das mulheres
2018	Nenhuma descrição de despesas com ações para o direito das mulheres

Fonte: Sistematização Própria

<sup>136</sup> A orientação estratégica de governo é responsável por definir os recursos do planejamento para a viabilização da visão de futuro que se espera alcançar para o município ao final do Plano Plurianual.

Verificamos uma completa ausência de destinação orçamentária para ações que busquem garantir e efetivar o direito das mulheres. Além disso, as despesas com o Hospital da Mulher, criado em 2012, desaparecem a partir de 2016, sem nenhuma justificativa, o que nos leva a várias questões: o orçamento desse hospital ficou incluso dentro do orçamento do hospital geral? Como se dá essa divisão? Quem tomou essa decisão e com qual intenção?

A partir desses dados, concordamos com Castro (2012) na compreensão de que o orçamento público, comumente visto apenas como um instrumento de controle das receitas e despesas, configura-se também como um espaço de tomada de decisões sobre os objetivos dos gastos, em diferentes tempo e lugares, possibilitando-nos, no caso estudado, perceber e mensurar a não relevância dada as políticas públicas direcionadas aos direitos das mulheres.

Essa ausência de questões direcionadas às mulheres nos instrumentos de planejamento, orçamento e mesmo na estrutura organizacional do executivo nos faz recordar do pensamento de Dye (2005) ao conceituar política pública como o que o governo decide fazer ou não fazer. Assim, a não demarcação de questões referentes aos direitos da mulher em nenhum desses documentos nos leva a crer que é algo que não tem relevância para o atual governo ou que o mesmo não reconhece como problema. A primeira inquietação que surge é até que ponto essas peças do planejamento e do orçamento de fato refletem os interesses e as demandas da população na elaboração e na execução de políticas públicas locais?

Essa é, inclusive, uma questão pontuada por nossas entrevistadas, quando trazem as dificuldades vistas comumente nas gestões municipais e o momento de cortes nas políticas sociais na esfera federal, que acarretam severas consequências para realidade local.

Mas o que acontece? Hoje, a nível federal, acabou com o ministério da mulher, que ele foi para dentro do ministério dos direitos humanos. Então, não se tem mais um recurso para gerir a política pública a nível federal. [...] Porque quando era apenas uma secretaria especial de política pública da mulher da união, nós recebemos muitos milhões, no tempo do governo Lula, onde foram construídos centros de referência, construído as delegacias modelo padrão que tá aí no Brasil todo em vários lugares, inclusive Pacatuba tem uma; alguns municípios têm. E a gente não tem assim, quer dizer, é a questão do que o governo federal coloca como prioridade. Por que eu tô falando sobre isso? Porque vem dinheiro para o ministério da educação para ele poder dividir com os estados e municípios que aí vem através das leis, por exemplo, o FUNDEB. Vem dinheiro para a secretaria de assistência social para as políticas públicas que tem dentro da assistência e tem verbas que vem dos outros ministérios para as outras

políticas públicas. Mas eu não sei depois que ele foi para o ministério dos direitos humanos, a que nível está hoje essa política pública dos direitos da mulher. Será que o ministério dos direitos humanos está repassando alguma verba específica? Aí o que faz? (Yemanjá).

As várias mudanças de secretaria e ministérios pelas quais passou a questão dos direitos da mulher impactaram diretamente na elaboração e na execução da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo em vista que o status ministerial o qual já havia tido, garantia-lhe liberdade orçamentária, completamente perdida após o golpe jurídico-parlamentar midiático de 2016. Atualmente, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, tem visto seu orçamento ser desviado para a propaganda oficial do governo<sup>137</sup>. Assim, o montante orçamentário destinado ao enfrentamento da violência contra as mulheres que historicamente já era insuficiente, reduz-se ainda mais, implicando num acesso desigual das mulheres aos seus direitos.

Sabemos que para modificar uma cultura a qual naturaliza e tolera a violência contra as mulheres são necessárias políticas públicas e dotação orçamentária para sua execução. Contudo, o que temos visto é que os avanços não são lineares, o suporte institucional é limitado e frágil, ficando as ações e os serviços vulneráveis à compreensão de quem está no poder. Permanecemos, dessa forma, com um número insatisfatório de serviços, os quais ainda se concentram nas capitais e nas grandes cidades, frequentemente sobrecarregados, sem contar com uma quantidade mínima de profissionais e com uma infraestrutura adequada para lidar com a demanda.

Os governos, eles não têm muito interesse, isso eu estou falando numa visão geral. Eu não sei a visão do governo municipal daqui, mas eles não têm, em geral, muito interesse de abrir uma política pública, como, por exemplo, assim, um aparelho para execução de política pública, como o centro de referência da mulher, por quê? Por exemplo, ele já tem o centro de referência que é o CREAS. Então, o que eles pretendem? Eles pretendem melhorar o que tem do que fazer mais uma coisa nova (Yemanjá).

Essa percepção da falta de interesse da gestão local por essa temática e por outras que não tenham uma fonte de financiamento federal ou estadual, ou seja,

---

137 TEMER retira dinheiro do combate à violência contra a mulher para usar em publicidade. **Revista Fórum**, Santos, 18 abril 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/temer-retira-dinheiro-do-combate-a-violencia-contra-a-mulher-para-usar-em-publicidade/>>. Acesso em 28 de mai. 2018.

que requeira recurso municipal para execução, também está presente no discurso das outras deusas, como nos aponta Lilith:

Falta ter profissionais qualificados, falta existir uma política específica para isso. Porque pode ter cartilha, mas não existe. Faltam os gestores terem vontade política para isso. Não tem, é menos importante. O mais importante é vir o dinheiro dos programinhas que já vem feito, destinado à caixa pronta, isso é para isso e isso para isso. Isso é o simples, o fácil, o que deve ser feito para o gestor. Então assim, praticamente, não existe. Não se pensa nisso.

Nas entrevistas, foi possível perceber a compreensão que os sujeitos têm do Estado como um dos principais atores na execução de políticas públicas, o que ocorre em parte em Maracanaú. O contexto estudado e as várias conexões criadas entre os atores políticos, práticas, costumes e a PNEVCM apontaram-nos elementos de adequação e de imprevisibilidade na experiência local como meio para se atingir uma coerência institucional.

### **5.3 Coerência Institucional – a adequação à PNEVCM e a improvisação em Maracanaú**

Para a execução da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher é apontado como instrumento a estrutura da rede, de duas formas, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, como vimos no capítulo 4. A ideia de rede está relacionada com a interligação de elementos na formação de um todo complexo, podendo se dar nas relações sociais e interinstitucionais. Fialho (2014, p. 10) aponta que as redes

[...] surgiram nos últimos anos como um novo padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, ideias políticas e econômicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a resolver alguns problemas atuais. São a manifestação cultural, a tradução em padrão organizacional, duma nova forma de conhecer, pensar e fazer política e de **definir estratégias** (grifo nosso).

Assim, a rede é uma estrutura organizacional que parte de um arranjo coletivo, ou seja, de uma desconcentração de poder, que passa a ser distribuído horizontalmente, para o alcance de um determinado fim, por meio da participação autônoma, integrada e democrática de cada envolvido, possibilitando uma troca recíproca de necessidades, interesses, habilidades e integração das ações

(AMARAL, 2007).

Desse modo, não há concentração em pequenos grupos e a estrutura passa a se consolidar num terreno dinâmico e democrático com a participação de todos os envolvidos. As decisões são tomadas por agentes empoderados, nesse processo, que desenvolvendo a autonomia e o protagonismo, produzem mudanças nos rumos de uma política pública, por exemplo, ao propor iniciativas garantidoras do acesso aos direitos sociais (VASCONCELOS, 2016, p. 82).

Apresenta-se de forma antagônica à hierarquia, tão presente ainda hoje nas empresas e na gestão pública e, por isso, constitui-se em um desafio para a disposição dos serviços, dos organismos e das instituições sociais, caracterizados pela centralização e pelo poder verticalizado.

Amaral (2007) conceitua a rede como um sistema aberto e fechado. Na perspectiva de um sistema aberto, reflete distintas abordagens relativas a um mesmo objeto, possibilitando uma amplitude na forma como se percebe os elementos da realidade, proporcionando mudanças estruturais no território envolvido. Já a classificação da rede como fechada diz respeito ao estabelecimento de algumas regras, de perfis dos integrantes dela, das formas de se estabelecer os vínculos e as interações. Portanto, a organização de serviços e instituições nessa perspectiva permite um maior alcance e uma diversificação das ações propostas, podendo se desenvolver em vários espaços simultaneamente, e responsabilizando todos os envolvidos com o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações e dos serviços. Nesse sentido,

O conceito de atendimento em rede traz uma melhor compreensão da importância da integração entre as organizações e as instituições formais ou não, grupos e indivíduos às ações, com a finalidade de mobilização de recursos, troca de dados e experiências junto à efetivação de políticas públicas e projetos sociais (PEREIRA; SANTOS; INOCENTE, 2011, p. 56).

Contudo, faz-se necessário pontuar que mesmo se apresentando de forma horizontal a rede possui alguns traços da hierarquia, visualizados na gerência das políticas sociais e na coordenação e na execução dos serviços. Todavia, ainda assim há uma participação autônoma dos envolvidos na construção de intervenções que busquem uma proteção integral e um enfrentamento à violência. Isso posto, o simples agrupamento de instituições não é suficiente para que se alcance a proposta da rede.

Logo, a participação autônoma, a comunicação facilitada, o planejamento coletivo, a avaliação, o monitoramento, a descentralização são características próprias à rede e o modo de operacionalizar as ações, nesse propósito, qualifica a sua estrutura (VASCONCELOS, 2016, p. 78).

Fialho (2014) apresenta-nos uma síntese da estrutura de uma rede em três elementos básicos: a) nós ou atores, sendo a somatória dos nós capaz de determinar o tamanho da rede; b) vínculos ou relações, os laços estabelecidos entre os nós; c) fluxos, designaria a orientação do vínculo, se apenas em um sentido ou com reciprocidade na relação. Quando um ator não mantém vínculos, funciona somente como um nó isolado dentro da rede.

A partir do nosso objeto de estudo, temos como quesitos essenciais da constituição de uma rede o município como o lócus no qual as ações serão desenvolvidas, envolvendo as gestões municipal e estadual e a sociedade civil; a formulação do diagnóstico da realidade local a fim de se implementar e dispor de serviços a partir das demandas apontadas pela população; a destinação dos recursos necessários para a execução dos serviços e, por meio de todo esse conjunto, os distintos atores envolvidos devem pensar conjuntamente e integrar suas propostas.

A ideia de integração, materializada, no caso, pela intersectorialidade, é um dos maiores desafios para a efetivação das redes, pois comumente os serviços são setorizados e acabam por fragmentar as demandas dos/as usuários/as. Vasconcelos (2016, p. 84) esclarece que

As necessidades sociais são inter-relacionadas e necessitam ser, dessa forma, observadas na integralidade. As mulheres em situação de violência, por exemplo, demandam atendimento de políticas sociais distintas, sendo que a impossibilidade de acesso a alguns de seus direitos, operacionalizado nas políticas sociais, é determinante para a estagnação da situação apresentada. Precisam de um atendimento médico, porém a ausência de alimentação, saneamento básico na localidade e moradia inadequada influenciarão em seu “diagnóstico” negativamente.

Dessa forma, as redes, no que concernem as políticas públicas, integrariam ações, projetos, programas, serviços por meio do estabelecimento de parcerias e da mobilização de recursos, atores sociais de distintos segmentos (institucional, governamental ou não governamental) e organizações, permitindo uma melhor representação das demandas da população e das intervenções elaboradas coletivamente por meio da realização de encontros e diálogos frequentes em nível institucional.

Como já abordado no capítulo 2, o pensamento de Lejano (2012) está embasado no real e na experiência. Assim, pretende-se ir além do desenho do campo político e das ideias comuns, fazendo uso de múltiplas perspectivas e enquadramentos, na descrição de situações reais. No paradigma pós-construtivista, tomado como orientador neste estudo, a política desenvolve-se a partir de uma base, mas dentro e inclusa em um determinado contexto, ou seja, ela deve tentar abranger a complexidade. “Outra maneira de compreender isso é aceitar que se uma solução política deve ser eficiente e mantida em uma situação, então ela deve, de alguma maneira e em diferentes aspectos, ‘encaixar-se’ naquela situação” (LEJANO, 2012, p. 227).

Em meio a contextos específicos e envolvendo relações entre o modelo de governança, as estruturas sociais e a comunidade é que temos as políticas públicas. Essas relações é que possibilitarão que a política seja incorporada ou não no cotidiano das pessoas, fenômeno que o autor define como coerência institucional.

A ideia de coerência se opõe parcialmente à visão construtivista das instituições e sustenta que política e instituições não são apenas textos que se podem empregar indiscriminadamente. Em vez disso, elas devem encontrar coerência com os reais padrões e as instituições (construídos ou não) de cada contexto. Coerência, até certo ponto, significa que o texto original deveria ser adaptado a cada lugar. Assim, essencialmente, ao mesmo tempo em que política é, afinal, texto e é, afinal, levada de um lugar a outro pelos detentores de poder, ainda requer ser posta fisicamente em cada lugar, e isso significa, em virtude da necessidade de ao menos certo grau de coerência, que a política não será idêntica em cada situação. Ou seja, o engajamento do texto com o real induz mudanças reais na maneira pela qual a política é posta em ação (LEJANO, 2012, p. 229).

Isso implica em um polimorfismo das políticas públicas, ou seja, devido ao contexto em que são empregadas, elas devem apresentar diferenças, sutis ou não. Ou seja, “Ao estudar contextos diferentes, devemos encontrar alguma diversidade no desenho dessas instituições” (LEJANO, 2012, p. 229). Desta forma, tomando o estudo do enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú a partir da perspectiva de coerência institucional, verificamos a existência de particularidades em relação às orientações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, fazendo uso dos recursos locais para que se alcancem os objetivos da referida política<sup>138</sup>.

---

138 A PNEVCM apresenta como objetivo geral o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno. E como objetivos específicos: 1) Reduzir os índices de violência contra as mulheres; 2) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito



A ausência de uma representatividade no executivo local, como já abordado, impacta na forma como a política organiza-se, sem uma gestão dos serviços ofertados e tampouco de um monitoramento, sendo apontada pelos interlocutores como um dos elementos dificultadores para a execução da política.

É assim, aqui no município, nós temos alguns órgãos que funcionam, alguns aparelhos, instrumentos de proteção, uma rede de cuidados para a mulher. [...] Mas uma rede realmente sustentável disso seria nós termos uma secretaria de políticas públicas para as mulheres, que nós não temos, ou, pelo menos, uma coordenadoria, porque são órgãos executivos. [...] E aí, nós estamos nessa situação provisória de não termos essa parte executiva específica da política, que seria a secretaria, coordenadoria. O próprio recurso, fundo para podermos ter o recurso (Yemanjá).

Na ausência de uma intervenção universalizante da gestão pública municipal e considerando a influência do meio ambiente, entendido aqui como instituições, pessoas e outras características locais, encontramos em Maracanaú formas e características diversas das apontadas no texto da política, refletindo, como veremos, de algum modo, o contexto local. Assim, temos, no município, serviços, especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, ofertados pelas políticas de saúde, assistência social, segurança pública e justiça, bem como movimentos sociais e outras políticas públicas organizados de uma forma que não se configura, até o momento, em uma rede de atendimento ou de enfrentamento à violência contra as mulheres. Um primeiro elemento que nos aponta isso é a falta de conhecimento da existência desses diversos atores, ausências que ficam claramente visíveis quando observamos as respostas dos sujeitos pesquisados quanto aos serviços que fazem parte do enfrentamento à violência contra as mulheres no município.

Eu acho que **só a delegacia da mulher**, recorremos primeiro, o pensamento é recorrer à delegacia da mulher. Que só atende caso de violência doméstica (Ártemis, grifo nosso).

O CRAS ajuda bastante, quando preciso de alguma coisa. É isso. **O CRAS e o Nasf em outras coisas**. Quando eu precisei do **Conselho Tutelar**, as duas experiências que eu tive foram muito ruim, muito ruim mesmo. Às vezes que eu precisei, o Conselho Tutelar foi realmente contra a adolescente (Lilith, grifo nosso).

Primeiro, assim, a porta de entrada para o CREAS seria a **delegacia**, que lá

---

às diversidades de gênero e de valorização da paz; 3) Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional; 4) Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento (BRASIL, 2011).

é que está o grande público das mulheres que são vítimas e que denunciam e aí deveria cada mulher que chegar lá pra fazer denúncia de violência doméstica ser acompanhada para encaminhamento aqui no CREAS. Pode até ser que aconteça, mas nem todas vêm. Algumas, quando chega aqui, a gente já pergunta, quem foi que lhe encaminhou e tal, aí muitas dizem que foi da delegacia. Mas, a grande maioria, quando a gente recebe, vem encaminhada através de relatório social dos CRAS, que os CRAS, assim, eles identificam com muito mais propriedade, porque eles estão ali no território e aí **o CRAS** é um dos grandes parceiros no sentido de tá encaminhando mesmo a situação de violação, encaminhando pro CREAS. Mas, assim, que mais que a gente pode dizer que seria uma unidade de direitos que a gente pode contar. **O conselho de direitos da mulher também, o ministério público** uma vez ou outra encaminha. A gente recebe muito também é do **disque 100**; que, na verdade, nem deveria vir pro CREAS, mas acaba vindo (Sechat, grifo nosso).

**Paz no Lar** pelo que entendi, eles dão apoio psicológico, apoio técnico para mulheres que sofrem violência. Na verdade, eu não conhecia. Conheci agora nessa semana da mulher. Eu acho que ele é novo (Senhora das Águas do Marajó, grifo nosso).

O **CREAS** tem esse grupo. Não necessariamente conheço todos, mas eu acredito que o município de Maracanaú tem prestado um serviço para essa vítima de violência. Eu tenho essa comunicação com o CREAS e faço os encaminhamentos. A própria **Defensoria Pública** também recebe as demandas, **o poder judiciário, o Ministério Público**. Nós recebemos notificações também da **saúde**, quando essa mulher é agredida e comparece ao hospital. O **Conselho de Direitos da Mulher** tem tido uma divulgação muito importante. Os **CRAS**. Eu fiz várias palestras, nos próprios CRAS eles têm divulgado, as mulheres têm se empoderado. O próprio **Conselho Tutelar** tem feito encaminhamento para delegacias e há outros, com certeza, que tem atuação (Géia, grifo nosso).

A DEAM é o único órgão que é apontado por todos, elemento que associamos por esse ter sido o primeiro instrumento de combate à violência contra as mulheres em nível nacional, tendo, ainda hoje, uma centralidade grande no imaginário social. Afora isso, a atuação da DEAM de Maracanaú, que não se restringe à perspectiva de combate e punição, fazendo-se presente em diversos espaços, credita-lhe a confiança dos demais sujeitos e lhe dá essa visibilidade.

Pelos discursos acima, percebemos que são indicados como partícipes do enfrentamento à violência apenas alguns serviços das políticas de saúde, assistência social, segurança pública e judiciário, o que implica na não busca de outros atores para a realização de atividades. Isso é expresso, por exemplo, no majoritário desconhecimento acerca dos movimentos sociais existentes no município.

Não conheço. Será que existe? Eu nunca ouvi falar não. É porque aqui tem o conselho de políticas para mulheres já é antigo, que acontece aqui há muito tempo. Então, deveria ter um movimento de mulheres para poder até essas mulheres fazerem parte desse conselho. Mas eu nunca ouvi falar

não, taí uma coisinha que eu vou atrás (Sechat).

O próprio CMDM, instituição que deve ter, segundo seu regimento interno, como representantes da sociedade civil mulheres que participem de movimentos de mulheres em cada uma das seis ADLs do município, não possui conhecimento nem se as mulheres que estão na atual gestão (iniciada em outubro de 2017) participam de algum movimento, tampouco dos existentes no município, o que enfraquece o diálogo e a representatividade da sociedade civil, bem como o controle social das políticas para as mulheres.

Na verdade, o conselho ainda não tem o levantamento das entidades de mulheres. Tinha um pouco de expectativa de quando eu entrei no conselho, de conhecer as outras entidades de mulheres, mas não conseguimos, na gestão passada, fazer esse levantamento. E é uma das propostas que eu tenho agora é fazer esse levantamento; porque, na verdade, acaba não representando muito a sociedade civil (Senhora das Águas do Marajó).

Porém, essa atuação do CMDM reflete a forma como a sociedade civil e a gestão pública municipal ainda se dispõem, em que mesmo com uma maior aproximação entre as esferas pública e privada nacionalmente, não houve uma maior participação política das mulheres nessa “esfera pela própria origem patriarcal do estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal” (AGUIAR, 2000, p. 303). As mulheres, em Maracanaú, permanecem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado, afazeres não contabilizados em termos monetários, que as sobrecarregam pelo acúmulo desses trabalhos com o trabalho formal, revelando, inclusive, a manutenção do modelo tradicional de família.

Ai, quando eu entrei, elas já tinham fundado o coletivo, e já existia e eu entrei depois e o coletivo como eu, que vai se dissipando com o tempo, porque as mulheres precisam trabalhar e são muitas funções para as mulheres, e acaba com o tempo para essas organizações, ficam reduzidos. Mas, sempre tentamos fazer para que voltem (Ártemis).

A persistência de uma dicotomia entre as esferas pública e privada também pode ser vista na escassa presença de mulheres nos espaços de decisão. E vale enfatizar que mesmo galgando alguns espaços na vida pública, percebemos, por meio da observação, diálogos com usuárias durante as visitas aos serviços e da participação no grupo de acompanhamento familiar do CRAS Jereissati, que essa democratização ainda não chegou para a mulher na esfera privada, sendo ainda um dos seus grandes desafios e “cabendo ponderar que ela é imprescindível para a própria democratização do espaço público” (PIOVESAN, 2006, p. 51). Esses são

elementos que dificultam uma maior inserção política dessas mulheres, a qual, inclusive, não é incentivada pelo poder público, mesmo ele apontando a existência de tantos instrumentos participativos como já vimos (o CMDM e o PPA participativo, por exemplo).

Não vejo incentivo nenhum para essa participação e assim as mulheres que tentam participar e chegar em uma estratégia política é a gente. É assim meu pensamento, é na cara e na coragem. Tentamos, mobilizamos as pessoas. Acho, inclusive, que as pessoas que mais mobilizam aqui no município, para as questões sociais, para as políticas públicas são as mulheres. Um exemplo são as meninas que participam comigo do SOS. [...] Então acho que as mulheres que fazem isso, se conseguem se inserir na política, não tem nem poder aquisitivo. Geralmente, essa mulher da periferia, Timbó, Pajuçara, [...] Pacatuba; [...]. Ao contrário, não temos nenhum incentivo. Só temos porta na cara (Ártemis).

Dessa forma, os espaços de “participação popular” permanecem ocupados pelas mesmas pessoas as quais, frequentemente, são lideranças políticas em seus bairros, e, por isso, disputam a ocupação de espaços públicos, pois já possuem algum vínculo com a gestão pública e com os políticos locais. Fato o qual ficou bem expresso na premiação das mulheres destaques em Maracanaú durante a semana da mulher, como já abordado.

Mas, eu não acho que os órgãos tenham interesse em contactar com essas mulheres, justamente por serem emparelhados. Contactar com essas mulheres em busca desse enfrentamento é indiretamente brigar com essa gestão que não faz isso. Acho que os órgãos não têm interesse e nem a gestão (Ártemis).

O movimento social citado entre as profissionais entrevistadas, inclusive, algumas que participam e já participaram do CMDM, foi o Coletivo Mulheres na Praça que, por muito tempo, não possuía representante em nenhum conselho e que nasceu da iniciativa de mulheres sem vínculo com o executivo, o legislativo ou o judiciário local. Portanto, sua presença nas falas deve-se a busca ativa do movimento por esses serviços, o que é ilustrado na fala de Géia:

Sim, tem o Mulheres na Praça. Inclusive, chegaram a fazer uma visita a delegacia.

Mediante esse contexto, os movimentos de mulheres e feministas, que sequer são enxergados pelos atores institucionais, não são vistos como sujeitos importantes para o enfrentamento à violência contra as mulheres, posição que é definida apenas pela entrevistada representante desse segmento. Assim, apesar de já se ensaiar algum diálogo entre o meio institucional e a sociedade civil, inclusive

pelo CMDM, ainda há um grande distanciamento entre ambos.

Acho que é no poder de mobilização e de prevenção também. Os movimentos aqui no município, todos os movimentos que conheço, inclusive, os que não são desse movimento, são de pessoas, são das pessoas que são lideranças comunitárias, a maioria são de mulheres, são de mulheres atuantes, de assistentes sociais, de donas de casa, também que é o caso da dona Jacinta, de empreendedoras. Acho que se conseguíssemos juntarmos essas mulheres e as pessoas que são lideranças nos seus bairros para chegar junto com esses órgãos, conseguiríamos fazer grandes coisas juntos (Ártemis).

Ainda no que concerne a identificação de apenas serviços de quatro políticas públicas específicas como responsáveis pelo enfrentamento à violência contra as mulheres no município, as quais, conforme a legislação, devem formar uma rede de atendimento, acreditamos que, talvez, por isso, haja a presença fácil do termo rede nos discursos, mesmo quando admitem a ausência de outros elementos para que essa estrutura organizativa se efetive, como a falta de um planejamento conjunto.

Tem. A gente de vez em quando, não é algo fixo. Mas, assim, principalmente nas campanhas, nas datas de campanhas como o 8 de março ou o 25 de novembro, dia da não violência contra a mulher, a gente sempre procura fazer em conjunto, principalmente, com o conselho da mulher, com os CRAS (Sechat).

Assim, não ocorrem encontros frequentes para diálogo ou a estruturação de uma intervenção definida conjuntamente ou a discussão de casos, apenas nas datas de destaque para luta da defesa dos direitos das mulheres, como foi expresso na fala acima, ou em uma intervenção planejada por um dos serviços que solicita o apoio dos outros de forma pontual. Observamos que as intervenções profissionais ocorrem em parceria, mesmo sem projetar ações continuadas, através das equipes multiprofissionais.

Eu lembro que há uns três anos, eu acho, o fórum mandou um ofício para cá, solicitando profissionais para ir falar com os agressores lá sobre o trabalho do CREAS. E aí a gente foi, e eu fui e quando eu cheguei lá, é assim, eles colocaram para gente que todos esses homens que estavam respondendo um processo de violência doméstica, eles passavam por um momento de formação antes das audiências. E aí, nesse momento, tinha a fala do promotor, da defensora, do juiz e de outro membro de alguma política, nesse dia tinha sido o CREAS (Sechat).

Mas muitos casos acabam sendo encaminhados para cá, para o CREAS e aí a gente viu que essas mulheres precisavam de algo além, não só aquele atendimento individual que a gente orienta, encaminha e acabou. Precisava de algo assim que a gente pudesse ter um contato maior com elas, ter uma vinculação maior com o serviço e aí a gente pensou: por que não realizar um grupo? A gente mesmo começou a planejar (Sechat).

E mesmo o elemento mais essencial para a composição de uma rede enquanto estrutura organizacional, o conhecimento de todos os serviços existentes no município, não se faz presente para todos, como podemos observar na fala de Yemanjá:

Nós estamos montando agora, nós iremos ter esse cuidado de fortalecer o emocional, mas também de divulgar esses atendimentos, porque eu vejo que muito pouca gente sabe. Precisa de propaganda.

A importância de se fazer conhecer, de se pensar atividades com esse intuito, é abordada pela Senhora das Águas do Marajó:

Porque se ficar esperando, não se faz nada. Eu acho que o conselho da mulher está precisando realmente ser conhecido. Como é que as comunidades vão conhecer o conselho da mulher se não tiver movimento fora, encontro com as pessoas fora. Não vai ser conhecido nunca.

Além de uma fragilidade da comunicação entre os serviços, e entre eles e os movimentos sociais, pudemos notar o estabelecimento de poucos espaços de trocas, dentro de cada uma das esferas escolhidas, “[...] entre os membros das equipes, nos quais estes possam ‘afinar’ sua escuta de modo a garantir que a mulher estabeleça um vínculo de segurança com os atores e as instituições” (DUTRA, 2013, p.1300). Assim, há uma ausência de espaço entre os serviços para discutir e planejar o atendimento a ser oferecido a cada mulher, a partir da realidade trazida por ela, ficando esse direcionamento a cabo do profissional que a atender. No trajeto que percorrem, essas mulheres podem vivenciar distintos posicionamentos, compreensões e sistemáticas para a situação de violência que buscam superar, o que pode acarretar na vulnerabilidade da sensação de confiança e segurança dessa mulher.

Essa configuração, sem a presença de redes de atendimento ou de enfrentamento propriamente ditas e sem a articulação da assessoria com os serviços ofertados, ainda faz com que haja o desconhecimento acerca das proporções do problema no município, por exemplo, de uma estatística oficial sobre os casos de violência contra as mulheres.

Porque a gente sabe que Maracanaú é um município que tem um grande índice de violência doméstica. Infelizmente, não existe assim ainda uma notificação real. A gente sabe que tem um, que existe uma, como é que eu posso dizer, as denúncias não correspondem à realidade, é muito maior do que se apresenta (Sechat).

Além disso, há uma compreensão de que esse é um dado que apenas é encontrado na DEAM, quando, na realidade, como já abordamos, as quatro políticas que compõe a rede de atendimento possuem instrumentos os quais possibilitam o registro desses casos, mas nenhuma tem conhecimento sobre a existência desses dados, tampouco tem acesso a eles no seu cotidiano de trabalho, como coloca Géia quando a questionamos sobre isso.

Eu teria que oficialar. Acredito que, a partir do momento que eu officie, eu vou ter. Se tivesse um órgão que combinasse isso.

O registro estatístico e o acesso a ele de todos os atores que compõem o enfrentamento à violência contra as mulheres fazem-se indispensável para se conhecer a realidade local e pensar em intervenções a partir dela e não somente de textos ou parâmetros nacionais e/ou de outros contextos, normalmente trazidos como um norte. Os serviços detentores de suas estatísticas têm feito isso, mas ainda de forma restrita ao seu ambiente e a sua política de origem, como podemos ver na fala das interlocutoras da segurança pública e da assistência social.

Nós temos o registro de toda violência, aí com relação às estatísticas até para traçar essa tipologia, isso é feito pela Secretaria de Segurança Pública e até por profissionais especializados, como analistas. E algumas modificações têm sido feitas a partir disso. Por exemplo, a inclusão agora no sistema. Nós temos um sistema que trabalhamos internamente, o SIFPI Sistema de Formação Policial, que foi incluído agora o nome social. Nós colocamos, além do nome que a pessoa se declara, o nome social (Géia).

Aí, com a efetivação do grupo, a gente começou a pensar junto com elas, o que elas querem discutir, qual o assunto que elas devem tá abordando. E aí, no começo do ano, a gente faz aquele planejamento de cada um, do que vai ser discutido em cada mês, só que não é algo que assim fez. Pronto! Tá fechado não. De repente, de acordo com o que a gente tá vendo, com aquele movimento ali, esse mês a gente já adequa o outro de acordo com o que a gente viu ali naquele encontro que a gente tá fazendo agora. Não é algo fechado, pronto, acabou, a gente acaba planejando também diante do que elas dizem, do que elas querem (Sechat).

Ao mesmo tempo, o pouco reconhecimento ainda dado, de uma forma geral, aos elementos trazidos pelas estatísticas, ou seja, o refletir a partir do que o registro dos atendimentos trazem, faz com que alguns problemas não apareçam tão claramente, como o acesso aos serviços ofertados os quais ainda não se dá para todos, o que vemos especificamente no caso de mulheres com uma orientação homoafetiva.

Porque assim, quando a mulher lésbica chega para uma denúncia, ela já enfrenta toda uma carga de preconceito, as pessoas olham de outro jeito. O

preconceito chega antes dela. Exatamente, aí, às vezes, a pessoa nem vai porque sabe que vai enfrentar muita coisa antes de falar da sua situação de violência. Vai sofrer uma outra violência na verdade, aí, por isso, talvez não chegue aqui. Não chegue a nenhuma política na verdade, porque a própria lésbica quando vai para um atendimento de saúde nega sua orientação sexual por medo de ser mal recebida, de ser mal acolhida. Ou quando vai atrás de um emprego, nega porque sabe que se disser aquele empresário não vai querer receber e contratar porque ela tem uma orientação sexual diferente. Então, assim é em todas as políticas (Sechat).

A proposição de redes como estruturas organizacionais faz parte das normatizações das diversas políticas sociais, estando também, como já visto, presente nas referentes à violência contra as mulheres. Assim, é comum o uso do termo rede de serviços de atendimento pelos entrevistados, mesmo essa não existindo em sua completude, mas na perspectiva de seguir o pouco que é descrito nas legislações no que concerne a esse instrumento, inclusive, ressaltando a importância da articulação entre os serviços. Entretanto, o que observamos é uma presença superior de encaminhamentos a de ações articuladas e um planejamento de forma horizontal de intervenções apenas em casos específicos.

Violência doméstica 99% é a mulher que vem. Na maioria, é encaminhamento. Vem encaminhada da delegacia, vem encaminhada do conselho, vem encaminhada, principalmente, dos CRAS que identificam aquela situação. Da saúde vem também, mas é menos (Sechat).

Então aqui há um trâmite, um fluxo entre os órgãos. Há encaminhamentos feitos para o CREAS que existe um grupo de mulheres vítima de violência doméstica. Faço encaminhamento para os CAPS, de mulheres que já informam que sofreu violência psicológica. Nessa escuta quando se percebe que ela não fez a utilização ainda desses serviços, que ainda existem algumas pessoas que não fizeram, a gente faz o encaminhamento (Géia).

Outro aspecto que se mostra quanto à estrutura da organização dos serviços e de seus acessos são as inúmeras deficiências as quais impedem um atendimento mais amplo. Têm-se, no município, estruturas físicas inadequadas, recursos humanos insuficientes e a não possibilidade de atendimento em regime de plantão, o que faz com que as estruturas só estejam disponíveis de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Esse horário de funcionamento acarreta em problemas para as mulheres trabalhadoras, ocasionando ausência no emprego, e para as que sofrem violência nos finais de semana, que precisam aguardar a segunda-feira para acessar a maioria dos serviços (já que o funcionamento 24 horas se dá apenas no hospital e na UPA). Um provável reflexo disso são as subnotificações, pois a mulher que sofre violência no final de semana, no intervalo de tempo que tem que esperar



para denunciar, pode ser influenciada de diversas formas - pedido de desculpas do agressor e aconselhamento de terceiros (amigos, vizinhos e familiares), por exemplo - intimidando a procura dos órgãos competentes posteriormente.

Eu conheço uma que não conseguiu acessar o serviço. Ela sofreu violência doméstica, foi espancada e por alguma razão, isso foi ano passado, ano retrasado, a delegacia da mulher, ela não estava funcionando nesse dia, que eu não sei qual razão faria a delegacia não funcionar. Ela teve que ligar para a delegacia da mulher de Fortaleza, ai eles só disseram que só atendiam aqui. As pessoas de Maracanaú só podiam ser atendidas na delegacia daqui, nesses casos de violência doméstica. Ai ficou por isso (Ártemis).

Ainda no que concerne ao acesso, verificamos, por meio das falas e dos desenhos do fluxo de atendimento (ver anexo C), que cabe a mulher, em toda a sua fragilidade, buscar os serviços, e, mesmo com um relatório sobre seu caso ou um encaminhamento, relatar toda a sua história e as demandas que tem. A existência de encaminhamentos a outros serviços traduz-se na ideia da existência de “[...] um fluxo dentro do município de Maracanaú em que há uma comunicação entre os órgãos” (Géia), do qual discordamos, tendo em vista não haver um conhecimento de todos os atores sobre eles, tampouco diálogos rotineiros.

Como dentro desse contexto há realidades distintas, devido à composição heterogênea da política e de suas posições em serviços especializados ou serviços não especializados, fator que define o quão de centralidade a violência contra a mulher vai ter no órgão, sugerimos que alguns atores já tentam articular as redes de atendimento e enfrentamento, mesmo sem propor, ainda, algo conjunto de forma contínua, evitando o exercício do que D’Oliveira e Schraiber (2013) denominam rotas críticas.

Agora, ela veio esses dias aqui, só para poder conversar comigo, para poder passar o acontecido porque ela estava muito preocupada com a situação, preocupada em morrer. [...] Vamos encaminhar as coisas. Aí ontem já liguei para a coordenadoria e conversei com algumas pessoas e a coordenadoria conversou com a delegada. A delegada vai marcar um horário para ela ou hoje ou amanhã para poder conversar com ela e saber se realmente ela quer fazer a denúncia, porque se ela fizer a denúncia, vai para o abrigo, fica lá guardadinha (Lilith).

Embora não se constituam as redes mencionadas acima, devemos ressaltar que os distintos serviços não limitam suas atividades ao eixo da assistência ou a outro eixo específico, mesmo tendo uma relação histórica com algum deles, como a associação da DEAM com o eixo do combate, por exemplo. Tampouco,

agem, diferentemente do apontado nos estudos de caso e/ou experiências existentes na literatura, em caráter pontual ou simplesmente oferecendo respostas rápidas à demanda apresentada, mesmo com o quantitativo elevado de atendimentos.

Notamos que os profissionais inseridos na política de saúde possuem maiores limitações para contextualizar a situação da violência de gênero, bem como de articular os profissionais das demais áreas, na realidade estudada isso se justifica, além da falta de uma formação para essa temática nos cursos de graduação, pelo excessivo número de atendimentos exigidos dos profissionais.

Também não visualizamos uma tentativa de uniformização dos recursos de enfrentamento à violência contra as mulheres, de forma a ignorar as especificidades de cada experiência e da tipologia da violência. Portanto, diferentemente do apontado por Kiss, Scraiber e D'Oliveira (2007), não observamos um descompasso de atuação entre as instituições nesse quesito, tampouco uma desvalorização das demandas das mulheres. A delegacia, por exemplo, distintamente do indicado no referido estudo e em tantos outros, não tem se resumido a abordar os casos de violência apenas numa perspectiva legal, mas busca compreender as mulheres em relação ao problema, inclusive, considerando as dimensões subjetivas envolvidas nisso.

Além da questão criminal, muito para além da questão criminal, a gente ver que a violência doméstica é social por causa da maneira que se educa o homem e a mulher. Essa mulher chega muito frágil, ela não tem consciência do serviço que ela pode dispor, da ajuda que ela pode ter de um grupo mesmo que nos próprios CRAS, o mínimo que ela participe da sociedade. Eu vejo essa mulher muito isolada. [...] Então essa mulher chega destruída emocionalmente, psicologicamente abalada. [...] Eu conheço alguns serviços do município e faço um encaminhamento, eu vejo que essa mulher se empodera e minimamente consegue, com o mínimo de instrumento, ela consegue sair da situação de violência, quando ela se identifica com outra mulher que conseguiu sair, quando ela se reúne em grupos (Géia).

Como já discutido durante este texto, a sociedade civil, especificamente o movimento feminista e o movimento de mulheres, tem destaque nas ações e na construção de políticas relacionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, sendo muitos de seus membros responsáveis pela construção e prestação dos serviços. Fato que também se encontra, em parte, em Maracanaú, com a peculiaridade dessa representatividade da sociedade civil dar-se por meio dos profissionais das políticas públicas, sendo que a maioria das entrevistadas exercem

suas atividades no município, mas residem em outro. Elas apresentam um histórico de atuação em políticas referentes aos direitos das mulheres e mesmo um ativismo. Dessa forma, não estão ali apenas cumprindo sua rotina de trabalho ou buscando seu sustento, veem esse trabalho como um desafio e realizam ações que vão além daquelas prescritas nas descrições de cargos e nas normatizações, assumindo, portanto, “[...] uma orientação ético-política de ativistas para a superação da violência contra as mulheres” (BRASILINO, 2014, p. 128).

Bom, eu sou militante do movimento feminista, sou da União Brasileira de Mulheres, sou da executiva estadual agora da União Brasileira de Mulheres. Sempre fui militante do movimento feminista. Então sempre estive nessa questão da luta pelo direito das mulheres sempre tive. Mesmo antes dos militantes estudantis, secundarista. Fui militante do movimento estudantil universitário em Cuba. Fui Secretária de Gênero da Universidade La Elan, em Cuba. Secretária de Gênero da Delegação Brasileira e fui Secretária de Gênero da junta estudantil, que eram equivalentes aos DCE, da universidade (Lilith).

O histórico de militância e luta política faz com que essas profissionais tenham uma compreensão da violência contra as mulheres como um problema público. Mesmo não existindo a divulgação de dados estatísticos que expressem a extensão dessa questão, no cotidiano de trabalho, por meio do conhecimento que têm, conseguem ver a violência contra a mulher além da sua expressão mais comum e palpável, a violência física. A inserção na luta por equidade entre mulheres e homens as instrumentaliza para um fazer crítico, de forma a não tratar apenas as manifestações da violência, mas os fatores os quais contribuem para a ocorrência, bem como os impactos na vida das mulheres, defendendo, assim, que essa temática faça parte da agenda política local, de um modo que não se resuma na importação de “pacotes programáticos” de outros níveis de governo, tampouco que seja contemplado apenas como uma questão do setor de segurança, defendendo, principalmente, a criação de serviços especializados e de espaços de representatividade no executivo, como uma forma de retirar o tratar dessa questão da seara da improvisação ou da boa vontade de algumas pessoas.

Eu já fui Secretária Executiva da Secretaria da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos. A primeira do Ceará, que é em Pacatuba, que em outro local não tem no Ceará. Talvez tenha agora, parece que em Juazeiro. [...] Mas, antes não tinha e criamos a primeira Secretaria. Lá em Pacatuba, que ainda tem até hoje (Yemanjá).

Portanto, essa abordagem diferenciada que encontramos em todas as

entrevistadas não parte apenas de processos de qualificação, especialização e educação permanente ofertados pelos órgãos gestores ou buscados por elas. Apesar de reconhecerem a importância de momentos como esses.

[...] já tá um tempinho que não tá mais tendo, que não tá sendo ofertado não e a gente sente muita falta dessa capacitação, porque quem trabalha na assistência é importante ter. É muito importante, você sente um fôlego novo para trabalhar. Porque quando você fica direto no atendimento, chega uma hora que você fica assim e aí você precisa buscar outras informações, porque está sempre mudando, sempre tem coisa nova. Então, é importante tá sempre nesse processo de formação. Não que tenha que ser várias vezes ao ano, mas, pelo menos, uma vez ao ano, algo de qualidade seria muito bom (Sechat).

Um elemento importante quando se fala da necessidade de qualificação dos profissionais que atuam com essas usuárias é de pensar em formatos que vão além da simples transmissão de informações, tendo em vista que um dos grandes obstáculos para a diminuição desse problema são questões culturais, as quais os profissionais que atuam nos serviços estão inclusos antes mesmo de se vincularem as ações ofertadas. A importância de identificar padrões sexistas e misóginos nos diversos sujeitos que se encontram nos órgãos e buscar realizar um trabalho que mude essa compreensão é abordada por Sechat:

Exatamente porque se você levar só para a razão não vai atingir não. Aí assim a gente vê como é forte, as pessoas, a forma de falar, já vi cada coisa que eu fico assim, eu me calo. Eu digo assim: “fulano, tem certeza que tá falando isso?”. A pessoa sabe, fica assim, mas é mesmo que nada porque já é dela, ela já traz na bagagem dela. Então, se com a gente ela faz isso, imagina com o usuário. Aí eu acho que seria interessante uma capacitação durante um prazo bem longo. Não é assim a gente vai ter uma capacitação, um mês resolve. Seria muito bom porque as pessoas precisam disso.

Essas ações fazem-se relevantes em todas as áreas, mas tem um peso ainda maior na segurança pública e no judiciário, tendo em vista serem órgãos que vão tratar dos processos, a fim de se evitarem as abordagens comuns e qualquer tipo de violência institucional com as usuárias e suas famílias.

[...] as pessoas do trabalho, o guarda e a polícia. Foram treinados por mim, na época sobre a lei Maria da Penha. Minha parte foi a questão do acolhimento, da humanização, do acolhimento humanizado. A delegada também e a juíza, todas três capacitaram (Yemanjá).

A própria iniciativa de buscar capacitar não só em termos de legislações e normatizações, mas na forma de abordar, acolher e compreender os processos envolvidos nas várias situações de violência também parte dessas profissionais, de

seu histórico com a temática e de sua militância na garantia dos direitos das mulheres, a qual não é algo apontado como necessário para o desempenho de nenhuma profissão.

Eu trabalhei durante 23 anos com os povos indígenas, com Amazonas, e trabalhava com o movimento de mulheres indígenas, que é um pouco diferente, porque os povos indígenas têm sua cultura diferente, sua forma de vida diferente. Quando eu vim morar em Maracanaú, está com uns 6 anos, aí eu comecei a participar da associação de mulheres do Alto da Bonança e fui eleita presidente em 2012 (Senhora das Águas do Marajó).

Eu trabalho no CREAS desde 2012, quando eu comecei a atuar aqui no município através do concurso público. [...] Desde que eu me formei como assistente social, eu já comecei a ter assim um certo contato. Mais diretamente eu comecei quando eu fui trabalhar no CREAS Regional do estado do Ceará. Eu trabalhei durante três anos no CREAS e lá eu comecei a atender essas mulheres em situação de violência doméstica. Aí, desde então, sempre é um dos públicos com os quais eu venho trabalhando mais especificamente, que é o público que eu me identifico muito, a mulher em geral. Trabalhar com gênero, mas principalmente com a mulher em situação de violação de direitos. Aí foram três anos no CREAS Regional, depois foram um ano e meio no CREAS de Caucaia e agora cinco anos no CREAS de Maracanaú. Sempre com mulheres em situação de violência doméstica (Sechat).

Notamos, assim, que há um compromisso dos sujeitos entrevistados com as mulheres que são violentadas, desrespeitadas e subjugadas devido à formação de um pensamento patriarcal e ao modo como as políticas públicas ainda funcionam, carregando, em sua maioria, traços desse sistema e que não garantem nem preservam os direitos das mulheres.

As falas das representantes de cada órgão e da sociedade civil pesquisadas podem nos mostrar que cada uma, de acordo com as dificuldades particulares e do município, vai traçando estratégias para desenvolver ações para enfrentar a violência contra as mulheres em Maracanaú.

### **5.3.1 As Estratégias - suas potencialidades e barreiras**

Como defende Lejano (2012), para que atinja uma coerência institucional as políticas devem fazer uso de recursos locais e se instituírem a partir deles, exibindo, portanto, características dos locais. Esse efeito surge devido a dois processos:

Primeiro, para que uma instituição seja uma instituição, ela deve sustentar-se a si própria. Para que isso aconteça, a instituição e seu meio ambiente devem, de alguma forma, adequar-se. Por meio ambiente, queremos dizer

as instituições, pessoas e outras características de um local. Segundo, na maioria das vezes, políticas e programas têm seguimento sob escassas condições de recursos, e pode não haver fundos orçamentários e outros recursos para construir-se uma instituição in toto. Por esta razão, os planejadores do programa devem sacar os recursos de um local particular. Por estas duas razões – a noção de adequação e a de improvisação – devemos esperar que as instituições reflitam algumas características que sejam únicas para o seu contexto particular. Todos esses impulsos sobrepostos, agindo em acordo, constituem o modelo de coerência (Ibid. p. 232 - 233).

Nessa perspectiva de buscar executar uma política a partir da noção de adequação e improvisação e tomando como foco da pesquisa os atores institucionais, temos ampliado nosso esforço analítico a fim de considerar outras dimensões de experiência e conhecimento, considerando o não formal dessa política, pois como afirma Lejano (2012, p. 160) “[...] quando tratamos as situações políticas como fenômenos e nos aproximamos delas da maneira como são, elas começam a ultrapassar, transbordar e contradizer os modelos formais nos quais as inserimos”. Nessa perspectiva, para compreendermos a experiência local, tomamos as estratégias adotadas pelos sujeitos institucionais.

O conceito de estratégias que usamos se pauta em Certeau (1994)<sup>139</sup>, que discute a ausência de mecanismos de investigação sobre os modos como as pessoas se reapropriam da cultura em situações cotidianas. No modo racional, como a sociedade organiza-se e se pauta a ciência cartesiana, devemos, para organizar pessoas, incumbir-lhes um lugar, um papel e produtos a consumir. O autor, de forma antagônica, revela-nos que “o homem ordinário” inventa o cotidiano com condutas que fogem dessa estrutura, por meio das “artes de fazer”, “astúcias sutis” e “táticas de resistência” que vão modificando objetos e códigos, de forma a assenhorar-se do espaço e do uso ao jeito de cada um. Ele defende que a população anônima pode ter a liberdade de construir seu próprio caminho na utilização dos produtos impostos pelas políticas culturais, de forma a viver, da melhor forma possível, a ordem social e a violência das coisas (DURAN, 2007).

Falamos de práticas e criações nas diversas instituições as quais compõe a política de enfrentamento à violência contra as mulheres é pensar e pesquisar o cotidiano com Michel de Certeau, que propõe uma inversão do olhar dos produtos recebidos para a criação anônima. Encontrar sentidos nos fazeres de

---

139 Michel de Certeau foi um pensador sensível às práticas, às crenças e às invenções cotidianas que possibilitaram as transformações culturais e crises institucionais nos espaços tempos em que viveu.

profissionais e da sociedade civil organizada é tomar esses saberes e valores como legítimos, pois como o autor esclarece, “[...] a presença e a circulação de uma representação não indicam, de modo algum, o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricaram” (CERTEAU, 1994, p. 40).

O autor elabora os modos de exercer essa inventividade cotidiana por meio de lógicas operacionais, pautadas no modelo da guerra, empregando os conceitos de tática e estratégia para explicar tais procedimentos.

Chamo de ‘estratégia’ o cálculo de relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável em um ‘ambiente’. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta [...]. Denomino, ao contrário, ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância (CERTEAU, 1994, p. 46-47).

Assim, devido ao nosso trabalho com profissionais e pessoas da sociedade civil vinculadas às instituições governamentais, responsáveis por elaborar e executar a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, utilizamos, o conceito de estratégia, pois esses sujeitos são reconhecidos como autoridades, possuindo o status de ordem dominante, por meio dos espaços físicos e de seus produtos (a linguagem, as leis, os discursos e, conseqüentemente, os seus serviços), tendo relação com algo “amarrado” a um “próprio”, em outras palavras, as estratégias são circunscritas a uma localização espacial ou institucional.

As estratégias são, portanto, ações que graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades (CERTEAU, 1994, p. 102).

Assim, o objetivo de uma estratégia é propagar-se a partir do que produz, ou seja, ela sistematiza e impõe uma ordem. Em Maracanaú, temos identificado como principal estratégia dos atores institucionais a própria organização atual da execução da política. Todos, na ausência de redes de atendimento e enfrentamento, têm buscado individualmente compartilhar suas práticas mesmo que de modo

informal e formar redes de relações pessoais a partir da confiança. Vejamos, para exemplificar essa situação, o relato de Yemanjá sobre sua atuação com uma usuária.

Eu vou dar um exemplo, agora bem da assistência social. Liguei para a secretária: “Secretária, eu estou aqui com uma senhora, que é do nosso projeto, ela está chorando e dizendo que a casa dela vai cair, porque está chovendo. A casa dela rachou toda para cair. Ela tem um filho autista, mora só ela e um filho. No processo dela de violência, ela surtou. Então, ela é tão fragilizada que ela não aguenta mais passar uma crise. Ela surta. Aquela casa cair. [...] Chovendo, você não tem onde morar, você não tem marido, você tem um filho, você não tem ninguém. [...] Aí o que foi que fizemos? Liguei para a assistência social. Então lá já somos atendidos, atendimento vip, acho isso ótimo, porque foi isso que nós conversamos nessa reunião. É termos como encaminhar imediatamente essa mulher, agilidade do processo. A secretária me encaminhou para o CRAS da Pajuçara, que é o local onde a pessoa mora. Eu encaminhei ela para lá, só que eu ligo antes e encaminho. Aí, ligo depois e digo: o que foi feito? Ai foi acionado defesa civil e a habitação. Foram lá e condenaram realmente a casa da mulher.

Essa intervenção consegue se dar devido aos contatos que Yemanjá possui com os outros atores sociais. Na sua ausência, esse movimento tende a se enfraquecer, podendo até ser recobrado, mas levando um tempo considerável para isso, deixando as usuárias em uma situação social de prejuízo. Essa é uma realidade que permeia todos os serviços públicos que visitamos para o mapeamento e apontada por vários sujeitos. Dessa forma, essas redes de relações pessoais, apesar de mostrarem bons resultados, têm sua fragilidade, pois como aponta Dutra e colaboradoras (2013, p. 1300), “[...] essa rede se dissolve quando os atores mudam de posição e levam consigo sua rede de contatos e apoios”.

Nessa perspectiva de construção de redes sociais, esses sujeitos buscam apoio em outros atores que surjam no município. Assim, tivemos uma boa recepção por todas, mesmo realizando as entrevistas em um período que envolvia os preparativos e as ações para a semana da mulher, tendo ainda recebido convite para participar das atividades desse momento, das realizadas nos serviços no seu cotidiano de trabalho, das reuniões e mesmo para discutirmos sobre a violência contra a mulher e pensar na construção de ações.

É muito bom, vale a pena participar e ver, você vai ver como é bom. Às vezes, têm coisas bem difíceis de ouvir, a gente sai mexida daqui com as fala delas, meu Deus como ela aguentou isso tudo, mas é muito rico e, assim, ver a superação delas hoje é muito bom (Sechat).

Ainda com base nessa estratégia, a atual gestão do CMDM tem buscado estabelecer vínculos com os diversos sujeitos que atuam com os direitos das



mulheres, na tentativa de formar novos nós e resgatar os desgastados. A própria constituição do conselho propicia essa questão, já que deve ser composto por representantes de várias políticas sociais e da sociedade civil. Dessa forma, entendem que a violência de gênero requer a ação coletiva dos profissionais, dos movimentos sociais e da sociedade civil para o enfrentamento dessa prática. Como afirma Vasconcelos (2016, p. 111),

[...] fomentar o debate, em torno da questão e dos direitos femininos com os diferentes segmentos sociais, promove um alinhamento de ideias a respeito das causas desse tipo de violência, além da reflexão acerca da prática, ou seja, da atuação de cada profissional nos setores em que se encontram inseridos. Esse exercício facilita ainda afirmação de novas parcerias e a realização de eventos, no âmbito da temática, incentivando a ampla participação.

A compreensão de que as mulheres inseridas nos serviços conseguem superar a situação de violência devido à forma como as atividades são ofertadas, coincide com a fala de uma conselheira, que já fez uso dos serviços estudados, acerca da atenção às mulheres que vão à busca de atendimento, da escuta e da acolhida que tem:

E aí hoje Maracanaú está de parabéns. A gente é bem acolhida mesmo, a gente conversa mesmo. Eu sai de lá até mais calma. É diferente de você pedir socorro numa delegacia civil, que não seja especializada na defesa da mulher (Senhora das Águas do Marajó).

Além desse comportamento acolhedor, as mulheres obtêm orientações sobre os serviços os quais podem ter acesso e das formas que têm para solucionar outros problemas que vêm junto com a violência ou com a tentativa de rompimento dela.

Tem outra senhora que ele deu uma surra nela, pegou um cabo de vassoura e deu uma surra na filha de 9 anos. De cabo de vassoura. Onde o cabo de vassoura bateu, ficou preto. Bateu, bateu, que ela e a filha ficaram com pânico dele. Colocou as duas no meio da rua e trancou a porta de casa. Colocou a amante dentro de casa, depois foi morar na casa da amante e trancou a casa e ela ficou morando na casa da irmã dela. Então eu orientei que a medida protetiva não era só dela, era também para a menina. Houve várias questões, então conseguimos fazer uma busca e apreensão da casa dela para que ele entregasse a chave, para que ela voltasse, porque quem afastou-se do lar foi ele e não ela (Yemanjá).

Sabemos que essas atividades não conseguem atingir a totalidade das mulheres que sofrem violência, porém, o que é feito com as que chegam aos serviços já tem ajudado na transformação dessa realidade por meio dos casos

individuais e do encorajamento de outras mulheres.

Porque muitas delas, elas chegam aqui de uma forma assim bem precária, sabe? Você vê a mudança depois de algum tempo, como elas evoluíram da forma como elas chegaram aqui, sem nenhuma autonomia, totalmente fragilizadas, bem dependentes mesmo e aí, aos poucos, elas vão conseguindo sair dessa dependência, superar mesmo a situação de violação de direitos que não quer dizer que elas deixem o companheiro ou o agressor. Muitas vezes elas continuam com esse agressor, mas já não vivenciando essa situação que elas vivenciavam quando chegavam aqui. É algo que a gente tá observando durante esses três anos que tá acontecendo o grupo (Sechat).

Em meio aos desafios de realizar o enfrentamento à violência contra as mulheres dentro do contexto ora apresentado, as profissionais têm buscado garantir de uma forma diversa da proposta pelo texto da política, destacando-se uma estratégia mais coletiva, por meio de um projeto do judiciário, chamado Paz no Lar. Esse projeto parte do reconhecimento que os processos jurídicos não são suficientes se não existirem outras ações que busquem um amadurecimento político-cultural de todos os envolvidos, mulheres violentadas e agressores, bem como os diversos atores sociais, quanto à situação de violência contra a mulher, de modo que seja realmente entendido como crime e violação de direitos, e os impactos trazidos por essa situação que também precisam ser trabalhados.

Destarte, o projeto, para além das atividades exercidas pelo poder judiciário, tem buscado sensibilizar o governo municipal e todas as políticas municipais para essa questão,

Fizemos uma reunião com todas as secretarias e o prefeito de Maracanaú. Fizemos uma parceria também com a prefeitura, ou seja, ele nos deixou a disposição à rede (Yemanjá).

Nessa busca pela construção de ações em parceria, o projeto tem investido na prevenção, em termos de formação, principalmente, nas políticas de saúde e educação, com frequentes palestras. Já o acompanhamento da mulher que está em medida protetiva tem buscado fortalecê-la de forma a qual se torne mais resistente a toda a pressão social para que retome a relação com o agressor, quebrando assim com o silenciamento sobre essa questão e com a tradição tão forte e expressa em ditados como “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, ou de que “bateu por amor, por descontrole momentâneo” (mesmo quando a agressão se repete), ou, pior ainda, o de que “a culpada pela violência é a própria vítima, por seu comportamento”.

A intenção é retirar essa mulher do isolamento, ao qual, muitas vezes, ela foi colocada e, conseqüentemente, da vulnerabilidade, por meio de várias medidas, como o acesso a outras políticas públicas; orientações jurídicas referentes à guarda dos filhos, pensão e o uso da moradia; acompanhamento do cumprimento da medida protetiva por parte do agressor.

Diferentemente da realidade nacional, em que os homens autores de violência não possuem um lugar na rede de atendimento à violência contra a mulher, o projeto Paz no Lar traz essa atividade como uma de suas linhas de atuação a partir da compreensão da necessidade de se dar atenção a esses homens como um dos elementos do enfrentamento a violência contra as mulheres. Segue assim uma orientação tão comumente ignorada das legislações.

[...] o Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor constitui parte da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá atuar de forma articulada com os demais serviços da rede [...], no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres (BRASIL, 2018, p. 66).

Essa não é a única iniciativa existente no município para esse público, contudo, as demais não têm o planejamento, a continuidade e o alcance que essa consegue ter.

O doutor coloca isso, é para ser um convite, porque na verdade não existe essa pena, mas ele coloca para ele, por exemplo: que ele vá assinar lá uma vez e fazer o curso ESPERE. Então eles entendem isso como uma obrigação para que ele cumpra algo que está pedindo pelo Juiz. Ele recebe um convite que vai deixar o oficial de justiça (Yemanjá).

Esse projeto é um exemplo de uma iniciativa que surgiu a partir do compromisso ético-político das profissionais e do contínuo processo de educação permanente delas. Quando a delegada da DEAM de Maracanaú tomou conhecimento da existência de um grupo de reflexão feito por psicólogos e operacionalizado por uma ONG, em São Paulo, em que os homens os quais cometem violência contra as mulheres têm a obrigação, determinado judicialmente, de frequentar o grupo, que vem proporcionando a modificação da forma de pensar desse homem sobre as masculinidades, tendo conhecimento da realidade local e a partir da relação de diálogo e horizontalidade mantida com a Justiça, foi proposto a criação de uma atividade para os agressores.

Atualmente, essa atividade se dá por meio de um curso, pautado no método Espere (Escola de Perdão e Reconciliação), com uma carga horária de 30

horas, onde são abordados os gatilhos emocionais os quais fazem com que as pessoas sejam violentas, a ressignificação de experiências violentas, a resiliência, as masculinidades, a violência de gênero. Tudo a partir de ações as quais possam ir além da perspectiva racional, ou seja, por meio de vivências, diálogos, discussão das experiências de vida, filmes.

Eles chegam achando que vão para lá levar carão e se apaixonam pelo ESPERE. Ele fica conhecendo isso aí, lá eles são acolhidos e humanizados. Acolhido de forma humana, acolhido com muita gentileza e amorosidade. Porém, de forma assertiva diante de seus erros, que na verdade são leituras equivocadas da vida. A sociedade diz para o homem que ele não pode chorar, que ele não pode ser sensível, porque se não ele é taxado como homossexual, como mole, como fraco e ele faz o dever de casa bem direitinho. Ele aprende a não ter sentimentos, reprimir seus sentimentos, ele aprende a ser violento, por que o bom homem é o que não deixa a mulher mandar nele, é o que não é barriga branca. Então tem toda, umas verdades falsas, que a sociedade estimula e esse menino escuta isso desde o berço. Então, quando ele fica homem, ele olha para a sociedade e diz: aprendi. Vocês ensinaram direitinho. Ai, a sociedade prende ele, porque ele cumpriu o dever de casa. Então é um equívoco, ele fica assim atordoado. Por que estão me prendendo? Só porque eu sou homem. Que conceito é esse de ser homem? (Yemanjá).

Em Maracanaú, observamos que há uma compreensão acerca da relevância da realização de um trabalho com os homens agressores, sendo essa uma questão que se faz presente nas falas de todas as entrevistadas por meio de três concepções: punição, prevenção e assistência.

A gente tá começando o nosso planejamento agora, então, eu acredito que vai sair esse projeto para a gente poder trabalhar ainda esse ano de alguma forma com esse agressor, porque só trabalhar a vítima e não trabalhar o agressor é mesmo complicado. [...] é importante, até porque, na maioria das vezes, esse agressor, ele vai continuar dentro de casa porque ela não sai da relação (Sechat).

No que concerne à punição, tem-se a abstenção de liberdade como forma de sentenciar o homem autor de violência contra a mulher, mesmo reconhecendo os limites do sistema prisional brasileiro e a pouca eficácia dessa medida isolada. Observamos assim uma evidente oposição à lei 9099/1995, que possibilitava medidas alternativas à detenção. Tem-se a compreensão de que a punição deve ser aplicada, mas devem existir trabalhos complementares que auxiliem em uma mudança de comportamento dos autores desse tipo de violência. Argumentam que aquele que agride, quando solto, voltará a se envolver em relacionamentos e poderá repetir o padrão comportamental, sendo assim, essas outras ações buscariam a prevenção da reincidência de agressão por parte desse homem.

Só que a gente percebe que além do que está lá, precisa de uma complementação, porque eu acho que não é só julgar e condenar o homem, ele vai constituir outra família ou voltar para a mesma (Yemanjá).

Acreditamos que há uma ênfase em medidas de prevenção devido à complexidade do tema. Defende-se a necessidade de discutir com toda a sociedade a forma como a mesma se organiza, a socialização de homens e mulheres e os poderes destinados a cada um, bem como de falar sobre essa violência e os prejuízos que ela traz para todos os envolvidos. Sugerem, para isso, palestras, seminários, rodas de conversas sobre equidade de gênero e a violência, não como soluções universais, mas no sentido de se antecipar, como um ato concomitante e ético de construção de masculinidades e feminilidades menos rígidas, a fim de que todos possam “aprender” a se relacionar e respeitar os direitos das mulheres.

Eu digo isso por mim, eu já botei a segunda medida protetiva em cima do meu ex, por causa das agressões, por causa das ameaças. Então, aí sim, é necessário que se faça, que se vá a procura dele para que ele não faça, para que seja alertado. Mas depois que ele faz, ele faz porque ele é um bruto, a cultura que ele tem é separou, mas ele é o macho, ele acha que ainda tem algum direito sobre a mulher ou sobre a casa e os filhos, eu não vou ajudar e pronto. Eu não acho necessário o acompanhamento em seguida para que ele venha a ser gente. Ele não foi gente, mas ele precisa saber que não faça, depois que ele faz, eu não acho que ele precise de acolhimento, eu acho que ele precisa é de alerta (Senhora das Águas do Marajó).

Nesta perspectiva preventiva do problema, algumas entrevistadas fazem referência a ações que têm realizado nos serviços, desde intervenções diretas em alguns casos atendidos, como aponta Lilith,

De certa forma sim. Teve casos que acredite, teve um caso que eu consegui reverter a situação. Era uma paciente que tinha síndrome do pânico e o cara ficava o tempo todo diminuindo ela, agredindo com palavras, ameaçou agredir ela fisicamente, [...] e eu tive que chamar o cara e dizer: olha, cara, o que ela tem não é frescura, ela tem um problema de saúde. Você não quer entender isso? Vocês tem que chegar em um acordo, se separa dela, cada um do seu lado, mas você está agredindo ela, de jeito nenhum. Você sabia que isso é agressão. Hoje, eles vivem extremamente bem. Conseguimos reverter.

Também mencionam a necessidade de investimento em processos educativos, com crianças, adolescentes e homens que não cometeram violência. Além disso, todos os serviços, caso sejam demandados, recebem esse agressor e fazem a escuta e a orientação.

Eles querem saber. Então há sempre uma orientação da delegacia no

sentido de que eles podem procurar a Defensoria Pública para fazer a defesa que eles precisarem (Géia).

Também mantém contato com eles devido ao acompanhamento familiar que é realizado nesses casos:

[...] a gente tem contato com os filhos, com a família. O agressor, na maioria das vezes, a gente não tem esse contato. Tem durante as visitas domiciliares que a gente faz na casa das mulheres, tem através dos relatos dela, mas a gente não tem um atendimento voltado para o agressor (Sechat).

Porém, todos concordam sobre a necessidade de um serviço específico para o agressor, referendados nas legislações.

E aí a própria lei de violência doméstica prever vários mecanismos para socialização desse agressor (Géia).

Contudo, mencionam igualmente a dificuldade que é uma mesma equipe atender a mulher violentada e o agressor:

Que o CREAS diz que deve acontecer, mas assim por um entendimento da equipe de que é complicado você ter uma equipe para atender a vítima e a mesma atender o violador a gente acabou que se deteve mais no atendimento à vítima (Sechat).

As falas acima nos remetem, mais uma vez, a importância dada à prevenção, como um dos pilares essenciais ao enfrentamento, de forma a anteceder a prática de atos de violência, por meio de trabalhos realizados no cotidiano das pessoas, comunidade e grupos. Há uma preocupação de que as questões de gênero estejam presentes nas mais diversas políticas públicas, almejando, mesmo que em longo prazo, e em algumas realidades, a transformação no cotidiano das relações sociais.

No que concerne às propostas assistenciais, temos a sugestão de programas de atenção psicológica ou psicossocial, considerando possibilidades como o atendimento individual e/ou aconselhamento grupal. Isso se justificaria na concepção da violência como um ciclo, assim, esses homens, autores de violência, também teriam sido agredidos na infância ou em outro momento de seu desenvolvimento (Acosta *et al.* 2004). Entretanto, distintamente do apontado por Cordeiro (2008), não se defende que esses homens possivelmente agrediram as mulheres por conta de um trauma, ou por terem vivenciado situações de violência, não se nega a intencionalidade do ato, sendo a atenção psicológica um meio para chegar à causa de seu comportamento e mudar a situação. Na verdade, esse tipo de

atenção deveria ocorrer como um instrumento para reflexão e conscientização acerca do comportamento violento para se chegar a uma transformação, como vem sendo desenvolvido pelo Paz no Lar.

Retomando o trabalho desenvolvido com as mulheres em situação de violência pelo projeto, considerando a fragilidade em que, normalmente, elas se encontram muitas sem o suporte de familiares e amigos, busca-se ofertar apoio jurídico, da rede de atendimento e mesmo policial, de forma articulada. Assim, uma de suas atividades consiste na realização de visitas às mulheres protegidas por medida protetiva por equipes formadas por membros da guarda municipal, da polícia militar e pelo juiz da terceira vara criminal. Por meio de uma escuta ativa<sup>140</sup>, a fim de identificar as demandas das usuárias, e de um questionário com o intuito de verificar a segurança delas de forma a monitorar o cumprimento da medida protetiva, tentam fazer com que essa mulher se sinta segura.

O projeto Paz no Lar é novo e envolve o diálogo entre várias instituições, que, originariamente, apresentam uma diversidade de sistemas organizativos. Por exemplo, a Polícia Militar e o próprio judiciário, tradicionalmente, são organizações hierarquizadas e hoje trabalham, devido à proposta do projeto, dentro de um contexto mais horizontalizado nas atividades realizadas. Essa configuração possibilita novos espaços de diálogos e dá voz aos diversos sujeitos, mas também pode ocasionar tensões, devido ao histórico de organização dos integrantes e dos poderes a eles atribuídos, os quais não deixam de existir e refletir nas relações:

[...] então lá já somos atendidos, atendimento vip, acho isso ótimo, porque foi isso que nós conversamos nessa reunião (Yemanjá).

Essa iniciativa, apesar de não possibilitar ainda a configuração de redes de atendimento ou enfrentamento, tendo em vista a ausência de espaços de diálogos institucionalizados e discussões de intervenções conjuntas, tem, por meio de uma articulação heterogênea com fins comuns, aproximado vários atores sociais, de organizações com tipologias distintas, e, de alguma forma, possibilitado uma confluência de interesses e valores. Além disso, tem facilitado o rompimento de rotas críticas para essas mulheres, como podemos ver na fala de Yemanjá

Ainda temos a ata dessa reunião. Aí, pronto, digo assim: é uma usuária de álcool e drogas, ela enveredou pela questão do vício, o álcool, bebendo

---

140 Escuta baseada no diálogo e na relação entre os dois sujeitos.

para se ver livre de tanta angústia, de tanto problema que ela viveu de violência doméstica. A senhora quer sair dessa situação? Quer fazer um tratamento no CAPS AD? Quero. Pego o nome da pessoa do CAPS, ligo para lá: “Fulano, estou encaminhando uma pessoa atendida pelo Projeto Paz no Lar para ela ser acompanhada”. O doutor coloca lá: venho por meio desse pedir o atendimento terapêutico da nossa cliente que eu vou lhe indicar para tratamento. Assinado pelo juiz ou por mim. Quando entra lá, disseram assim: você ia. Daqui a cinco meses tinha uma vaga. Não, você já começa o seu atendimento. Daquele dia você é atendido. Indo por nós é outro véis, por quê? Você está sofrendo violência. O teu marido te deu uma pisa hoje e você vai esperar daqui a cinco meses para falar com a psicóloga sobre esse assunto?

Para a manutenção de um projeto com várias linhas de ações, uma atuação interinstitucional e o alcance municipal existe uma necessidade material, sendo esse um dos problemas locais, e que está presente em quase todas as localidades: a falta de recursos municipais para isso, apesar da disponibilidade dos serviços da rede de atendimento. Contudo, registram-se os apoios humanos e financeiros oriundos da sociedade civil organizada, numa abordagem multicêntrica de políticas públicas.

Nós fizemos, nós estamos agora, nesse momento fazendo um convênio com várias empresas do Polo Industrial de Maracanaú. Nós divulgamos, fomos no RH dessas empresas procurar vagas de emprego, fazer uma parceria. Eles não ajudam só com vaga de emprego. Eles ajudam também com doações de algumas coisas. Pode ser uma cesta básica, pode ser uma geladeira e um fogão, como a Esmaltec deu para o nosso espaço agora (Yemanjá).

Eu vejo que como não podemos contratar profissionais pedimos ajuda de voluntários sensíveis à causa, independente de formação. Quando pudermos contratar, é excelente. Você lá, vai poder fazer uma escuta, independente de você ser psicólogo. Se você tem também esse véis da psicologia, que ótimo, essa expertise, excelente, mas não obrigatoriamente. Por exemplo, eu sou pedagoga. Eu não sou psicóloga. Mas, faça essa escuta (Yemanjá).

O projeto tem crescido e tornado-se conhecido dentro de Maracanaú em parte pelo apoio que recebeu do Poder Executivo no acesso aos serviços de atendimento, mas em grande medida pela iniciativa de seus profissionais que tem buscado divulgá-lo, empenhando-se em conseguir recursos e propiciando um diálogo inicial e a integração intersetorial entre as políticas públicas, bem como pela incorporação da defesa dos direitos da mulher à atividade cotidiana da vara. Em síntese, o projeto, com todas as suas atividades e a forma de inserção, apesar de seu pouco tempo de existência, vem dando visibilidade a esse problema como uma questão pública, mobilizando cada vez mais pessoas e fazendo com que elas se



preocupem, procurem agir, bem como conscientizado as mulheres sobre a importância de denunciar esses casos.

Ainda no que concerne ao formato da experiência de Maracanaú, a partir das estratégias de seus atores institucionais, visualizamos uma perspectiva diferenciada no acolhimento que as mulheres têm nos serviços e nos espaços envolvidos com o enfrentamento da violência. Os diversos atores sociais não analisam a temática de uma forma simplista e binária, se ela conseguir sair da situação de violência, o mérito é dela; caso não, é sua culpa. Todos concordam de que nada adianta a mulher querer se ela chegar a qualquer um dos serviços ou espaços e ser desencorajada a seguir com a denúncia ou não ter apoio. Contudo, também compreendem que apenas as políticas públicas não dão conta da complexidade da questão, portanto, faz-se necessário a intervenção com fatores diversos, relações, cultura, legislações e normatizações e o acesso à informação, aos serviços e às políticas públicas.

Há uma perspectiva parecida com a de Maria Elisa Stampacchio (1995), acerca da necessidade de uma escuta atenta, bem como consideração acerca do tempo de cada mulher nesse caminho de procura por ajuda e orientação. A autora afirma que

Dá-se uma atenção especial para que as mulheres decidam sobre a denúncia policial contra o agressor, avaliando-se criticamente as condições de urgência e iminência de cada situação. Na maioria delas, a violência existe há muito tempo, além disso, nem sempre as mulheres têm clareza de como pretendem sair das situações, menos pelo seu desconhecimento dos direitos e, mais pela efetiva ausência de reconhecimento dessa violência como uma forma de violação de sua condição feminina, tanto do lado do Estado como da sociedade (Ibid., p. 92).

Existe a compreensão de que há um tempo, com influência das condições de subjetividade e apoio social, para que cada mulher elabore a(s) violência(s) que sofre e rompa com o silêncio e com o isolamento. Portanto, faz-se necessário a criação de outros espaços de escuta especializados, que sejam aptos a ouvirem e entenderem a mulher que deseja romper com essa situação, assim como se faz necessário que os demais serviços tenham esse entendimento. O “isolamento” a que as interlocutoras se referem, diz respeito ao que impossibilita as mulheres de tentarem encontrar auxílio para superar a violência, a qual, frequentemente, nem reconhecem, sendo, assim, o apoio uma das alternativas. Percebem assim que as

mulheres carecem estar inclusas em serviços e/ou redes sociais para que consigam, de alguma forma, enfrentar essa violência e seguir suas vidas.

Mediante as configurações da realidade estudada, com poucos serviços especializados, restritos à DEAM e a terceira vara criminal, vemos neles uma atenção diferenciada às mulheres em situação de violência, embora haja uma quantidade de processos excessivos, dando atenção, inclusive, para as mulheres que não quiseram dar prosseguimento à medida protetiva.

Eu atendo as mulheres vítimas de violência doméstica que estão sobre medida protetiva e escutando elas que chegam para nos falar que querem desistir da medida. Então vou fazer todo um atendimento de escuta, de perguntas, por quê? O que levou ela a tomar essa decisão, já que foi tão difícil para ela chegar ao ponto de denunciar. Falo da necessidade dela permanecer, porque foram tantas mulheres que morreram ou que estão vivas ou que sofreram como a própria Maria da Penha, e ela, de repente, teve essa oportunidade ao ponto de conquistar esse direito e ela abrir mão tão facilmente. [...] Mas, o que acontece: então não tinha essa escuta, você queria desistir, era um direito, você chegava lá e desistia. Hoje, tem um diálogo, hoje existe todo um diálogo de convencimento, de sensibilização, de apoio, de orientação. Não consegui lhe convencer? Ótimo. Então você já voltou para ele? Voltei. Você vai desistir? Desiste, mas eu me torno o seu anjo. De que forma: eu ligo para a Maria. Maria, como é que está? Está tudo em paz? Realmente, ele está cumprindo? Se você precisar, eu estou querendo lhe orientar, se ocorrer de novo, você pode de novo denunciar na delegacia, nós não vamos virar as costas para você porque você desistiu, sabemos que você quis dar mais uma chance. Então tem todo esse apoio (Yemanjá).

Uma das conselheiras, que já fez uso dos serviços dessas instituições, fala-nos que

Dão um apoio mesmo. Chega na sua casa com data marcada, chama para conversar, pergunta se está precisando de alguma coisa, oferece o serviço de psicólogo até para os filhos se precisar. Então, você se sente protegida de alguma forma (Senhora das Águas do Marajó).

Ao adentrarmos nas dificuldades do enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú, observamos que a principal questão não se refere a tudo que já foi mencionado até aqui, e que é central em outras realidades, mas algo aparentemente de simples trato: a informação sobre os serviços, as legislações e os processos.

Outro elemento importante, ainda nessa questão, é a identificação dos serviços que essas mulheres já acessaram e o diálogo entre eles. Muitas vezes, a mulher atendida no Projeto Paz no Lar ou na delegacia já é acompanhada com a sua família no CRAS ou na UBS do seu território, portanto a troca de experiências e informações sobre o caso é essencial para o andamento do processo e a realização

de outras intervenções. Não existindo esse contato, podemos encontrar uma maior demora no acesso a outros direitos sociais e mesmo a repetição de encaminhamentos, originados de vários serviços, para responder ao mesmo caso.

Contudo, o maior obstáculo no que diz respeito à falta de informação ainda reside na sociedade civil, que segundo Lilith não conhece o que

[...] já existe, quais são os equipamentos. Onde é que ela pode buscar ajuda. Onde é que ela pode buscar apoio. [...] O que ela pode fazer.

Esse desconhecimento acerca dos mecanismos dispostos no município nos faz refletir também sobre a importância de que eles saiam dos seus prédios, das atividades programadas, dos encaminhamentos recebidos, dos casos que os procuram e que desvendem esse território. Esse é um elemento necessário e apontado pela população, como podemos ver na fala de Ártemis:

Primeiro, os órgãos deviam divulgar que eles existem. Porque, tem gente que nem sabe que esses órgãos existem. O conselho da mulher é um desses, as pessoas da periferia, elas não têm conhecimento.

Assim, além de uma subnotificação de casos devido ao estranhamento de algumas violências ou a vergonha, ainda temos o fato do desconhecimento dos serviços a que essa população poderia recorrer. E aí, cabe que todos pensem em como se fazer conhecer, inclusive suas rotinas, e estejam presentes na vida da população, de forma que essa não seja uma tarefa de responsabilidade apenas da assessoria, do Conselho ou de serviços não especializados, como alguns defendem.

O CREAS é um CREAS para todo o município. Então, assim, existem bairros bem distantes e bairros bem perto, o que elas relatam, principalmente, com relação ao território que é complicado chegar até aqui e também porque muitas nem conhecem, não conhecem os serviços que têm no CREAS. A maioria nunca nem ouviu falar em CREAS quando chega aqui, que é uma das coisas que eu sempre pergunto: “você conhecia o CREAS? Não. Você sabe o que é o CREAS? Não”. Então, assim, existe muito isso, um desconhecimento, apesar de já ter tantos anos, de já tá assim, ter uma identidade já bem. Eu acredito que tem uma identidade já no município, mas as mulheres ainda não conhecem. Isso dificulta, por quê? Porque parece assim que as pessoas, os parceiros, os CRAS, não sei não, estão falando sobre o CREAS como deveriam. Então, existe essa limitação, desse conhecimento do que é, quando sabe que tem, não sabe o que faz, o que oferta e quando sabe o que faz, o que oferta (Sechat).

Faz-se necessário manter como uma atividade constante, no eixo da prevenção, espaços para que se possa dialogar sobre as legislações que amparam as mulheres, os tipos de violência e os procedimentos que podem ser realizados, pois muitas não fazem ideia dos trâmites jurídicos necessários, tudo isso em uma

linguagem que vá além dos termos técnicos e que possa alcançar de fato a população. Pois isso faz com que essas mulheres saiam do isolamento e cheguem aos serviços, como podemos ver no exemplo da Géia:

Um caso interessante que eu cheguei a dar uma palestra lá no CREAS e uma das mulheres depois procurou a delegacia e pediu as medidas, porque ela se informou naquele momento e tomou conhecimento dos serviços que a delegacia oferecia.

Aqui vale ressaltar que a questão da prevenção é enfatizada nas falas de todas as entrevistadas, sugerindo que os outros três eixos conseguem ser executados, mas que todas veem a necessidade de um maior investimento na prevenção.

Tem que chegar junto com os movimentos [...] para tentar mobilizar as ações e junto com a delegacia, fazer novamente as palestras, um seminário, é mais a questão educativa mesmo, de explicar para as mulheres dos direitos que elas têm, de que as coisas não são como elas devem ser. Que os órgãos devam fazer o papel de educação mesmo, de explicar para as mulheres os seus direitos. [...] Acho que falta isso, nos órgãos municipais. Medida de proteção da mulher, a prevenção (Ártemis).

Destaca-se na fala de Ártemis que a prevenção deve ocorrer no cotidiano da vida dos maracanaenses, indo além dos muros institucionais, chegando as mais diversas localidades, área rurais, reserva indígena e periferias, tão distante do centro do município que aglomera a maioria dos serviços. O diálogo com os movimentos sociais e a rede de organizações sociais existentes em cada território, que também realizam atividades e conhecem as problemáticas e as potencialidades de cada região, é a forma de chegar mais próximo da população, principalmente, daqueles que desconhecem as políticas públicas e acabam não tendo acesso a seus direitos, nem mesmo se vendo como sujeitos de direitos, bem como de se aproximar dessas mulheres que, muitas vezes, sobrecarregadas com a tarefa de cuidar ou com o acúmulo dessa atividade com a responsabilidade de manter financeiramente a família não encontram no tempo do serviço público espaço para participar dessas atividades.

O fazer dos movimentos sociais, permeado de uma educação popular e crítica, instrumentalizado com linguagem e ações que fazem parte da vida da população local, alcança-os e integra-os ao enfrentamento dos problemas, sendo um elemento rico na desnaturalização das desigualdades de gênero, apontada pela Senhora das Águas do Marajó.

A gente tem que pensar que a cultura que a gente tem é que a mulher é o lado frágil, que é a vítima, que ela não consegue. Pela cultura da gente hoje, a mulher não consegue tomar atitude e ser igualada, ter direitos iguais, ter peso igual. Então eu acho que o homem sempre se sobressai. [...] é por isso que é necessário que a gente participe nos colégios, para os filhos que estão crescendo, para que não tenha essa cultura machista de que o homem pode fazer o que quiser (Senhora das Águas do Marajó).

A importância concedida à prevenção é tão grande que aparece de forma central na concepção que as entrevistadas têm de enfrentamento.

Eu entendo como prevenção. Acho que é de proteção, de dizer, explicar os direitos para as mulheres e para os homens. É importante dizer que os homens estejam nesse caminho de empreender das questões das mulheres do município. [...] Não consigo pensar em outra coisa, se não a prevenção (Ártemis).

Enfrentamento são todas as ações que são desenvolvidas no sentido de superação da violência doméstica. Todas as ações que forem feitas tanto no sentido de prevenir quanto no sentido de superar são ações de enfrentamento. Porque não é só depois que a violência acontece que a gente vai ter que lidar. Eu penso que a gente vai ter que trabalhar também, principalmente, com a prevenção para que não chegue a acontecer e infelizmente a gente não vê muito isso (Sechat).

A questão da informação também tem implicado no exercício de um enfrentamento, algo ainda vulnerável por não haver um conhecimento profundo acerca desse conceito e mesmo da mudança de perspectiva de atuação que ele traz, com relação aos períodos e as legislações anteriores. Apenas na fala da representante da delegacia, conseguimos ver a importância da diversidade de atores sociais, com ações que vão além do eixo assistencial ou de combate para que se possa pensar o enfrentamento.

O enfrentamento a violência contra a mulher não estaria apenas circunscrito só a questão policial. Que nós já falamos aqui, a referência que nós temos é a delegacia, mas esse enfrentamento pode começar muito antes. Por exemplo, eu acho que a saúde tem um papel muito grande na prevenção, comunicação... A notificação obrigatória da violência doméstica para mim seria um enfrentamento. Quando o CREAS visita a mulher, a família em situações de violência ou o próprio CRAS também seria um enfrentamento. Para mim, vários órgãos, inclusive ONGs, podem fazer esse enfrentamento. Não só a delegacia [...] Mas há várias maneiras de fazer esse enfrentamento (Géia).

Isso nos direciona para outro fato, há um saber sobre as legislações (Constituição Federal, Lei Maria da Penha, lei do Feminicídio), mas um estranhamento acerca da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, do Pacto, bem como dos conceitos e dos instrumentos, de uma forma geral,

trazidos por eles, como podemos ver na fala de Ártemis:

Não, acho que não. A Maria da Penha. Tem outras? [...] Como é esse pacto? Eu conhecia o feminicídio e a Maria da Penha.

Todos conhecem a Lei Maria da Penha, tendo-a como o principal texto que devem recorrer. Algo que também deve ter relação com a ideia de que violência contra a mulher é violência doméstica, associação muito comum nos discursos.

Algumas, não todas. Não sei, deixa eu ver. A principal, acho que na legislação, é a Lei Maria da Penha que não tem como não conhecer, não é. [...] Eu estava até, passei em uma palestra em Pacatuba, a uns meses atrás e falando sobre essa questão do feminicídio e que não entra nessa estatística o feminicídio. As pessoas não entendem a necessidade de você ter uma lei de feminicídio (Lilith).

O conhecimento de outras legislações necessárias às demandas das mulheres em situação de violência, principalmente de violência doméstica, tem se restringido ainda aos representantes da segurança pública e do judiciário.

Eu conheço a legislação por ser jurista e não especificamente por está atuando. Até porque por está atuando na delegacia, nós não nos deparamos especificamente com um número x só de violência doméstica. Qualquer violência contra a mulher vai ser aparada pela Lei 11.340 (Géia).

Eu conheço a lei Maria da Penha, o código penal, civil porque assim, tem muita coisa que não resolve só pela Maria da Penha não. Tem coisa que a gente tá vendo que é, mas, por exemplo, quando a mulher vem, pediu a medida protetiva e ela tem que ir lá na cível fazer a questão da pensão, da guarda e não sei o que. Então, coisas que não é só a Maria da Penha (Yemanjá).

Quando se questionou sobre o enfrentamento, todas as entrevistadas falaram sobre questões previstas na Lei Maria da Penha, como a ampliação dos serviços destinados à mulher. Mesmo com propostas aproximadas as que visualizamos na PNEVCM, como na oferta de atendimento, responsabilização do agressor, prevenção e proteção à mulher em situação de violência, no conjunto das diferentes políticas sociais, as referências são feitas apenas a Lei Maria da Penha, mostrando, mais uma vez, um estranhamento acerca da referida política, e implicando em uma atuação que se pauta em uma lei que trata da violência doméstica, tendo uma concepção da violência contra a mulher, predominantemente, restrita a esse tipo.

Por último, cabe mencionar ainda que os desconhecimentos apontados aqui enfraquecem o exercício do controle social, desde a possibilidade de

participação no Conselho, tendo em vista que o órgão não é divulgado, tampouco suas eleições,

[...] eles não têm divulgação para as mulheres dos municípios, sabemos só se tiver algum contato. As pessoas que estão lá no dia, também não votam, as mulheres se escrevem naquele dia e as outras pessoas votam naquele mesmo dia. A minha amiga que mora aqui, a Naila, ela se inscreveu e como só tinha ela e outra pessoa, tinha que ser duas, ela entrou. Só duas pessoas é assim que funciona a eleição do conselho da mulher. Sem nenhuma divulgação (Ártemis).

Essa é uma dificuldade inclusive reconhecida pelo próprio Conselho:

Eu acho que o conselho da mulher está precisando realmente ser conhecido. Como é que as comunidades vão conhecer o conselho da mulher se não tiver movimento fora, encontro com as pessoas fora. Não vai ser conhecido nunca (Senhora das Águas do Marajó).

Outro obstáculo apontado, que também mantém relação com questão da informação, é a ausência de capacitações locais mais amplas sobre gênero e o atendimento à violência de gênero, tendo em vista que a maioria das instituições pesquisadas não se enquadra como serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência. Entretanto, o número de casos presentes no território, mesmo com a subnotificação, justifica a necessidade de momentos de educação continuada, bem como a complexidade da situação. Como aponta Vasconcelos (2016, p. 137), o “[...] acolhimento institucional é fundamental para a inserção da mulher, devendo ser livre de estigmas sociais e estereótipos ocasionadores da revitimização os quais têm origem em comportamentos machistas presentes na estrutura social”. Assim, as atividades educativas não devem se resumir ao conhecimento das legislações, mas por meio de um trabalho reflexivo e discursivo, propiciar que os servidores públicos disseminem uma cultura de não violência e respeito às mulheres, que eles se mostrem sensibilizados e, a partir deles, a população em geral, de forma que se promova e se sustente uma cultura contra-hegemônica.

#### **5.4 Afinal, podemos falar de enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú?**

Falar do enfrentamento à violência contra as mulheres requer a discussão sobre a forma como distintas atividades, aqui denominadas eixos (prevenção,

assistência, combate e garantia de direitos), articulam-se; ao diálogo existente entre políticas públicas e a presença dessas temáticas nos mais diversos espaços governamentais e sociais; as trocas de experiências e as construções de ações de distintos atores sociais e o modo como todos esses elementos organizam-se em um determinado território.

Mediante os dados apresentados, visualizamos que Maracanaú não possui para a política estudada, ou seja, a PNEVCM, um Estado administrativo como ator dominante, portanto, não se organiza a partir de um modelo hierárquico. Não detém nesse sistema de governança uma ênfase sobre o formal, com estruturas, rotinas e linhas de autoridade bem delimitadas. Assim, não podemos determinar uma configuração macroscópica do sistema.

Contudo, ao observarmos uma centralidade menor do Estado e uma associação de maneira mais livre entre os atores políticos a fim de alcançar um objetivo público mais amplo, consideramos que a experiência do enfrentamento vem se construindo por meio de um modelo de coalizão. Assim, nesta experiência, em outras palavras, há uma maior ênfase sobre a agência, do que sobre a estrutura. Mesmo com a valorização de aspectos formais, como a existência do CMDM e da Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher e a disponibilização de serviços governamentais, o elemento mais preponderante são os atores racionais e os resultados que se obtém com a coalizão deles, que tem gerado uma duvidosa ideia de coletivo, apoiada nas similaridades de valores, crenças e, de alguma forma, das suas práticas. Contudo, o que de fato há, até o momento, é um intercâmbio, articulações e redes sociais propiciados por um acordo cooperativo, pautado em um sistema de regras.

O modo como o município se organiza - ausentando-se de um posicionamento e do desenvolvimento de ações macro e transversais no que concerne aos direitos das mulheres, apenas dando-lhes destaque quando reproduzem direcionamentos de programas gestados a nível federal com orientações fechadas, como a prioridade que é dada às mulheres no PBF e no Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo - tem contribuído para reforçar as desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres, sendo, por isso, a violência contra as mulheres também uma questão da estrutura social em Maracanaú.

Todavia os atores institucionais pautados nas legislações e em seus



valores têm desenvolvido estratégias que buscam exercer ações com a finalidade de empoderar as mulheres em situação de violência, bem como de oportunizar a elas o direito de cuidar de cada passo nesse processo. Assim, tem qualificado a oferta dos serviços e acolhido essas mulheres desde a decisão de fazer a denúncia até a sentença na justiça, pois tem a compreensão de que esse é um longo caminho de difícil percurso, por isso, muitas desistem.

Mesmo não contando com uma maior intervenção do governo e do legislativo municipal, os atores institucionais têm tentado, mediante as redes sociais construídas, a ampliação da oferta de serviços, a compreensão da complexidade desse tema e da singularidade de cada caso, romper com rotas críticas por meio da oferta de ações referentes aos quatro eixos que compõem o conceito de enfrentamento, sendo desenvolvidas por todos os serviços de forma simultânea.

Ainda não observamos a presença de redes de atendimento e/ou enfrentamento, porém, entendemos que o atual momento, com uma maior troca entre os diversos atores sociais, o comprometimento deles, o nascimento de diversos movimentos sociais com uma população jovem e a entrada no legislativo de novas lideranças políticas, tem se configurado bastante propício para que se construam futuramente esses instrumentos.

Deve-se, para isso, superar alguns nós, investindo em espaços, instrumentos e atividades que valorizem a informação como estratégia de produção de conhecimento sobre o problema da violência contra as mulheres e de efetividade social da política, de um maior alinhamento entre “serviços e servidores” e da construção de ações coletivas que possibilitem a emancipação individual.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre gêneros são produtos das relações históricas, sociais, culturais e políticas sendo marcadas pela hierarquia e pelas desigualdades de poder entre mulheres e homens. A violência contra as mulheres, impulsionada a partir desses elementos, manifesta-se de várias maneiras, como na elaboração de funções e espaços sociais que transformam as diferenças em desigualdades que, por sua vez, contam com a legitimidade social ao ponto de muitos considerarem-na como “natural”. Destaca-se também a ausência da garantia de direitos às mulheres, tendo por um vasto período de tempo apenas os homens sido amparados pelos direitos e a condição de cidadania, o que possibilitou e possibilita vários outros atos de violência. Portanto, concordamos com Solnit (2017) que o primeiro prejuízo causado pelos homens às mulheres é político, por meio da privação de direitos e de recursos, elementos indispensáveis para que se alcance a condição de cidadania.

Isso fez com que as mulheres, em diversos períodos, organizassem-se em torno de bandeiras de lutas distintas, mas todas tendo como elo a defesa de seus direitos, e buscassem modificar essa situação de desigualdade e de ausência do Estado na garantia dos seus direitos humanos, civis, sociais e políticos. Alcançamos avanços os quais tiveram início na década de 1980, com os conselhos de direitos da mulher e com as DEAM. Tivemos muitas mudanças entre os anos de 2003 e 2016 na organização do Estado e, em nosso sistema jurídico, como apontamos no capítulo 04, porém, essas não alcançaram uma transformação cultural nas relações entre homens e mulheres, permanecendo, e mesmo se reinventando, as formas de ataque às mulheres, que não se restringem aos seus parceiros, ou a conhecidos e desconhecidos, mas envolvem políticas e o próprio Estado por meio do controle coercitivo e institucional, por exemplo.

Realizar uma pesquisa sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres em meio a um golpe de Estado jurídico-parlamentar-midiático no cenário nacional que, dentre outras características, têm uma feição misógina, foi um desafio. Cotidianamente, víamos ameaças e retrocessos não só nas políticas direcionadas para as mulheres, mas também nas políticas sociais que, devido a ainda existente divisão sexual do trabalho, impactam diretamente sobre elas. A realidade de estudo já complexa exigia ainda mais esforço para compreender as tessituras nacionais desse novo ataque às mulheres e de seus impactos nas cenas locais e no cotidiano

da política. Birolli (2018) nos esclarece sobre esse momento ao afirmar que os feminismos, assim como outros movimentos sociais, influenciaram na construção política do período de construção democrática, sendo esse um dos principais motivos para que se tornem alvo agora. O projeto neoliberal e o conservadorismo tem se aliado na tentativa de suprimir a democracia, extinguindo direitos fundamentais, despolitizando a sociedade e reprivatizando diferentes dimensões da vida.

O município de Maracanaú, que ocupa posições de liderança nas estatísticas de violência contra as mulheres no estado do Ceará, possui vários órgãos municipais (UBS, CRAS, CREAS, Centro Pop, Hospital, CMDM) e estaduais (DEAM, Projeto Paz no Lar, Defensoria Pública e Ministério Público) que oferecem um atendimento às mulheres em situação de violência, porém, a maioria, como vimos, configura-se em serviços não especializados. Já a sociedade civil, especificamente, os movimentos de mulheres e feministas, além de ainda em um número pequeno, não conseguem se fazer tão presentes nos espaços de construção da política pública estudada. A partir dessa realidade, buscamos avaliar as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres que eram desenvolvidas ali. Esse objetivo nos levou a caminhar pelos serviços do município e a fazer uso de várias fontes de dados na produção de conhecimento.

As redes de enfrentamento e de atendimento, instrumentos apontados pela PNEVCM para a sua execução, não estão presentes no município, pois, como sabemos, determinações legislativas não são suficientes para garantir o funcionamento de uma política, ou melhor, o texto de uma política não pode ser desvinculado do contexto de sua execução.

A gestão municipal, componente essencial para a execução das políticas públicas para as mulheres, em Maracanaú, assim como em diversos outros espaços, não tem sido um facilitador, pois não possui um direcionamento para as questões de gênero que estão, inclusive, ausentes de seu mecanismo de planejamento (PPA). Conseqüentemente, não disponibiliza recursos orçamentários para as intervenções continuadas e especializadas nesta área; não cria serviços especializados tão necessários para a proteção das mulheres em situação de violência, principalmente, para aqueles em situação grave e/ou risco eminente de morte, mesmo com projetos de indicação de lei aprovados na câmara para essa criação (PL 038/2014 – Determina a criação e a implantação da secretaria municipal da mulher, cidadania e

direitos humanos no município de Maracanaú e PL 013/2017 – Propõe a implantação de um Centro de Referência da Mulher).

Essa gestão tem centralizado, no gabinete do prefeito, o apoio a projetos ou ao desenvolvimento de atividades que contem com a participação de diferentes segmentos e instituições governamentais, mediante parcerias eventuais. Além disso, não oferta capacitações continuadas, as existentes partem do estado ou da iniciativa dos próprios servidores com maior discussão política sobre a temática direcionada a seus colegas, para os técnicos a fim de sensibilizá-los quanto à violência de gênero e propiciar uma discussão que contemple os diferentes setores da política estudada. Farah (2004) nos alerta que as políticas públicas de gênero devem ir mais adiante que a simples identificação de políticas e programas que atendam às mulheres. Não devemos desconsiderar a importância desses espaços, fruto da conquista de direitos e da compreensão da violência contra a mulher como um problema público, todavia as políticas públicas, todas elas, devem ter como norte uma orientação para a redução das desigualdades de gênero.

Quanto à forma de operacionalizar as ações de enfrentamento, mediante todos os elementos tratados nesta pesquisa e os pautados nas proposições da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, bem como numa perspectiva avaliativa que aponta a necessidade da relação entre texto e contexto, consideramos que por mais que até o momento não exista a formação de redes de atendimento e enfrentamento, considerando a falta de uma comunicação sistemática e contínua entre os profissionais que compõe os serviços, bem como a forma como se organizam no planejamento e na realização de atividades, ainda fragmentada e sem a colaboração de todos os órgãos estatais, principalmente, sem um diálogo com a Assessoria de Políticas Públicas para a Mulher e com o CMDM, tampouco dos movimentos sociais; nem mesmo a existência de outros elementos importantes (como uma secretaria ou coordenadoria de políticas para mulheres, abrigos e centros de referência, por exemplo), temos um modo local de organização para a realização do enfrentamento à violência, a partir da realidade municipal, do que está disposto em termos sociais, culturais e político.

Observamos que o enfrentamento tem se dado por meio do imbricamento dos quatro eixos que o compõe, segundo a PNEVCM, presente em todos os órgãos sociais, como será discutido abaixo, materializado por meio de ações constantes desenvolvidas simultaneamente. O ainda fraco diálogo interinstitucional, realidade

presente nas demais redes de políticas sociais, vem ocasionando a repetição de atividades para um mesmo público, enquanto outros permanecem marginalizados.

O eixo da prevenção, tão falado e de importância reforçada pelos sujeitos, tem sido presente em todos os espaços, ainda que de forma mais espaçada e com mais força em determinadas datas, como a semana da mulher em que observamos várias atividades, como a palestra com a delegada da DEAM, a apresentação do cordelista Tião Simpatia, a apresentação do espetáculo Crias da Terra, as quais buscavam não apenas discutir a violência contra as mulheres ou suas tipologias, mas desconstruir estereótipos discriminadores contra a mulher, na perspectiva de impulsionar mudanças nos valores e padrões culturais, caracterizados por suas posturas machistas e sexistas.

Essas ações de cunho educativo e informativo também foram visualizadas nos atendimentos individuais e nos grupos dos CRAS, CREAS e UBS, das palestras e das rodas de conversa promovidas pelo Conselho da Mulher, movimentos sociais, DEAM e Projeto Paz no Lar nos mais diversos espaços institucionais e em espaços comunitários, ou seja, nos locais de socialização e de participação popular.

Na assistência, temos visto a iniciativa dos agentes públicos de ocuparem espaços de qualificação continuada a fim de garantir um atendimento humanizado às mulheres, principalmente, nos serviços especializados. Neste eixo, também é visualizado a busca por um aumento dos serviços e uma oferta diferenciada, principalmente, em termos de agilidade para as mulheres em situação de violência, além do início de uma articulação, já muito forte entre a segurança pública e o judiciário, que vem se expandindo para os demais serviços, com potencial para a formação futura de uma rede de atendimento, caso os atores sociais continuem investindo nesse trabalho. Porém, faz-se relevante o investimento na formação de redes de movimentos sociais e comunitárias que poderão ser parceiras dos serviços de atendimento, bem como outras políticas públicas, e formar uma rede de enfrentamento, lidando com as especificidades locais.

O combate, que envolve a punição e responsabilização dos agressores, tem sido o grande destaque local, tendo em vista o trabalho conjunto entre a delegacia e a terceira vara criminal, a celeridade com que os processos caminham devido ao diálogo existente entre as duas áreas e a perspectiva equitativa, ou seja, os casos mais graves recebem uma atenção diferenciada e prioridade nas ações. Além disso, diferentemente das diversas realidades do país, um trabalho com os

homens autores de violência de gênero vem sendo desenvolvido, tendo a compreensão de que há silêncios distintos da parte de mulheres e homens sobre o patriarcado, sistema que exige dos homens, antes de qualquer outra coisa, a anulação de suas emoções e que os faz permanecer mudos em troca de poder e pertencimento (SOLNIT, 2017).

A garantia dos direitos tem sido uma preocupação de todos, mas tem se destacado as ações do Projeto Paz no Lar que tem desenvolvido estratégias para que essas mulheres tenham acesso aos direitos sociais, compreendendo que a violência é um problema social e que junto de si, traz outros, buscando promover o empoderamento delas.

Assim, tem se dado prioridade nas diversas políticas sociais, como aluguel social, atendimento de saúde física e mental, capacitação para o trabalho, dentre outras, a essas mulheres, pois a experiência das profissionais indica que elas só se verão enquanto sujeitos de direitos quando alcançarem o empoderamento e a emancipação, condições essenciais para a justiça social, elemento que deve contar com o comprometimento de toda a sociedade, por meio do conhecimento das legislações e da pressão sobre o Estado para que atue de forma a garantir o respeito aos direitos humanos e um desenvolvimento econômico e social pautado na equidade de gênero.

Todavia, apontamos aqui a ausência da avaliação sistemática desses quatro eixos e, principalmente, do enfrentamento, bem como da percepção da importância disso para que se pudessem visualizar as mudanças provocadas pelas iniciativas aplicadas e que outras ações se fazem necessárias dentro da realidade local. Identificamos a presença de uma maior clareza acerca do conceito de enfrentamento, visto ser ele carregado de implicações políticas e de uma nova abordagem no tocante à violência contra as mulheres.

Verificamos ainda uma polissemia de repertórios sobre violência contra as mulheres nas falas de todos os sujeitos, o que acompanha a compreensão da diversidade de expressões desse fenômeno. A violência é compreendida por elas como um conceito multifacetado e ágil, fazendo com que suas análises se deem a partir de uma dimensão relacional, considerando os traços políticos, históricos, sociais e culturais.

Os serviços possuem algumas deficiências as quais impossibilitam um atendimento mais extensivo: muitos contam uma estrutura física inadequada,

recursos humanos insuficientes, não funcionam em regime de plantão, localizam-se em bairros de acesso mais difícil e não conseguem realizar registros estatísticos fidedignos à realidade, ocasionando dados distintos sobre a violência contra as mulheres em cada uma das políticas que compõe a rede de atendimento da PNEVCM. Assim, não detém uma unificação de dados estatísticos sobre o problema em questão, tampouco conhecem os dados produzidos pelos outros serviços, dificultando a possibilidade de um desenho de uma política, um programa ou um projeto que atenda ao município, bem como de construção de indicadores sociais que apresentem as respostas das ações realizadas às mulheres.

Na tentativa de avaliar a política, tomando também seus aspectos não formais, identificamos sujeitos que vão além do desempenho de suas funções profissionais, constituindo-se como militantes não só do enfrentamento à violência contra as mulheres, como da defesa de seus direitos. Destarte, mesmo com a fragilidade das condições estruturais e da organização local, desenvolvem estratégias que sistematizam uma experiência de enfrentamento e de execução da política: buscam, mesmo que individualmente, compartilhar suas práticas e estabelecem redes de relações sociais, envolvendo os diversos atores municipais e outros que surjam no município a fim de garantir as várias ações de enfrentamento à violência contra as mulheres; reconhecem a insuficiência dos processos jurídicos e a necessidade de atividades que partam da compreensão da situação de violência contra a mulher como crime e violação de direitos, mas que também atuem nos impactos trazidos por essa situação, exemplo disso é o Projeto Paz no Lar, e compreendem que a violência de gênero requer a ação coletiva dos profissionais, dos movimentos sociais e da sociedade civil, o que faz com que já ensaiem diálogos e articulações.

Diante do exposto, compreendemos que apesar de haver um enfrentamento, mesmo não seguindo todas as diretrizes apontadas no texto da política, e com muitas das mulheres conseguindo sair da situação de violência, ainda precisamos de uma ação mais abrangente e que consiga movimentar os diferentes atores sociais da administração pública e, principalmente, da sociedade civil. Por mais que as estratégias adotadas pelos sujeitos contribuam e venham construindo essa experiência, não podemos nos restringir ao movimento e ao interesse de alguns e manter o executivo, o legislativo e a sociedade civil organizada tão afastados da construção dessa política. Este é, inclusive, um momento favorável a

nível local, tendo em vista a formação de movimentos sociais, sem ligação com lideranças de bairro, algo antes não visto no município, formados por uma população jovem e que defende várias questões sociais, dentre elas os direitos das mulheres, acompanhando assim o fortalecimento dos movimentos feministas no âmbito nacional, como expressa a edição de janeiro de 2018 do *Le Monde Diplomatique*, intitulada “A Revolução será Feminina”.

Apesar de termos visto o início de um diálogo entre os atores sociais pesquisados, a horizontalidade não se faz presente e existem disputas de interesses políticos e ideológicos. Portanto, podemos observar que falta as organizações, ligadas a diversas esferas do governo (estadual e municipal) e a sociedade civil, por vezes, coesão de interesses, além de existir nesse espaço de disputas uma tentativa de verticalização dos serviços.

Constatamos ainda que as entrevistadas percebem que o trabalho o qual realizam é um desafio constante e que são influenciadas pela falta de recursos e pelo baixo investimento do poder público local, apontando, de forma majoritária, a necessidade de um maior apoio do Estado, deixando em uma posição marginalizada, pelo menos em nível de discurso, outros atores sociais, o que nos releva, mais uma vez, a pouca compreensão acerca do conceito de enfrentamento.

Observa-se, nesse arranjo, a formação de redes sociais em que os sujeitos estão ligados por interesses coletivos, a militância da defesa dos direitos das mulheres, e individuais, exercício de suas funções profissionais ou estudos na área, assim, mesmo tendo um interesse coletivo, deparam-se, individualmente, com necessidades distintas originadas das relações do trabalho, do espaço pelo qual circula conhecimento e informação. Tem-se assim um “capital social”, ou seja, uma auto-organização para enfrentar necessidades comuns e tentar transformar a realidade em que vivem.

A concepção a qual as profissionais pesquisadas têm de que esse tipo de violência envolve aspectos sociais e culturais tem sido primordial para a elaboração de ações as quais não se reduzam apenas a um eixo e que vem buscando avançar, principalmente, na perspectiva preventiva e de garantia e acesso aos direitos das mulheres. Percepção presente, inclusive, na Segurança Pública e na Justiça que tem se acompanhado a atividades de maior amplitude, com o intuito de responder de forma integral as demandas trazidas pelas usuárias. É nesse contexto que se tem desenhado uma articulação entre os serviços e as representantes da sociedade civil



que, mesmo sem estarem organizados em redes de atendimento e de enfrentamento, tem conseguido diminuir os caminhos percorridos pelas mulheres em situação de violência.

Não temos visto uma “porta de entrada” dessa estrutura, tendo em vista que ainda hoje, mesmo ensaiando sair dos muros dos órgãos sociais, as mulheres atendidas são, em sua maioria, as que buscam, por iniciativa própria, os serviços, o que nos faz levantar algumas hipóteses, pautadas nos desenhos de fluxo de atendimento a elas e nas falas das entrevistadas, como a de que as equipes desses serviços, que estão vinculadas a outras políticas e têm outros públicos e atividades, são bastante reduzidas e com uma meta de atendimento muito alta, o que implica na dificuldade de percepção, em um atendimento comum, de traços de violência; a necessidade de capacitações locais para todas as equipes, pois, como vimos, elas frequentemente são ofertadas por outros níveis e não alcançam a todos, discutindo a tipologia da violência, as várias legislações existentes e os serviços disponíveis no município e no estado.

Apesar de profissionais comprometidos e do início de uma organização dos serviços que podem caminhar para as redes apontadas pela PNEVCM, ainda não há, como já vimos, por parte de todos os envolvidos, um conhecimento acerca dos outros organismos sociais atuantes no enfrentamento à violência contra as mulheres existentes no município, bem como quando se sabe da existência do serviço, não se tem maiores detalhes sobre sua dinâmica de atendimento, fluxograma, grupos, projetos desenvolvidos e em andamento. Esse dado nos leva a defender que as estratégias adotadas têm alcançado certo êxito, mas, para que continuem avançando e desenvolvendo novas possibilidades precisarão considerar instrumentos que visem propagar as diversas informações necessárias para usuárias, profissionais e sociedade civil.

Dessa forma, acreditamos que seja premente um reconhecimento da parte dos sujeitos da importância de se formar redes de atendimento e enfrentamento e se integrar a elas, como elemento de um projeto maior e considerando as características locais da população e da gestão pública, em que as diferentes perspectivas, visões do problema e contribuições encontrem-se e formem um novo integrado capaz de ampliar o alcance das medidas referentes ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Diante dessa complexidade do universo e do objeto investigado, que envolve diversas políticas públicas, atores da sociedade civil e esferas de governo, bem como uma compreensão articulada entre distintos saberes, e das questões que foram surgindo durante a pesquisa, já pontuadas no capítulo 2, julgo que o tempo do mestrado não é satisfatório para avaliações mais profundas.

Contudo, confio que questões as quais não foram bem esclarecidas poderão ser tratadas em pesquisas futuras, não se resumindo ao município de Maracanaú ou aos atores vinculados diretamente às instituições estatais. Alguns pontos podem ser mais explorados ou respondidos em outras investigações, como o trabalho entre as três esferas de poder (executivo, legislativo e judiciário) para a construção dessa política e uma avaliação em profundidade, dando voz aos diversos segmentos dos atores sociais os quais constroem a experiência local. Pode-se focar ainda em um público pouco explorado pelos serviços no âmbito nacional, como o trabalho que vem sendo desenvolvido com os agressores e o impacto ou a resposta que isso vem sendo capaz de dar ao enfrentamento à violência contra a mulher. Além desses conteúdos e considerando o emergir local de movimentos sociais dissociados de lideranças políticas tradicionais do executivo e do legislativo, faz-se relevante um estudo acerca da composição e da forma como vem atuando esses movimentos, entre eles e na relação com os serviços e com os poderes executivo e legislativo, nas causas referentes aos direitos das mulheres.

Mediante o cenário descrito aqui, faz-se relevante fazer algumas recomendações. Há a necessidade de criação de outros serviços especializados no município, como o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, bem como a estrutura de uma coordenadoria, com orçamento próprio, a fim de que as questões de gênero possam, de fato, ser incorporadas pela gestão, com condições estruturais para a sua execução, a qual deve perpassar por todas as áreas governamentais, pautada na integralidade e na transversalidade.

Nessa perspectiva de desenvolver um trabalho conjunto e articulado, sugerimos que haja uma sensibilização com os profissionais acerca da relevância da qualidade do registro dos casos que chegam aos serviços, a fim de termos um verdadeiro retrato da realidade a partir da produção de estatísticas que sejam capazes de dizer o perfil da mulher que sofre violência e do agressor, de traçar a tipologia da violência e apresentar os índices de cada território. Esses dados devem ser divulgados entre todos e com a população, por meio de boletins periódicos, e,

assim, junto com outros dados qualitativos e de outras políticas sociais, subsidiarem o planejamento das diversas ações. Além disso, eles possibilitarão o conhecimento acerca do problema, possibilitando a discussão sobre ele, funcionando também como atividade preventiva.

Por fim, consideramos indispensável a formação de espaços institucionalizados de trocas entre os diversos atores sociais, incluindo aqui os movimentos de mulheres e feministas, que participam do enfrentamento à violência contra as mulheres a fim de sanar a ausência de clareza acerca dos serviços destinados a esse público e galgar uma execução mais integrada, evitando ações duplicadas e possibilitando um maior acompanhamento dos casos. Assim, o grande desafio que se tem é o de se fazer conhecer e de romper com a cultura sexista e misógina, necessitando, inclusive, discutir com as/os usuárias/os a desnaturalização desses processos de forma a romper com o silêncio e buscar quebrar essas violências invisíveis aos olhos de tantos maracanaenses.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, F.; ANDRADE FILHO, A.; BRONZ, A. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero - metodologia**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2004.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contras as Mulheres**. 2015.

Disponível em:

<<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>>. Acesso em: 28 de ago. de 2015.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, Jul./Dez. 2012.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; LETELIER, Celinda Lílian; GÓIS, Ivoneide Lima; AQUINO, Sílvia de. **Dores Visíveis - violência em delegacias da mulher no nordeste**. Fortaleza: NEGIF: UFC, 2001.

AMARAL, V. **Rede: uma abordagem operativa**. Disponível em: <[http://www.observatoriosocial.org.br/arqmorto/peas/arquivos/Redes\\_abordagem\\_Operativa.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arqmorto/peas/arquivos/Redes_abordagem_Operativa.pdf)>. Acesso em 22 de abr. 2018.

ARDAILLON, Danielle. **Estado e mulher: Conselhos dos direitos da mulher e delegacias de defesa da mulher**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas (Mimeo), 1989.

ARENDDT, Hannah. **Poder e Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARRETCHE, Marta. Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. **RBCS**. v. 18, n. 51, p. 7 – 9, 2003.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a luta feminista nas políticas públicas: desafios para a ação do movimento na implementação das políticas**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Texto-base-8-AMB-Articulando-a-Luta-2009-Democratiza%C3%A7%C3%A3o-da-gest%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 25 jan. de 2017.

ASSASSINATOS de mulheres: Veja número e taxa de homicídios por cidade do Brasil - Maracanaú, CE. Disponível em:

<<http://www.deepask.com/goes?page=maracanau/CE-Assassinatos-de-mulheres:-Veja-o-numero-e-a-taxa-de-homicidios-da-populacao-feminina-do-seu-municipio>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em:

<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 12 out. 2017.

ÁVILA, Maria Betânia. Um Golpe Patriarcal. **Teoria e Debate**. Junho, 2016.

Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/um-golpe-patriarcal>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: Memória e História. In: SALES, Celecina de Maria Veras; AMARAL, Célia Chaves Gurgel do; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Feminismo: Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo - a experiência vivida**. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne. **L'enquête et ses méthodes: l'entretien**. Paris: Nathan, 1992.

BONAVIDES. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A Condição Feminina e a Violência Simbólica**. Tradução de Maria Helena Küner. São Paulo: Bestbolso, 2014.

BRASILINO, J. C. B. **“Portas de entrada para a saída do inferno”**: a rede de serviços de atenção a mulheres em situação de violência. 2014. 216 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. **Cadernos MARE da reforma do Estado**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRASIL. SECRETARIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Diretrizes para implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores. Disponível em: <[www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf](http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/servico-de-responsabilizacao-do-agressor-pos-workshop.pdf)>. Acesso em: 8 mai. 2018.

BRASIL. Medida Provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 de jan de 2003. Seção 1 (Edição Especial).

BRASIL. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 de maio de 2016. (Edição Extra).

BRASIL. Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017. Estabelece a

organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de maio de 2017. (Edição Extra).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres  
Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SNEVM, 2011a.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres  
Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SNEVM, 2011b.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres  
Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SNEVM, 2011c.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 14 set. de 2009.

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira César (Orgs.). **Violência contra as mulheres: uma história contada em décadas de luta**. Brasília: CFEMEA, 2010.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao Feminismo. In: VANIN, Iole Macedo; GONÇALVES, Terezinha. (Orgs.) **Caderno de textos gênero e trabalho**. Salvador: Redor, 2006.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. de. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Yuris, p. 39-63, 2011.

CARRO da Polícia Militar cai em buraco durante fortes chuvas no Ceará. **G1**, Fortaleza, 11 abril 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/carro-da-policia-militar-cai-em-buraco-durante-fortes-chuvas-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2017.

CARVALHO, A. M. P. de; GUERRA, E. C. Brasil contemporâneo: la ecuación Estado/Sociedad en distintos momentos históricos de la vida brasileña (1980-2015). In: OLIVER, Lucio. (Org.). **Transformaciones Recientes del Estado Integral en América Latina. Críticas y Aproximaciones desde la Sociología Política de Antonio Gramsci**. Ciudad de Mexico: UNAM-Ed, 2016.

CARVALHO, Alba Maria Pinho; GUSSI, Alcides Fernando. **Perspectivas contemporâneas em Avaliação de Políticas Públicas**. Seminário Avaliação de Políticas Públicas em Tempos Contemporâneos. Mestrado em Avaliação de Políticas

Públicas, UFC, 2011 (mimeo).

CARVALHO, Alba Maria Pinho. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. In: BAPTISTA, Maria Manuel (Org.). **Cultura: metodologias e investigação**. Lisboa: Ver o Verso Edições, 2009.

CASTRO, Iêda Maria Nobre. Pacto Federativo e financiamento da assistência social: as implicações da regulação do SUAS sobre os orçamentos municipais. **Revista Temporális**. Brasília, v. 12, n. 23, p. 69-96, jan/jun. 2012.

CAVALCANTE, Silvana Maria Pereira. **Violência contra a Mulher e Autonomia Financeira: uma avaliação do atendimento do Centro de Referência Francisca Clotilde de Fortaleza/Ceará**. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CAVALCANTI, S. V. S. F. **Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil - análise da lei “Maria da Penha”, nº 11340/06**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2012.

CEARÁ tem o menor número de denúncias de violência contra a mulher do Nordeste. **Jornal Floripa**, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.jornalfloripa.com.br/ceara-tem-o-menor-numero-de-denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-do-nordeste/>>. Acesso em: 27 nov. 2017

CEARÁ é o estado com maior número de adolescentes mortos no País, aponta Unicef. **O Povo**, Fortaleza, 11 outubro 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/10/ceara-e-o-estado-com-maior-numero-de-adolescentes-mortos-no-pais.html>>. Acesso em: 13 out. 2017.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano: 1, Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994,

CFEMEA. **Tolerância Institucional à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. v. 4, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COBO, Rosa. **Hacia una nueva política sexual – las mujeres ante la reacción patriarcal**. Madrid: Catarata, 2011.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **RBSE** 8(24): 738-757, 2009.

CONSELHO Tutelar é invadido e tem móveis destruídos em Maracanaú. **G1**, Fortaleza, 17 julho 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/v/conselho-tutelar-e-invadido-e-tem-moveis-destruidos-em-maracanau/6012840/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

CORDEIRO, Anna Renta Pinto de Lemos. Entre Punição, Prevenção e Assistência: Repertórios e jogos de posicionamento de profissionais sobre homens na rede de atenção à violência contra a mulher em Recife-PE. 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3. ed.. São Paulo: Cortez, 1994.

DAMATTA, Roberto O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edilson de O. (Org.) **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DATASENADO. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília: Senado Federal, 2015.

DAYRELL, Juarez. Juventude, Grupos Culturais e Sociabilidades. **Revista de Estudos sobre Juventude**. Rio de Janeiro, 2005.

DEBERT, Guita Grin. As Delegacias de Defesa da Mulher: Judicialização das relações sociais ou politização da justiça?. In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de (org.). **Vida em família: Uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”**. Campinas: Pagu, 2006.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os Modelos Conciliatórios de Solução de Conflitos e a “Violência Doméstica”. **Cadernos Pagu** [online], n. 29, p. 305-337, jul/dez, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

D’OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Mulheres em Situação de Violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista Médica**. São Paulo, v. 92, n. 2, p. 134 – 140, abril- jun, 2013.

DURAN, Marília Claret Geraes. Maneiras de Pensar o Cotidiano com Michael de Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115 – 128, set/dez , 2007.

DUTRA, M. L.; PRATES, P. L.; NAKAMURA, E; VILLELLA, W. V. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1293 – 1304, 2013.



DYE, Thomas. **Understanding public policy**. 11. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

ESTADÃO. **O ajuste fiscal de Dilma**. Fevereiro, 2015. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-ajuste-fiscal-de-dilma,372254>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

FALTA de remédios e médicos em posto de saúde em Maracanaú gera críticas de moradores. **G1**, Fortaleza, 24 maio 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/falta-de-remedios-e-medicos-em-posto-de-saude-em-maracanau-gera-criticas-de-moradores.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2017.

FAMÍLIA denuncia morte de idoso após 45 minutos esperando atendimento médico em hospital de Maracanaú. **O Povo**, Fortaleza, 05 setembro 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/10/ceara-e-o-estado-com-maior-numero-de-adolescentes-mortos-no-pais.html>>. Acesso em: 13 out. 2017.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). **Gênero/corpo/conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 224-240

FARIA, Carlos A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 97-169, out. 2005.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.3, p.979-992, 2014.

FIALHO, Joaquim Manuel Rocha. Análise de Redes Sociais: princípios, linguagem e estratégias de ação na gestão do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & conhecimento**. João Pessoa, v. 4, n , p. 9-16, out 2014.

FOLHA ONLINE. Leia Íntegra Da Carta De Lula Para Acalmar O Mercado Financeiro. junho, 2006. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.html>>. Acesso em 1 fev. 2017.

FOUREZ, G. **A Construção das Ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: EduNESP, 1995.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: **Dossiê contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais**, v. 14, n. 2, Londrina: Ed. Mediações, 2009.

GARCIA, Ana Isabel; GORMIZ, Enrique. A conceituação de Gênero nas Políticas de Desenvolvimento Pós Beijing. In: MIRANDA, Carlos; COSTA, Cristina. (Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. Brasília: IICA, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: Mulheres e Situações violentas.

**Novos Estudos**, Campinas, v. 23, n. 1, p.163-175, mar. 1989.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Estoril: Principia, 2006 .

GUERRA, Cláudia Costa. **Descortinando o Poder e a Violência nas relações de gênero: Uberlândia-MG(1980-1995)**. 1998. 214 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Curso de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GUSSI, Alcides Fernando. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. VALENTE, H. A.; PRADOS, R.M.N; SCHIMIDIT, C (Org.) **A música como negócio**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

GUSSI, Alcides Fernando e OLIVEIRA, B.R. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

HEILBORN, M. L. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Garamond: Rio de Janeiro, 2004.

IGLESIAS, Simone; BARRETTO, Eduardo. Marcela Temer assumirá cargo em programa social - Primeira-dama vai atuar no “Criança Feliz”, lançado para atender crianças do Bolsa Família. **O Globo**, setembro 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/marcela-temer-assumira-cargo-em-programa-social-20030560>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. **Violência contra a mulher: o jovem está ligado?** 2015. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/DATAPOPULAR\\_AVON\\_violenciajovens.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/07/DATAPOPULAR_AVON_violenciajovens.pdf)>. Acesso em 13 out. 2017.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no Ambiente Universitário**. 2015. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/12/DATAPOPULAR\\_AVON\\_violenciauniversitarios2015.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/12/DATAPOPULAR_AVON_violenciauniversitarios2015.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2017.

IPEA. **Tolerância Social à Violência contra as Mulheres**. 2014. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2017.

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. IPEA: Brasília, 2017.

IPECE. **Painel de Indicadores Sociais e Econômicos: Os 10 maiores e os 10 menores municípios cearenses - 2016**. IPECE: fortaleza, 2016.

JANNUZZI, Paulo. Eficiência econômica, eficácia procedural ou efetividade social: três valores em disputa na Avaliação de Programas e Políticas Sociais. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 117-142, 2016.

JOVEM é morta a facadas no Ceará durante briga com o marido em Maracanaú. G1, Fortaleza, 24 maio 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ceara/noticia/jovem-e-morta-a-facadas-no-ceara-durante-briga-com-o-marido-em-maracanau.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2017.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos– CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, março, 2010.

KISS, L; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento à mulher em situação de violência. **Interface – comunicação, saúde, educação**. São Paulo, v. 11, n. 23, p. 485– 501, 2007.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para Análise de Políticas Públicas** – a fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

LIMA, Maria Elza Ferreira. **Comunicação Pública e Cidadania**: um estudo de caso sobre a campanha cultura de paz em Maracanaú. 2010. 163 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. v. 20, nº 2, p. 101 – 132, jul/dez, 1995.

MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. **Violência Conjugal: os Espelhos e as Marcas**. Brasília, DF: UnB, 1998.

MAIRESSE, D. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Orgs.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARACANAÚ. **Gabinete do Prefeito – competências**. Disponível em: <[www.maracanau.ce.gov.br/gabinete-do-prefeito/](http://www.maracanau.ce.gov.br/gabinete-do-prefeito/)>. Acesso em: 8 mai. 2018.

MARACANAÚ: as promessas não cumpridas do secretário de saúde veterinário. Disponível em: <<http://blogdomelo32.blogspot.com.br/2017/08/maracanau-as-promessas-nao-cumpridas-do.html>>. Acesso em: 13 out. 2017.

MARACANAÚ é reconhecida como Cidade Americana do Futuro. Disponível em: <<http://www.maracanau.ce.gov.br/maracanau-e-reconhecida-como-cidade-americana-do-futuro/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

MARACANAÚ ganha o Ronda da Família, programa de proteção à violência doméstica. **O Povo**, Fortaleza, 12 junho 2015. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/maracanau/2015/06/maracanau-ganha-o-ronda-da-familia-programa-de-protecao-a-violencia-d.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MARACANAÚ. Lei nº 2670, de 30 de novembro de 2017. Plano Plurianual do Município 2018 – 2021.

MARACANAÚ. Lei 2098, de 08 de novembro de 2013. Plano Plurianual do Município 2014 – 2017.

MARACANAÚ. Lei nº 2671, de 30 de novembro de 2017. Lei Orçamentária Anual – exercício financeiro de 2018.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

MEAD, Margareth. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Boletim – Subsídios para elaboração do PPA Municipal**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id\\_grupo=69](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69)> Acesso em: 12 out. 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. Rio Grande do Sul: NIEM:UFRGS, 2009.

MORAES, M. L. Q. de. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. **Crítica Marxista**, São Paulo, 2000.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. **Estudos de Psicologia**. v. 11, n. 2, p. 143-151,2006.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira. **Trem para Maracanaú: uma viagem em busca da identidade de lugar dos moradores de uma cidade reinventada**. 2003. f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2003.

MULHER é vítima de espancamento em via pública na grande Fortaleza. Polícia Civil investiga se a vítima também sofreu estupro coletivo. Caso aconteceu em Maracanaú. **G1**, Fortaleza, 24 junho 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/mulher->

e-vitima-de-espancamento-em-via-publica-na-grande-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2017.

NEIROTTI, N. Evaluation in Latin America: Paradigms and practices. In: KUSHNER, S.; ROTONDO, E. (Org.). **Evaluation voices from Latin America**. San Francisco: Jossey-Bass, 2012. (Tradução em espanhol).

NETO, Francisco Oliveira de Sousa. **Deslocamentos Cotidianos no Espaço Metropolitano: as trajetórias Maracanaú** – Fortaleza. 2010. 139 F. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

NEUMA, Aguiar. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 15, p. 303-333, jun./dez. 2000.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

NOGUEIRA, M. A. A Dialética Estado e Sociedade e a construção da Seguridade Pública. **Cadernos ABONG**, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Fortaleza: EdUECE, 2008.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULANI, Leda. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. IPEA, **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 10, p. 89-102, Abr/Jun., 2012.

PAULANI, Leda. **Mídia e mercado fazem terrorismo econômico**. Brasil de Fato. São Paulo. Nov, 2014. (Entrevista concedida a Bruno Pavan). Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/nocle30418>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

PEREIRA, Ana Paula da Silva. **A participação popular na Revisão do Plano Diretor de Maracanaú: o olhar do Conselho Gestor**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

PEREIRA, Julia Rossato Oliveira; SANTOS, Moacir José dos; INOCENTE, Nancy Julieta. As Redes, seus desafios de implementação e o desenvolvimento sustentado. **Latin American Journal of Business Management**. Taubaté, SP, v. 2, n. 2, p. 54 – 68, jul/dez, 2011.

PIOVESAN, Flavia. Direitos Civis e Políticos: a conquista da cidadania feminina. In: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. **O Progresso das Mulheres no Brasil**.

UNIFEM: Brasília, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 47.

PONTES, Heloísa André. **Dos Palcos aos Bastidores – o SOS Mulher (SP) e as Práticas Feministas Contemporâneas**. 1986. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Conjunto de Antropologia Social. Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

RIBEIRO, Fernando. **Mistério em Maracanaú: corpo de mulher é encontrado em matagal, com sinais de violência sexual**. Disponível em: <<http://www.blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/81-categorias/violencia-urbana/2771-misterio-em-maracanau-corpo-de-mulher-e-encontrado-em-matagal-com-sinais-de-violencia-sexual>>. Acesso em: 13 out. 2017.

ROCHA, Ana; ECKERT, Cornelia. Etnografia saberes e práticas. In: **Ciências Humanas: pesquisa e métodos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Tradução de ONG SOS Corpo, Recife, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth e ALMEIDA, Suely. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SALES, C. M. V. Pesquisa Qualitativa: cartografando novos percursos na produção de conhecimento. In: DAMASCENO, M. N.; SALES, C. M. V. (coord.). **O Caminho se faz ao Caminhar – elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa**. Fortaleza: editora UFC, 2005.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas Feministas e Políticas Públicas sobre Violência contra Mulheres no Brasil**. Oficina do CES n.º 301. Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 2008.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. v. 16, n. 1, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Portugal: ensaio contra a autoflagelação**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, L. 2003. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia**. Porto: Afrontamento, 2003.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elizabeth. Lugar no governo: Álibi ou conquistista?. **Estudos Feministas**, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p.71-99, 1995.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. Texto Base do pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. 04/09/2014. Disponível em: <[www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pacto-nacional/texto-base-do-pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contr-a-mulhei.r](http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pacto-nacional/texto-base-do-pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contr-a-mulhei.r)> .Acesso em: 14 mai. 2018.

SEIBEL E.J. e Gelinky Carmen Rosario Ortiz. Concepção de Estado e escolha de metodologia de políticas públicas. **Cad. de Pesq. Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v.13, n.102, p.119-134, jan/jul 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SOARES, Ricardo Pereira. A Concepção de Família da política de Assistência Social – desafios à atenção às famílias homoparentais. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOLNIT, Rebecca. **Os Homens explicam tudo para mim**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Cultrix, 2017.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas – reflexões sobre os novos feminismos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

STAMPACCHIO, Maria Elisa dos Santos Braga. Discutindo a questão de gênero: o olhar dos profissionais da Casa Eliane de Grammont. 1995. XXf. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

STECANELA, Nilda. O Cotidiano como fonte de pesquisa nas Ciências Sociais. *Conjectura*. v. 14, n. 1, jan/mai, 2009.

STURZA, J. M.; MACIEL, R. Democracia, Cidadania e Direitos Humanos: a conjuntura atual do estado democrático de direitos. **Argumenta Journal Law**, n. 23, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

VASCONCELOS, Silva Catarina Dourado. Violência de Gênero: uma análise da rede de atendimento à mulher. 2016. XXf. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2016.

VIEIRA, Evaldo A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 67-73, 1997.

VITÓRIA, Ceres Gomes. *et al.* **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WAISELFIZ, J. J.; CEBELA/FLACSO. **Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil. 2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, ONU Mulheres, Organização Pan- Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2016.



## ANEXO A - INSTRUMENTAL DE LEVANTAMENTO DO PERFIL DAS INSTITUIÇÕES



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ**

Nome da Instituição: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Ano de fundação: \_\_\_\_\_

Quantas pessoas trabalham na instituição: \_\_\_\_\_

Coordenador/a geral: \_\_\_\_\_

Quantas pessoas trabalham diretamente com a questão da violência contra a mulher? \_\_\_\_\_

Tipo de atividade que desenvolve (no contexto da violência contra a mulher) (pode marcar mais de um)

serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência

serviço de atendimento a agressores

ações de prevenção com mulheres

ações de prevenção com homens

definição e implementação de políticas públicas

controle social do estado e mobilização política

registro de dados estatísticos

pesquisa

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Público-alvo (no contexto da violência contra a mulher) (pode marcar mais de um)

mulheres vítimas de violência

mulheres em geral

agressores

homens em geral

profissionais. Quais? \_\_\_\_\_

estudantes. Quais? \_\_\_\_\_

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Pessoa que forneceu informações para perfil: \_\_\_\_\_

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Observação (se necessário): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## ANEXO B – TABELAS COM DADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM MARACANAÚ RETIRADOS DO SINAN, CEMARIS, DISQUE 180 E SSPDS

### 1) Dados do SINAN

Tabela 01 - Violências sofridas por mulheres, conforme tipo de violência, no município de Maracanaú – CE, de 2008 a 2017\*

<b>Tipo</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015*</b>	<b>2016*</b>	<b>2017*</b>	<b>Total</b>
Violência sexual	0	0	3	1	0	2	3	1	2	2	14
Violência física	7	12	14	8	6	7	5	6	10	4	79
Negligência / abandono	0	0	3	0	1	0	1	0	1	2	8
Violência psicológica /moral	0	3	3	5	2	3	5	3	7	1	32
Violência financeira / econômica	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Tortura	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>131</b>

Fonte: VIVA/Sinan/MS. Levantamento realizado em 15/09/2017. (\*) Dados sujeitos a alteração.

Tabela 02 - Violência sofrida por mulheres, conforme escolaridade da vítima, no município de Maracanaú – CE, de 2008 a 2017\*

<b>Escolaridade</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>Total</b>
Analfabeta	6	9	17	3	4	4	2	24	16	9	94
1ª a 4ª série completa do EF	0	2	3	3	1	0	2	1	2	0	14
Ensino fundamental completo	1	3	0	1	1	2	1	1	5	2	17
Ensino médio incompleto	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Ensino médio completo	0	1	2	0	0	1	2	0	0	2	8
Educação superior incompleta	0	0	1	1	1	0	0	3	1	0	7
Educação superior completa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não se aplica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ign/Branco	0	0	4	0	0	0	2	0	3	0	9
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>28</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>151</b>

Fonte: VIVA/Sinan/MS. Levantamento realizado em 15/09/2017.

Tabela 03 - Violência sofrida por mulheres, conforme idade da vítima, no município de Maracanaú – CE, de 2008 a 2017\*

Idade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*	2017*	Total
Menor de 01 ano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
01 a 05 anos	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	6
06 a 10 anos	0	0	3	0	0	1	2	0	1	0	7
11 a 15 anos	1	1	3	1	0	1	2	3	3	6	21
16 a 20 anos	1	1	2	0	1	1	2	4	7	1	20
21 a 25 anos	2	1	2	3	0	2	0	8	4	3	25
26 a 30 anos	0	4	5	2	2	1	0	1	0	0	15
31 a 35 anos	1	3	3	1	0	0	0	6	2	0	16
36 a 40 anos	1	0	4	1	0	0	1	1	2	2	12
41 a 45 anos	0	2	2	0	0	1	0	2	2	1	10
46 a 50 anos	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	4
51 a 55 anos	0	2	0	0	0	0	1	2	1	0	6
56 a 60 anos	0	0	0	0	1	0	1	1	2	0	5
61 a 65 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
66 a 70 anos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
71 a 75 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
76 a 80 anos	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	3
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>28</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>151</b>

Fonte: VIVA/Sinan/MS. Levantamento realizado em 15/09/2017. (\*) Dados sujeitos a alteração.

Tabela 04 - Violência sofrida por mulheres, conforme ciclos de vida de autor masculino, no município de Maracanaú – CE, de 2008 a 2017\*

Ciclos de vida	2014	2015*	2016*	2017*	Total
Adolescente	0	0	1	1	2
Jovem	0	0	2	1	3
Adulto	0	5	4	0	9
Sem informação	9	24	20	11	64
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>78</b>

Fonte: VIVA/Sinan/MS. Levantamento realizado em 15/09/2017. (\*) Dados sujeitos a alteração.

Tabela 05 - Violência sofrida por mulheres, conforme meios de agressão, no município de Maracanaú – CE, de 2008 a 2017\*

Meio de agressão	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*	2017*	Total
Objeto perfurocortante	1	3	2	2	0	3	1	0	3	2	17
Arma de fogo	1	1	1	0	0	0	2	0	0	0	5
Força corporal/ espancamento	5	5	8	7	5	5	4	6	6	3	54
Objeto contundente	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	3
Enforcamento /sufocação	1	0	2	0	0	1	0	0	1	0	5
Ameaça	0	1	1	1	1	2	3	1	4	0	14
Subst. Objeto quente	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Envenenamento	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	6
Outros	1	0	2	0	0	0	2	0	1	2	8
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>113</b>

Fonte: VIVA/Sinan/MS. Levantamento realizado em 15/09/2017. (\*) Dados sujeitos a alteração. \*\* - dados não registrados

Tabela 06 - Violência sofrida por mulheres, conforme encaminhamento, no município de Maracanaú – CE, de 2008 a 2017\*

Encaminhamento	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*	2017*	Total
Rede da Saúde							1	2	2	5
Rede da Assistência Social								4	1	5
Conselho Tutelar	2	9			3	3		3	5	25
Ministério Público								3	1	4
Delegacia de Atendimento à Mulher	3	5	6	2	2	1	3	2	1	25
Outras delegacias	2	1	1		1	3		2		10
Centro de Referência da Mulher						1				1
CREAS / CRAS	1		2	2		1				6
IML	1	2	1				3			7
Outros	3	4			1					8
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>96</b>

Fonte: VIVA/Sinan/MS. Levantamento realizado em 15/09/2017. (\*) Dados sujeitos a alteração.

Tabela 07 - Violência sofrida por mulheres, conforme deficiência, no município de Maracanaú – CE, de 2008 a 2017\*

Deficiência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*	2017*	Total
Deficiência física	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Deficiência mental	0	1	0	0	0	2	1	0	0	4
Deficiência visual	1	0	1	1	0	0	0	0	0	3
Deficiência auditiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra deficiência	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

Fonte: VIVA/Sinan/MS. Levantamento realizado em 15/09/2017. (\*) Dados sujeitos a alteração.

## 2) Dados do CEMARIS

Tabela 08 – Riscos e tipificação da violência de acordo com o ciclo de vida sofrido por mulheres no município de Maracanaú, nos anos de 2011 e 2012

Tipo de Risco	Tipo de Violência	Ciclo de Vida	Total de Casos
Violência Doméstica	Física	Adolescente	1
Violência Doméstica	Física	Adulto	6
Violência Doméstica	Física	Criança	2
Violência Doméstica	Física	Idoso	6
Violência Doméstica	Negligência	Adolescente	1
Violência Doméstica	Negligência	Adulto	2
Violência Doméstica	Negligência	Criança	4
Violência Doméstica	Negligência	Idoso	8
Violência Doméstica	Psicológica	Adolescente	1
Violência Doméstica	Psicológica	Adulto	5
Violência Doméstica	Psicológica	Idoso	7
Violência Sexual	Abuso Sexual	Adolescente	6
Violência Sexual	Abuso Sexual	Criança	5
<b>Total</b>			<b>54</b>

Fonte: CEMARIS 2013 (Casos notificados referente aos anos de 2011 e 2012)

Tabela 09 – Riscos e tipificação da violência de acordo com o ciclo de vida sofrido por mulheres no município de Maracanaú, nos anos de 2013 e 2014

<b>Tipo de Risco</b>	<b>Tipo de Violência</b>	<b>Ciclo de Vida</b>	<b>Total de Casos</b>
Violência Doméstica	Física	Adolescente	11
Violência Doméstica	Física	Adulto	32
Violência Doméstica	Física	Criança	16
Violência Doméstica	Física	Idoso	11
Violência Doméstica	Física	Jovem	1
Violência Doméstica	Negligência	Adolescente	15
Violência Doméstica	Negligência	Adulto	11
Violência Doméstica	Negligência	Criança	29
Violência Doméstica	Negligência	Idoso	41
Violência Doméstica	Negligência	Jovem	1
Violência Doméstica	Psicológica	Adolescente	9
Violência Doméstica	Psicológica	Adulto	33
Violência Doméstica	Psicológica	Criança	13
Violência Doméstica	Psicológica	Idoso	47
Violência Doméstica	Psicológica	Jovem	1
Violência Sexual	Abuso Sexual	Adolescente	28
Violência Sexual	Abuso Sexual	Adulto	2
Violência Sexual	Abuso Sexual	Criança	27
Violência Sexual	Abuso Sexual	Jovem	1
Violência Sexual	Exploração Sexual	Adolescente	5
Violência Sexual	Exploração Sexual	Adulto	1
Violência Sexual	Exploração Sexual	Criança	1
<b>Total</b>			<b>271</b>

Fonte: CEMARIS 2015 (Casos notificados referente aos anos de 2013 e 2014)

### 3) Dados do Disque 180

Tabela 10 – Registro de Ligações - 2010 a 2016

<b>Tipo de Registro</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>
Denúncia	48	20	9	14	17	10	26	144
Informação	66	61	30	54	75	59	134	479
Serviço	52	23	12	27	29	6	13	162
Reclamação	4	0	0	0	0	0	0	4
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>104</b>	<b>51</b>	<b>95</b>	<b>121</b>	<b>75</b>	<b>173</b>	<b>789</b>

Fonte: Disque 180

Tabela 11 – Tipos de Violência - 2010 a 2016

<b>Tipo de Violência</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>
Cárcere Privado	0	0	0	0	0	1	1	2
Violência Doméstica e Familiar	0	0	1	0	0	0	0	1
Violência Física	21	9	3	7	11	6	13	70
Violência Psicológica	15	5	2	5	5	3	11	46
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>25</b>	<b>119</b>

Fonte: Disque 180

Tabela 12 – Perfil do Denunciante - 2010 a 2016

<b>Denunciante</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Vítima	142	104	51	66	71	11	67	512	76,53%
Outro(a)	0	0	0	0	9	16	7	32	4,78%
Vizinho(a)	6	0	0	0	7	8	8	29	4,33%
Irmã(o)	0	0	0	0	15	0	6	21	3,14%
Cônjuge	0	0	0	0	0	0	15	15	2,24%
Desconhecido(a)	0	0	0	0	0	15	0	15	2,24%
Ex Companheiro	0	0	0	9	0	0	0	9	1,35%
Mãe	0	0	0	7	0	0	0	7	1,05%
Companheiro	0	0	0	0	0	0	6	6	0,90%
Conhecido(a)	0	0	0	0	0	5	1	6	0,90%
Namorado	0	0	0	0	0	0	6	6	0,90%
Parentes	0	0	0	0	1	0	5	6	0,90%
Profissional que atendeu a vítima	0	0	0	0	5	0	0	5	0,75%

Fonte: Disque 180

#### 4) Dados da SSPDS

Tabela 13 – Vítimas do gênero feminino segundo Lei 11340/2006 em Maracanaú por Raça

<b>Raça</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Branca	48	41
Preta	10	6
Parda	227	230
Amarela	1	1
Indígena	2	0
Não Informada	723	712
<b>Total</b>	<b>1011</b>	<b>990</b>

Fonte: SIP/AAESC/SSPDS

Tabela 14 – Relacionamentos Indiciados x Vítima do gênero feminino segundo Lei 11340/2006 em Maracanaú

<b>Relacionamento</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Ascendente	1	0
Avô(ó)	1	0
Conjuge/Companheiro	110	61
Filho(a)	8	0
Irmão(ã)	7	3
Mãe	4	2
Namorado(a)	3	3
Outros	10	8
Padrasto	1	1
Pai	1	1
Tio(a)	2	1
Não Informado	824	878
<b>Total</b>	<b>972</b>	<b>958</b>

Fonte: SIP/AAESC/SSPDS

Tabela 15 – Indiciados na Lei 11340/2006 em Maracanaú por Gênero

<b>Gênero</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Feminino	10	7
Masculino	203	180
Não Informado	759	771
<b>Total</b>	<b>972</b>	<b>958</b>

Fonte: SIP/AAESC/SSPDS

Tabela 16 – Vítimas do Gênero Feminino segundo Lei 11340/2006 em Maracanaú por tipicidade

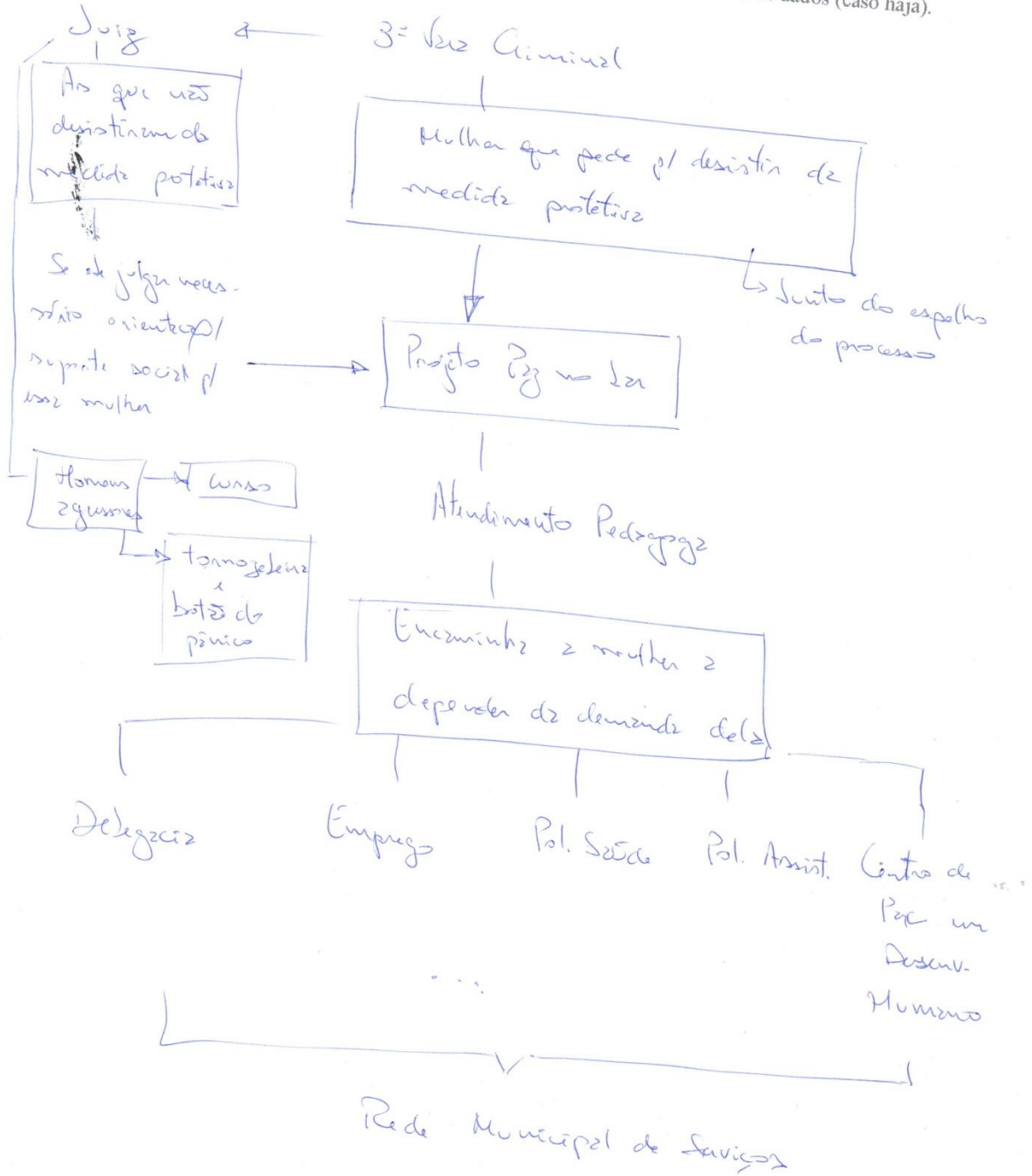
<b>Tipicidade</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Ameaça	565	451
Apropriação indébita	1	0
Calúnia	2	10
Constrangimento ilegal	1	0
Contravenção penal	11	30
Crime contra a administração pública	0	3
Crime contra a fé pública	0	1
Crime contra o idoso	3	0
Crime de violência doméstica	17	24
Crime previstos no estatuto do menor	0	1
Dano	16	18
Difamação	9	16
Estelionato	0	2
Estupro	3	4
Estupro de vulnerável	2	5
Extorsão	0	1
Extravio de documentos	1	0
Furto de documentos	0	1
Furto qualificado (arrombamento)	0	1
Furto (outros)	4	9
Homicídio doloso	3	6
Injúria	133	158
Lesão corporal culposa	2	1
Lesão corporal dolosa	227	226
Não delituosa	2	13
Roubo (outros)	0	1
Tráfico ilícito de drogas	1	0
Violação de Domicílio	8	8
<b>Total</b>	<b>1011</b>	<b>990</b>

Fonte: SIP/AAESC/SSPDS

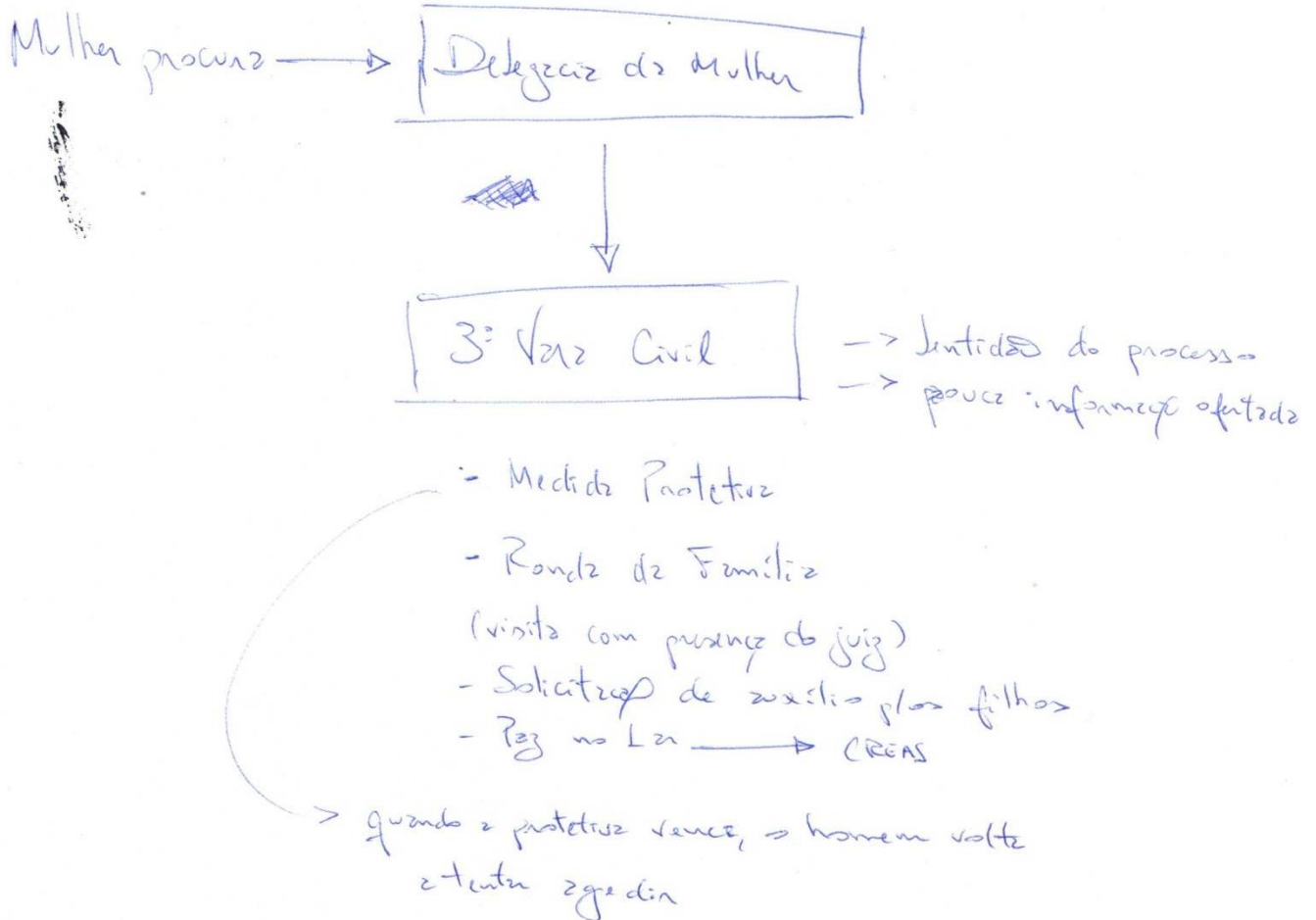


**ANEXO C – DESENHO DOS PROCESSOS**

Desenho do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, especificando como a mulher chega a este serviço, as atividades realizadas aqui e os encaminhamentos dados (caso haja).



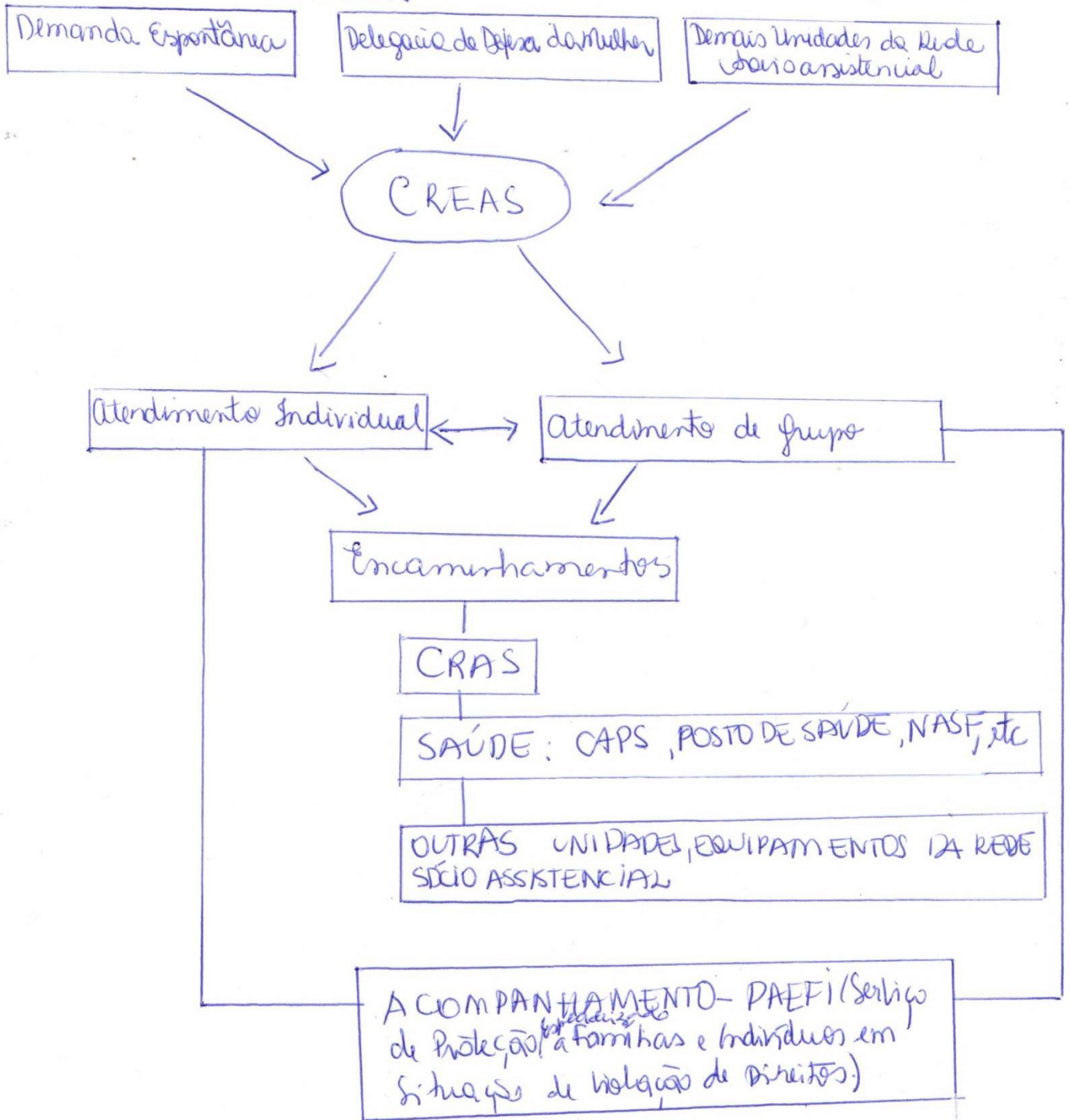
Desenho do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, especificando como a mulher chega a este serviço, as atividades realizadas aqui e os encaminhamentos dados (caso haja).



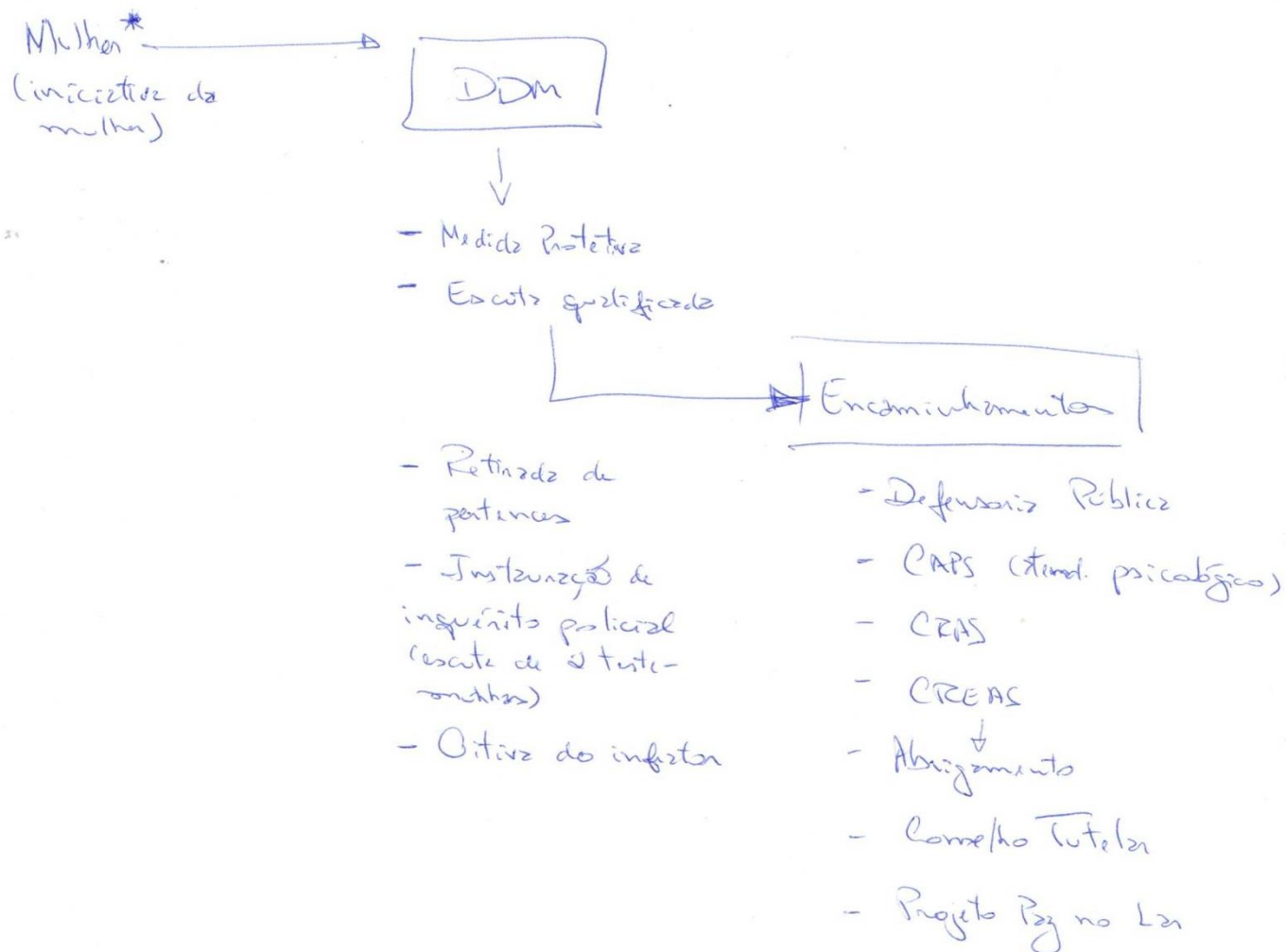
- Existe o CREAS também

Desenho do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, especificando como a mulher chega a este serviço, as atividades realizadas aqui e os encaminhamentos dados (caso haja).

FLUXO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

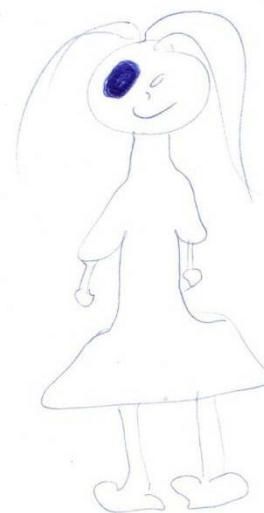
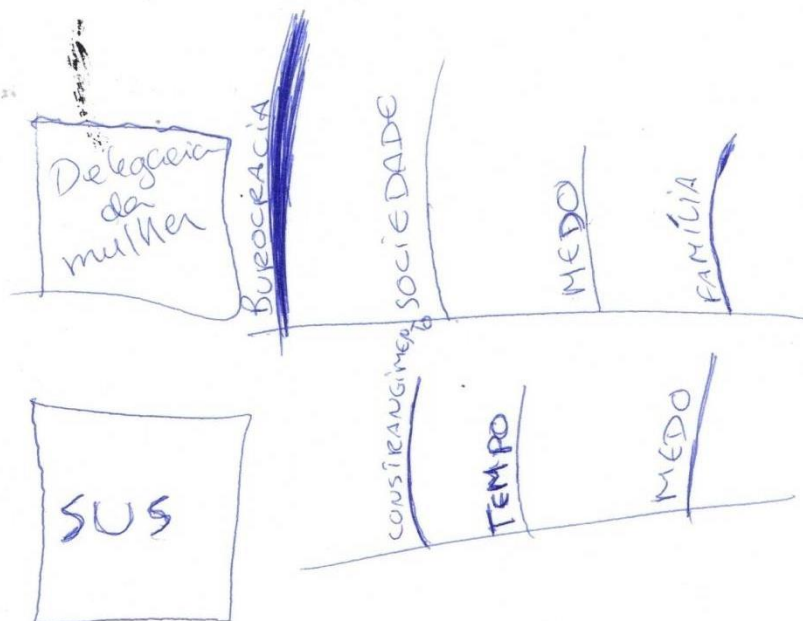


Desenho do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, especificando como a mulher chega a este serviço, as atividades realizadas aqui e os encaminhamentos dados (caso haja).

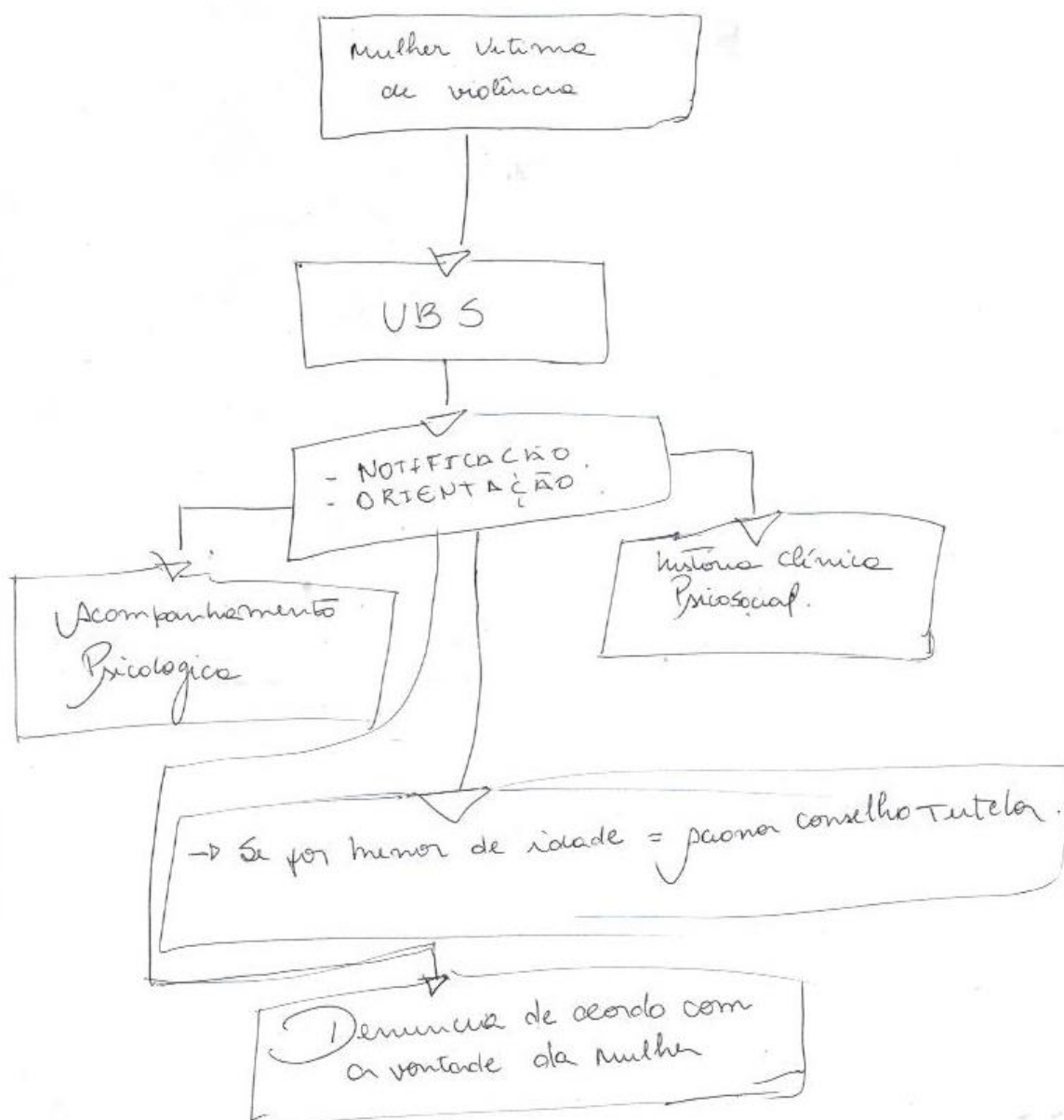


\* Alguns casos encaminhados

Desenho do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, especificando como a mulher chega a este serviço, as atividades realizadas aqui e os encaminhamentos dados (caso haja).



Desenho do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência, especificando como a mulher chega a este serviço, as atividades realizadas aqui e os encaminhamentos dados (caso haja).



## ANEXO D - PROGRAMAÇÃO SEMANA DA MULHER 2018

Eu tô na luta, sou  
**Mulher**  
 posso ser o que eu quiser  
 SEMANA DA MULHER | 2018

**Programação da  
Semana da Mulher 2018**

**05.mar – Segunda-feira**

**18h – Ação Mulher no Alto Alegre I**  
 Show de Humor com Ciro Santos, Zumba, Apresentações Artísticas, Exposição de Fotos do Maracanaú Antigo, Espaço de Beleza e Espaço da Saúde.  
 Novo Posto de Saúde do Alto Alegre I – Rua Paulo Afonso, esquina com Travessa 14.

**07.mar – Quarta-feira**

**8h – Prêmio Empresa Parceira da Mulher e Apresentação do Grupo CRIAS DA TERRA**  
 Teatro do Centro Cultural Dorian Sampaio – Rua Edson Queiroz, Antônio Justa.

**18h – Ação Mulher no Alto da Mangueira**  
 Show de Humor com Aurineide Camurupim, Zumba, Apresentações Artísticas, Espaço de Beleza e Espaço da Saúde.  
 Novo Posto de Saúde do Alto da Mangueira – Rua Vicente Ferreira Góes, s/n.

**08.mar – Quinta-feira**

**8h – Homenagens às mulheres servidoras municipais**  
 Centro Administrativo, Hospital da Mulher, Secretaria do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo, Secretaria de Educação, Secretaria do Esporte e Palácio Antônio Gonçalves.

**9h – Palestra com Dra. Valesca Basílio Feijó, titular da Delegacia da Mulher de Maracanaú, e Apresentação do Cordelista Tião Simpatia**  
 Teatro do Centro Cultural Dorian – Rua Edson Queiroz, Antônio Justa.

**18h – Estação Mulher**  
 Homenagem às Mulheres, Eleição da Beleza Feminina 2018 e entrega do Prêmio Mulheres de Destaque na Área Social, Cultura e Empreendedorismo.  
 Nova Praça da Estação, no Centro.

**20h – Show com Eliane A Rainha do Forró**  
 Nova Praça da Estação, no Centro.

**09.mar – Sexta-feira**

**18h – Ação Mulher no Jari**  
 Show de Humor com Luana do Crato, Zumba, Apresentações Artísticas, Espaço de Beleza, Espaço da Saúde e Exposição de Fotos.  
 Novo Posto de Saúde do Jari – Rua Santa Lúcia, s/n.



## ANEXO E – MATERIAL DISTRIBUÍDO DURANTE A SEMANA DA MULHER

### PORQUE AS MULHERES SOFREM CALADAS?

Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofrem caladas e não pedem ajuda. Para elas é difícil dar um basta nessa situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que "foi só daquela vez" ou que, no fundo são elas as culpadas pela violência; outras não falam por causa dos filhos; porque tem medo de apunhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também aquela ideia do "ruim com ele, pior sem ele".

Muitas se sentem sozinhas, com medo e vergonha. Quando pedem ajuda, em geral, é pra outra mulher da família, como a mãe ou irmã, ou então alguma amiga próxima, vizinha ou colega de trabalho. Já o número de mulheres que recorrem a polícia é ainda menor. Isso ocorre principalmente no caso de ameaça com arma de fogo, depois de espancamentos com fraturas ou cortes e ameaças aos filhos.

### O QUE A MULHER DEVE FAZER?

- No momento da agressão deve chamar a polícia pelo 190.
- Depois procure uma delegacia local ou especializada com o local, data, hora, nome completo do agressor, levar a certidão do nascimento dos filhos, se houver, e ainda, se possível, nomes de testemunhas que presenciaram o ocorrido. Faça um boletim de ocorrência contando os detalhes dos fatos.
- Fazer o exame de corpo de delito quando receber a guia do delegado.
- Procure o projeto PAZ NO LAR, lá você receberá ajuda psicológica e terapêutica (ligue: 3371-8598).
- Compareça ao fórum sempre que chamada enquanto houver necessidade, no caso de orientações, informações.
- Em caso de risco de vida, será providenciado seu recolhimento em uma casa de abrigo.

### ONDE BUSCAR AJUDA?

Serviços disponíveis em Maracanaú que auxiliam e orientam as mulheres vítimas de violência.



**Delegacia da mulher**  
Av. Padre José Holanda do Vale  
1961 - 2º andar  
85 3371.7835 | 3371.7834



**3ª Vara Criminal**  
Projeto Paz no Lar  
85 3371.8598 | 98990.2788



**Defensoria Pública**  
85 3371.8356



**CREA-S - Centro de Referência  
Especializado de Assistência Social**  
Avenida X, 415, Jereissati II  
85 3392.8095



**CMDM - Conselho Municipal  
dos Direitos da Mulher**  
Rua 4, nº370, Jereissati I  
direitodamulher@maracanau.ce.gov.br  
85 3382.8068



Eu tô na luta, sou  
**Mulher**  
posso ser o que eu quiser  
SEMANA DA MULHER | 2018

GUIA DE INFORMAÇÕES,  
ORIENTAÇÕES E APOIO  
À MULHER.



### É LEI! FIQUE INFORMADO!

No dia 07/08/2006 foi sancionada pelo presidente da república a lei 11.340/06, a Lei Maria da Penha, que tem por objetivo o enfrentamento da violência contra a mulher, com atendimento, apoio e proteção necessária a toda mulher em situação de violência.

#### O QUE É VIOLENCIA CONTRA A MULHER?

"Qualquer ato ou conduta baseada em gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico contra a mulher".

#### TIPOS DE VIOLENCIA CONTRA A MULHER

- **Violência Física** – Qualquer ato por parte do agressor que ofenda a integridade física ou a saúde da mulher ofendida.
- **Violência Psicológica** – Compreende o dano emocional com a diminuição da autoestima, as ameaças, os constrangimentos, a humilhação, a perseguição, o insulto, a ridicularização, a chantagem e a exploração.
- **Violência Sexual** – Qualquer ato que obrigue a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada ou que impeça de utilizar método anticoncepcional (camisinha, comprimidos, tabela e outros).
- **Violência Patrimonial** – É a retenção ou subtração, destruição de objetos da mulher, objetos de trabalho, bens, valores e recursos econômicos.
- **Violência Moral** – Compreende na calúnia (acusar falsamente alguém da prática de um crime), DIFAMAÇÃO (afirmar que alguém praticou um ato que desonre) e INJURIA (dirigir a outrem ofensas injustas).

### MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

- Afastamento do agressor do lar, domicílio, ou local de convivência com a ofendida.
- Proibição do agressor de se aproximar da mulher ofendida.
- Proibição do agressor de contactar com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação.
- Obrigar ao agressor a dar pensão de alimentos provisórios.
- Suspensão do porte de arma.
- Determinar o afastamento da ofendida e filhos do lar, sem prejuízo de seus direitos.
- Encaminhar a ofendida e seus dependentes a abrigos em situação de risco de vida.
- Determinar a prisão preventiva do agressor em casos graves.

#### A QUEM CABE A PROTEÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA?

Sempre a MULHER em situação de violência doméstica, ou seja, que tenha vínculo familiar, doméstico ou afetivo com o agressor ou agressora.

#### SÓ O HOMEM É CONSIDERADO SUJEITO ATIVO OU AGRESSOR SUJEITOS A LEI MARIA DA PENHA?

Não, pode ser o homem ou outra mulher, não importa o gênero. Os agressores de ambos os sexos ou grau de parentesco então sujeitos a Lei Maria da Penha.

#### SÓ O MARIDO E PARENTES QUE MORAM COM A VÍTIMA SÃO CONSIDERADOS AGRESSORES?

Não, o agressor pode ser um namorado ou ex, um amante ou ex, um empregado doméstico, um gen-

ro ou nora, um primo ou prima, um cunhado ou parente agregado, pessoa que tenha vínculo afetivo ou emocional e que conviva no âmbito familiar.

#### FASES DE VIOLENCIA DOMÉSTICA

Primeiro vem a fase de tensão que vai se manifestando por meio de atritos, cheios de insultos e ameaças. Em seguida, vem a fase da agressão, com a descarga descontrolada de toda aquela tensão acumulada. O agressor ataca a vítima com empurrões, socos e pontapés, ou as vezes usa objetos como garrafa, pau, ferro e outros. Depois é a vez da fase da reconciliação, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, ou finge que não houve nada, mas fica carinhoso, bonzinho, traz presentes, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais acontecer. É muito comum que esse ciclo se repita, com cada vez maior violência e intervalo de tempo menor entre as fases. A experiência mostra que, esse ciclo se repete indefinidamente, ou, pior, muitas vezes termina em tragédia, como uma lesão grave ou o assassinato da mulher.

#### O QUE É O PROJETO PAZ NO LAR

É um projeto da 3ª Vara Criminal, que pretende proteger, amparar e combater o fenômeno da violência doméstica através do acolhimento as vítimas. Minimizando o número de desistências de medidas protetivas, empoderando as mulheres de suas vidas, sem violência. Através do encaminhamento destas mulheres à rede de proteção e ao Espaço de Parceria em Desenvolvimento Humano, localizado na Avenida VI, nº 80, onde é disponibilizado: Reiki, Rodas de conversa, Atendimento Psicoterápico, terapia comunitária e Grupos de Mulheres. No Crea's é disponibilizado biodança e Atendimento terapêutico na 3ª Vara Criminal. Encaminhamos para o curso ESPERE no CREA'S.

## ANEXO F – QUADRO DESCRITIVO DA ORIGEM E SIGNIFICADO DAS DEUSAS

Optamos por incluir deusas de diversas crenças como uma forma de representar a diversidade de mulheres e de homenagear a pluralidade étnica e cultural do município de Maracanaú, que se formou por meio da migração de pessoas de diversas regiões do estado do Ceará, como abordamos na seção 2.2.1 (Lócus da Pesquisa: Maracanaú e suas instituições).

Deusa	Origem e significado
Sechat	Deusa da mitologia egípcia, associada à escrita, à Astronomia, à Arquitetura e à Matemática. O seu nome significa "a que escreve". Recebia também os títulos de "Senhora dos Livros" ou "Senhora dos Construtores".
Géia	Deusa da mitologia grega. É a Mãe-Terra, como elemento primordial e latente de uma potencialidade geradora incrível.
Lilith	Deusa da mitologia judaica. É criada por Deus da mesma forma como Adão, só que a partir de lodo e fezes. Os dois são o primeiro casal, responsáveis por cuidar do Éden. Só que com o tempo Lilith se rebela por não se conformar em estar em uma posição inferior a de seu marido. Em busca de igualdade, entra em conflito com seu marido, contesta sua posição de inferioridade e também o criador, tendo que escolher entre se submeter ou deixar o jardim. Ela escolhe a segunda opção e parte para um exílio no Mar Vermelho, reduto de demônios.
Ártemis	Deusa da mitologia grega. Está ligada à caça, à Lua, à castidade, ao parto e aos animais selvagens. Considerada uma fantástica caçadora, Ártemis era cultuada por aliviar as doenças femininas, proteger as crianças e os jovens.
Yemanjá	Deusa da mitologia africana. Segundo a lenda, com o casamento do céu (Obatalá) e da terra (Odudua), nasceu Iemanjá e seu irmão Aganju. Ela passou a representar as águas e Aganju foi a divindade responsável pelo controle das terras. Da união ocorrida entre ambos nasceram os primeiros orixás a habitarem a terra. Iemanjá também

	tem a sua figura ligada ao signo da maternidade, sendo também reverenciada como uma importante divindade para aqueles que buscam consolo e proteção a fim de enfrentar os problemas da vida presente.
Nossa Senhora das Águas do Marajó	Deusa da mitologia indígena. É uma divindade amazônica conhecida como poderosa senhora da energia aquática e responsável por realizar a emocionalidade intensa das marés da lua cheia.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

- Há quanto tempo você trabalha neste serviço (ou projeto voltado à violência contra a mulher)?
- Como e quando começou a trabalhar com violência contra a mulher?

### **INSTITUIÇÃO**

- Quando este serviço (ou por que esse projeto) foi criado?
- Que atividades vocês oferecem? Qual a periodicidades dessas atividades? Como se dá o planejamento dessas atividades? São realizadas em conjunto com outros serviços? E com o conselho da mulher e a assessoria da mulher, também há atividades realizadas em conjunto?
- Que outros órgãos (fora os já mencionados) participam de alguma forma do enfrentamento à violência contra a mulher no município?
- Conhece algum movimento de mulheres em Maracanaú?
- Qual público vocês atendem?
- Há treinamento prévio com a equipe para que trabalhe com essas situações de violência? Como é? Qual o público-alvo?
- Aqui vocês têm registro dos casos de violência atendidos? É possível traçar a tipologia de violência e o perfil dos usuários do serviço (cor/raça/etnia, orientação sexual, faixa econômica, faixa etária)?

### **ATENDIMENTO (apenas para equipamentos que compõe a rede de atendimento)**

- Quem procura o serviço é a mulher em situação de violência ou outra pessoa?
- Essas mulheres vêm encaminhadas? De onde?
- Quais são as principais necessidades da mulher em situação de violência que chega ao serviço?
- Que atividades o serviço oferece a essa mulher? São feitos encaminhamentos para essa mulher? Quais? Como ocorrem? E para os filhos e para o agressor? Quais?
- É relatado pelas mulheres alguma dificuldade para o acesso a esses serviços? Quais?
- Algum homem já procurou o serviço? Qual foi o motivo? Como foi o atendimento? Para onde vocês encaminham?
- Você acha que deveria ter algum serviço para atender aos agressores? Por quê? Como deveria ser?
- Você conhece algum? Qual? O que acha dele?
- Conhece algum movimento de mulheres em Maracanaú?
- Quais as dificuldades encontradas por este serviço na realização do trabalho de enfrentamento à situação de violência?
- Como se dá a gestão do enfrentamento a violência contra a mulher no município?
- Precisaria melhorar algo nesta organização de serviços para que possa ser garantido o enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú?
- Existe algum órgão no município que faça o acompanhamento e a avaliação

dessas ações?

### **LEGISLAÇÃO**

- O que este serviço entende por enfrentamento à violência contra a mulher
- Quais legislações referentes ao enfrentamento à violência contra a mulher você conhece?
- Você considera que o trabalho desenvolvido está em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher? Como?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro participante,

Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa intitulada **“Abrindo a Caixa de Pandora: uma avaliação dos percursos do enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú”** que se refere à dissertação de **Lidiany Alexandre Azevedo**, matrícula 394062 no Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como orientadora a professora Dra. **Celecina de Maria Vera Sales**.

O objetivo geral deste estudo é avaliar as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres desenvolvidas no município de Maracanaú/CE a partir da proposta da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Para tanto, a pesquisa terá como técnica de coleta de dados, observação simples e a entrevista. Será utilizado o gravador, caso seja permitido pelos sujeitos pesquisados.

A pesquisa, através de entrevista, não oferece riscos a sua integridade física como participante, mas pode provocar algum constrangimento pelo teor dos questionamentos. O(A) sr(a). possui a liberdade de retirar sua permissão a qualquer momento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Se o(a) sr(a) aceitar participar, contribuirá para compreendermos as estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres a partir da experiência da política de enfrentamento à violência contra a mulher em Maracanaú.

Ressaltamos que o(a) sr(a) tem o direito de ser mantido(a) atualizado(a) sobre os resultados parciais da pesquisa. Esclarecemos que ao concluir a pesquisa o(a) sr(a) será comunicado dos resultados finais.

Não há despesas pessoais para o(a) participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada a sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será paga pelos responsáveis pela pesquisa, de acordo com orçamento previsto/planejado.

As pesquisadoras assumem o compromisso de utilizar os dados somente para esta pesquisa, cujos resultados serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo plenamente guardada em sigilo.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será impresso em duas

vias, uma delas ficará com a pesquisadora e a outra com o(a) sr(a), sujeito pesquisado. Em qualquer etapa do estudo, poderá contactar as pesquisadoras para o esclarecimento de dúvidas ou para retirar o consentimento de utilização dos dados coletados. Contato das responsáveis: Lidiany Alexandre Azevedo, fone: (85) 996341191 (Email: lidianyazevedo@gmail.com) e Celecina de Maria Vera Sales, email: celecinavs@gmail.com.

### **Consentimento Pós-Informação**

Eu \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_  
confirmando que Lidiany Alexandre Azevedo explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Maracanaú-CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018.

---

(Assinatura do voluntário)

---

(Assinatura do pesquisador)